

Capa:

**Sobre cartaz de Hugo Landeiro Domingues
referente às XXX Jornadas.**

**Homenagem ao malgrado designer
que tão brilhantemente
criou algumas capas e outros materiais de divulgação
das Jornadas.**



SUMÁRIO

Medicina e Arte	3
Programa	6
XXXII Jornadas de Estudo "Medicina na Beira Interior da Pré-história ao Séc. XXI"	7
Amato Lusitano (c. 1511 - c. 1568) revisitado, 1552 <i>Alfredo Rasteiro</i>	9
Face às epidemias: o essencial em Amato Lusitano (sinopse) <i>António Lourenço Marques</i>	13
A Universidade de Salamanca, alma parens de Amato Lusitano, como exemplo do saber médico greco-árabe medieval <i>Romero Bandeira, Sara Gandra, Lima Ferreira, Rui Ponce Leão, Mafalda Reis</i>	17
A pandemia da Peste Negra em 1348 – propagação e consequências no reino – Como terá sido na da Beira Interior? <i>Maria da Graça Vicente</i>	25
Manuel Joaquim Henriques de Paiva (1752-1829) e a Água de Inglaterra <i>Maria Guilherme Semedo, João Rui Pita e Ana Leonor Pereira</i>	31
João Henriques de Paiva – tradutor e divulgador da ciência médica no conturbado mundo do seu tempo <i>Maria Adelaide Neto S. F. Salvado</i>	37
Fernando Namora em Monsanto e também em Pavia <i>Aires Diniz</i>	43
Fernando Namora e a defesa do património de Monsanto da beira: da "aldeia mais portuguesa de Portugal" à "terra de camponeses". Nota de apresentação <i>Pedro Miguel Salvado</i>	49
Miguel Torga e Arganil - Homenagem <i>Carlos Maia Teixeira</i>	59
Ilustrações no livro antigo de cirurgia <i>Cristina Moisés</i>	67
Cirurgia e Utopia - História de Futuro? <i>Maria José Leal</i>	73
Saúde e Assistência na Vila de Torre de Moncorvo (séc. XVI - XIX): os estabelecimentos hospitalares <i>Carlos d' Abreu e Rui Leal Leonardo</i>	79
"Etnomedicinas/Etnozoologias pastoris". Algumas recolhidas no concelho de Idanha-a-Nova <i>Eddy Chambino</i>	83
Ambiente, Saúde e Ética <i>Maria de Lurdes Cardoso</i>	87
Lactário Dispensário Nossa Senhora da Covilhã – 40 anos ao Serviço da Mãe e da Criança <i>Carlos Madaleno</i>	93
O papel das misericórdias nos territórios de baixa densidade: uma reflexão <i>Miguel Nascimento</i>	97
Estórias de um Arquivo Judicial: O barbeiro que faz filho em mulher alheia (...) e nos momentos livres arranca uns dentes para livrar os mancebos da tropa! <i>José Avelino Gonçalves</i>	105
Os temas e as conferências inaugurais das jornadas de estudo "medicina na beira interior – da pré-história ao século XXI (1989-2020)	108
Letras Confinadas – Poesia e Pandemia <i>Pedro Miguel Salvado (Organização)</i>	113
Poster – Um Ex-Voto a Santa Luzia, Castelejo - Fundão (1853) <i>Hugo Landeiro Domingues, Pedro Miguel Salvado, André Mota Veiga e Pedro Mendonça</i>	114

FICHA TÉCNICA

Título:
 CADERNOS DE CULTURA
 MEDICINA NA BEIRA INTERIOR
 DA PRÉ-HISTÓRIA AO SÉCULO XXI

Edição
 Nº XXXV de Novembro 2021

PUBLICAÇÃO NÃO PERIÓDICA

Diretor:
 António Lourenço Marques

Coordenadora:
 Maria Adelaide Neto Salvado

Secretariado:
 Quinta Dr. Beirão, 27 - 2.º E
 6000-140 Castelo Branco - Portugal
 Telef.: 272 342 042

Capa:
 Sobre cartaz de Hugo Landeiro Domingues referente às XXX Jornadas.
 Homenagem ao malogrado designer que tão brilhantemente criou algumas capas e outros materiais de divulgação das Jornadas.

Composição, paginação, impressão e acabamento:
 GRAFISETE - Artes Gráficas, Lda.
 Rua Jornal do Fundão, 4-B, 6230-406 Fundão

ISSN: 2183-3842

Depósito legal N.º: 490859/21

Os textos assinados, que refletem os trabalhos das XXXII Jornadas de Estudo "Medicina na Beira Interior – da Pré-História ao Séc. XXI", são da forma e no conteúdo da inteira responsabilidade dos respetivos autores. O uso do novo Acordo Ortográfico é livre. Este número inclui as atas das referidas Jornadas, sendo distribuído no âmbito das mesmas.

Patrocínio:



Câmara Municipal de Castelo Branco

MEDICINA E ARTE

Quando reunimos estes dois termos, medicina e arte, desperta-se uma diversidade de sentidos. Desde logo, aquele em que se entende ser a medicina, ela própria, uma arte. O médico que utiliza a teoria e a técnica apropriadas para obter a cura e o conforto dos doentes, como algo que se pretende bom e agradável e, se possível, perfeito, de alguma forma imita o processo artístico. A fórmula, mil vezes repetida, “arte de curar”, certamente traduz esta interpretação. A medicina não é só ciência. Ela concretiza-se com a competência da sua aplicação, e incorpora elementos que fogem à rigidez e frieza da ciência *tout court*. Há, é verdade, os reducionistas, que perfilham a visão biomédica imperativa, sublimando a atividade médica ao espaço da biologia molecular, onde tudo se passará. Pretendem como que uma medicina matemática, em que a quantificação e a medida sejam a regra e a prova irrefutável de que o que se faz é o certo. Como se se entregassem à computação! O prêmio confere-se à objetividade. Com o coração arredado. E, no entanto...

Por exemplo, o apurado *Textbook of Medicine* de Cecil (Goldman e Dennis, 2004), que ensina o conhecimento último das doenças, nos ínfimos pormenores (para a momento), não deixa de afirmar, logo na introdução, convincentemente, que “a arte de cuidar e confortar, guiada por milênios de bom senso, e também por uma abordagem sistemática mais recente da ética médica, continua sendo a pedra angular da medicina. Sem essas qualidades humanísticas, a aplicação da ciência moderna da “medicina” é insatisfatória, inútil e até prejudicial.” Não podia ser-se mais claro!

Mas há outros sentidos possíveis que nos suscita o convívio das duas palavras. Falemos das artes, propriamente ditas. Das artes que nos enchem de alegria e nos cativam o prazer. Há, por exemplo, romancistas que descreveram de uma forma bela, e com precisão, determinadas doenças, antes da literatura propria-

mente médica (Ex: Herman Melville). A poesia pode chegar, antes de qualquer outro meio, a conhecimentos ocultos que a ciência ainda não vislumbrou. O pintor ou o escultor ou o fotógrafo, ou outros artistas, entrando no mesmo mundo do Homem, que à medicina diz respeito, com as suas reproduções artísticas, podem abrir-nos caminhos fantásticos que levam à descoberta, que permitem ir mais fundo olhando de outra forma além da ciência, assim fortalecendo a verdade. Foi Taine que disse: “O parentesco que une a arte à ciência é uma honra para ambas; é um motivo de orgulho para a ciência fornecer à beleza os seus principais apoios, e é motivo de orgulho para a arte apoiar as suas melhores construções sobre a verdade.” (In: Charcot y Richer, *Los deformes y los enfermos en el arte*, 2002). Devemos quantas vezes à arte uma maior lucidez sobre a compreensão de realidades fugitivas, como tantas que se prendem à alma humana: a vivência da doença, a decrepitude, a morte, o ódio, o egoísmo... mas também a alegria de um nascimento, uma vida de sentido, a solidariedade, o amor, horas felizes! Realizam-se as XXXIII Jornadas de Estudo “Medicina na Beira Interior – da Pré-história ao Sec. XXI”. Depois de um período angustiante, devido à pandemia, que causou tanto sofrimento, mais de 18.000 mortos, e tantos constrangimentos à vida comum, podemos finalmente reunir-nos fisicamente para realizarmos os nossos trabalhos, em Castelo Branco. Este tema, “A medicina e a arte”, vai aí estar presente.

E o XXXV número dos Cadernos, este, mais uma vez reúne as comunicações apresentadas no ano anterior. A pandemia teve os seus efeitos vorazes. Infirmou muitas atividades. Mas este número prova a nossa resistência.

O diretor

RESILIÊNCIA E AFIRMAÇÃO CULTURAL

As jornadas de estudo *Medicina da Beira Interior da Pré-História ao século XXI* que, desde há 33 anos em cada Outubro, pela segunda semana do mês de Novembro, se realizam em Castelo Branco, constituem um admirável testemunho de resiliência e afirmação cultural que muito prestigia a cidade.

Tendo como figura tutelar o grande médico e humanista do Renascimento Amato Lusitano, cuja obra e pensamento têm sido objecto de análise e estudo, estas jornadas culturais direccionam-se igualmente para reflexões sobre a História da Medicina numa perspectiva pluridisciplinar no seu sentido antropológico mais abrangente. Médicos, historiadores, filósofos, sociólogos, poetas, antropólogos, biólogos, nacionais e estrangeiros, têm enriquecido com o seu saber e as suas investigações a História da Medicina europeia

A revista *Cadernos de Cultura*, recéptáculo dos estudos e das investigações apresentadas ao longo destes 33 anos formaliza, ao nível nacional repositório de saberes único, contribuindo para a afirmação de Castelo Branco, nas dinâmicas de investigação que cruzam o espaço peninsular, num sentido transfronteiriço que cumpre uma das características do albicastrense Amato Lusitano.

A Câmara Municipal de Castelo Branco, ao apoiar este peculiar evento associa-se inteiramente aos propósitos deste encontro de saberes: manter a memória da vida e da obra de seu ilustre filho Amato Lusitano e contribuir para a afirmação da Medicina como meio para o conhecimento do Homem.

Leopoldo Rodrigues

Presidente da Câmara Municipal de Castelo Branco

se montar tecnologicamente o evento em formato on-line, garantindo toda a capacidade de intervenção dos colaboradores e comunicantes, aparentemente, isso não estava logo ali à nossa mão. Felizmente, no entanto, o Dr. Pedro Salvado, com a sua insistência, e capacidade, salvou a situação. Agradeço-lhe este facto, e vamos assim dar cumprimento, na medida do possível, ao programa que foi, entretanto, divulgado.

Queria ainda fazer uma brevíssima referência, tal como o temos feito nos outros anos, ao facto de ter havido continuidade durante mais de 3 décadas na organização das Jornadas, nas quais participaram muitos estudiosos e investigadores, oriundos de vários locais do país e de Espanha, em particular das Universidades.

Sempre se situaram no âmbito das Ciências Humanas, tendo como horizonte de interesse a própria medicina, num exercício interdisciplinar muito frutuoso. Tem sido reconhecido que este acontecimento duradouro, com tais características, mantendo uma continuidade ininterrupta, é aquele que mais tempo tem existido entre nós. Também com outra particularidade: a publicação dos Cadernos de Cultura, com os trabalhos apresentados, em número elevado. Temos este ano o número 34^º. Inclui 18 trabalhos originais, as comunicações do ano passado, com uma parte significativa dedicada a Fernando Namora, médico e escritor tão da memória do nosso território local, quer de Castelo Branco, quer da Beira Interior, para além, naturalmente da sua dimensão nacional e internacional. Com este volume, que irá ser disponibilizado no site habitual da Faculdade de Ciências da Saúde da Universidade da Beira Interior, estão publicadas quase meio milhar de comunicações, 491 mais precisamente, das quais 163, ou seja, 33%, são sobre Amato Lusitano, a quem as Jornadas sempre se dedicaram. Os Cadernos perfazem atualmente

3.506 páginas. Uma vez que sobre as primeiras Jornadas, as de 1989, foram publicados dois cadernos, temos uma média de cerca de 16 comunicações publicadas por Jornada, e cada uma com uma extensão também média de 7 páginas. Verificou-se, com o decorrer dos anos, um significativo crescimento progressivo do número de comunicações apresentadas, digamos até este infausto ano da pandemia.

Claro que a continuidade das Jornadas se deve primordialmente aos persistentes colaboradores/comunicantes, pois sem eles as Jornadas não teriam existência. Mas não posso deixar de referir, mais uma vez, que a força fundadora e inspiradora deste longo percurso vive no nosso querido amigo, Dr. António Salvado. E dele continuamos a receber imensos tesouros.

Depois, como sabem, tem sido, prolongadamente, a Câmara Municipal de Castelo Branco a garantir os aspetos materiais da organização do acontecimento. Sempre os seus presidentes, até hoje, face às Jornadas, nos concederam o apoio indispensável, compreendendo o local para a realização dos trabalhos e montagem das exposições, o apoio a eventuais conferencistas convidados, e a edição dos Cadernos de Cultura. O XXXIV número, que acabou de ser editado, tem este patrocínio, e a versão on-line vai ser como já disse alojada na Universidade da Beira Interior

Estamos, pois, profundamente gratos, quer ao senhor presidente da Câmara Municipal de Castelo Branco, quer ao Senhor Reitor da Universidade da Beira Interior, e claro a todos os que têm contribuído, em particular com os seus trabalhos científicos, para manter esta obra.

António Lourenço Marques

AMATO LUSITANO (c. 1511 - c. 1568) REVISITADO. 1552

Alfredo Rasteiro *

1. Introdução

NIHIL FINXISSE, NIHIL ADDIDISSE, «*não finje, não acrescenta*», NISI ID VERITATIS STUDIUM EXPOSCERET, «*sempre exigiu a verdade*» espelham Amato Lusitano (c. 1511 - c. 1568) e o IUSIURANDUM (1559) de Salonica, Tessalonica após 1912. Escrito no final de uma vida dedicada ao alívio das dores e do sofrimento, fiel a ensinamentos de Ippocrates e Galeno, tropeçando em Asklepion, Ygeian, Panakeian e nos outros deuses do Olimpo, Amato crê num deus único, segue o Deus de Moisés, imita o *Compromisso dos Essénios* lembrado por Yossef ben Matitiah Ha-Cohen, Flavius Josephus (c.38-100) na *Guerra dos Judeus*, Livro 2º, Cap. 8º que Amato terá encontrado na *Flavii Josephi Opera*, Apud Hieronymus Froben & Nicolaus Episcopus, Basileia, 1544 editada pelo seu *Semper amicorum Arnoldus Arlenius Peraxylus* (c. 1510-1582), Autor de uma das «Poesias de Apresentação» do «*In Dioscoridis*», 1553 datada de 7 de Março de 1553 (Alfredo Rasteiro: *Medicina na Beira Interior*, nº 33, pp. 15-30, 2019).

Arnoldo Arlénio esteve ligado ao Bibliófilo Diego Hurtado de Mendoza y Pacheco, *vigilantissimus Orator* (Embaixador) do Imperador Carlos V, que esteve em Veneza, no Concílio de Trento (1545-48), em Roma (1547) e que falhou em 1554 no «silenciamento» de Siena, sendo substituído pelo Cardeal Francisco de Mendoza y Bobadilha. Amato assistiu Dom Diego em Veneza (*Segunda centúria*, Cura 1ª e Cura 31ª, 1552). Anteriormente, em 1551, quando esteve em Roma, Amato conviveu com Andre de Laguna (Amato L.: *Segunda centuria*, Cura C, 1552), que tinha entrada no palácio deste Ilustríssimo Cardeal Mendoza (A. Laguna: *Materia Medicinal*, Lib. 6º, Cap. 54º, 1555).

«Centúrias clínicas» e *In Dioscoridis* colecionam recordações pessoais, mensagens, ensinamentos, testemunhos, formas de actuação e observações diversas nem sempre bem apreendidas, traduzidas, valorizadas, sendo frequentes as insuficiências das melhores traduções e os involuntários erros dos comentadores exigentes. Exemplos, saborosas quatro páginas de Ricardo Jorge (1858-1939) relativamente a «*Halimo*» e 31 outras, *grudadas* em «*Colla*», nas 280 páginas do muito póstumo Ricardo Jorge (1858-1939): *Amato Lusitano. Comentários à sua vida, obra e época*, 1962, pp. 54-58 e 113-134.

«*Salgadeiras*», *Atriplex halimus* são plantas endémicas da região de Aveiro que Amato viu em Salaman-

ca junto ao Templo da *Virgen de la Veja*, tida por santa protectora dos escolares portugueses, num local mais tarde relacionado com o comércio do sal. Diz o texto: *Nascitur enim Salamancæ prope ædem diuæ Mariæ à Veiga, in cuius tutela Portugalenses scholastici sunt: ... halimum salgadeiras appellitant,...* (*In Dioscoridis, De Halimus*, Lib. 1ª, En. 110, p. 105-106).

A expressão «*halimum salgadeiras appellitant*» confere importância histórica e cultural à designação portuguesa, correcta no texto, *salguadeiras*, gralha na *Terminologia*.

Estas *Salgadeiras* eram viajantes clandestinas nos aprovisionamentos de sal de Aveiro destinados a Salamanca, desde a mais remota Antiguidade. *Salgadeiras* exigiria tratamento autónomo em relação aos escolares reunidos à sombra da *Virgen de la Vega* a que Ricardo Jorge (1858-1939) esteve atento, páginas (54-58), atitude hipertrofiada em *Colla*, 21 páginas (113-134) grudadas em Salamanca, omitindo *Celestina* de Veneza. Escreveu Amato: «*At nos Hispanum Salmaticense, apud pontem paratum nom proculà domo Celestinæ mulieris famosissimæ, & de qua legitu in comœdia Calisti & Melibeæ, cæteris anteponomus*» («*In Dioscoridis*», 3ª, En. 99ª, «*De Glutmo*»: *Hispanice, colla, grudel; Italice, colla de carnicio; Gallice, colla*).

Ora, Alfonso de Vlloa (c.1529-1570), contemporâneo de Amato em Veneza, publicou uma *Celestina* «*corrigida*», *Tragicomedia de Calisto y Malibea* impressa em Veneza por Gabriel Giolito de Ferrarijs e sus hermanos em 1553, no mesmo ano e na mesma Cidade em que o Doutor Amato publicou o *In Dioscoridis*, primeira edição. Alfonso de Vlloa trabalhou na Biblioteca do Embaixador Don Diego Hurtado de Mendoza, cliente de Amato, pontes e pontos de contacto que é possível estudar.

Ricardo Jorge sublinha a influência da *Celestina* em obras de Bernardim Ribeiro, Camões e Cervantes mas nunca refere o aventureiro Alfonso de Vlloa nem o agrupamento que poderia reunir Amato Lusitano, Arnoldo Arlénio, Nicolau Stópio, António Perez, Andres Laguna, quiçá o *Doctor Juã Paez de Castro*, Coronista Cesareo, protector de Laguna.

Vencidas as barreiras logísticas, territoriais e administrativas que poderiam embaraçar Ricardo Jorge, graças à

Internet do século XXI, encontramos o jovem oportunista Alfonso de Villosa, mais tarde descoberto e sentenciado, a interessar-se por tudo quanto os portugueses descobriam, conquistavam e escreviam, como mostram as traduções de Barros e Castanheda, *L'Asia del S. Giovanni di Barros, In Venetia, appresso Vincenzo Valgriso*, 1562; *Historia dell'Indie Orientali, scoperte, & conquistate da portughesi, composti dal sig. Fernando Lopes di Castagneda, Venice, Appresso Giordano Zilleti*, 1577-78; *La Diana de Jorge de Monte mayor*, 1568; *Historia (supostamente) del Fernando Colombo... dell'ammiraglio D. Christoforo Colombo, suo padre...*, 1571; e outras.

1552 foi um ano em que Amato recebeu dos seus Amigos consagração e louvores. Porém, para sua desgraça (e nossa), 1552 foi o ano em que o imenso Império, herdado, ampliado, engenhosamente descentralizado por Carlos V, e os seus principais agentes, chegou ao fim, em Augsburg (A. Rasteiro: «Castilla y Portugal, Fuchs, Amado, Laguna e Matthiolo», *Medicina na Beira Interior*, n.º 33, 2019, pp. 15-30).

Secunda centuria, 1552 recorda o «médico distinto de fé impoluta a quem tudo interessa e que nada descuro, que respeita os clássicos e lê os modernos, ainda que a Venus dedicados; que escreve com a graça dos antigos e ombreia com eles, que desperta invejas e incentiva estudos futuros. O seu saber honra Minerva e as suas fontes. De escrita refinada e pensar jovem é persistente, actual e intemporal. O seu crédito resiste ao tempo. A sagrada Minerva apoia-o, afasta a lama dos invejosos, evita crimes e punições. A sua escrita está livre das impurezas que viciam as fontes de águas límpidas, destruidoras da beleza e da transparência das nascentes. O seu novo Livro («Segunda Centúria», 1552) há muito esperado, será da maior utilidade na Arte Médica. Orem por seus Pais, que ficaram longe. Herdou-lhes o nome. Médico, a todos amará», «Hic Parentis ora, / Et uultum ut retinet sui, precamur, / Sic nomen teneat recéns Amati: / Vno ut nomine, cum Parente natus / Passim per Medicus ametur omnes.» (Amati Lusitani: *Centuriam secundam, Nicolai Erotographi Attigniensis Rhemi Hendecasyllabum, Ex Officina Erasmiana Venetiis, Vicentij Valgrisi Typographum, Venetiis*, 1552).

Dez anos, 1543-1552. A Civilização marítima dos portugueses criou nova globalização de negócios, novos conhecimentos e novos rumos. Leonhart Fuchs publica um novo Herbario, versão latina, 1542 e versão alemã, 1543; Vesálio apresenta a *Fabrica*, 1543 e respectivo *Epitome*, 1543; Koppemik deixa-nos *De revolutionibus*, 1543 póstuma. Em Coimbra, Pedro Nunes publica *De crepusculis*, 1542 e Cuellar *Predictionum Hippocr.* Cômoto, 1543.

Portugueses chegam ao Japão em 1543; os estados ibéricos esgotam-se em endogamias autodestrutivas.

Em 1543 João 3º de Portugal casa filha mais velha com herdeiro de sua irmã Isabel e Carlos V/ Carlos I de Espanha e em 1552 João, filho de João 3º casa com Joana, filha de Carlos V, e dão Sebastião, filho póstumo.

Recusado o projecto europeu de Carlos V que Andres à Laguna apresentou em Köln, 11 de Fevereiro de 1543, *Europa EAYTHNTIM POYMENH*, humilhação, cansaço e gota forçam assinatura da Paz de Augsburg, precisamente em 1552.

Diego Hurtado de Mendoza, que esteve destacado em Siena em 1547-1552 foi substituído pelo Cardeal Francisco de Mendoza em 1554.

Em 22 de Outubro de 1555, em Bruxelas, humilhado pelos príncipes germânicos e aniquilado pela gota, Carlos V retira-se do palco europeu na desistência final, termina em Yuste. E no mesmo ano Laguna, moderado em relação à Europa, oferece a *Dom Philippo*, futuro rei dual de *Castilla y Portugal* o *Pedacio Dioscoridis Anazarbeo, Acerca de la Materia Medicinal*, 1555.

Carlos V (1500-1558) acaba em 21 de Setembro de 1558. «La pega es que nos dejaba metidos en un empeño cuyas consecuencias, a la larga, resultarían gravísimas para España: hasta el punto de que, todavía, hoy pagamos las consecuencias» que, nos quatro séculos seguintes, «hicieron imposible la libertad» (A. Perez-Reverte: *Una Historia de España*, Alfaguara, 2019, p. 72-73).

2 . Pedro Hispano e Amato Lusitano

Pedro Eanes, Petrus Juliani Reboli, Pedro Yspano (c.1210-1277), no Palácio papal de Viterbo inaugurou um salão no alto de uma ravina e tudo ruiu, em 14 de Maio de 1277, ferindo-o gravemente. Resistiu 6 dias. Papa da Igreja de Roma desde 17 de Setembro de 1276, João XXI por erro de contagem, terá sido médico e terá ditado o *Thesaurus pauperum*. Na ausência de lupas, ou de óculos, a Presbiopia, fatalidade biológica, determinou o recurso a criados e a encarregados da escrita.

O *Libro de medicina llamado Tesoro delos pobres cõ vn regimie(n)to de sanidad*, Sevilha, 1527 (existe um exemplar na Biblioteca das Ciências da Saúde de Coimbra) esclarece, no Prólogo: «...El ql mado hazer el papa Juan a vn medico suyo llamado maestre Juliano hombre muy sabio y experimentado en medicina».

No dizer de Wilhelm Adolf Scribonius (c. 1550 – c. 1600), professor em Marburgo, trata-se de «Libro» escrito com algum sabor a impiedade, «qual fora o que escrevera sobre o que evitava a concepção e igualmente sobre a maneira de pôr em fuga os demónios e outras do mesmo género» - «relictis et extirpatis illis, quae aliquam impietatem sapere uidebantur, qualia fuerunt, quae scripserat de prohibentibus conceptionem, item de fugandis daemonibus, et id genus aliis» – ideias que Adolf Scribonius condenaria mas que não eliminou no «*Thesaurus Pauperum Petri Hispani Pontificis Romani, Philosophi Ac Medici doctissimi, de Medendis morbis humani corporis Liber. Experimenta particularia per simplicia Medicamenta ex probatissimis Autoribus, & propiis obseruationibus collecta, continens*», 1576 editado em Frankfurt (Maria Hele-

na Rocha-Pereira: *Obras Médicas de Pedro Hispano*, Por Ordem da Universidade, 1973). Na apresentação do seu trabalho *Scribonius* traz à colação opiniões de colegas e amigos, nomeadamente Justo Vúlteo: «*E quanto a ensinar que se cura trazendo coisas ao pescoço e que é boa a força dos caracteres, será (de) uma criança, ou (de) um Papa?*», «*Quod suspensa docet collo sanare, banamque// Esse characterum uim: puer anne Pappa est?*» (M.H.Rocha Pereira: *Obra citada*).

Tesouro dos Pobres invoca a Divindade, à boa maneira Árabe e regista todo o tipo de prescrições destinadas a corpos de homens e a corpos de mulher, desde o alto da cabeça até às plantas dos pés, postos ao alcance de qualquer bolsa, transmitindo todos os cheiros, satisfazendo exigências do gosto, criando espaços de liberdade para eventuais diabruras como o *Milagre da Bilha*, 1912 de Manuel Gustavo Bordalo Pinheiro (1867-1920), ignorado na Igreja portuguesa, exposição em Itália, Museu Antoniano, Padova.



Fig. 1. M.G.B.P., milagre da bilha, 1912

Tesouro dos pobres, Capítulo 44^o, «*De impedimento conceptus*» inclui 26 *Receitas In nomine christi*, qualquer delas pedregulho incontornável no delicado estômago delicado do professor de Marbourg. Alguns exemplos:

1. «*Se não quiseses conceber, ... come o osso do coração do veado e não conceberás*», Constantino; 4. «*Faz como aquela que engoliu a abelha e não concebeu*»; 12. «*Antes do coito, suco de hortelã na vulva impede a concepção*», Auicenna, (980-1037); 15. «*Osso de coração de veado amarrado no braço impede a concepção*», «*suspensum brachio*», quase um tefilin, quase pulseira mágica

como aquelas que asseguram abrandamentos de dores reumatismais, resultados eleitorais.

Coisas de trazer ao pescoço, que fariam rir Justo Vúlteo são, por exemplo, o colar com pedras verdes da época de Elisabet d'Aragó (c.1271-1336) guardado no Museu de Machado de Castro, «*saphirus et smaragdus oculos quos sepe tangunt sanat*» (*Thesavrus Pavperum*, VIII. *De dolore oculorum* § 37) ou as raízes de Peónia, que chegaram a Amato («*In Dioscoridis*», L.3^o, En. 154, p. 565-566, 1558; «*Quarta Centúria*», Mem. 22^a, 1556). «*Tesaurus pauperum*», «*Da Epilentia*», Cap. VII, diz: «*52^o. Raiz de Peonia ao pescoço, evita quedas*» - «*Item pionia ligata ad collum patientis securum seruat a casu, quamdiu portatur*» (M.A.N. Salvado: *A Peónia Rosa albardeira*, 2021)



Fig. 2 e 3 - *Paeonia*, Amato 1558; Rosa albardeira

Superando superstições, *suco da raiz do Ácoro* foi disponibilizado como medicamento: «*sucus radices acori calefactus mire clarificat oculos impositus*» (*Thesavrus Pavperum*, VIII. *De dolore oculorum* § 38).



Fig. 4 - Pedro Yspano: *Thesaurum*.

Atento ao seu mundo, Pieter Paul Brueghel, o Velho (1525-1569) subverte a conhecida estória do «cego condutor de cegos» que caiu no barranco, posiciona-o com o olho doente a **Receber** o suco salutífero a gotejar da flôr (Museu Nacional de Nápoles; Lucas: 6, 39; Matias: 15, 14).

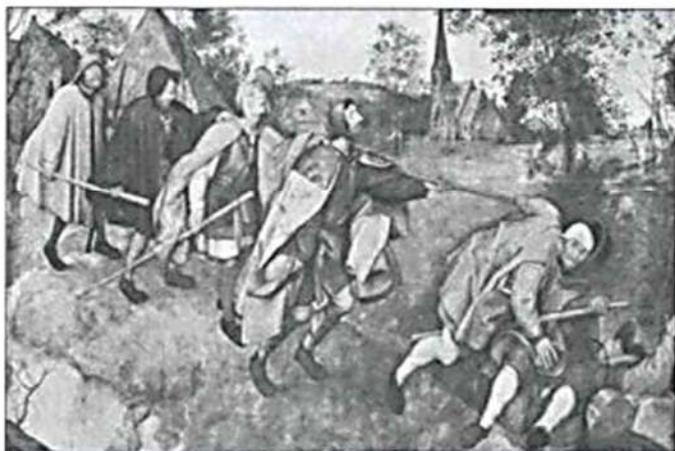


Fig. 5 - Brueghel, Cegos

3. Superstições, magias e pandemias

Superstição e magia, religião e cuidados, observação e prática, comportamento racional e decisão hipocrática, experiência médica e transmissão de conhecimentos conduziram à criação das Universidades medievais iniciadas por Monges que se tomaram Mestres em Artes, Direito civil, Canónico e Medicina; respeitavam Mestres, *Magister dixit* e saber dos Livros, erravam e aprendiam, transmitiam aquisições próprias e experiência alheia. Frutificaram exuberantemente nos séculos XVI e XVII (Vesálio: Anatomia e Desenho anatómico; Fuchs: Botânica e Desenho de Plantas com Raiz, Caule, Folhas, Flores e Frutos; Amato: Histórias Clínicas pormenorizadas, descoberta das válvulas da Veia Ázigos; Harvey: Circulação, 1628; Jenner: *variolae vaccinae*, 1798).

«AMATI MEDICI LVSITANI CENTVRIA PRIMA», 1551 começa por um «pisar de olhos» à Inquisição: «*Pvella rustica nata annos tredecim, ... à vipera in pede dextro morsa fuit*».

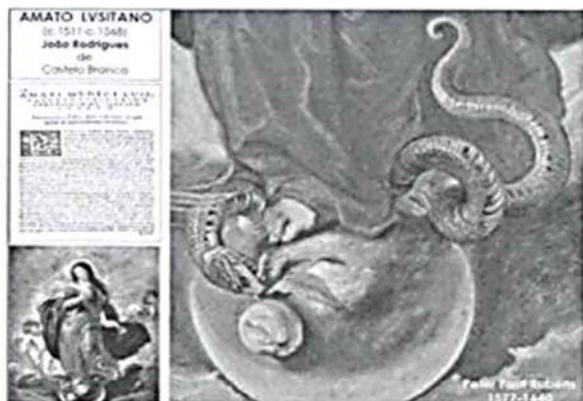


Fig 6. Peter Paul Rubens (1577-1640)

Pragas históricas incidiram em Tróia (1180 a. C.), Atenas (429 a.C.), Bizâncio (532), França (544), Itália (1038), Antioquia (1097), Crimeia (1348), Florença (1349), Frankfurt (1348-50), Inglaterra (1517). A epidemia de 1527, epicentro em Munich, afugentou habitantes de Wittemberg e pôs à prova Martin Lutero (1483-1546), que ficou na sua cidade a cuidar doentes.

Normalmente sazonais, as epidemias estivo-outonais surgem com o cair da folha e as hiberno-primaveris impedem, quase sempre, renovações da Vida.

Empestados em Lisboa, Antuérpia, Ferrara, Veneza, Roma e Ancona ensinaram o Doutor Amado a considerar os seus doentes «*todos iguais, todos diferentes*», «*differt corpus à corpore, natura à natura, & nutrimentum à nutrimento*»; abalos sísmicos de 1559, em Thessalonica e Monastir, foram premonitórios de Peste, no inverno seguinte (Amato Lusitano: *Sétima centúria*, Cura 27, 1566).

No século XIX valorizaram-se as bases anatomo-clínicas e no século XX começou-se a exigir fundamentação baseada na prova, *Medicin-based evidence* (1992).

Chegamos ao século XXI a esbracejar em caldos de cultura multidisciplinares agitados por interesses antagónicos onde tudo se joga e nada é seguro, a Vida na Terra e as nossas Vidas.

A pobreza e o isolamento, as prescrições administrativas das posses dos locais de inumação e a Antropologia física que devassa minuciosamente o passado biológico das populações, quebraram defesas individuais e regionais, contribuíram para a alteração dos rituais e das regras sanitárias focadas na Morte. Em 2019-2020, na fase da expansão da SARS-COVID-19, implementou-se a incineração, promoveu-se a eutanásia, desarticularam-se famílias, suspendeu-se os lutos.

Esquecemos o velho Lusitano que entregou metade da manta com que se cobria ao filho que o abandonou.



Fig. 7 – «Mural» de Vhils, H.São João, Porto, 2020

Acalmada a calamidade, deseja-se um rápido regresso do Médico ao leito do Doente, «*à observação directa dos factos em deterimento das faustosas especulações, à humanização dos seus fins e métodos*», com Fernando Namora (1919-1989): «*Deuses e Demónios da Medicina*», *Duas Palavras*, 1952.

* Prof. ass. jub. Oftalmologia, Fac. Med. Univ. Coimbra, Portugal

FACE ÀS EPIDEMIAS O ESSENCIAL EM AMATO LUSITANO (SINOPSE)

*António Lourenço Marques**

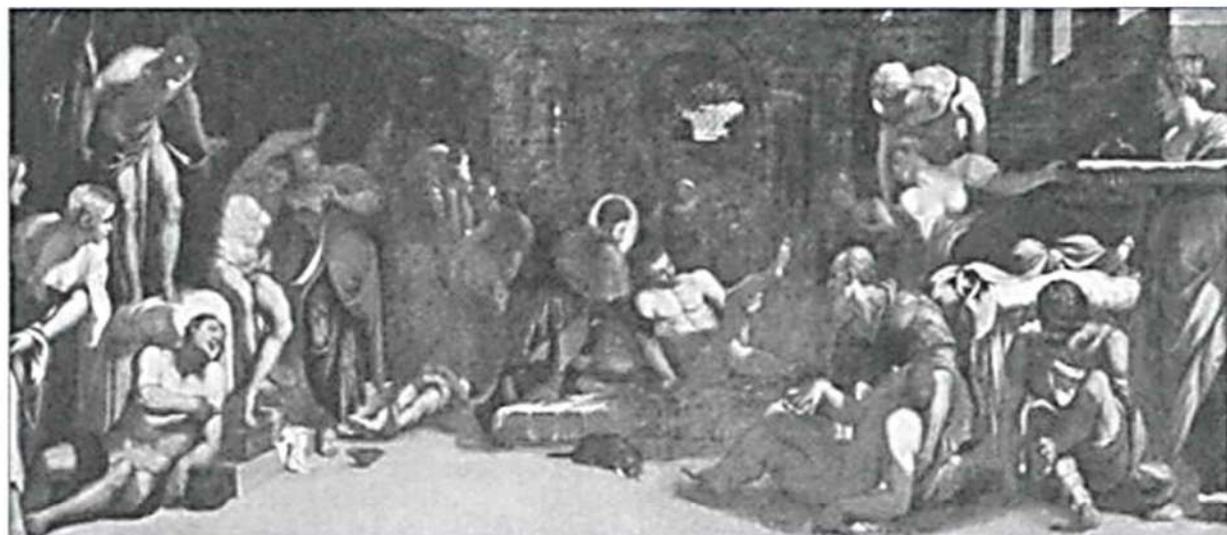


Fig. 1 - Tintoretto - São Roque ajudando as vítimas da peste no Lazareto (1549).

I. Da visão arcaica da doença.

A – Na época do Renascimento, ainda subsistia em parte o pensamento arcaico sobre a doença, que era considerada uma expressão da degradação (impureza) física, mas fundamentalmente da corrupção moral. As epidemias manifestavam-se como castigo divino devido à maldade dos homens, e prenunciavam o fim do mundo (apocalipse).

B – A doença estava indissolúvelmente ligada ao pecado, à culpa, e a saúde associava-se à inocência.

C – A medicina hipocrática não enfocava a ideia de contágio. A doença podia ter como origem as causas ambientais (*Ares, Águas e Lugares*).

D – A medicina galénica milenar seguiu as raízes hipocráticas, sem discernir o processo de transmissão das doenças.

E – Na Bíblia há referências ao contágio (lepra).

F – Foi Fracastoro que em 1546 elaborou a ideia padrão de contágio (*On contagion*), ao defender que determinados elementos vivos podiam transmitir as doenças.

G – Descontando a ideia da origem sobrenatural das doenças, que continuou a ser tida em conta de forma corriqueira, durante muito tempo, foram-se também estruturando as duas perspetivas racionais atrás referidas: a ideia de as doenças surgirem e serem transmitidas por fatores ambientais; ou então serem propagadas pelas pessoas ou animais.

H – A predisposição individual e outras causas contingentes eram também reconhecidas.

II – A peste de Scopium, o pensamento e os cuidados de Amato Lusitano

A – A peste de Scopium (“Da causa da peste que atacou Scopium”, escrita em Salónica no mês de agosto de 1561 – 27^a Cura da *Sétima Centúria*).

1 – Ocorreu em 1559.

2 – Foi precedida de um tremor de terra, provavelmente de grau IV da Escala de Mercalli (Adelaide Neto Salvado).

3 – Morreram cerca de 3 centenas de pessoas por dia.

4– Caráter sazonal da epidemia: “Em Salónica, sempre desde o mês de Julho até Dezembro não há peste e se ela contrair quaisquer gérmes (semente) de outros sítios neste meio termo, mostra-se de tal fraqueza que as pessoas não fazem caso disso.” (*Sétima Centúria*, p. 371).

B – A racionalidade em Amato Lusitano.



AMATUS LUSITANUS

Engraving of Amatus Lusitanus, a Portuguese physician, from the 17th century. The engraving is based on a portrait by the artist Johann Heinrich Weyrauch.

1 – “Agora não nos referiremos a Deus, nem aos céus com seus astros, de que tanto os livros divinos como os astrólogos atestam que a peste depende, pois estamos a perscrutar as coisas naturais” (*Sétima Centúria*, p. 243).

2 – “A substituição da Revelação pela Razão como força mediadora das relações do Homem com o Mundo está na génese desse abalar de convicções e de certezas sobre o até então inquestionável saber antigo acerca do Mundo e das coisas”. (Adelaide Neto Salvado).

C – Causas do ar contaminado

(Cura 27^a – *Sétima Centúria*, p. 368).

1 – A doença (a peste) tinha uma causa geral: “a inspiração de ar contaminado” (infeccionado).

2 – Amato explica como é que o ar se corrompia:

a – “muitos cadáveres”;

b – “imundícies de animais selvagens”;

c – “grande mortandade de enormes animais no mar”;

d – “lagoas e charcos pestilentos”,

e – “ares pestíferos” que saíam de grutas e cavernas.

3) Esboça-se a ideia da propagação: “Se o organismo tiver contraído o contágio desde África (Etiópia) ou os seus micróbios (semina) por uma continuidade de ar atmosférico (...) pessoas de Atenas (...) morreram” (*Sétima Centúria*, p. 369).

D – A proporcionalidade.

1 – A gravidade da doença, segundo Amato Lusitano, dependia do estado de saúde dos indivíduos atingidos (*Sétima Centúria*, p. 369).

a – “Tanto pior quanto mais fracos estiverem os corpos”.

b – “Na origem das doenças tem parte importante a constituição orgânica daquele que for enfermo”.

2 – A gravidade da doença não dependia da intensidade do fator causal, mas da maior ou menor robustez do indivíduo, da sua “constituição orgânica”.

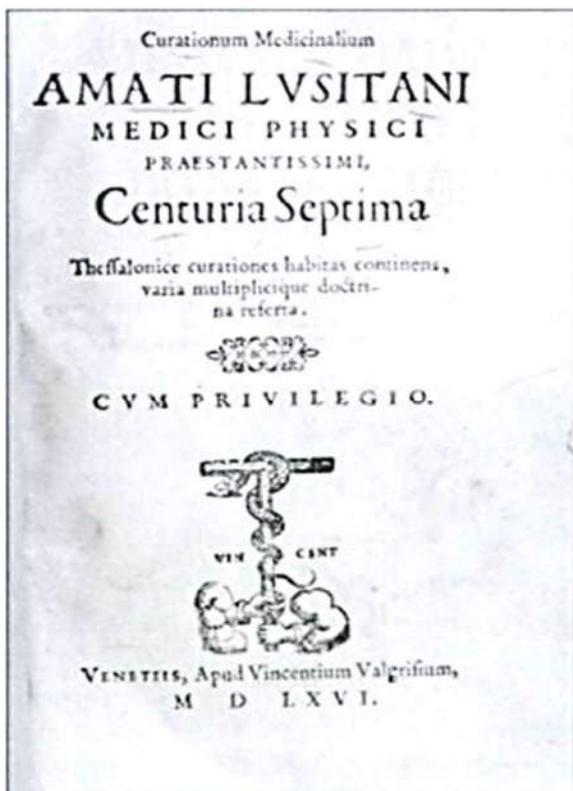
E – Amato e a confiança na medicina.

1 – O curso da doença não está dependente de forças sobrenaturais.

2 – No diálogo, que incorpora no texto desta Cura, Amato é perentório. Levantada a dúvida pelo seu interlocutor (Ângelo) sobre o poder que os médicos teriam para dominar a peste, afirma, sem hesitação: “Sem dúvida há remédios simples e compostos, chamados antídotos, que se opõem a esta gigantesca hidra e não raramente a superam, vencem e dominam” (*Sétima Centúria*, p. 370).

F – A presença do espírito científico e do espírito médico.

1 – Amato Lusitano critica frontalmente Galeno por ter omitido as “exalações corruptoras” como causa da peste, e fundamenta as suas afirmações “em vários exemplos e preceitos e experimentações de homens sabedores” (*Sétima Centúria*, p.p. 369-370). Amato invoca, em particular, os trabalhos publicados pelos médicos de Veneza, que então tinham dominado uma epidemia na cidade. (Veneza foi atingida na sua história por várias dezenas de surtos de peste, cerca de 80, do século IV até finais do século XVIII. Muitos deles foram devastadores em vidas humanas. No ano da peste de Scopium, em 1559, tinha havido um surto. Tintoreto tem um famoso quadro – “S. Roque ajudando as vítimas da peste, num lazareto”, que lembra agora uma urgência dos dias da Covid 19, sobrelotadas, e com carência de cuidadores).



III – Conclusão (política)

A – A Cura sobre a peste de Scopium é um notável texto em que se vislumbra a modernidade de Amato Lusitano. Esta sùmula foca aspetos essenciais que provam a excelência deste médico, no seu tempo.

B – Num sentido intemporal, ele não despreza, face à gravidade do acontecimento, a componente política, que sustenta as respostas. Escreveu: “Sobre isto, assim como sobre aquele tratamento, por agora consulta aqueles excelentes médicos de Veneza que publicaram, não há muito tempo, excelentes opúsculos sobre esta matéria e puseram à venda, pois que a peste invadiu por contágio a cidade de Veneza, digna de admiração por todo o mundo, pois que *foi extinta rapidamente mercê da sabedoria, dos cuidados e da prudência de ilustres homens que a governam.*” (*Sétima Centúria*, p. 370)

G – Medidas

1 – Amato, em primeiro lugar, nas medidas preventivas, defende o estabelecimento de fogueiras de plantas selecionadas (o rosmaninho, o alecrim, o poejo, os orégãos - plantas abundantes em Portugal, como ele recorda - e outras mediterrânicas: o pinheiro, o zimbro, a cipreste, a cidreira, etc., porque, como diz o respetivo “fumo não só seca e reduz a humidade podre das exalações pestíferas, mas até absorve, destrói e aniquila as próprias exalações” (*Sétima Centúria*, p. 370).

2 – Na segunda medida preventiva, Amato prescreve que “os organismos fiquem livres de superfluidades e respirem muito bem. (“spirent optime”). São cuidados relativos a problemas respiratórias, que o médico observava nos doentes da peste. Não se pode descartar completamente a hipótese (Adelaide Neto Salvado) de se estar em presença de uma epidemia respiratória. A peste bubónica também evoluía com complicações respiratórias. Amato descreve nos doentes atingidos “bubões e carbúnculos.” (*Sétima Centúria*, p. 368).

3 – Mas o galenismo “impávido” não escapava nestas situações fortes, em pleno século XVI, intimando a celeberrima sangria (medida específica) aos gravemente doentes: “No entanto, APOLÓNIO para não nos retirarmos com as mãos por lavar, como se diz, escreveu: ‘Para os atacados de pestilência é remédio de alta categoria a escarificação das pernas.’” (*Sétima Centúria*, p. 370). Curiosamente, Amato Lusitano promete falar sobre esta medida noutra ocasião.

Bibliografia

- AMATO LUSITANO, *Centúrias de Curas Medicinaiis*, Vol. II, Centro Editor Livreiro da Ordem dos Médicos, 2010.
- ALSINA, José, *Los orígenes helénicos de la medicina occidental*, Guadarrama, 1982.
- ENTRALGO, Pedro Laín, *La medicina hipocrática*, Alianza Editorial, 1970.
- LINDEMANN, Mary, *Medicina e sociedade no início da Europa moderna*, Editora Replicação, Lda., 2002.
- SALVADO, Maria Adelaide Neto, *Catástrofes naturais na visão de Amato Lusitano*, in: *Cadernos de Cultura “Medicina na Beira Interior da Pré-história ao Século XX”*, Vol. 6, 1993, p.p. 15.20.
- SOURNIA, Jean-Charles; RUFFIE, Jacques, *As epidemias na história do homem*, Edições 70, 1986.

* Médico. Cuidados Paliativos. Universidade da Beira Interior.

Curatio 27. in qua agitur de causa pestis : Scopium inuadentis.

SAeua inuasit pestis Scopium, siue Scopiam habitâtes, anno à creatione mundi. 5329. Secundum uero Romanorum computum 1559. habuit autem, autumnali tēpore, suam solitam intemperiem seruante, initium crudelis hæc & immanis bestia, hoc modo: rugitum nanque; veluti gemitum ex se terra ferebat, & breui in motum & concussionem tota ipsa ueniebat: non admodum tamen: ut ex hoc terremotu, domus aut ædificia caderent. ruerintve, & homines periclitarentur, sed breui postea inuadere Iues pestica hæc mortales cœpit, ut singulis diebus tercenti misere, non nisi bubonibus & carbunculis confossi, morerentur occubuerintve, unde uero tantum malum, ortum, & causam traxerit dicam. Deum nanque, & cœlos, suis cum astris, à quibus non raro pestem pendere, diuini libri, & Astrologi testantur, pro nunc misissos facimus, naturalia nanque scrutamur. Quacunque de causa pestis contingat, aer inficiatur oportet, ut pestis communis causa quædam, aer quē inspiramus, dicatur, siue enim ab ira Dei, siue ab erraticorum cōiunctionibus, & eorum aspectibus, aut coluie ferarum, aut cadauerum multitudine, aut bestijs vastis, ingentibusque in mari emortuis, aut lacubus fœdisque paludibus, vel specubus; & antris, cauernisve pestiferam auram expirantibus, pestis eueniat; aer inficiatur corrumpaturve decet. Hæc uero qua de agimus pestis (ut reor) ab inclusis in cauernis flatibus, exhalationi-

A UNIVERSIDADE DE SALAMANCA, ALMA PARENS DE AMATO LUSITANO, COMO EXEMPLO DO SABER MÉDICO GRECO-ÁRABE MEDIEVAL

Romero Bandeira *

Sara Gandra **

Lima Ferreira ***

Rui Ponce Leão ****

Mafalda Reis *****

1 – Introdução

Amato Lusitano graduou-se em Medicina pela Universidade de Salamanca. Maximiano Lemos (1907) e Ricardo Jorge (1962) referem a data da formatura a 1529, mas em aturado trabalho de investigação, David Morais (2015) refere, o ano de 1532. Do que não resta qualquer dúvida é que foi a Universidade de Salamanca a sua Alma Parens.

Procuramos seguir, embora a traços gerais a translação dos conhecimentos médicos da Antiga Grécia para o Ocidente, fazendo jus ao trabalho de José Álsina (1982) intitulado “Los Origenes Helénicos de la Medicina Occidental”.

As Instituições que consolidaram esse saber, assimilando-o, estruturando-o, dando-lhe nova feição do conhecimento e sobretudo transmitindo-o aos seus alunos, fazendo deles arautos do mesmo, mas sobretudo identificando-se como “Confraria do Saber” de cada Universidade.

Destas, Salamanca, teve um papel exemplar, quer no espaço, quer no tempo, e, Amato, como seu aluno, foi um exemplo brilhante que se projetou não só em Portugal, como em toda a Europa.

2 – A Universidade Medieval

Em 1996 foi publicado o I volume de uma obra intitulada “Uma História da Universidade na Europa” sob a égide do Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas e da Fundação Eng. António de Almeida e cuja edição foi da responsabilidade da Imprensa Nacional- Casa da Moeda.

Walter Rüegg, coordenador geral da edição anunciava que os volumes previstos da série seriam quatro, intitulando-se I, “As Universidades na Idade Média” e o II, “As Universidades na Europa do Princípio da Idade Moderna” (1500-1800).

Por razões que desconhecemos o III e IV volumes não foram publicados até agora.

No prólogo do I Volume da obra mencionada (Fig. 1) Rüegg (1996) escreveu:

“A universidade como instituição europeia

A universidade é uma instituição europeia; na verdade, ela é a instituição europeia par excellence. Há várias razões para esta asserção.

Como comunidade de professores e alunos, mediante a concessão de certos direitos, tais como autonomia administrativa, concepção e cumprimento dos currículos (planos de estudos) e dos objetivos de investigação, bem como a atribuição de graus reconhecidos publicamente, a universidade é uma criação da Europa medieval, que era a Europa da cristandade papal. É isto que se demonstra no primeiro volume da presente história.

É, além disso, a única instituição europeia que preservou os seus padrões fundamentais, o seu papel social e as suas funções básicas ao longo da história; tem mesmo reforçado e expandido estes aspectos- conforme documentam os quatro volumes. Dos três poderes reconhecidos da sociedade europeia medieval- regnum, sacerdotium e studium-, o primeiro, o poder político, sofreu profundas alterações. O segundo, dentro da Igreja Católica Romana, preservou as suas estruturas e espalhou-se por todo o planeta, mas perdeu o monopólio, que outrora possuía, de proporcionar as condições para a salvação das almas. O mesmo se pode dizer das outras criações institucionais e culturais da Idade Média, i.e., das diferentes formas europeias de organizar uma economia monetária, das artes plásticas, da Arquitetura e da Música.” (Rüegg 1996)



Fig. 1

No capítulo segundo, Verger (1996) elenca 85 universidades fundadas entre o século XII e 1500, colocando Salerno em 1º lugar, Salamanca em 11º e Lisboa em 23º lugar; extratamos só as fundadas até à criação da de Lisboa.

No que concerne a Salamanca elucida-nos que no Inverno de 1218-19 Afonso IX de Leão fundava uma Universidade em Salamanca, e que esta na compilação jurídica conhecida por Siete Partidas, c. 1260, foi reconhecida como Studium Generale.

“LISTA DAS UNIVERSIDADES EUROPEIAS DA IDADE MÉDIA

Aquela studia cujo estatuto de universidades gera controvérsia aparecem entre parêntesis.

(Salerno) (século XII) – estatutos concedidos em 1231 pelo imperador Frederico II.

Bolonha (final do século XII).

Reggio (1188) (as escolas continuaram a funcionar até final do século XIII).

Vicenza (1204) (desapareceu depois de 1209).

(Palencia) (1208) (desapareceu por volta de 1250).

Paris (início do século XIII).

Oxford (início do século XIII).

Montpellier (início do século XIII).

Cambridge (1209-1225).

Arezzo (1215) (desapareceu por volta de 1260 - nova fundação em 1355; desapareceu por volta de 1373).

Salamanca (1218-19).

Pádua (1222).

Nápoles (1224).

Vercelli (1228) (desapareceu no século XIV).

Toulouse (1229).

Orleães (por volta de 1235) (reconhecida oficialmente como studium generale em 1306).

Studium da cúria romana (1245).

Siena (1246) (desapareceu por volta de 1252 – nova fundação em 1357).

(Piacenza) (1248) (existem dúvidas sobre quão efectiva foi, realmente, a sua abertura em 1248; funcionou novamente de 1398 a 1402, quando a Universidade de Pavia foi transferida para Piacenza).

Angers (por volta de 1250) (reconhecida oficialmente como studium generale em 1337).

Sevilha (1254-60) (fundado pelo Rei e pelo Papa, este studium poderá não ter sido uma universidade autêntica - desapareceu por volta de 1270).

Valhadolid (final do século XIII) (reconhecida oficialmente como studium generale pelo Papa em 1346).

Lisboa (1290) (transferida para Coimbra de 1308 a 1338 e de 1354 a 1377)."

Dela nos diz Veríssimo-Serrão (1983),

"Poucas Universidades tiveram nos fins da Idade Média a fama do Estudo salmantino, ao ponto de ser

considerada um dos quatro centros do saber, a igual nível de Paris, Bolonha e Oxford."

E ao estabelecer a comparação com a Universidade Complutense afirma:

"Dada a proximidade geográfica e o reduzido número de estudantes (1000 a 1200 por ano, quando Salamanca contava de 5000 para 6000) não admira que vários portugueses tenham preferido os gerais de Alcalá. Entre os mais notáveis, refiram-se os nomes de André de Resende, Pedro Nunes e Garcia de Orta. Mais tarde, quando da monarquia dualista, aumentaram os frequentadores dos gerais de Teologia, Medicina e Artes. Mas ao contrário do que mantém a tradição, nunca a Escola Complutense foi um centro dilecto dos portugueses, como sucedeu em Salamanca. Não existiu ali uma «nação» lusitana e os casos que se conhecem de frequência deveram-se apenas a motivos de ordem familiar ou religiosa." (Veríssimo-Serrão 1983)

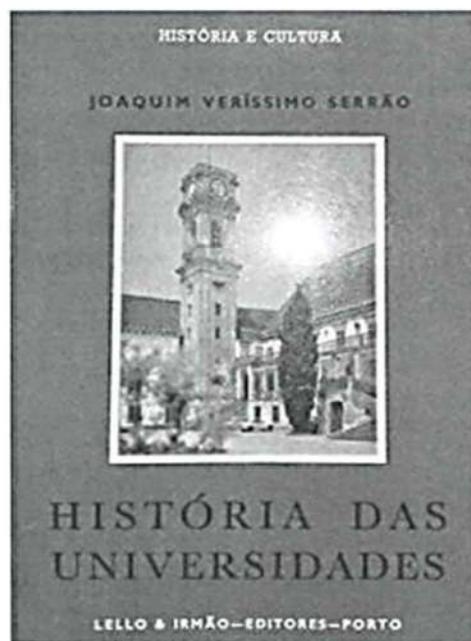


Fig. 2

De acordo com este mesmo autor o prestígio da Universidade de Salamanca continuou a florescer até ao término do Século XVI, sendo considerada a "Escola Ibérica por excelência" tendo exactamente sido um centro de formação permanente de mestres escolares provenientes de Portugal.

Igualmente de Salamanca refere Pina (1952):

"Como Monpilher e como Bolonha, Salamanca nasce também para ilustração da mocidade hispânica, que a procura sedentamente"

Não queremos deixar de relevar aqui a Universidade Portuguesa, sediada em Lisboa e elencada em 23^o Lugar na lista já referida ao ano de 1290. Porém, Veríssimo Serrão (1983) corrige a data para 1288, em seu entender, face à carta dirigida ao Papa Nicolau IV datada de 12 de

Novembro de 1288, atinente à criação da Universidade. Trata-se, pois, no entanto, da única Universidade Europeia que no período de cerca de 90 anos muda de localização geográfica várias vezes (Veríssimo-Serrão 1983), causando como é obvio uma inconstância deletéria.

Ao fixar-se definitivamente (Figs.3 e 4) em Coimbra em 1537 (Dias 1997), já Amato Lusitano, alguns anos atrás, como já vimos, se havia graduado por Salamanca.

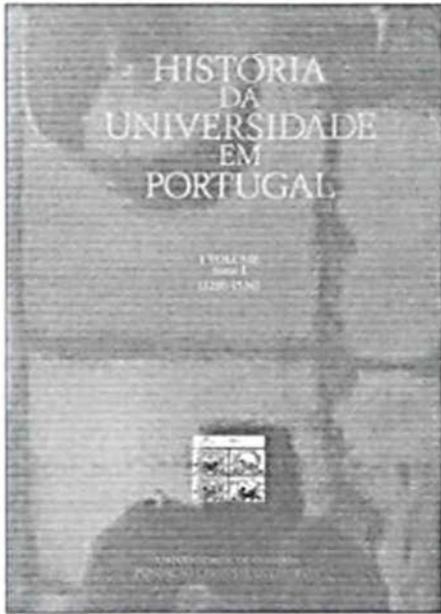


Fig. 3



Fig. 4

3 – Saber Médico Greco-Árabe Medieval

Numa comunicação memorável feita às Reuniões Científicas da Faculdade de Medicina do Porto em 27 de Janeiro de 1951, Luís de Pina apresentou o tema: “Fontes e Caminhos da Medicina Greco-Árabe no Ocidente Latino Europeu.”



Fig. 5

Ao procurarmos seguir de perto o trilho feito por Luís de Pina, mais não fazemos do que homenagear um verdadeiro culto de História da Medicina e simultaneamente um pensador atilado e extremamente arguto nos domínios da mesma.

Se centralizarmos em Hipócrates de Cós a criação da Medicina científica expurgando-a das práticas mágico-Teúrgicas e supersticiosas, igualmente pelo século V, AC, não podemos deixar de trazer à colação Alcmeon de Crotona, que cerca do ano 500 AC escreveu o texto que inicia formalmente a história universal da patologia Científica (Lain-Entralgo 1978), do qual só houve conhecimento através de Aecio, médico Bizantino do sec. VI DC que transmitiu o magnífico texto Alcmeon, o qual é oriundo de Crotona, situada na Magna Grécia que era o nome dado ao Sul da Península Itálica e como foi denominada pelos Gregos durante séculos.

Riera-Palmero (1996) transmite-nos que:

“En el alba de los tiempos medievales, cuando algunos educadores de Occidente com Boecio, Casiodoro, San Isidoro de Sevilla o Beda el Venerable, tranten de salvar el mundo latino del grand naufrágio de los tiempos bárbaros, se documenten de preferência en una limitada tradición científica latina, alejada del grand centro de información helenística. Las versiones grecolatinas que han llegado hasta nosotros, entre los siglos V al VIII como escritos de Hipócrates, Galeno de Pérgamo y otros grandes médicos helenísticos y bizantinos como Rufo de Efeso, Orebasio de Pérgamo o Alejandro de Tralles, entre otros textos latinos, no puedan equipararse com las fuentes que, durante estos siglos, circularon e el mundo bizantino y a partir del siglo VIII en el Islam.”



Fig. 6

Os centros de cultura médica mais importantes quer pré-Cristãos quer medievais radicaram-se na Península da Ásia Menor e nas ilhas do Mar Egeu (fig.7).



Fig. 7 - Mapa elaborado por Luís de Pina

A Oriente, os territórios hoje ocupados pela Turquia, Síria, Israel, Iraque, Mesopotâmia, Pérsia e países circunvizinhos, bem como a Sul, o Egipto. Neles desenvolveram-se centros nevralgicos do conhecimento e que no varrimto histórico de ações e edeologias acabaram por se difundir para Ocidente.

Como bem se sabe, Hipócrates de Cós sempre foi uma referência na Medicina. Ainda hoje, em muitas Faculdades os jovens médicos quando se graduam proferem o seu Juramento.

Porém, Galeno de Pérgamo do séc. II da nossa era, cerca de quinhentos anos depois de Hipócrates, é um outro marco fundamental do pensamento e saber médicos (Pina 1952).

Mas, como sabemos, Roma conquistou a Grécia; no entanto, a helenização de Roma é feita pelos derrotados, que acabam por a subjugar através da sua cultura e pensamento.

Quando Galeno, bem como outros médicos emigram para Roma, levam com eles o conhecimento médico-helénico, que acaba por marcar indelevelmente a arte de curar Romana.

Esta rota difusora de Medicina grega e greco-romana vai irradiar para França, Espanha, Portugal, atingindo toda a Europa sob a dominação Romana.

Porém, como bem sabemos o Império Romano a Ocidente colapsa e assiste-se à penetração Bárbara, que subverte a Europa de então lançando-a na destruição. As invasões bárbaras criaram uma situação de catástrofe generalizada e à Medicina nada trouxeram, a não ser o exercício de práticas primitivas e supersticiosas.

No entanto alguns centros se mantêm ou criam designadamente Mosteiros Cristãos, de variável dimensão, sendo de relevar o fundado por S. Bento de Núrsia em 529, no Monte Cassino o qual teve um papel importantíssimo no desenvolvimento cultural da época, mesmo a nível médico.

Há que notar, segundo Guerra (1995) que

“Paralelamente, la tradición cristiana, que habia tenido en Sevilla. Com las Etimologias de San Isidoro, un exponente singular en el siglo VII, fue recogiendo la ciência greco-árabe, a partir del siglo XII, en algunos monasterios de Itália y del Norte de España, mediante copistas y traductores como Gerberto, luego papa Silvestre II. Llobet de Barcelona y José Hispano, a quienes se atribuye la introducción de los guarismos arábigos y el astrolábio.”

A Europa começa por sofrer um longo processo de reorganização; mas, entretanto, em 571, nasce Maomé que aglutinou o seu Povo e que dele fez uma potência no sentido mais lato do termo, conseguindo numa acção relâmpago e antes de morrer que toda a Arábia fosse sua e que cerca de cinco séculos depois estará sobre domínio Árabe toda uma área geográfica balizada entre a Península Ibérica e a Índia, abarcando toda a África do Norte.

Ibañez (1955) subordinado ao título, “Emerge el Profeta” escreve:

“Como há sucedido tantas otras veces en la Historia, el dedo que hizo mover el gatillo histórico que habia de producir la formidable explosión árabe, fue la palabra de un hombre.

Súbitamente emerge en Arabia un mercader ignorante y fanático quien, al igual que Buda se retiró al monte y Cristo al desierto, decidió aislarse en su tienda de campaña y dentro de ella, aún acentuó su introversión cubriéndose la cabeza com su albornoz. De esa tienda, donde entrara un traficante anónimo encendido de fanatismo, emerge Mahoma, un profeta iluminado por un mensaje.

Ello sucedió en la época en que el Imperio bizantino estaba siendo azotado por la atroz epidemia de una plaga (probablemente peste bubónica) originada en el Bajo Egipto, que ocasionó en Constantinopla durante vários años hasta diez mil muertes diárias. Los cadáveres se iban amontonando dentro de los torreones de las murallas, que una vez rellenos de tan macabro depósito eran tapiados para proteger a los supervivientes.”

No entanto para entendermos a dinâmica que motivou a existência de uma Medicina Árabe ou melhor dizendo uma Medicina de Língua Árabe, como alguns historiadores a quiseram caracterizar, na medida em que os seus autores são essencialmente gregos, judeus, síriacos, persas e indús.

Segundo Le Coz (2004) :

“L’apparition de l’hôpital: Le IV^e siècle a cependant vu la naissance d’une grande innovation dans le domaine médical: l’apparition de l’hôpital, dont les premiers fondateurs furent justement les Pères de L’Église dont nous venons de parler, Basile en particulier. Son hôpital de Césarée servira de modèle aux nombreux établissements du même genre qui vont se multiplier rapidement à travers tout L’Orient byzantin.”

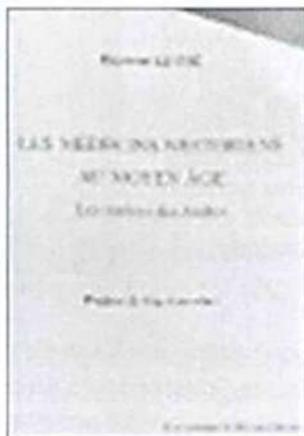


Fig. 8

Porém, no sec. V surge em Bizâncio o patriarca Nestório que não admitia a humanidade e divindade conjuntas de cristo (Pina 1952). Anatematizado, tem que fugir com os seus seguidores percorrendo os Nestorianos um larguíssimo caminho no seu êxodo, passando desde a Ásia Menor (Anatolia), à Síria, Mesopotâmia, Pérsia, Índia e Ásia Extrema.

Em relação a esta última área geográfica não quisemos deixar de citar António de Gouvea, sec XVII, evocação que se nos afigura importantíssima e reveladora do indómito espírito Português:

“Vindo já ao nome, dou primeiro resão de chamar à China Ásia Extrema. He certo que dos cento e mais reynos que a grande Ásia abarca, a China he não so o mayor, mas o mais extremo pera o Nascente, ficando-lhe o berço do Sol por ultima raya da Asia e primeira balisa de América. Porque ainda que ao mar de Nascente ficão lhas, e pelo continente alguns Reynos ate o de Anyen, ou sam e forão tributários ao Emperador fazendo com a China hum Corpo Monárquico, ou tão pequenos que nada impedem o novo apelido, abrindo com elle, e por elle, caminho a muytas outras novidades curiosas pelo discurso desta História, alem das que andão já escriptas pelos antigos. Conhecem os Chinas serem extremos asianos, e mais visinhos do Nascente, porque a todos os outros Reynos, assi da India como de Europa (depois que della tiveram noticias pelos invictíssimos Portuguezes, primeyros argonautas destes mares), chamão Si fam, quer dizer, terras Occidentaes; e por distincção de longe e perto chamão à India: Siaó Si yam, quer dizer, mar do pequeno ou vesinho Occidente; À Europa : Tá Si yam; quer dizer mar do grande ou remoto Occidente; como se so os Chinas fossem Orientaes da grande Ásia os extremos.

O nome China com que commumente os Europeos nomeão este Imperio, nem he natural, nem conhecido

dos mesmos Chinas; he estrangeiro, dado, não pelos Portuguezes quando o descobrirão, senão pelos natuaes da India muytos annos antes.”

Não nos podemos esquecer que segundo Meyrelles-do-Souto (2014), os monges nestorianos sediarão-se em Bizâncio e foram, comprovadamente, os principais conselheiros dos árabes.

Os médicos Nestorianos, fundaram excelentes escolas e hospitais designadamente em Edessa e Nísibe; imbuídos do saber médico e científico grego, durante os séculos V e VI, emigram em fuga e atingem Gundishapour na Pérsia, que era já uma Metrópole de conhecimento.

Riera-Palmero (1996) chama-nos a atenção para que

“La procedencia y las raices culturales de la Ciencia y Medicina árabes son fundamentalmente griegas y helenísticas con elementos hindúes, merced a la labor, propiciada por los califas, en favor de la asimilación de la ciência griega y bizantina. La existencia de escuelas médicas y la labor de los traductores en el Oriente medio (Nisibis, Edesa, Gondishapur, Damasco y Bagdad) permitió una intensa labor de versión al árabe, lengua a la sazón coloquial, la Ciencia, Medicina y Filosofia griega.”

Corroborando esta opinião Khan (1986) escreveu, intitulado “Medical Terminology in Classical Arabic and its Influence upon Latin” o seguinte:

“Upon the stage of history many tragedies and comedies have been played”, says Victor Robinson, “but never a world-drama stranger than this: persecuted Nestorians, excluded from church and state, devote themselves to the science of the Greeks condemned by Christendom, and driven by Byzantine intolerance from their school at Edessa in Mesopotamia, transmit Hellenic culture to Persian territory at Jundisapur; where the manuscripts are translated into Syriac and retranslated into arabic, until the Arabic versions with their extensive commentary become so influential in the Occident that they are translated back into Latin, and Europe for centuries acknowledges the medical supremacy of Asia “ It must be said “of Arabe (Muslims)” instead of “of Asia”.



Fig. 9

Nela convergem os saberes vindos do Ocidente e do Oriente, da Ásia Extrema e da Índia. Os árabes absorvem a cultura nestoriana respeitando-a tendo os autores gregos sido progressivamente traduzidos ao siríaco e deste ao árabe.

Porém, os Árabes avançam para o Ocidente após terem dominado o Oriente; toda a África do Norte lhes fica submissa, conquistam a Península Ibérica e só são vencidos por Carlos Martel na batalha de Poitiers em 732.

No entanto para além do afã da conquista, dos Árabes emanam figuras médicas de elevado nível.

E, sem sombra de dúvida, o Árabe conservou, traduziu e difundiu a Medicina de base galeno – hipocrática e heleno-latina (Pina 1952).

Esta pode ser admitida como a rota difusora dos conhecimentos médicos do Oriente ao Ocidente, ou seja, uma 2ª via.

Podemos e devemos considerar igualmente as Cruzadas como uma rota difusora de Medicina Grega e Romana para o Ocidente. Xavier-Coutinho (1946) escreveu:

“Au cas du fondateur de la dynastie, Henri de Bourgogne parti comme croisé à Jerusalem (1103), il faut en ajouter d’autres. Il semble que le roi sanche I (1188) ait conçu le projet d’une croisade en oriente; de même Alphonse III, avant d’être roi du Portugal, alors qu’il n’était que simple comte de Boulogne, aurait pensé aussi à se croiser. Il faut l’avouer cependant: pour ce qui est de ces deux derniers rois, rien ne peut être prouvé documents en mains. Heureusement d’autres exemples peuvent être allégués. En 1268, par exemple, Alphonse III (1) a émis le vœu de se croiser, vœu qu’il n’a pas mis à exécution, mais dont il s’est souvenu au moment de mourir, puisqu’il a laissé, dans son testament, des legs en faveur de la Terre Sainte (2). Autre cas: Le roi Denis, qui a tant travaillé au développement culturel et agricole du pays, s’est souvenu lui aussi des Lieux Saints, dans son testament: un chevalier portugais (la générosité n’était pas excessive, avouons-le) devait, en cas de croisade, y prendre part, mais si la chose s’avérait impossible, on appliquerait l’argent destiné à armer ce chevalier, à des oeuvres de bienfaisance.” (Fig. 10)

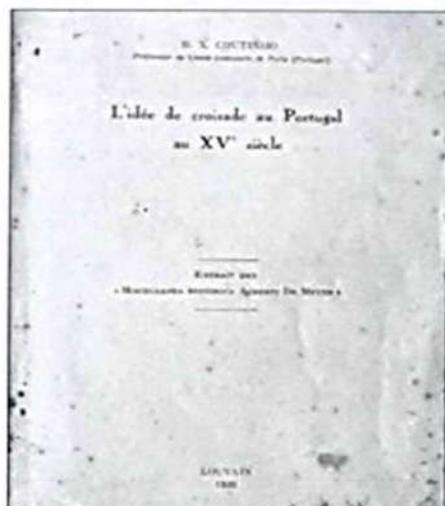


Fig. 10

Porém Fidel Martinez (1995) esclarece, realçando a Cultura e o Saber Árabes:

“Por eso, mientras la Europa feudal dirige en son de guerra a Palestina, otra cruzada de los amantes del saber viene de la misma Europa hacia Occidente, para buscar en nuestro suelo la antorcha de la sabiduría. a; y durante más de un siglo, los cristianos aparecieron divididos, yendo unos a guerrear contra los moros, mientras que otros buscaban en las Cortes islamitas de la Península la ciencia que apetecían conocer.”

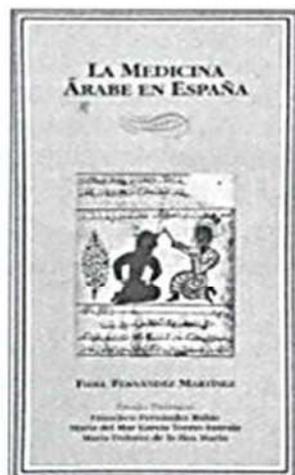


Fig. 11

Temos ainda que entrar em linha de conta com outra rota, estabelecida por Constantino o Africano, séc. XI, célebre médico que acabou por se acolher ao Mosteiro do Monte Cassino, e, que tendo sido um tradutor insigne dos livros médicos em árabe para o latim, sendo natural de Cartago. Sobre ele escreveu Riera-Palmero (1996):

“La primera recepción de la medicina grecoárabe en Europa se debe a Constantino y a la Escuela de Salerno. El impulsor y figura destacada de este precoz movimiento fue Constantino el Africano (c. 1015-1087), quien llevó a cabo una valiosa labor personal de asimilación y elaboración de las fuentes médicas árabes.”

A Escola de Salerno, não longe do Monte Cassino, de características laicas deve ser posta em relevo; existindo pelo menos desde o sec. IX (Pina 1952), sempre tem vindo a ser reconhecida e considerada como um centro difusor da Medicina Greco-Árabe. A corroborar esta opinião citamos Meyrelles-do-Souto (2014):

“Pode-se dividir, como De Renzi [32], na História de Salerno, a História de Salerno em três períodos:

1º Da origem até ao fim do ano 1000.

2º O do esplendor ou Período constantiniano.

3º A decadência (século XIII-XIV).”



Fig. 12

e também como Maria Olívia Ruber (1956):

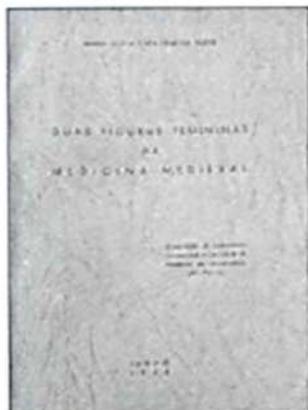


Fig. 13

“De Renzi diz que Trótula viveu em Salerno, no século XI, no tempo do último príncipe longobardo, antes da chegada de Constantino, o Africano. Odorico Vitalis (século XII) refere-se também a ela como «sapiens matrona» e «mulier sapientissima». Num manuscrito de Breslau, contendo fragmentos das lições dadas na Escola de Salerno, encontra-se o nome Trótula subscreven do alguns dele.”

Salvatore De Renzi escreveu um clássico sobre Salerno intitulado “Storia documentata della Scuola medica di Salerno” publicado em Nápoles em 1857.

Não devemos encerrar este périplo sem mencionarmos os centros de tradução, designadamente, Córdoba, Toledo e Granada na Península. Para mais fácil percepção, chamamos a atenção para o Mapa constante da figura 14 dado a lume por Jacquart e Micheau (1990) na sua obra “La Médecine Árabe et l’Occident medieval” onde nos mostra os centros de tradução, ensino e mistos.



Fig. 14

Uma vez mais queremos ainda citar Riera-Palmero (1996) quando escreveu:

“En la Escuela de Toledo tuvo lugar una labor sistemática en orden a incorporar la tradición alejandrina y árabe en la Europa latina. La sistematización alejandrina constituye el precedente antiguo que más tarde heredaron los árabes, y a partir del siglo XII Gerardo de Cremona introduce en Occidente.”

À guisa de reflexão final chamamos atenção para a Figura 15 que nos esclarece de uma forma sucinta a translação do Conhecimento e Saber Médicos ao longo dos séculos, de Bizâncio a Gundishapour e bem assim a introdução dos mesmos não só na Península Ibérica mas também na Península Itálica.



Fig. 15

4- Reflexões Conclusivas

O Saber Greco-Árabe medieval é um tema aliciante que tem suscitado o interesse de inúmeros autores até porque quer pela sua extensão e complexidade quer pelo ineditismo de alguns factos, por vezes não directamente relacionados com a Medicina, mas que nos obrigam a discretar acerca das múltiplas variáveis que influenciaram decisivamente esta nossa “arte de curar” no Ocidente.

A língua árabe deixou raízes profundas na Península e mormente em Portugal.

Se hoje em todos os domínios, do Mundo a que chamamos Ocidental, e particularmente no da Ciência, procura-se utilizar uma linguagem simples, objectiva e inteligível por todos, através da qual se possa comunicar, ou seja, tornar comum o conhecimento; não nos restam dúvidas que a língua árabe foi o veículo de transmissão ao latim do Saber Grego contribuindo decisivamente para evidenciar as raízes helénicas da Medicina Ocidental. Evidentemente que o Latim teve uma importância como todos sabem, semelhante ao Inglês de hoje efectivamente a presença árabe entre nós, povos do Ocidente, marcou de uma força inextinguível a sua acção; tenhamos só em conta a numeração árabe, ainda hoje utilizada nos mais complexos cálculos matemáticos.

Parafraçando Ortega y Gasset, citado por Ibañez (1955), que disse “- não entendo que se possa chamar “Reconquista” a uma coisa que duram oito séculos.” Ortega refira-se, claro, à presença Árabe na Península.

Sem nos alongar mais, não queremos, porém, deixar de referir aqui duas obras importantes, entre muitas outras, acerca da influência do árabe no português actual: a do José Pedro Machado (1958/1961), Figs. 16 e 17 e a de Adalberto Alves (2013), Fig. 18. Vale bem a pena compulsar as suas páginas, no tocante à terminologia médica.

Mas se toda a influência do saber greco-árabe foi transversal à População, não olvidemos o que diz respeito à Universidade, contando com todas as influências internas e externas às quais foi sujeita, concordando nós com Rüegg (1996), quando lapidariamente escreveu:

“A universidade é uma instituição europeia; na verdade, ela é a instituição europeia par excellence.”

Saí a manca é disso um exemplo preclaro, e, Amato, como todos bem sabemos, soube enobrecer a sua Alma Parens:

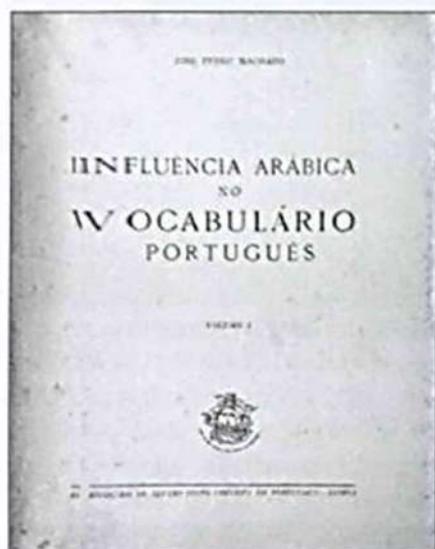


Fig. 16

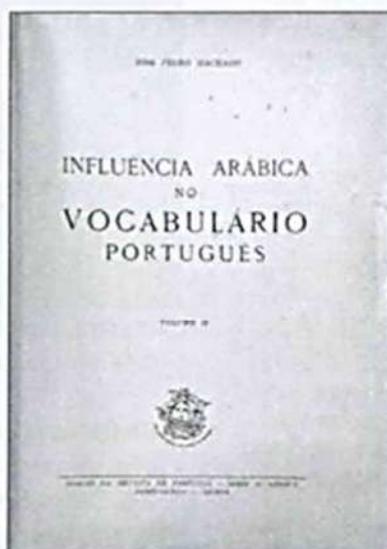


Fig. 17

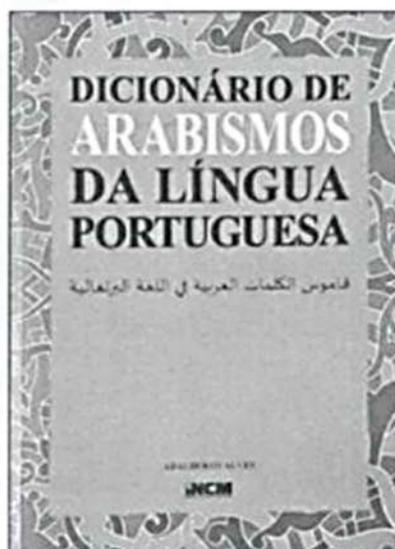


Fig. 18

Bibliografia

- ALSINNA J (1982) *Los Orígenes Helénicos de la Medicina Occidental*. Ed. Labor Barcelona
- ALVEES A (2013) *Dicionário de Arabismos da Língua Portuguesa*. Imp. Nac. Casa da Moeda. Lisboa
- GOUJVEA, ANTONIO DE, (1995) *Ásia extrema 1ª parte livro 1* Fundação Oriente – Lisboa
- MORRAIS, DAVID DE, (2015) *Amato Lusitano Reinterpretação Historiográfica da sua Biografia*. Ed. Colibri. Lisboa
- DIAS P (1997) Espaços Escolares. In: *História das Universidades em Portugal*. I Vol. Tomo I. pp. 33-38. Un. Coimbra – Fundação Calouste Gulbenkian.
- GUEFERRA F (1995) *Génesis oceánica de la modernidad. Fundamentos científicos de la época*. Mar Oceana 2:53-59
- IBÁÑEZ F (1955) *La medicina árabe*. International Record. of Medicine and Gen. Practice Clinics. Vol. 168, Nº6:399-425
- JACQUART D e Micheau F (1990) *La Médecine Arabe et l'Occident médiéval*. Ed. Maissonneuve e Larose. Paris
- KHANN M A (1986) *Medical Terminology in Classical Arabic and its Influence upon Latin*. Hamdard Medicus. Vol XXIX. Nos 1-2: 106-120
- LAIN-ENTRALOGO (1978) *História de la Medicina*. Salvat ed. Madrid
- Le Coz R (2004) *Les Médecins Nestoriens au Moyen Age*. L'Harmattan. PParis
- MACCHADO JP (1958/1961) *Influencia Arábica no Vocabulário Português*. Volume 1 e 2. Ed. Álvaro Pinto (Revista de Portugal). Lisboa
- MARTINEZ F (1995) *La Medicina Árabe en España*. Ed Sierra Nevada. Granada
- MAXIMIANO-LEMO (1907) *Amato Lusitano. A sua vida e a sua obra*. E. Ed. Tavares Martins Pinto
- MEYRELLES-DO-SOUTO A (2014) *Escola Médica de Salerno*. By the Book. t. Lisboa
- PINA L (1952) *Fontes e Caminhos da Medicina Greco-Árabe no Ocidente Latino Europeu*. Imprensa Médica. Ano XVI-nº 2 Fev. Lisboa.
- JORGE, RICARDO, (1962) *Amato Lusitano. Comentários à sua Vida, Obra e Época*. Ciclo Peninsular. Instituto da Alta Cultura. Lisboa
- RIERA-PALMERO (1996) *La Transmisión del Saber Médico Greco-Árabe a la Europa Latina Medieval*. Acta Histórico-Médica Vallisoletana XLVII. Un. de Valladolid.
- RUBIBER M (1956) *Duas Figuras Femininas da Medicina Medieval*. Dissertação de Licenciatura. Fac. Medicina Porto

- RÜEGG W (1996) Prólogo. In: Rüeegg W (ed) *Uma História da Universidade na Europa*. pp. XVII-XXIV. Imp. Nacional – Casa da Moeda.
- VERGER J (1996) Modelos. In: Rüeegg W (ed) *Uma História da Universidade na Europa*. Vol I pp 33-71 Imp. Nacional – Casa da Moeda.
- SERRÃO, VERÍSSIMO, (1983) *História das Universidades*. Lello e Irmão Ed. Porto.
- COUTINHO, XAVIER, B (1946) *L'Ideé de Croisade au Portugal au XV siècle*. Miscellanea Historica Alberti de Meyer. pp. 737-741 Louvain.

Agradecimento

Os autores agradecem ao Sr. Mário Ferreira, 2º Comandante dos BVS Pedro da Cova, à Vol. nº 43 Isilda Silva e à Vol nº 26 Débora Santos, respectivamente Monitores e colaboradora da Unidade Experimental de Investigação e Formação para Intervenção em Socorro (UEIFIS), da Associação Humanitária e Cultural de BV. S. Pedro da Cova, pela colaboração prestada na elaboração do manuscrito.

*Pr Ag Un Porto – Soc. Fran. de Med. Catastrophe (SFMC)
Investigador CEIS20- Universidade de Coimbra
ueifis.pr@gmail.com

**Centro Hospitalar e Universitário do Porto
saragandra@gmail.com

***Especialista em Medicina Interna. Assistente Graduado
Sénior da Carreira Hospitalar
limaferrera@net.sapo.pt

****Hospital Santa Maria Porto
ruipleao@gmail.com

***** Prof. Ass. Conv. ICBAS – Universidade do Porto
docmaf@sapo.pt

A PANDEMIA DA PESTE NEGRA EM 1348 – PROPAGAÇÃO E CONSEQUÊNCIAS NO REINO – COMO TERÁ SIDO NA DA BEIRA INTERIOR?

*Maria da Graça Vicente**



1. Ao longo de todo o período medieval, e bem para além deste tempo histórico, a eclosão de surtos pestíferos nas vilas e cidades podia acontecer por vários motivos, incluindo o contágio proveniente de lugares infetados, mais próximos ou distantes. Os poderes concelhios tudo faziam para evitar o contágio e propagação da doença. A primeira medida passava por fechar as portas de vilas e cidades, proibindo-se as entradas e saídas de pessoas. Medida que não era garantia de sucesso, acarretando outros inconvenientes em especial no aprovisionamento alimentar. O risco iminente do alastrar da doença, apesar dos esforços dos poderes concelhios, obrigava, muitas vezes, à intervenção régia.

El-rei D. Duarte, monarca atento ao que se passava no seu reino e, em especial na cidade de Lisboa, repreendeu este concelho por ter autorizado a entrada, no seu porto, de um navio inglês, cuja tripulação tinha vários casos de peste. A intervenção preventiva e, tanto quanto possível atempada, do rei e edilidades camarárias, era imperiosa a fim de evitar os surtos pestíferos e males maiores que muito facilmente alastravam por todo o reino.

No ano de 1491, D. João II informava o concelho de Lisboa de que a peste grassava em Sintra, alertando para a urgência em tomar medidas para prevenir e evitar a difusão da doença. Este mesmo monarca, ordenava à vila de Lagos, que fossem tomadas as necessárias providências para evitar a disseminação da doença¹. Porém, apesar desses cuidados e alertas do rei, nem sempre se conseguia evitar o contágio da doença e, de-

pois pouco mais podiam fazer que fechar as portas de vilas e cidades, proibindo as entradas e saídas. Proibição que se revelava vezes de mais pouco eficaz, pois na maioria dos casos a doença alastrava já, ainda que pouco visível, pela população, sempre muito desprotegida. Em finais do século XV, tentava-se, a todo o custo, evitar as terríveis consequências da peste; os efeitos da Peste Bubónica, ocorrida em meados do século anterior, estavam ainda bem presentes nos espíritos de todos, pobres e ricos, urbanos e rurais; uma pandemia mortífera que por longos séculos perdurou nas memórias e nos espíritos das gentes.

Enquanto as pestes alastravam descontroladas, as populações apavoradas procuravam encontrar os responsáveis pela calamidade que sobre elas se abatia. Acusavam-se as populações judaicas que viviam paredes meias com a cristandade nas vilas e cidades do Reino. Populações, adoradoras da estrela de David, que também não eram poupados pela doença. Nesses momentos crescia a animosidade contra essas comunidades verificando-se distúrbios, por vezes violentos, como aconteceu na cidade de Lisboa em 1506, sendo então acusados os cristãos-novos de propagar a doença, tendo sido por isso massa crados, junto ao convento de S. Domingos, pela população cristã em alvoroço².

Voltemos à pandemia de 1348, da Peste Negra ou peste bubónica, sobre a qual muito já foi escrito, pelos historiadores e outros estudiosos, nacionais e estrangeiros, das ciências sociais. O tema interessou as várias áreas do

conhecimento desde a medicina à economia, demografia ou sociologia. A pandemia da Peste Negra devastou toda a Cristandade³ deixando um rasto de destruição, em meados de Trezentos. Este surto pestífero grassou, não só por toda a Europa, mas também pela Ásia e África. Assolou a Europa, com especial gravidade, em 1348 e anos seguintes. A Grande Peste, como foi designada e ficou conhecida, marcou o século XIV, foi precedida de vários surtos da doença nos séculos anteriores e posteriores, atormentando as gentes⁴.

A doença da peste tornar-se-ia endêmica ao longo de vários séculos. A título de exemplo refira-se a «pestenença» que grassou no Reino de Portugal, no primeiro quartel de Quatrocentos, nomeadamente em Lisboa⁵. Surto pestífero de que viria a falecer a rainha Filipa de Lencastre, refugiada no mosteiro de Odivelas, nas vésperas da partida da armada rumo a Ceuta (1415)⁶.



«Dança macabra»

A esta grande pandemia da Peste Negra, de 1348 e sucessivos surtos pandémicos que assolaram todo o Reino, não ficou, por certo, imune toda a antiga Comarca da Beira. Porém, para esta Província, da Beira Baixa⁷, estamos ainda perante um quase total desconhecimento da sua propagação e dos efeitos mortíferos que provocou na população, já de si enfraquecida pelos maus anos agrícolas que a precederam, originando a «Grande Fome»⁸, sentida por toda a Cristandade. Entre nós a par das crises frumentárias, as guerras Fernandinas e Joaninas agravaram a situação de fome e debilidade das gentes. Guerras estas que tiveram especial relevo nas zonas raianas de Portugal.

Também nada, ou quase nada, sabemos quanto às consequências a nível do comportamento das comunidades beirãs, em tempo de peste e nos períodos que se seguiram. Porém, dada a rápida propagação deste surto pestífero chegando em todo o mundo conhecido, até aos lugares mais recônditos, não temos muitas dúvidas que também nas terras da Beira Interior a pandemia da Peste Bubônica terá deixado um rasto mortífero e perturbador nas mentes das suas gentes indefesas perante a terrível doença que a todos atacava por igual, ricos e pobres, leigos e clérigos. Aliás, foi entre as comunidades de frades, pelo seu modo de vida em comunhão, partilhando os

mesmos espaços de refeição, oração e meditação que ela provocou os maiores danos.

Nas terras da Beira Interior, região que, em meados de Quatrocentos, contava já com algumas vilas densamente povoadas, de que são exemplo a Covilhã e Castelo Branco, de acordo com os parâmetros da época, a peste também terá ceifado algumas vidas. Sendo ainda de salientar os frequentes contatos, originados por uma crescente rede mercantil, entre mercadores e almocreves de outras regiões do Reino e com Castela. As trocas comerciais e redes de comércio estavam já bem desenvolvidas, quer com o norte de Portugal quer em direção a Lisboa, cidade eleita pelo monarca Afonso III, para sua morada quase permanente. Trocas comerciais e vai e vem de gentes, mercadores, almocreves, pastores, oficiais régios, clérigos e outros viajantes nacionais e estrangeiros que uma geografia de fronteira proporcionava, em especial, com a vizinha Castela. Contatos que favoreceram, certamente, a propagação da doença.

Contudo, de concreto nada sabemos! Quantos terão perecido? Desapareceram aldeias como noutras regiões da Europa? Quais os efeitos na ainda incipiente cobertura monasterial da região? Verificou-se um aumento de pobres e marginais? Não temos respostas.

A Beira Interior, uma região de fronteira, pobre, pouco atrativa, pouco urbanizada e com uma fraca cobertura de mosteiros, é provável que o contágio, apesar de tudo, fosse menor e mais lento que nas cidades e vilas do litoral, mais populosas e com uma forte cobertura clerical de colegiadas e mosteiros. Instituições religiosas, eclesiais ou monacais tendo, geralmente, uma numerosa população de homens e mulheres do clero, secular e regular, e seus servidores leigos. Sendo certo, porém, que toda a região da Beira Interior era desde as mais remotas Idades um corredor de passagem do litoral ao interior facilitando, deste modo, o avanço e contágio da doença, chegada por via marítima; doença que atormentou os homens de meados de Trezentos.

É, na verdade ainda grande o nosso desconhecimento dos efeitos da Peste Negra na Beira Interior! Faltam os documentos! Documentos escritos e arqueológicos. Nos séculos medievos vilas e mosteiros eram os locais de elaboração e preservação da memória, sendo por isso os acervos documentais na região mais escassos. Documentos produzidos em muito menor escala e não escapando, essa diminuta produção, à voragem da passagem dos séculos. Dos mosteiros cisterciense da Boidobra e franciscano da Covilhã apenas chegaram até nós, do «scriptorium» dessas casas conventuais, alguns, muito poucos, documentos não permitindo deitar uma luz sobre esse acontecimento, que marcou os espíritos de toda a Cristandade em medos de Trezentos. Acervos documentais aos quais se juntam alguns documentos oriundos do município da Covilhã e confrarias de assistência, de que são exemplo as confrarias e albergaria de Santa Maria de Proença-a-Nova e a confraria e hospital de S. João da Sertã. Escas-

sejam, ainda, as pesquisas arqueológicas, nos espaços urbanos e em especial nos espaços rurais, que talvez nos pudessem dar algumas informações sobre o avanço e recuo dos campos agricultados e do edificado rural⁹.

Apesar dessa falta, insuperável, não queremos deixar de refletir, nestes tempos em que voltamos a enfrentar uma pandemia, que voltamos a fechar cidades e países¹⁰, sobre o que terá sido para as gentes medievais enfrentar essas sucessivas pestes. E quais as consequências, na economia, na posse da terra, na arte, na saúde física e mental das comunidades e na relação das gentes, perante a proximidade da morte, com as forças divinas?

Faremos essa indagação através dos poucos informes que chegaram até nós, sobretudo, a partir do vivido noutras regiões do reino, para as quais perdurou alguma informação coeva.

2- Ecos da Peste Negra na Beira Interior

A peste no reino de Portugal, como na generalidade dos países, terá entrado pelos portos. Em Portugal há registo da doença nos finais de 1348, no mês de setembro, de acordo com o *Livro da Noa*¹¹; também a *Crónica Alcobacense* faz alusão à Peste que foi geral e provocou grande mortandade¹², nesse ano de 1348.

A Beira Interior foi, durante todo o período medieval, uma região fracamente urbanizada, apesar de se evidenciam algumas vilas com um razoável peso demográfico, e dinamismo económico, como escrevemos, de que são exemplo a Covilhã, Castelo Branco ou até as vilas de Serfã, Belmonte, S. Vicente da Beira, Sarzedas e Oleiros. A ruralidade, o desempenho da maioria das atividades económicas serem realizadas nos campos e zonas de pastoreio, e a vivência quotidiana ser passada nos espaços amplos e pouco povoados, seriam um fator menos propício à propagação de qualquer doença, mormente da peste. É sabido que as áreas urbanas medievais não ofereciam condições mínimas de habitabilidade e de higiene. Vilas e cidades não tinham sistema de esgotos, persistindo o hábito de fazer os despejos de águas sujas sobre a rua pública. As suas ruas eram estreitas e geralmente sombrias, de terra batida, que rapidamente em tempo de inverno se tornavam lamacentas, sujas e malcheirosas. As suas casas eram, por via de regra, pequenas e pouco arejadas onde se amontoava toda a família, geralmente numerosa. O mesmo se diga das casas monacais, que apesar dos seus amplos espaços, os seus moradores, frades ou freiras conviverem, todos, nos mesmos espaços, muito perto uns dos outros, quer fosse no refeitório no claustro ou na igreja; uma convivência comunitária facilitando o contágio. Comunidades de frades e freiras, que não raras vezes, estavam muito enfraquecidos pelos prolongados jejuns, impostos pelo calendário religioso ou simplesmente autoimposto. Bem sabemos como a debilidade física facilita a doença! Quando um monge adoecia todo o convento estava em perigo. Situação ocorrida, especialmente, na

região do Entre Douro e Minho, onde havia uma grande concentração de mosteiros, masculinos e femininos, ficando, algumas dessas casas religiosas despovoadas.

A doença alastrou pelos mosteiros e pelas gentes, provocando grande mortandade e medo nas populações que tentavam, perante a morte iminente resgatar o céu. Uma das primeiras consequências traduziu-se num considerável aumento de doações e testamentos em favor de mosteiros e igrejas. Os homens tentavam, com doações pias, talvez escapar à terrível doença e, bem preparar a sua partida para a sua vida depois da morte terrena. Sendo naturalmente crentes eram muitas vezes, incitados pelos homens do clero a legarem todos os seus bens à Igreja. Muitas propriedades foram, assim, subtraídas ao mundo leigo e à esfera régia, deixando de serem tributados, com evidente prejuízo para a coroa e municípios. Situação que obrigou à intervenção do monarca.

D. Afonso IV, no ano de 1349, apenas um ano após a maior incidência da Peste Negra (1348), promulgou uma provisão coagindo à apresentação dos testamentos aos juizes. Obrigando, também, a Igreja ao pagamento dos impostos, como um qualquer simples particular¹³. Seguiram-se à pandemia algumas consequências que vieram alterar profundamente as vivências e, em especial as relações de trabalho de toda a sociedade, urbana e rural.

A par de algumas dificuldades e medidas conjunturais, somaram-se significativas mudanças estruturais. Sendo uma das primeiras consequências a grande falta de mão de obra, em particular para os trabalhos agrícolas. Recorde-se que em meados do século XIV, ao tempo da Grande Peste, a economia e a riqueza da sociedade assentavam, ainda, na terra e na produção agrícola, em especial nos cereais de pragana, no «pam». Depois dos anos pandémicos verificou-se uma grande falta de braços para o amanho da terra, já pelo número de mortes registadas durante a peste, já porque se mostrou haver alguma concentração de propriedade nas mãos de quem antes nada tinha de seu, por herança de parentes afastados, ou outras dádivas; deixando, desta maneira, muitos outrora ligados ao trabalho da terra, libertos desse constrangimento, podendo viver dos bens recém-adquiridos. Nesse mesmo ano de 1349 foi promulgada lei sobre a mão de obra rural, que se pretendia fixar à terra. A acumulação de bens rústicos pela igreja depauperou os cofres do estado/régios pela diminuição da receita fiscal, em virtude de a Igreja estar isenta do pagamento de impostos.

Os sucessivos surtos de peste forçaram o rei e a sua corte, gente da nobreza e do clero a sair do seu local de residência habitual e refugiar-se, nalguma propriedade ou instituição, fora da geografia da doença, como terá acontecido com o Prior de Santa Cruz de Coimbra que foi para Braga¹⁴, ou cerca de um século mais tarde a Princesa Santa Joana. Esta filha de D. Afonso V, que escolheu deixar a corte, foi coagida a sair do Mosteiro de Jesus de Aveiro, onde permanecia, e a deambular pelo Reino, passando por Avis e Santarém entre outras localidades¹⁵. Já o

povo de aldeias e cidades não tinha como fugir! As gentes tentavam ficar imunes à doença com procissões, orações, jejuns e penitência.

Voltemos à Beira Interior, onde escasseiam os documentais, especialmente, para os séculos medievais. Aqui, como dissemos, a cobertura monacal era bastante indigente assim como fraca era a rede urbana de todo este vasto território; sendo esses os locais privilegiados para a existência de registos escritos. São por isso quase nulos os indícios da incidência das pestes medievais e, em particular, da Peste Negra que assolou toda a Cristandade, e também o mundo asiático, em meados do século XIV. Apenas conhecemos alguns escassos testemunhos, indiretos, que nos dão raras informações sobre o despovoamento da região. Chegaram até nós alguns indícios da falta de gentes que podemos interpretar, com algumas reservas, como sendo resultado da pandemia vivida nesses anos. Fatores aos quais se associaram outros, nesta região fronteira e tradicionalmente com uma fraca densidade populacional, como seja o período conturbado das guerras fernandinas e da sucessão dinástica.

No Tombo da Ordem de Cristo da Comenda de Castelo Branco executado em 1408, encontramos várias referências a terras despovoadas onde ainda existiam «casarias hermas». Entre essas terras contavam-se a granja de Beliguayão, «que em tempo antigo parece que a granja foy provada» e moinhos derrubados e, por isso, inoperantes¹⁶. Não seriam necessários? Não havia moleiro? Preciavam de obras demasiado onerosas não se justificando pelos ganhos obtidos? Ou simplesmente não havia comedores de pão que justificassem a sua laboração?

Nesse mesmo documento, da chancelaria da Ordem de Cristo, há referência a casas hermas, junto à ermida de Santiago da Rapoula e mais moinhos «derybados» no rio Ocesa. O mesmo cenário com casas derrubadas repete-se na Comenda de Alcains. Nessa comenda, junto a São Domingos, viam-se «huas casarias de paredes em outro tempo provadas», mas agora «sem madeyra njhuã e sem telha». Estado de abandono também notório no celeiro da Ordem, nesta povoação, que estava derrubado e destelhado, dizendo os almoxarifes ser por causa da guerra. Já o inquiridor da Ordem pensava ser devido ao desleixo no reger da Comenda. Outro indício da ruína, má gestão, ou simplesmente falta de braços para trabalhar, comprar e consumir, estava refletido no estado de degradação dos açougues; velhos e derrubados. O mesmo cenário de abandono é visível na povoação dos Escalos de Fundo, com as suas «casarias velhas» e o «moynho delapidado».

Um cenário de desolação visível nas Granjas da Ordem na periferia de Castelo Branco a fazerem transparecer um aspeto de abandono e ruínas, causado pela guerra ou simplesmente pelo abandono destas terras, de poucos rendimentos e muitos constrangimentos impostos pelos seus senhores. A sua posição raiana, sempre exposta às desavenças entre os dois reinos vizinhos, constituía mais um entrave à fixação das gentes; ou seria, também ainda,

e ainda um reflexo da pandemia, da peste bubónica, de meados do século XIV?

O recuo demográfico, foi uma das consequências imediatas da pandemia da Peste Negra ou Peste Bubónica. Não há um consenso definitivo quanto aos números de vítimas da Peste Negra, mas os historiadores são unânimes quanto ao prolongado tempo que demoraram a serem repostos os quantitativos demográficos existente antes da pandemia. Um recuo demográfico que terá demorado cerca de um século a ser recuperado! Menos unânimes, estão os estudiosos, quanto aos efetivos humanos apontados a terem perecido. Mas, estão de acordo, quanto ao ter sido um número avassalador. A Europa terá perdido, talvez, cerca de um terço da sua população.

Toda a região da Beira Interior, afastada dos centros de poder, apresentava desde a «Reconquista» uma fraca densidade demográfica, por isso, a par destas granjas e terras da Milícia de Cristo, sem braços para as cultivar, o despovoamento fez-se particularmente sentir nas vilas fronteiriças; situação a que os monarcas tentaram dar solução e resolver ensaiando estratégias para a sua ocupação.

Numa primeira fase, nos primórdios do reino, as cartas de foral com amplos privilégios, foram uma estratégia que talvez, nalguns casos, tenha ficado aquém do almejado; numa segunda fase a criação dos coutos de homiziados, tentava dar resposta à falta de braços para os trabalhos agrícolas e principalmente para defender estas terras raianas, muito expostas às investidas castelhanas, fossem elas guerreiras ou simplesmente de saque, de colheitas e gados. As passagens, nos territórios fronteiriços, de grandes rebanhos de ovinos ávidos de pastagens constituíam mais uma ameaça para a economia da região e das suas gentes. A criação de coutos de homiziados foi uma política ensaiada por D. Dinis e, depois, largamente usada pelos reis seguintes, com especial relevo por D. Fernando e D. João I.

El Rei D. Fernando que iniciou o seu reinado, escassos anos após a pandemia e travou várias guerras com Castela, sentiu necessidade de reforçar a fronteira, por isso ao longo do seu governo, criou diversos coutos de homiziados nas fronteiras beirãs com Castela. Instituiu e outorgou privilégios aos coutos de homiziados no Sabugal em 1369, na Guarda em 1369, para 200 homiziados, sendo o motivo invocado estar a cidade «muj despobrada de companhas»; Castelo Mendo em 1373; Sortelha em 1377, para a vila «seer mjlor pobrada doutras gentes de fora parte»; Marvão em 1378 e Penamacor em 1379 para 100 homiziados. El-rei D. João I, seguiu a mesma política de reforço do povoamento na fronteira instituindo couto de homiziados em Castelo Mendo de Ribacoa no ano de 1387, por ser uma vila fronteira. A povoação de Amêndoa estava ainda despovoada no ano de 1434, sendo pedido pelo Mestre da Ordem do Hospital a criação de um couto de homiziados para 20 homens. A vila de Monsanto queixava-se em 1440 do seu despovoamento, avançando como causa os danos causados pela guerra. Multiplicando-se os exemplos de Norte a Sul do Reino, da falta de gentes e a im-

periosa necessidade de as repovoar, com gentes vindas de fora da sua área geográfica¹⁷. Sendo certo que, por via de regra, a criação de um couto de homiziados, era uma aspiração das vilas que viam assim aumentar a possibilidade da sua defesa perante o belicoso vizinho e dispor de um maior número de braços para o trabalho da terra, e manutenção dos caminhos, pontes e estruturas defensivas. Aumentando, também deste modo, os réditos do município. Apesar dos documentos serem omissos, esta situação de despovoamento, ao longo dos séculos XIV e XV, seria também, ou ainda, reflexo da Grande Peste?

A pandemia da Peste Negra ocorrida em meados de Trezentos, em plena guerra dos Cem Anos provocou uma



Ilustração dos cidadãos de Tournai enterrando as vítimas da peste (c. 1353)

rápida e expressiva redução dos quantitativos humanos. A doença alastrou descontrolada ceifando vidas de homens e mulheres, já bem debilitados pela penúria de cereais que maus anos agrícolas provocaram, um pouco por toda a Europa. Apesar dos esforços de reis, príncipes e concelhos a reposição dos efetivos humanos foi demorada, e foi preciso, como dissemos, mais de um século para recuperar da mortandade por ela provocada. Era imperioso alimentar as gentes poupadas pela pandemia, era urgente produzir mais cereal, fixar as gentes à terra por isso as diversas disposições régias nesse sentido, culminando, no Reino de Portugal, com a *Lei das Sesmarias* promulgada por D. Fernando I em 1375¹⁸.

Cidades e vilas pediam a intervenção régia contra o despovoamento destas regiões raianas, por via de regra dando como justificação a sua posição fronteiriça e as guerras. Apenas a aldeia de Medelim, em plena campina albicastrense, se queixava ao rei no ano de 1450, das pestes e das guerras, que teriam reduzido a sua população de mais de 200 homens apenas para 20 ou 30, depois «das guerras e pestes»¹⁹. Nas cortes de 1441 a vila de Pinhel queixava-se que antes das guerras e epidemias tinha entre 1500 a 2000 homens, mas agora estava reduzida apenas a 700 homens²⁰.

A peste tornou-se endêmica e cerca de um século depois da pandemia de 1348, ainda atormentava os homens, tanto no Reino como nos territórios do norte africano, que pouco mais podiam para enfrentar a doença que

fazer procissões e rezar. Pedir a Deus com toda a «*devoção e eficácia, como o caso requiere, que lhe praza levantar a pestellença de sobre a cidade [...]*», ordenava D. Afonso V, em fevereiro de 1453²¹.

A pandemia da Peste Negra deixou profundas marcas na demografia europeia. Deixou, também, um rasto de desolação nas gentes, difícil de medir e calcular, traduzida nas expressões coletivas e nas manifestações artísticas. Surgiram por esses anos as procissões dos flagelantes, que tentavam com o seu sacrifício e flagelação aplacar a ira divina. Outra das manifestações desses anos pandémicos, que chegaram até nós, foram as chamadas danças macabras: representações do medo sentido e vivido pelas gentes. Inquietação e angústia que a doença provocava nas desprotegidas comunidades urbanas ou campesinas.

Mas a pandemia foi também o acelerador das mudanças que se operavam na sociedade, e já previamente se faziam sentir, antes dos terríveis anos da Grande Peste. Uma dessas consequências foi certamente o apressar da vida urbana e abandono dos campos. A economia e as gentes doravante eram cada vez mais citadinas e menos rurais. Ainda nas mudanças sociais, mercê da falta de braços para o amanhã da terra e uma cada vez maior tendência para o abandono dos campos foi a diminuição do rendimento da nobreza terratenente que passou a cada vez mais depender do rei e dos cargos e mercês que a proximidade ao soberano proporcionavam. Verificando-se, por estes fatores associados, uma mudança dos paradigmas económicos e sociais. Doravante a economia passou a ser essencialmente urbana; aumenta em diversidade e quantidade a produção artesanal. Os mestirais e homens da mercancia ganham protagonismo; a nobreza deixa de ser, essencialmente, terratenente e passa a viver na corte, tomando-se rapidamente uma nobreza de corte, ociosa e devedora dos favores régios. Aumentam também nas ruas e becos das cidades os excluídos, mendigos, prostitutas; uma chusma de marginais mais ou menos turbulentos e por vezes até violentos. Doravante a insegurança sentida e vivida pelas gentes já não vem de fora dos recintos muralhados, está e vive dentro de portas.

Concluindo

A pandemia da «Peste Negra» que assolou todo o mundo conhecido em meados do século XIV provocou profundas alterações nas vivências das comunidades, a nível económico, social e político, nas expressões artísticas e na distribuição das populações pelos espaços geográficos. A pandemia veio acelerar o desenvolvimento das áreas e funções urbanas, com o respetivo abandono dos áreas rurais e atividades ligadas ao campo e à floresta.

A mortandade foi grande, calcula-se que um terço da população europeia terá desaparecido e foi necessário cerca de um século para repor os efetivos demográficos anteriores à pandemia. Peste, uma doença, que se tornou endêmica e perdurou, com sucessivos surtos, com o seu rasto de mortandade, ao longo dos séculos seguintes.

Notas ao texto

1 - D. João II alertava o concelho de Lisboa, da existência de alguns focos de peste, nas vilas de Sintra e Lagos. Cf. CML/AML: PT/AMLSB/CMLSBAH/PS/003/01/0007

2 - AML. <https://www.fscn.unl.pt/.../tempo-de-doenca/pestes>

3 - «grande mortindade» referida em carta de 20 de dezembro de 1348, do Bispo de Évora, relativa a uma reanexação de igreja em Lisboa», «Cronologia da Universidade medieval», pp. 1-33, in A Universidade de Lisboa, coordenação Hermenegildo Fernandes, Tinta da China, Lisboa, 2013.

4 - Ao longo da segunda metade do século XIV, há notícia de diversos surtos de peste no Reino, nos anos de 1356; 1365; 1372; 1376 e 1380.

5 - «E estando assim alguns dias, seguiu-se que adoeceram algumas pessoas de pestenença em aquele lugar de Sacavém. E isto era porque a pestenença andava mui grande em Lisboa, como já ouvistes». ZURARA, Afonso Gomes, *Crónica da tomada de Ceuta*, Mem-Martins, Publicações Europa-América, 1992, Capítulo XXXIX, p. 147.

6 - Idem, *ibidem*, tomo XLV, p. 16.

7 - Província assim designada até finais do século XX.

8 - Crises cerealíferas que afetaram a Europa e se fizeram sentir no reino de Portugal, sempre muito deficitário em cereais, do «pam» base da alimentação medieval.

9 - Sendo certo que a casa rural medieval era um dos elementos mais percíveis da paisagem.

10 - Em que se obriga ao afastamento social e familiar e à observância de quarentenas ao mais pequeno sinal de contato ou suspeita de contato com a doença, está na ordem do dia.

11 - Livro da Noa do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, in Virgínia RAU, *Un document portugais sur la peste noire de 1348*, Separata Annales du Midi, Toulouse, Edouard Privat Editeur, 1966, pp. 331.

12 - «Era M^oCCC^oLXXX^oVI^o fuit generalis pestilentia per toto mundo in qua mortui sunt due partes hominum». Idem, *ibidem*, p. 332-333.

13 - Lei de 21 de maio de 1349. *Livro das Leis e Posturas*, Lisboa, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, 1971, p. 440.

14 - Crónica de Coimbra.

15 - Crónica da fundação do mosteiro de Jesus de Aveiro.

16 - TT, COMC/CT, m. 66, n. 1. Tombo da Ordem de Cristo da Comenda de Castelo Branco, doc. Publicado por Manuel da Silva Castelo Branco, in Revista «RAIA», n. 18- dezembro 1999, pp. 51-62.

17 - Sobre o tema veja-se o pioneiro trabalho de Humberto Baquero Moreno, «Elementos para o estudo dos coutos de homiziados instituídos pela cora», in *Os Municípios Portugueses nos séculos XIII a XV*, Lisboa, 1986. Tema que vem sendo abordado por diversos historiadores, entre os quais Margarida Garcez Ventura, «Os Coutos de Homiziados nas Fontes com Direito de Asilo», in *As Relações da Fronteira no Século de Alcanices*, Atas das IV Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval, Porto, 1998, vol. I, pp. 601-625.

18 - Virgínia Rau, *Sesmarias Medievais Portuguesas. Subsídios para o seu estudo*, Lisboa, Editorial Presença, 1982, 2^a ed.

19 - TT, Beira, livro 2, fl. 78-78v.

20 - Humberto Baquero Moreno, *Exilados, marginais e contestatários na sociedade portuguesa medieval*, Lisboa, Editorial Presença, 1990, p.113.

21 - *Livro antigo de cartas e provisões dos senhores reis D. Afonso V, e D. João II e D. Manuel I*, Arquivo Municipal do Porto, Porto, Câmara Municipal do Porto, [s. d.].

Bibliografia

- CASTELO-BRANCO, Manuel da Silva - «O Tombo mais antigo com os bens da Ordem de Cristo em Castelo Branco e no seu termo», in Revista *Raia*, n. 18, dezembro 1999, pp. 51-62.

- *Crónica da tomada de Ceuta*, Introdução e notas de Reis Brasil, Mem-Martins, Publicações Europa-América, 1992.

- COELHO, Maria Helena da Cruz- *Um testamento redigido em Coimbra no tempo da Peste Negra*, Separata Revista Portuguesa de História, 1980.

- MORENO, Humberto Baquero- «Coutos de Homiziados», in *Os municípios portugueses nos séculos XIII a XVI*, Estudos de História, Lisboa, Presença, 1986, pp. 93-138. Um testamento concebido durante a Peste Negra, Separata «Braccara Augusta, 32».

- ROQUE, Mário da Costa - *As pestes medievais europeias e o «re-gimento proueytoso contra há pestenença»*, Lisboa, Valentim Fernandes (1495-1496), Paris, Fundação Calouste Gulbenkian- Centro Cultural Português, 1979.

- *Para o estudo da Peste em Portugal*, Separata «Braccara Augusta», vol. XIV-XV, n. 1-2 (49-50), Braga, 1963.

- RAU, Virgínia - *Un document portugais sur la peste noire de 1348*, Separata, «Annales du Midi», Toulouse, Edouard Privat Editeur, 1966.

Manuel Joaquim Henriques de Paiva (1752-1829) e a Água de Inglaterra

Maria Guilherme Semedo*

João Rui Pita**

Ana Leonor Pereira***

Introdução

Manuel Joaquim Henriques de Paiva (1752-1829) foi um importante médico, autor e divulgador científico português nascido em Castelo Branco.

Uma das suas obras foi dedicada exclusivamente à água de Inglaterra, uma afamada preparação farmacêutica com quina (uma droga vegetal americana) e vinho na sua constituição. Este medicamento foi comercializado em Portugal entre o século XVII e XIX.

O termo quina designa a casca de plantas da espécie *Cinchona pubescens* Vahl ou *Cinchona calisaya* Wedd "ou das suas variedades ou híbridos"¹. A quina foi o primeiro tratamento eficaz para a malária ou paludismo (uma doença causada por protozoários parasitas do género *Plasmodium*) a surgir na materia medica europeia².

O primeiro fabricante da água de Inglaterra terá sido Fernando Mendes (1645-1724), um médico português radicado em Inglaterra. Em 1681 Fernando Mendes ofereceu a D. Pedro II as "Reflexões sobre a virtude da água", onde constaria a receita desta preparação farmacêutica com quina. Nesta altura inicia-se também a comercialização da água de Inglaterra em Portugal³.

Depois da morte de Fernando Mendes, o médico português Jacob de Castro Sarmiento (1691-1762), também residente em Inglaterra, começou a produzir um medicamento designado água de Inglaterra. Castro Sarmiento exportava o medicamento para Portugal, onde estabeleceu uma extensa rede de distribuição deste produto, com vários correspondentes em diferentes pontos do país⁴.

No entanto, houve vários produtores de medicamentos com o nome de água de Inglaterra ao longo dos anos, nomeadamente o sobrinho-neto de Jacob de Castro Sarmiento, André Lopes de Castro, e o filho deste último, José Joaquim de Castro. André Lopes de Castro começou em 1756 a fabricar água de Inglaterra em Portugal, afirmando que o próprio Sarmiento lhe indicara a receita⁵. Não obstante, Castro Sarmiento negou esta cedência da receita⁶ e, no seu testamento, legou a fórmula da sua água de Inglaterra à mulher e aos filhos⁷. A água de Inglaterra foi também produzida em farmácias conventuais⁸.

A água de Inglaterra era frequentemente utilizada em automedicação⁹. Era utilizada em diversas patologias e sintomas, nomeadamente no tratamento das ditas febres intermitentes (como as febres "terças" ou "quartãs"), que

a historiografia médica tem associado à malária¹⁰. Na Europa descrições de sintomas da malária surgem frequentemente entre os séculos XVII e XVIII, mas no século XIX a doença ainda era endémica no continente europeu¹¹. A malária constitui ainda um grave problema de saúde pública em diversos países¹². Atualmente a quinina, substância derivada da quina, utiliza-se ainda no tratamento da malária.

Após o isolamento da quinina a partir da quina em 1820, pelos cientistas franceses Pierre-Joseph Pelletier (1788-1842) e Joseph-Bienaimé Caventou (1795-1877), a importância da água de Inglaterra na terapêutica diminuiu. A quina e as preparações farmacêuticas com quina foram progressivamente substituídas pelos medicamentos com quinina¹³.

Esboço biográfico de Manuel Joaquim Henriques de Paiva

Manuel Joaquim Henriques de Paiva era natural de Castelo Branco¹⁴ onde nasceu em 1752. Seu Pai era cirurgião e boticário, cristão-novo e sua Mãe era descendente de um boticário chamado João Henriques. Parecer existir uma relação de parentesco entre Manuel Joaquim Henriques de Paiva e o médico português António Nunes Ribeiro Sanches, um dos discípulos científicos do famoso Hermann Boerhaave, cujo brilho da carreira levou a países como a Holanda, Rússia e França durante o século XVIII.

Ainda criança, com sete anos de idade, Manuel Joaquim Henriques de Paiva rumou para o Brasil. Aí obteve o diploma de boticário em 1770. Ficou encantado com a variedade da flora brasileira e com as suas potencialidades terapêuticas. Dois anos depois rumou a Portugal e foi para Coimbra para tirar o curso de medicina na Universidade então única existente no país, e que em 1772 havia sofrido pela influência do Marquês de Pombal a mais marcante reforma de toda a sua história¹⁵. Lembre-se que com esta reforma foram estabelecidos locais laboratoriais para a investigação e foi fortemente incentivada a investigação experimental. Foram fundadas duas novas Faculdades, a de Filosofia e a de Matemática, continuando as já existentes de Teologia, Leis, Cânones e Medicina. Os estabelecimentos destinados ao ensino e investigação das ciências experimentais fundados pelos Estatutos de 1772 foram:

o Hospital Escolar, o Teatro Anatómico e o Dispensatório Farmacêutico, todos dependentes da Faculdade de Medicina; e ainda o Laboratório Químico, o Jardim Botânico, o Gabinete de Física e o Gabinete de História Natural, dependentes da Faculdade de Filosofia; bem como o Observatório Astronômico, dependente da Faculdade de Matemática¹⁶.

Na cidade de Coimbra, no bairro de Celas, Henriques de Paiva fundou a *Sociedade de Celas ou Sociedade dos Mancebos Patriotas*, uma pequena associação para discutir e promover a ciência, ou seja, uma instituição que pretendia “difundir junto do mais vasto público possível a mentalidade científica que começava a impor-se e a rivalizar com a mentalidade religiosa, teológica e metafísica do passado”¹⁷.

Em 1775 Henriques de Paiva formou-se (com o grau de bacharel) em Filosofia pela Faculdade de Filosofia da Universidade de Coimbra. Este grau acadêmico era obrigatório para acesso ao curso médico. Ingressou na Faculdade de Medicina e formou-se em 1781.

Entre 1773 e 1777 Manuel Joaquim Henriques de Paiva foi demonstrador de química e de história natural na Faculdade de Filosofia¹⁸. Contudo, entrou em confronto com as autoridades acadêmicas tendo abandonado o cargo. Em 1777 já estava em Lisboa a exercer medicina. Mesmo antes de ter tirado o curso de medicina Henriques de Paiva já exercia clínica. Depois foi médico da Casa Real, encarregado da administração do armazém e da botica da Marinha Real, e deputado da Real Junta do Protomedicato. Foi ainda nomeado professor da cadeira de farmácia criada em Lisboa em 1801, dependente da Faculdade de Filosofia da Universidade de Coimbra sobre a qual temos poucas informações sobre o seu real funcionamento. Foi membro da Academia Real das Ciências de Lisboa¹⁹. Quanto a outros títulos, foi Fidalgo da Casa Real, Cavaleiro Professo da Ordem de Cristo e Censor Régio da Mesa do Desembargo do Paço.

Em 1809 regressou ao Brasil onde teve uma intensa atividade política e social²⁰. Em 1818 foi reintegrado das honras e prerrogativas que havia perdido em Portugal, tendo sido repostas por decreto de D. João V de 6.2.1818 e Aviso Régio de 14.11.1818²¹. Após a independência do Brasil em 1822, Manuel Joaquim Henriques de Paiva preferiu a nacionalidade brasileira.

No Brasil continuou a manter uma significativa atividade pedagógica e científica. Foi professor da Cadeira de Matéria Médica e Farmácia no Colégio Médico-Cirúrgico da Baía, tendo falecido a 10 de Março de 1829.

A obra científica e divulgativa de Henriques de Paiva

É vasta a obra escrita de Manuel Joaquim Henriques de Paiva. Foi autor e tradutor de muitas obras²². Foi editor e comentador de muitas outras. Teve uma importante

função editorial em periódicos como o *Jornal Encyclopedico*, a partir de 1788, quando redator desta publicação. Henriques de Paiva traduziu e adaptou obras de história natural de autores como Scopoli, Lineu e Brisson. É o caso da *Divisão methodica dos animaes mammaes, conforme a distribuição de Scopoli* (1786), da *Divisão methodica dos quadrupedes, conforme o methodo de mr. Brisson* (1786), da *Divisão methodica das aves, conforme o methodo de Scopoli* (1786) e dos *Fundamentos botanicos de Carlos Linneo* (1807). Publicou obras de química como a *Philosophia Chimica, ou verdades fundamentais da chimica moderna, dispostos na nova ordem por A. F. Fourcroy* (1801; 1816); escreveu entre outras a *Memoria Chimico-Agronomica* (1787), etc.

Destacou-se também na divulgação e popularização da medicina. Publicou obras originais, traduziu outros livros e traduziu e editou obras de autores estrangeiros, algumas delas com adaptações e aumentadas. Assim, entre várias que podemos referir citem-se: *Elementos de Chimica e Pharmacia* (1783; 2ª ed. 1786), *Farmacopéa Lisbonense* (1785; 2ª ed. 1802)²³, *Memorias de Historia Natural, de Chimica, Agricultura, Artes e Medicina* (1790), *Pharmacopeia Collegii Regalis Medicorum Londinensis* (1791), *Curso de Medicina Theorica e Pratica, destinado para os Cirurgiões que andam embarcados, ou que não estudaram nas Universidades* (1792), *Instituições ou Elementos de pharmacia* (1792), *Exposição sobre os meios chemicos de purificar o ar das embarcações* (1798), *Reflexões sobre a comunicação das enfermidades contagiosas por mar* (1803), *Bosquejo de Physiologia, ou sciencia dos phenomenos do corpo humano no estado de saude* (1803), *Pharmacopea Naval* (1807), e *Memoria sobre a excellencia, virtudes e uso medicinal da verdadeira agua de Inglaterra da invenção do doutor Jacob de Castro Sarmiento, actualmente preparada por José Joaquim de Castro* (1815).

Os objetivos de Henriques de Paiva ao divulgar obras médicas estão muito claros na tradução que fez da *Medicina Domestica* (1787) da autoria de William Buchan onde refere na introdução que: “tendo a Medicina por objecto dois importantísimos fins, que são a conservação, e restabelecimento da saúde dos homens, parece que se há alguma Ciência ou Arte, que deva ser popular, é sem dúvida esta [a medicina]”. Como já foi referido, “o autor traduziu e adaptou muitas obras estrangeiras no domínio da higiene insistindo, por regra, em dois princípios: o valor político da saúde e a sua afirmação através de uma pedagogia eficaz”²⁴. Nestas condições podem citar-se as obras de André Tissot, *Aviso ao Povo Acerca da sua Saude*, livro de grande divulgação na Europa nos finais do século XVIII; e de William Buchan a referida *Medicina Domestica* (1787), obra que teve várias edições. Assinalem-se ainda outros livros, designadamente algumas obras de Weikard como, por exemplo, a *Chave da Pratica Medico-Browniana* (1800) e *Prospecto de hum Systema Simplicissimode Medicina* (1816). Mas também obras de Plenck como, por exemplo, *Methodo novo e facil de applicar o mercurio*

nas enfermidades venereas, com uma hypothese nova da acção do mesmo mercurio nas vias salivares (1785), *Instituições de Cirurgia Theorica e Practica* (1786; 1804) ou a *Doutrina das enfermidades venereas* (1786; 1805). Entre outras traduções citem-se *Methodo de restituir a vida ás pessoas aparentemente mortas, por affogamento ou suffocação: recommendado pela Sociedade Humana de Londres* (1790), etc., *Aviso ao Povo sobre as asphyxias ou malles apparentes...* (1786), *Aviso ao Povo, ou signaes e symptomas das pessoas envenenadas com venenos corrosivos, como seneca, solimão, verdete, cobre chumbo, etc....* (1787), *Aviso ao Povo, ou summario dos preceitos mais importantes concernentes à criação das creanças...* (1787), *Methodo seguro e facil de curar o gallico, composto por J. J. Gardane* (1791), etc.²⁵. Em 1801, Manuel Joaquim Henriques de Paiva publicou a obra *Preservativo das Bexigas e dos Terriveis estragos ou Historia da Origem e Descobrimto da Vaccina, dos seus Effeitos ou Symptomas, e do Methodo de Fazer a Vaccinação &c.*, um pequeno livro de 46 páginas, editada em Lisboa e impressa por João Procopio Correia da Silva. Tudo indica ter sido a primeira obra redigida por um português a divulgar a vacinação de Jenner contra a varíola em Portugal e que teve nova edição em 1806²⁶.

Como referimos mais atrás, em 1815 Manuel Joaquim Henriques de Paiva publicou uma pequena brochura intitulada *Memoria sobre a excellencia, virtudes e uso medicinal da verdadeira agua de Inglaterra da invenção do doutor Jacob de Castro Sarmento* que foi objeto da nossa investigação.

A Memoria sobre a excellencia, virtudes, e uso medicinal da verdadeira Agua de Inglaterra da invenção do Dr. Jacob de Castro Sarmento

Entre as muitas obras publicadas por Manuel Joaquim Henriques de Paiva encontra-se uma especificamente sobre a água de Inglaterra, a *Memoria sobre a excellencia, virtudes, e uso medicinal da verdadeira Agua de Inglaterra da invenção do Dr. Jacob de Castro Sarmento, Membro do Real Collegio dos Medicos de Londres, e Socio da Sociedade Real. &c. actualmente preparada por José Joaquim de Castro, na sua Real Fabrica, Por Decretos de Sua Alteza Real O Principe Regente N. S. ordenada por M. J. H. de P.*

A primeira edição deste livro foi impressa na Bahia, em 1815. Em 1816 e 1828 foi reimpressa em Lisboa. A obra discorre sobre os usos recomendados da Água de Inglaterra e o seu modo de utilização (dose, posologia, e momento mais adequado para a administração do medicamento) e indica também as situações em que a água de Inglaterra não era recomendada.

O autor pretendia

“ordenar huma Memoria, na qual se contivessem não só refundidas todas as ditas Direcções [de Jacob de Castro Sarmento, André Lopes de Castro e José

Joaquim de Castro], mas tambem os resultados das minhas observações, e dos que pude colher das Attestações impressas, e das informações, que tem vindo ás minhas mãos”²⁷

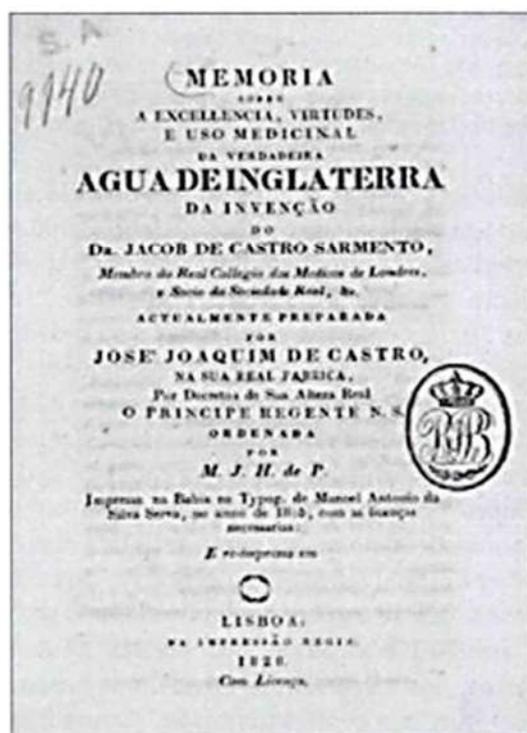


Figura 1 – Capa da obra de Manuel Joaquim Henriques de Paiva, *Memoria sobre a excellencia, virtudes e uso medicinal da verdadeira agua de Inglaterra da invenção do doutor Jacob de Castro Sarmento* (reimpressão de 1828, da obra de 1815)

Segundo a informação que consta no próprio livro, a obra podia ser remetida para as casas dos compradores em Lisboa. Quem vivesse em Lisboa podia também dirigir-se à casa de José Joaquim de Castro para adquirir o livro. No resto de Portugal a obra seria “entregue pelos Correspondentes do dito Castro”²⁸.

Para Henriques de Paiva a água de Inglaterra tinha diversas qualidades: era amargosa, estíptica, aromática e espirituosa e, embora fosse predominantemente amarga, “não he desagradavel ao paladar”²⁹. Quanto aos efeitos deste medicamento, estes manifestavam-se

“principalmente no estomago, ou onde a mesma Agua se applica immediatamente, resurtem destas partes promptamente por irradiação, e se espargem, mediante correspondencias sympathicas ou associadas, pelos nervos, que os communicão ao organismo da economia animal”³⁰

Relativamente às virtudes estas eram “incitar e reforçar as partes sólidas vitais; e he por tanto hum remedio roborante, alguma coisa adstringente, e estimulante, ou, como se explicão os Brownianos, incitativo permanente e hum pouco diffusivo”; e impedir “a decomposição, e a recomposição, ou a denegeração dos humores, gozando por isso das virtudes sorvente e antiséptica”³¹.

A amplitude das recomendações de uso da água de Inglaterra é aparente logo no início da obra: o medicamento recomendava-se em

“todas as enfermidades tanto universaes como locaes, quer sejam agudas, quer chronicas, procedidas da fraqueza, frõxidão ou atonia dos solidos haja ou não derramamento e cumulo dos humores; em summa aproveita nas enfermidades asthenicas de Brown”³²

As situações clínicas em que a água de Inglaterra era recomendada incluíam vários tipos de febre como as “febres periodicas ou intermittentes nervosas, chamadas vulgarmente *maleitas* ou *sezões*, quotidianas, terças etc.”³³; as “febres erraticas e anomalias sem ordem, nem annotação”³⁴; “febres remittentes ou subintrantes, cujos paroxismos pegão huns com outros, as quaes são variedades das intermittentes”³⁵; “*febres intermittentes mascaradas ou parciaes*, como dôres de cabeça, de dentes, ophthalmias”³⁶; “febres contínuas nervosas, conhecidas com o nome de *Typhus*, ou estas resultem das febres remittentes (...) mal curadas, ou procedão dos effluvios contagiosos, que se erguem do apodrecimento das substancias animaes e vegetaes nos lugares pantanosos, nos arraiaes, nos cárceres, nos navios, nos hospitaes, e onde quer que haja gente amontoadá, ou que faltem os bons alimentos, as bebidas espirituosas, a ventilação e o aceio” (e que incluíam as febres “*lentas nervosas*” e “*nervosas agudas*”)”³⁷; na “febre mixta chamada *synochus*”³⁸; na “febre symptomatica chamada *hectica*”³⁹; ou “nos cursos symptomaticos das febres periodicas, das nervosas, das bexigas e de outras doenças filhas da debilidade”⁴⁰.

Era também recomendada em diversas enfermidades que podiam ser acompanhadas de febre como a erisipela, as bexigas ou o sarampo, e “para impedir o progresso da gangrena”⁴¹.

Para além destas doenças e sintomas, Henriques de Paiva também recomendava a água de Inglaterra no campo da reumatologia, nomeadamente para o tratamento de dores reumáticas e da gota. O autor afirmava que “Ha pois mais de dois seculos que a quina he recommendada indistinctamente na gota, com particularidade naquella impropriamente chamada *atonica*, retrocedida e vaga; (...) he a referida Agua de Inglaterra assás util nesta doença, como a experiencia me tem ensinado”⁴².

Henriques de Paiva indicava ainda a água de Inglaterra no histerismo e na hipocondria que, segundo ele, tinham a mesma causa, sendo a hipocondria própria dos homens e o histerismo das mulheres. Na opinião de Manuel Joaquim Henriques de Paiva, a água de Inglaterra era o “mais portentoso remedio no hysterismo periodico febril, terçã, e quartã hystericã”⁴³.

Outro campo de atividade recomendado da água de Inglaterra era a gastroenterologia. Paiva afirmava que “os effeitos das qualidades desta Agua se manifestão principalmente na incitabilidade dos orgãos da digestão”⁴⁴, nomeadamente na chamada “*dyspepsia* de Cullen”⁴⁵. Para

Henriques de Paiva este medicamento era também muito útil “Nas dôres do canal alimentoso conhecidas com os nomes de *cardialgia*, *gastrodynia* e *cólica*”⁴⁶ e em vários tipos de disenteria⁴⁷.

Nesta obra também se aconselhava a água de Inglaterra para “fluxos de sangue ou hemorragias venosas e passivas, quer idiopathicas, quer symptomaticas, que procedão da debilidade dos vasos”⁴⁸ designadamente: “no fluxo de sangue do utero, e que sahe delle acompanhado dos symptomas de debilidade geral”⁴⁹; ou “No fluxo de sangue do nariz, que não provém de pancada”⁵⁰. Henriques de Paiva indicava também a água de Inglaterra para mulheres que já tivessem tido muitos abortos. Recomendava iniciar o tratamento com a água de Inglaterra desde o momento em que a mulher soubesse estar grávida, devendo continuar a tomá-la até ao parto⁵¹.

Adicionalmente Henriques de Paiva aconselhava a toma da água de Inglaterra para o tratamento da “anorexia” (o “fastio ou aversão ao comer”) quer fosse “humoral” ou “atonica”⁵²; no tratamento da “chólera”⁵³ e do escorbuto⁵⁴; “Naquelle fluxo profuso e chronico de urina chamado diabetes”⁵⁵; e na asma ou em “qualquer chaga, assim das partes molles, como duras, quer recente quer velhas, indaque de má qualidade ou cancrosa”⁵⁶.

Através da leitura da obra podemos concluir que, para Henriques de Paiva, consoante a patologia ou sintoma a tratar, a água de Inglaterra podia ser utilizada oralmente e/ou aplicada localmente. Nalguns casos o autor recomenda a utilização prévia de remédios “preparativos”⁵⁷, como purgantes ou vomitórios, ou a realização de sangrias. Noutros casos a água de Inglaterra deveria ser associada a rubificantes e vesicatórios, medicamentos “incitativos diffusivos”⁵⁸, “incitativos permanentes”⁵⁹, ou “antispasmodicos e revertentes”⁶⁰.

No final da obra o autor explicita as regras gerais de utilização da água de Inglaterra, alertando que, embora tivesse indicado as doses próprias para um adulto, era sempre necessário decidir a terapêutica a adotar caso a caso.

As últimas páginas da obra são ocupadas com a transcrição de 3 documentos legais relativos à água de Inglaterra: uma Carta de Licença de 31 de Outubro de 1798 que permitia a José Joaquim de Castro “manipular, e vender em todo este Reino, e seus Dominios a Agua de Inglaterra, da verdadeira composição do Doutor Jacob de Castro Sarmiento, cujo segredo lhe foi revelado”⁶¹; um Decreto de 24 de Setembro de 1805 outorgando a José Joaquim de Castro “o livre uso da Agua denominada de Inglaterra”⁶²; e um Decreto de 2 de Outubro de 1811 que estabelecia uma espécie de patente, indicando que só a preparação de José Joaquim de Castro podia ser designada Água de Inglaterra, e que só a sua fábrica se podia chamar “REAL FABRICA DE AGUA DE INGLATERRA”⁶³.

Considerações finais

A leitura da *Memoria sobre a excellencia, virtudes, e uso medicinal da verdadeira Agua de Inglaterra* permite-nos verificar que Manuel Joaquim Henriques de Paiva aconselhava a água de Inglaterra para o tratamento de um grande número de doenças. Essas enfermidades incluíam vários tipos de febres (então consideradas doenças e não sintomas), como as febres periódicas ou intermitentes, chamadas vulgarmente de “sezões”. No entanto, a água de Inglaterra era também recomendada no tratamento da anorexia, gota, diabetes, sarampo, escorbuto, hipocondria ou histerismo. Este alargado número de patologias e sintomas para as quais a Água de Inglaterra era aconselhada demonstra a sua importância terapêutica na época.

Notas

- 1 - Cabral, Pita e Salgueiro, 2014, p. 127.
- 2 - Webb Jr., 2009, p. 12.
- 3 - Dias, 2012, p. 17.
- 4 - Ibid., p. 37.
- 5 - Ibid., p. 55.
- 6 - Id., ibid.
- 7 - Vilhena, 1932, p. 320.
- 8 - Pita e Pereira, 2012, p. 228.
- 9 - Dias, 2012, op. cit., p. 15.
- 10 - Jarcho, 1993, p. xv.
- 11 - Reiter, 2000, p. 9.
- 12 - White e Ashley, 2018.
- 13 - Butler, Khan e Ferguson, 2010, p. 173.
- 14 - Dias, 1954; Giffoni, 1954; Figueiras, 1992; Diniz, 2018.
- 15 - Gomes, 1972; Gomes, 1973; Rodrigues, 1984.
- 16 - Pita, 1996.
- 17 - Pereira e Pita, 2001, p. 45.
- 18 - Ver o seu processo de professor na Universidade de Coimbra no Arquivo desta Universidade — PAIVA, Doutor Manuel Joaquim Henriques de. IV-1ºD-7-5-197.
- 19 - Silva, 1862.
- 20 - Barreto, 2005.
- 21 - Rodrigues, 1992.
- 22 - Pita e Pereira, 2020.
- 23 - Pita, 2008; 2019.
- 24 - Pereira e Pita, 1993, p. 462.
- 25 - Marques, 1993.
- 26 - Pita, 2002; 2009.
- 27 - Paiva, 1816, p. vii.
- 28 - Ibid., página não numerada.
- 29 - Ibid., p. 1.
- 30 - Id., ibid.
- 31 - Ibid., p. 2.
- 32 - Id., ibid.
- 33 - Ibid., p. 3.
- 34 - Id., ibid.
- 35 - Id., ibid.
- 36 - Ibid, p. 8.
- 37 - Ibid., p. 9.
- 38 - Ibid., p. 11-12.

- 39 - Ibid., p. 14.
- 40 - Ibid., p. 30.
- 41 - Ibid. p. 14.
- 42 - Ibid., p. 36.
- 43 - Ibid., p. 34.
- 44 - Ibid., p. 28-29.
- 45 - Ibid., p. 29.
- 46 - Ibid., p. 31.
- 47 - Ibid., p. 32.
- 48 - Ibid., p. 21.
- 49 - Ibid., p. 22.
- 50 - Ibid., p. 24.
- 51 - Ibid., p. 24.
- 52 - Ibid., p. 29.
- 53 - Ibid., p. 32.
- 54 - Ibid., p. 25 e 33.
- 55 - Ibid., p. 19-20.
- 56 - Ibid., p. 40.
- 57 - Ibid., p. 5.
- 58 - Ibid., p. 11, 16, 34, 38, 39.
- 59 - Ibid., p. 33, 40.
- 60 - Ibid., p. 34.
- 61 - Ibid., p. 43.
- 62 - Ibid., p. 46-47.
- 63 - Ibid., p. 48-49.

Fontes e bibliografia

Fontes Manuscritas

Processo de professor — PAIVA, Doutor Manuel Joaquim Henriques de. Universidade de Coimbra no Arquivo desta Universidade — IV-1ºD-7-5-197

Fontes Impressas

P[AIVA], M. J. H. de— *Memoria sobre a excellencia, virtudes, e uso medicinal da verdadeira Agua de Inglaterra da invenção do Dr. Jacob de Castro Sarmiento, Membro do Real Collegio dos Medicos de Londres, e Socio da Sociedade Real. &c. actualmente preparada por José Joaquim de Castro, na sua Real Fabrica, Por Decretos de Sua Alteza Real O Principe Regente N. S. ordenada por M. J. H. de P. Lisboa: Impressão Regia, 1816.*

Bibliografia

- BARRETO, Maria Renilda — *A medicina luso-brasileira: instituições, médicos e populações enfermas em Salvador e Lisboa (1808-1851)*. Rio de Janeiro: Casa Oswaldo Cruz, 2005.
- BUTLER, A. R.; KHAN, S.; FERGUSON, E.- A brief history of malaria chemotherapy. *Journal of the Royal College of Physicians of Edinburgh*. ISSN 14782715. 40:2 (2010) 172-177. doi: 10.4997/JR-CPE.2010.216.
- CABRAL, Célia; PITA, João Rui; SALGUEIRO, Lígia - *Plantas medicinais: entre o passado e o presente : a coleção de fármacos vegetais da Faculdade de Farmácia da Universidade de Coimbra (séculos XI-XIX)*. 2a ed. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2014. ISBN 978-989-26-0874-7.
- DIAS, J. Lopes — Manuel Joaquim Henriques de Paiva, médico e polígrafo luso brasileiro. *Imprensa Médica*. 18:3 (1954) 145-171.
- DIAS, José Pedro Sousa - *A água de Inglaterra. Paludismo e Terapêutica em Portugal no século XVIII*. Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2012. ISBN 978-989-658-182-4.

- DINIZ, Aires Antunes — O albicastrense Manuel Joaquim Henriques de Paiva, a Reforma Pombalina e a Emancipação Científica do Brasil. *Medicina na Beira Interior. Da Pré-História ao Século XX — Cadernos de Cultura*. 32 (2018) 69-86.
- FILGUEIRAS, Carlos A.L. — The mishaps of peripheral science: the life and work of Manoel Joaquim Henriques de Paiva, Luso-Brazilian chemist and physician of the late eighteenth century. *Ambix*. 39:2 (1992) 75-90.
- GIFFONI, O. Carneiro — *Presença de Manoel Joaquim Henriques de Paiva na Medicina Luso-Brasileira do século XVIII*. São Paulo: s.e. 1954.
- GOMES, Joaquim Ferreira — *A reforma pombalina da Universidade (Nótula comemorativa)*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1972.
- GOMES, Joaquim Ferreira — “Pombal e a reforma da Universidade”. In *Como interpretar Pombal? No bicentenário da sua morte*. Lisboa: Edições Brotéria, 1983, pp. 235-251
- JARCHO, Saul. *Quinine's Predecessor: Francesco Torti and the Early History of Cinchona*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1993.
- MARQUES, António Lourenço — Manuel Joaquim Henriques de Paiva e a literatura médica dos pobres. A dor nos finais do Antigo Regime. *Medicina na Beira Interior. Da Pré-História ao Século XX — Cadernos de Cultura*. 6 (1993) 7-10.
- OAKS JR., Stanley C. et al. — *Malaria: Obstacles and Opportunities*. National A ed. Washington, D.C. : [s.n.]. ISBN 0-309-54389-4.
- PEREIRA, Ana Leonor; PITA, João Rui — Liturgia higienista no século XIX — pistas para um estudo. *Revista de História das Ideias*. 15 (1993) 437-559.
- PEREIRA, Ana Leonor; PITA, João Rui — Manuel Joaquim Henriques de Paiva (1752-1829?). Vítima flagrante do esquecimento que tudo devora. *In Vivo*. 2:4 (2001) 43-45.
- PITA, João Rui — *Farmácia, medicina e saúde pública em Portugal (1772-1836)*. Coimbra: Livraria Minerva, 1996.
- PITA, João Rui — Manuel Joaquim Henriques de Paiva e a publicação do Preservativo das Bexigas. *Cadernos de Cultura. A Medicina na Beira Interior. Da Pré-História ao Século XXI*. 16 (2002) 45-51.
- PITA, João Rui — Contributos para a história das farmacopeias portuguesas. Manuel Joaquim Henriques de Paiva e a Farmacopéia Lisbonense. *Cadernos de Cultura. A Medicina na Beira Interior. Da Pré-História ao Século XXI*. 22 (2008) 126-130.
- PITA, João Rui — Manuel Joaquim Henriques de Paiva: Um luso-brasileiro divulgador de ciência. O caso particular da vacinação contra a varíola. *Mneme - Revista de Humanidades*. 10: 26 (2009) 91-102.
- PITA, João Rui — A Farmacopéia Lisbonense (1785) de Manuel Joaquim Henriques de Paiva. In PAIVA, Manuel Joaquim Henriques de — *Farmacopéia Lisbonense* (edição em fac-similada). Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2019 [pp. 11-41].
- PITA, João Rui; PEREIRA, Ana Leonor - A arte farmacêutica no século XVIII, a farmácia conventual e o inventário da Botica do Convento de Nossa Senhora do Carmo (Aveiro). *Agora. Estudos Clássicos em Debate*. 14.1 (2012) 227-268.
- PITA, João Rui; PEREIRA, Ana Leonor — A ciência iluminista acessível pela obra de Manuel Joaquim Henriques de Paiva (1752-1829). *Cadernos de Cultura. Medicina na Beira Interior da Pré-História ao Século XXI*. 34 (2020) 71-75.
- REITER, Paul - From Shakespeare to Defoe: Malaria in England and the Little Ice Age. *Emerging Infectious Diseases*. 6:1 (2000) 1-11.
- RODRIGUES, Manuel Augusto — Alguns aspectos da reforma pombalina da Universidade de Coimbra - 1772. In *Pombal revisitado*. vol. 1. Lisboa: Editorial Estampa, 1984, pp. 209-223.
- RODRIGUES, Manuel Augusto — *Memoria Professorum Universitatis Conimbricensis 1772-1937*. Coimbra: Arquivo da Universidade, 1992.
- ROQUE, M. Costa — Manuel Joaquim Henriques de Paiva, estudante coimbrão. Sep. “Arquivo de Bibliografia Portuguesa” 115:59-60 (1969).
- SILVA, Innocencio Francisco da — *Diccionario Bibliographico Portuguez*. tomo VI. Lisboa: Imprensa Nacional, 1862.
- VILHENA, João Jardim de- Água de Inglaterra. *O Instituto. Revista Científica e Literária*. 4ª série. 83 (1932) 318-326.
- WEBB JR., James- *Humanity's Burden. A Global History of Malaria*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009. ISBN 978-0-521-67012-8.
- WHITE, Nicholas J.; ASHLEY, Elizabeth A.- Malaria. In *Harrison's Principles of Internal Medicine* [Em linha]. 20ª ed. New York: McGraw-Hill Education, 2018 Disponível em WWW:URL:accessmedicine.mhmedical.com/content.aspx?sectionid=192280354&bookid=2129&ResultClick=2

*Mestre em Ciências Farmacêuticas; Doutoranda em Ciências Farmacêuticas da Faculdade de Farmácia; Investigadora colaboradora do Grupo de História e Sociologia da Ciência e da Tecnologia do Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX- CEIS20. Universidade de Coimbra. Email: maria.guilherme@gmail.com

** Professor da Faculdade de Farmácia (Laboratório de Sociofarmácia e Saúde Pública); Investigador e coordenador científico do Grupo de História e Sociologia da Ciência e da Tecnologia do Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX- CEIS20. Universidade de Coimbra. Email: jrjpa@ci.uc.pt

*** Professora da Faculdade de Letras (Departamento de História, Estudos Europeus, Arqueologia e Artes); Investigadora e coordenadora científica do Grupo de História e Sociologia da Ciência e da Tecnologia do Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX-CEIS20. Universidade de Coimbra. Email: aleop@ci.uc.pt

JOÃO HENRIQUES DE PAIVA – TRADUTOR E DIVULGADOR DA CIÊNCIA MÉDICA NO CONTURBADO MUNDO DO SEU TEMPO

Maria Adelaide Neto S. F. Salvado*

Introdução

A linhagem do boticário e cirurgião António Ribeiro de Paiva e de sua mulher Isabel Aires Henriques de Paiva marcou a História da Ciência do século XIX português nas áreas da Medicina, da Botânica, da Química e da Mineralogia.

Quatro dos seus filhos, nascidos em Castelo Branco, Francisco António Ribeiro de Paiva, José Henriques Ferreira, Manoel Joaquim Henriques de Paiva e Filipe Joaquim Henriques de Paiva formaram-se em Medicina e Filosofia pela Universidade de Coimbra e, dois deles, José Henriques e Manoel Joaquim, levaram os seus conhecimentos além Atlântico, contribuindo significativamente para o avanço científico da medicina e ciências afins em terras brasileiras.

Mas o pendor para a investigação e divulgação científica teve continuidade na segunda geração dos Henriques de Paiva, pois, um filho de Manoel Joaquim Henriques de Paiva, João Henriques de Paiva, seguindo os passos do seu pai e dos seus tios, formou-se igualmente em Filosofia e Medicina.

Embora por razões diversas das de seu pai, João Henriques de Paiva repartiu a sua vida por Portugal e pelo Brasil. No entanto, tal como ele empenhou-se na tradução de obras de grande interesse para o avanço da medicina, já divulgadas em vários países europeus, mas ainda não traduzidas em língua portuguesa e por isso desconhecidas.

Deve-se a João Henriques de Paiva a tradução da obra *Compêndio das Enfermidades Venéreas*, do médico prusiano José Federico Fritze (1778-1817), lente de medicina prática no Colégio Médico cirúrgico de Berlim, tradução que proporcionou à classe médica portuguesa o contacto com reflexões e indicações terapêuticas sobre o diversificado leque deste tipo de doenças que, dado o contexto bélico que marcou tristemente o início do século XIX, voltava a afligir fortemente a população europeia.

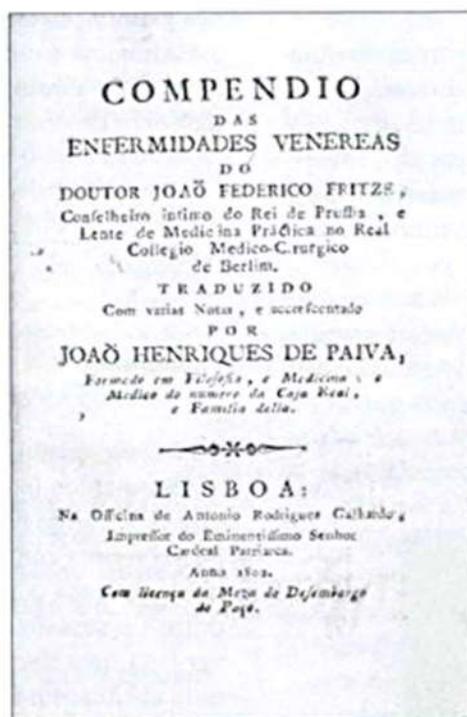


Fig. 1 – José Federico Fritze (1778-1817), *Compêndio das Enfermidades Venéreas*. Tradução de João Henriques de Paiva

A tradução da obra de Fritze, impressa em Lisboa em 1802, em dois volumes e em formato de bolso, tem no frontispício, a seguir ao título, o seguinte esclarecimento: «Traduzido com várias notas e acrescentado por João Henriques de Paiva médico do número da casa Real e Família della», e abre com uma dedicatória a Manoel Joaquim Henriques de Paiva.

Os termos carinhosos da dedicatória que se inicia com a expressão: «Meu Amado Pai», e as considerações que João Henriques tece acerca das motivações que levam o autor de uma obra a dedicá-la a alguém, deixam transparecer, para lá de um entranhado amor filial, uma clara admiração pelo labor intelectual e pela postura cívica de Manoel Joaquim Henriques de Paiva.

De relevar duas informações que João Henriques apresenta no prólogo. A primeira a de que para realizar a tradução da obra de Fritze se ser-

viu da tradução italiana feita por João Baptista Monteggio e da tradução castelhana de D. Antonio de Lavadom, esclarecendo: «Eu me servi de huma e de outra tradução regulando-me principalmente pela italiana e às notas acrescentei outras minhas (...)». Seguiu, pois, João Henriques o modelo das traduções feitas por seu pai, que anotava e acrescentava com novos dados, fruto da sua investigação e da sua experiência, as obras que traduzia.

A segunda informação prende-se com as motivações que o conduziram a empreender a tradução da obra de Fritze. Esclarece João Henriques:

«Dei algumas lições acerca da natureza, e curação das enfermidades venéreas. Compunha-se o número dos meus ouvintes de alguns estudantes de Medicina desta cidade, porém a maior parte deles era de moços cirurgiões do exército (...)»¹.

E o temor de que os seus alunos não aprendessem claramente os seus ensinamentos ou os deturpassem nas notas que deles tiravam, a que se juntou a inexistência, em português, de qualquer obra que versasse este tipo de doenças, onde, no futuro, pudessem clarificar as dúvidas que eventualmente lhes surgissem na sua prática clínica, foram os principais motivos que levaram João Henriques a empreender a tradução para português da obra de Fritze.

Seguindo a metodologia de seu pai, João Henriques de Paiva enriqueceu esta sua tradução com esclarecedoras anotações, melhorando pormenores das receitas nela apresentadas, aceitando ou refutando considerações tecidas pelo autor quer sobre as doenças, quer sobre a terapêutica por ele recomendada.

Assim, em relação às anotações referentes à refutação das considerações de Fritze, sirva de exemplo a que fez acerca da descoberta de um novo remédio (uma mistura de goma arábica com mercúrio), inventado, em Viena, por Joseph Jakob Plenck (1735-1807), reconhecido botânico e químico austríaco, a que Fritze chamou «mercurio gommoso».

Apesar da grande voga que este remédio teve na época, Fritze apontou-lhe vários defeitos. Um deles prendia-se com o facto de a mistura se precipitar no fundo do vaso, passados poucos dias. Embora reconhecendo que se podia contornar este defeito reduzindo a mistura à «forma de pirolas», considera Fritze: «porém com isto nada se



Fig. 2 – Joseph Jakob Plenck (1735-1807)

adianta, pois que estas pirolas em bas tempo se põem tão duras, que depois sahem pelo intestino recto sem terem padecido alteração».²

Refutando estas opiniões, escreveu João Henriques:

«Ainda que o autor crimine em parte a dissolução de Plenck, que elle expõe contra o seu uso, e as pirolas, todavia bem se vê que as razões não são de tal natureza que se não evitem, trabalhando com cuidado e não a guardando por muito tempo, mas dando a dissolução ou as pirolas feitas de pouco tempo. Assim que as razões do Autor pertencem mais em criminar o methodo, e o pouco cuidado do que à natureza da preparação dada com as devidas cautelas».³

Em relação às objecções de Fritze contra a utilização do unguento mercurial usado por Plenck, com base no facto de se não poder «determinar a dose de mercúrio introduzida no corpo», considerou em nota João Henriques: «(...) respondo, que basta que a experiencia tenha mostrado a dose, e a utilidade do remedio, e que igualmente em nenhuma preparação interna podemos ficar certos da quantidade de mercúrio que foi absorvida.»

E de seguida a esta afirmação, João Henriques continua a nota expressando a sua própria avaliação sobre a preparação mercurial de Plenck, reconhecendo as suas vantagens na cura de enfermidades venéreas resistentes, mas discordando de Plenck quando este considera ser a sua preparação mercurial superior a todas as outras, afirma: «humma e outra cousa se acha desmentida pela experiencia», afirmação que denota possuir João Henriques um conhecimento de 'experiência feito'. Lê-se na nota:

«Todavia depois de confessar que esta preparação se pôde usar em muitos casos com vantagem, mesmo quando a enfermidade venérea tem resistido a outros remédios mercuriaes, nem por isso estou por aquellas proporções geraes, que pretende estabelecer o mesmo Plenck assim contra as outras preparações mercuriaes, como a favor da sua, pois que humma e outra cousa se acha desmentida pela experiencia em sua generalidade»⁴

Relativamente às anotações acerca das receitas dos medicamentos indicados por Fritze, sirva de exemplo a que se encontra na Adenda do II volume, com o número. Nessa receita composta por vários ingredientes entre os quais se conta uma onça de sementes de coentros e três onças de sassafraz, o médico prussiano indica que deve ser feita uma decocção em 24 libras de água: «ferva-se tudo até ficar em 12 libras».⁵



Fig. 3 – Sassafrax

No entanto, em nota, João Henriques considerou o seguinte: «Nem o sassafrax, nem a semente de coentro se deve ferver, mas se hão-de ajuntar na última fervura», esclarecimento que evidencia um conhecimento prático da utilização destes ingredientes e da experimentação desta receita de modo a obter-se uma maior eficácia terapêutica.

De igual modo, na receita número XLV surge uma outra advertência em relação ao sassafráz:

«R. de raspas e casca de guaiaco 3 onças
 – de sassafrás 1 onça
 – água da fonte 4 libras.
 Faça-se um cozimento, e no fim delle ajunte-se
 – de raiz de alcaçuz humma
 onça.
 Coem-se duas libras. Toma-se esta quantidade em hum
 dia.»

A nota adverte: «Não se deve ajuntar o sassafráz senão quando se ajunte o alcaçuz, aliás é inútil. Trad. Português».⁶

Uma outra anotação surge no capítulo XXII do 2º volume, intitulado 'Das caes (oxydos) mercuriales', onde a respeito do modo de preparação de um outro remédio, o mercúrio solúvel, considerou Fritze: «(...) julgando supérfluo transcrever como se prepara o chamado mercurio solúvel remeto para a leitura de Hahnemann⁷, que por outros motivos merece ser lido».⁸

Seguindo esta opção, Fritze apresenta na sua obra apenas os ingredientes e a dosagem usados na preparação deste medicamento, sem indicar o modo como se realiza:

«R. do mercurio soluvel de Hahnemann
 meio escropulo
 alcaçuz em pó dés escropulos,
 misture-se, e tudo em pó se divide em dez partes iguaes.
 Para tomar humma dessas partes de manhã e de tarde.»⁹

Esta opção conduziu João Henriques de Paiva à seguinte nota:

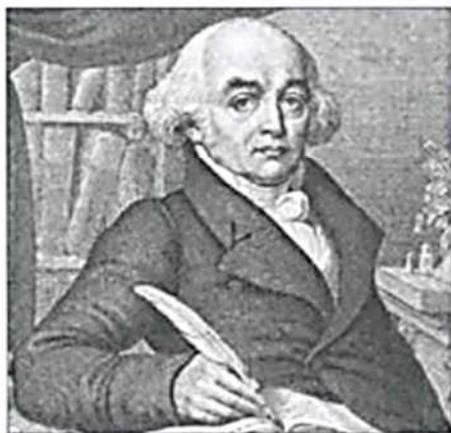


Fig. 4 – Samuel Hahnemann (1755-1843).

«Como o livro de Hahnemann, por se achar escrito em Alemão, não pode ser comum entre nós, ajuntei no fim desta obra o processo por extenso, e mais meudamente exposto pelo mesmo Hahnemann em uma nota á sua tradução de Materia Medica de Cullen impressa em Lipsia no anno de 1790»¹¹

Como esta nota claramente comprøva, João Henriques de Paiva seguiu mais uma vez, o cacaminho trilhado por seu pai, empenhando-se, tal como o ele, na divulgação, dos conhecimentos científicos contitidos em obras pouco acessíveis no Portugal do seu terempo, traduzindo-as e enriquecendo-as com novas infoformações. No caso concreto do mercúrio solúvel de Hahnemann, João Henriques de Paiva, depois de pøormenorizadamente indicar todos os passos da sua preparação, como havia prometido, acompanhou-o com umm acrescentamento, onde se lê:

«Acréscamento do tradutor Porortuguez

Moscati¹² preparava hum oxydo > semelhante ao de Hahnemann da maneira seguinte. Ponha-se em huma garrafa de vidro meia onça de mercurio doce, e três ou quatro onças de lexivia caustica concentrada. Esta mistura exponha-se ao calor de cinzas q quentes; ou sobre um banho de arêa bem quente, e de q quando em quando se viroleje o vaso.

Passada meia hora quando muito, o sal mercurial, que primeiramente aparece branco e e crystalino, se tem tomado perfeitamente negro, e reduzido a forma de pó. Deixe-se esfriar, e filtra-se por papel, e a cal mercurial que fica, se lava muitas vezes, e se > guarda depois de bem enxuta.

Tal he a cal ou oxydo de Moscati, a que elle achou corresponder em qualidades ao mercurio de Hahnemann e que, ainda que não tivesse sobre o outro oxydo preparado pelo methodo de Hahnemann as vantagens que alguns pretendem, tem aaquella de se obter com maior facilidade e promptidão.

A dose em que se dá este oxydo he de meio grão até dois ou quatro.

Este remédio além de ter sido usado pelo mesmo Moscati para a cura do gallico, o > foi também por Pedetti, Luis Frank, Brera¹³ e Farina, e os quaes affirmão suas vantagens na cura desta doença. Diz-se que seus efeitos são mais brandos, e Luis Frank nota, que elle não pudera já mais observar fazendo uso deste remedio a famosa febre de que fala Hahnemann, porém deve advertir-se que elle prescrevia aos seus doentes huma dieta inteiramente tónica, e mesmo ajuuntava ao mercurio de Moscati o extracto de quina e oppio; causas todas, que podem ter feito variar os resultados. Observava elle, que concorria muito para augmentar a actividade deste mercurio o cozimento de mezereão, de que fazia uso.

Este mercurio de Moscati pode e usar-se em pó de meio grão até dois, ou mesmo quatntro, de manhã e de tarde, segundo for maior a robustez e do doente, e pode misturar-se ou com o pó de alcaçuz, z, ou formar pilulas com algum extracto.

Tem-se também usado externamente em fricção misturado com o unto de porco, e desta maneira Palleta se serviu felizmente deste unguento. .

Quanto ao uso externo do mercurio observou o célebre Valeriano Luis Brera, que elle era melhor e mais vantajosamente absorvido quando primeiramente se trabalhava com algum humor animal, como com o suco gástrico, saliva, etc, e depois se reduzia à forma de unguento. Assim este mercurio de Hahnemann, como o de Moscati, de que acabei de falar, se dissolve bem nos humores animaes, e he por conseguinte proprio não só para uso interno, mas também para usar-se externamente; mistura-se primeiramente com o succo gástrico ou com a saliva, e depois ajuntando unto de porco se lhe dá a forma de hum unguento. A dose he de seis a oito grãos para casa fricção»¹⁴



Fig. 5 – Pietro Moscati (1734-1824)

Merecedora de uma particular relevância é esta longa anotação de João Henriques, não apenas por referir todas as etapas da preparação do oxydo de Moscati, um oxydo de mercúrio muito semelhante ao de Hahnemann, mas, pelo facto de a sua preparação ser mais fácil e rápida, possibilitar aos médicos de língua portuguesa a obtenção de um remédio de comprovada eficácia terapêutica atestada por várias personalidades médicas de reconhecido mérito no seu tempo, como Valeriano Luigi Brera (1772-1840) professor de medicina nas Universidades de Pavia, Pádua e Bolonha.



Fig. 6 – Valeriano Luigi Brera (1772-1840)

Mas João Henriques apresenta ainda uma outra vantagem do mercúrio de Moscati: a de poder ser utilizado externamente em fricções, sob a forma de unguento, esclarecendo o aumento da sua eficácia quando o oxydo fosse misturado com gordura animal. Nesse sentido esclarece João Henriques:

«Meu Pai se tem servido deste unguento, porém manda-o preparar somente com meia oitava de sublimado, a que junta mais meia oitava do tal ammoniaco, e esta mistura dissolvida primeiro em pouca quantidade de agoa manda depois triturar por muito tempo com huma onça de unto de porco. Deste modo facilita-se a dissolução do sublimado, e evita o inconveniente de produzir bolhas, cousa que observava em algumas pessoas delicadas, usando o unguento de Cirillo em fricções sobre as mesmas partes em que se costumão fazer com o unguento mercurial ordinário. Casos venéreos, que tinham resistido a outros remedios mercuriais, lhe cederão ao uso deste unguento assim preparado.

Parece pois que se poderá usar algumas vezes do unguento de Cirillo momente em pessoas nas quaes a salivacão se excita com muita facilidade, pois este unguento pelas observações de Carminatti raríssimas vezes excita salivacão. Costumão começar-se as fricções principalmente com meia oitava, augmentando depois a dose».

Um outro aspecto há ainda a relevar nas anotações de João Henriques contidas nesta obra: o de elas não se limitarem à rectificação das receitas apresentadas, mas, igualmente, o de se debruçarem sobre os métodos utilizados na sua preparação, enriquecendo-os com novos dados, fruto da sua própria experiência ou acrescentando dados colhidos em outros autores. Sirva de exemplo a nota à receita LV, referente à preparação da pomada oxygenada de Alion, com a qual termina o II volume. Traduziu Fritze:

«R: de unto de porco..... dezesseis onças
– acido nítrico bem puro duas onças

Derreta-se o unto em vaso vidrado a calor brando, e quando estiver derretido, deite-se dentro o acido nítrico, ao calor até que levante fervura, mexendo sempre em todo este tempo com hum tubo, ou espátula de vidro: assim que ferver, tire-se do fogo, e deixe-se esfriar.

Esta he a pomada oxygenada de Alion».

Esclarece a nota de João Henriques:

«D. Antonio de la Cruz nota que se deve continuar a mecher com a espátula ainda depois de levantar fervura até que se não desprenda gaz algum, porque de outro modo fica muita parte do azote na pomada. Esta pomada bem preparada deve ser de uma cor branca amarela, não deve ter sabor, nem communicallo á agoa sendo lavada com ella, nem tão pouco formar algum precipitado agitando-se com a agoa de cal. Guarde-se em vasos opacos, mas não metálicos, e evite-se o mais que for possível o toque do ar. Trad. Port.»¹⁵

Mas as refutações de João Henriques às opiniões de Fritze não se direccionaram apenas para o aperfeiçoamento dos métodos de preparação das receitas apresentadas pelo médico prussiano. Igualmente questiona o seu apego a teorias ultrapassadas. Sirva de exemplo a nota sobre a afirmação de Fritze de que o ácido marinho e o vitriolo não terem acção sobre o mercúrio, «senão quando está privado do seu flogisto, ou o encontra em forma de vapores», acerca da qual considerou:

«A doutrina do flogisto está hoje com razão abandonada: os metaes quando se reduzem a estado de cal não he pela perda de phlogisto, mas sim por se terem aposado d'oxygenio, e por isso então se chamam oxydadas. Veja-se a Philosophia Chimica.»¹⁶

Remetendo para a leitura de uma obra importante, na época, no domínio da Química, João Henriques de Paiva, demonstra a sua adesão à grande descoberta de Lavoisier (1743-1794), que experimentalmente provou que a causa da combustão dos materiais, tal como a do enferrujamento dos metais, não eram causadas pela libertação de uma substância misteriosa que neles existia – a que o químico alemão Ernst Stahl (1660-1734), chamou *phlogisto* – mas sim devida ao contacto com um dos componentes do ar: o oxigénio.

Admirador e colaborador de seu pai, João Henriques de Paiva, empenhou-se, tal como ele, na divulgação da ciência médica no Portugal do seu tempo, não só traduzindo como completando e esclarecendo com anotações as traduções que ambos realizavam. Desta estreita colaboração entre pai e filho, sirva de exemplo a notícia publicada na Gazeta de Lisboa, de 16 de Abril de 1803, onde se lê:

«Sahirão á luz: Reflexão acerca da doutrina de Brown, feitas pelo Doutor João Pedro Frank e dirigida a seu filho o Doutor José Frank, as quaes servem de continuação da chave da prática médica Browniana, publicada o anno passado por Manoel Joaquim Henriques de Paiva, tiradas do latim em linguagem, e acrescentadas com algumas nottas por João Henriques de Paiva, Medico da Casa Real. Vende-se na loja da viúva Bertrand.»¹⁸

A tradução do latim para português da obra de João Pedro Frank sobre a «doutrina» médica de John Brown (1735-1788), realizada por Manoel Joaquim Henriques de Paiva se por um lado demonstra o seu domínio da língua latina que, segundo José Lopes Dias, deveria ter aprendido com os padres mestres do Convento de Santo António, em Castelo Branco¹⁹, tornando-a acessível aos médicos portugueses do seu tempo, por outro é exemplo da sua preocupação com o conhecimento de novas concepções em matéria da utilização de medicamentos. Mas as notas que, um ano depois da publicação desta tradução, foram feitas por seu filho João Henriques, evidenciam a estreita ligação entre ambos e um percurso intelectual idêntico.

Breves notas biográficas de João Henriques de Paiva

Sobre a trajectória da vida de João Henriques de Paiva e da sua actividade como médico da Casa Real, apenas uma simples nota, neste ano em que passam 200 anos sobre a Revolução liberal.

João Henriques de Paiva assistiu aos últimos momentos da maior opositora do ideário liberal, a rainha Carlota Joaquina. Foi ele, juntamente com o físico mor do Reino, o barão de Sande²⁰, e o físico mor da Armada que, na época, era Inácio António da Fonseca Benevides (1788-1857), que assinaram o relatório do óbito da rainha, ocorrido a 7 de Janeiro de 1830, no Palácio de Queluz. Carlota Joaquina faleceu vítima de «um tumor maligno no útero a que sobreveio uma anasarca».



Fig. 7 – Rainha Carlota Joaquina (1775-1830)
– Rainha de Portugal de 1816 a 1826.

Com a morte da rainha e o clima de instabilidade gerado pela guerra civil, João Henriques de Paiva retornou ao Brasil, morrendo em Belém do Pará, em 1833.



Fig. 8 – Belém do Pará, séc. XIX

João Henriques de Paiva, tal como seu pai, teve como sepulcro a terra brasileira.

Notas

- 1 - FRITZE, José Federico, *Compêndio das Enfermidades Venéreas*, Na Officina e Antonio Rodrigues Galhardo, vol. I, Lisboa, 1803, Prólogo.
- 2 - FRITZE, José Federico, *Compêndio das Enfermidades Venéreas*, Na Officina e Antonio Rodrigues Galhardo, vol. II vol. , Lisboa, 1803, pp. 348- 350.
- 3 - FRITZE, José Federico, Ob. cit., II vol., nota da página 350.
- 4 - FRITZE, José Federico, *Compêndio das Enfermidades Venéreas*, Na Officina e Antonio Rodrigues Galhardo, vol. II vol. , Lisboa, 1803, nota da p. 360.
- 5 - FRITZE, José Federico, Ob. cit., II vol, nota da p. 492.
- 6 - Ob. cit., II vol, Receita e nota da p. 485.
- 7 - Trata-se de Samuel Hahnemann (1755-1843), médico alemão fundador da homeopatia em 1779. Autor da obra *ORGANN ou A Arte de Curar*. Morreu em Paris em 1843.
- 8 - FRITZE, José Federico, *Compêndio das Enfermidades Venéreas*, Na Officina de Antonio Rodrigues Galhardo, vol. II vol. , Lisboa, 1803, p.359.
- 9 - FRITZE, José Federico, *Compêndio das Enfermidades Venéreas*, vol II, p. 484.
- 10 - Trata-se da obra do físico e químico escocês William Cullen (1710-1790).
- 11 - FRITZE, José Federico, *Compêndio das Enfermidades Venéreas*, vol. II, nota da p.360.
- 12 - Pietro Moscatti (1734-1824), médico e cirurgião italiano.
- 13 - Valeriano Luigi Brera (1772-1840) professor de medicina nas Universidades de Pavia, Pádua e Bolonha.
- 14 - FRITZE, José Federico, *Compêndio das Enfermidades Venéreas*, vol II, pp. 445-458.

- 15 - FRITZE, José Federico, *Compêndio das Enfermidades Venéreas*, vol II, pp.495-496.
- 16 - José Federico Fritz, ob.cit., vol II, nota da p. 270.
- 17 - Trata-se de Joham Peter Franck (1745-) Pelas suas ideias sobre Saúde pública é considerado como um precursor da relação entre Polícia e Higiene.
- 18 - *Gazeta de Lisboa*, 2ª *Supplemento*, Nº XV, Sabbado 16 de Abril de 1803.
- 19 - DIAS, José Lopes; MORAIS, Francisco de, *Estudantes da Universidade de Coimbra Naturais de Castelo Branco*, Vila Nova de Famalicão, Tipografia Minerva, 1955, p. 255.
- 20 - Barão de Sande- título criado por D. João VI por Decreto de Agosto de 1823. O primeiro titular foi o Doutor João de Campos Navarro de Andrade (1701-1846), doutor em Medicina e bacharel em Filosofia.
- 21 - O físico mor da Armada, Inácio António da Fonseca Benevides, foi nomeado por D. Miguel durante o seu reinado (1826 -1834).
- 22 - *Gazeta de Lisboa* de 7 de Janeiro de 1830.

Bibliografia

- FRITZE, José Federico, *Compêndio das Enfermidades Venéreas*, Na Officina e Antonio Rodrigues Galhardo, vol. I, vol. II Lisboa, 1803.
- DIAS, José Lopes; MORAIS, Francisco de, *Estudantes da Universidade de Coimbra Naturais de Castelo Branco*, Vila Nova de Famalicão, Tipografia Minerva, 1955.

FERNANDO NAMORA EM MONSANTO E TAMBÉM EM PAVIA

Aires Antunes Diniz*

Fernando Namora teve duas filhas Arminda Barros, filha da primeira esposa que se chamava Arminda Bragança de Miranda, com quem casa em 1940 e que morreu de parto em 20 de Maio de 1941, que é por isso o dia de nascimento desta filha.

Margarida Namora é filha da segunda esposa Isaura Campos de Mendonça, com quem casa em 1944, que era de Monsanto, para onde Fernando Namora se mudou, deixando Tinalhas onde até então exerceu medicina¹.

Por isso, em Monsanto da Beira há uma placa onde se assinala a sua passagem como médico. Era o que queria continuar a exercer como médico municipal por estar aí casado e ter junto a ele as duas filhas e a sua segunda mulher.

Diz-se que foi médico municipal substituto², mas isso não tem comprovação nos documentos que podem ser consultados no Arquivo Municipal de Idanha-a-Nova.

1 – Um Crítico dos Serviços de Saúde do Estado Novo

Para definir melhor a situação que levou Fernando Gonçalves Namora a almejar o lugar de Médico Municipal em Monsanto, temos de ter em linha de conta que António Ramos Proença, que ocupava este lugar, foi nomeado subdelegado do Instituto de Assistência à Família no Distrito de Castelo Branco por despacho do Subsecretário de Estado da Assistência Social em 28 de Outubro de 1946 conforme reunião da Câmara de 7 de Novembro de 1946, tendo esta autorizado esta comissão de serviço em 7 de Novembro de 1946³, sendo provido definitivamente só em 17 de Abril de 1951 e exonerado do cargo de médico municipal do partido de Monsanto em reunião de Câmara de 23 de Maio de 1951⁴, sendo então provido no cargo de subdelegado do Instituto de Assistência à Família em Castelo Branco conforme *Diário do Governo*, 3ª série, n.º 133 de 12 de Junho de 1951, p. 1153. Era António Ramos Proença um crítico da Assistência Médica em 1937 e isso era conhecido localmente.

Confrontado com a falta de assistência médica a este partido médico, havendo uma reclamação da Junta de



Auto Retrato. Anos 40

Freguesia de Monsanto, e não podendo os outros médicos dos partidos médicos municipais assegurar a assistência aos pobres, decide a câmara em finais de 1946, pedir ao dr. João Esteves Perdigoto que ocupasse interinamente este lugar enquanto o Dr. António Ramos Proença estiver em Comissão de Serviço, atribuindo-lhe o mesmo vencimento tal como está inscrito no orçamento, ficando com todos os deveres e obrigações que competem aos médicos municipais de partido⁵.

Ficava assim por razões que adivinhamos políticas impedido o recrutamento de Fernando Gonçalves Namora como médico municipal, tendo provavelmente

trabalhado como médico livre, ganhando algum dinheiro e tendo ao mesmo tempo vagar para escrever os romances que bem conhecemos.

Em 12 de Outubro de 1950, António Ramos Proença pede à Câmara de Idanha-a-Nova que lhe seja certificado o número de anos de serviço e a sua qualidade. Por isso, após consulta da sua folha de serviço, verificando que tomou posse em 16 de Maio de 1928 até que foi autorizado a, em Comissão de Serviço, ocupar o lugar de Subdelegado do Instituto de Assistência à Família do Distrito de Castelo Branco em 7 de Novembro de 1946, tendo tomado posse deste lugar em 16 de Dezembro desse mesmo ano. A Câmara de Idanha-a-Nova certifica-lhe por isso que conta 18 anos e sete meses de serviço, sendo a qualidade deste serviço classificado em escrutínio secreto de muito bom⁶. Na mesma sessão concedem 30 dias de licença ao médico municipal José Esteves⁷.

Mais tarde, em 25 de Maio de 1951 vai pedir a exoneração do lugar de Médico Municipal de Monsanto por ter sido provido definitivamente como Sub-Delegado do Instituto de Assistência à Família do Distrito de Castelo Branco por portaria publicada no *Diário do Governo* n.º 99, segunda série, em 1 de Maio de 1951, tendo tomado posse em 15 de Maio de 1951 nos termos da legislação vigente, solicitando por isso a exoneração do seu lugar de



Fernando Namora, com a mulher e as filhas (1960).

médico municipal do partido de Monsanto à Câmara da Idanha-a-Nova, que lhe concedeu e logo deliberou abrir concurso no Diário do Governo nos termos do Artigo 633 do Código Administrativo⁹.

A este concurso só se apresenta o dr. João Esteves Perdigoto que como candidato único será provido, tendo apresentado vários documentos exigidos pelo artigo nº 634 do Código Administrativo, e ainda o comprovativo de ter sido médico da Casa do Povo de Penha Garcia, mas tem ainda de apresentar os documentos exigidos pelo parágrafo 1º do artigo 634 no prazo de oito dias para os devidos efeitos legais⁹.

De facto, não coexiste o dr. João Esteves Perdigoto em Monsanto com Fernando Namora, que foi de facto médico livre com consultório em Monsanto entre 1944 e 1946, conforme se infere da placa, que assinala a sua passagem por Monsanto existente agora na que foi aí a sua casa.

Foi médico no IPO em Lisboa a partir de 1951 e médico municipal de Pavia de 1947 a 1951, morando na Rua Nova, n.º 32 (conforme Casanova, 2017, foto XII).

Foi talvez Fernando Namora (1957) quem criou este equívoco de ter sido médico municipal num contar romancado que esteve num casamento, esclarecendo que com ele aí também esteve o colega que o precedera no partido médico. Descreve que este, num mesmo ambiente, em despique com bruxas, leiloado na praça pública a votos e murros, conseguiu apesar de tudo vencer num ambiente de pobreza, em que ele também vence profissionalmente num primeiro momento dramático de um parto difícil. É o que descreve num retrato do colega que se ajusta, parece, a António Ramos Proença (Namora, 1975, pp. 21-22).

Na vida real, em resumo, António Ramos Proença saiu de Monsanto, concelho de Idanha-a-Nova em fins de 1946 em Comissão de Serviço e Namora também sai para ir para Pavia por este lugar que deseja estar ocupado. E isso cria o mito.

Provavelmente o problema que teve foi com quem ocupou interinamente este cargo desde inícios de 1947, João Esteves Perdigoto.

De facto, foi quem ocupou este lugar do partido médico municipal de Monsanto a partir de 13 de Setembro de 1951 que foi o único candidato a este lugar aberto por anúncio publicado no Diário do Governo n.ºs 132 e 133 3²

série de 11 e 12 de Junho de 1951, sendo nomeado em 12 de Setembro de 1951, estando previamente inscrito na Ordem dos Médicos e já residente em Monsanto como se atesta em certidão em 29 de Junho de 1951. Tinha nascido no Rosmaninhal em 19 de Abril de 1921. Era filho legítimo de Joaquim Esteves Perdigoto, guarda fiscal, e de Laurinda Tonela doméstica que morava no Rosmaninhal, vivendo o pai em Idanha-a-Nova. Aí estará até 10 de Dezembro de 1960 quando toma posse em 10 de Novembro de 1960 do lugar do partido médico de Idanha-a-Nova, que ficou vago pela aposentação de José Esteves Pires em 24 de Outubro de 1960, Diário do Governo n.º 248 de 24 de Outubro de 1960, vagando assim o seu lugar em Monsanto. Era médico municipal interino em Monsanto desde Janeiro de 1947, tendo para isso pedido ao Comandante da 2ª companhia de Saúde um certificado que atestasse ter cumprido os deveres militares em 4 de Fevereiro de 1947 para aceder a este lugar, que lhe é passado logo em 7 de Fevereiro. Era médico formado pela Faculdade de Medicina de Lisboa, cuja pública forma requer em 6 de Fevereiro de 1947. Exerce o lugar de médico municipal de Monsanto interinamente desde 2 de Janeiro de 1947, só tomando posse efetiva dele em 12 de Setembro de 1951, conforme documento existente no seu processo. Existem ainda declarações de ter o Curso de Medicina Sanitária e de estar integrado na Ordem vigente como manda o decreto-lei 27003 e um certificado de ter o curso de Medicina e Cirurgia, que terminou com média de 15 valores em 19 de Dezembro de 1945. Um documento confidencial com data de 10 de Agosto de 1951 mostra que esta candidatura de João Esteves Perdigoto foi apreciada e devidamente informada de acordo com o famigerado decreto-lei n.º 25317 de 13 de Maio de 1935, concluindo-se "que reúne as condições de idoneidade política indispensável para ser nomeado"¹⁰. Exerceu ainda funções de médico privado da Casa do Povo de Penha Garcia de Abril de 1947 a Junho de 1948 e de médico na creche e casa de trabalho de Medelim de 1947 a 1951 e na Misericórdia de Monsanto durante 4 anos até 21 de Junho de 1951¹¹.

Apesar de estar em Comissão de Serviço na delegação do Instituto de Assistência à Família em Castelo Branco e do Centro de Inquérito Assistencial, António Ramos Proença diz em ofício à Câmara de Idanha-a-Nova, tendo em conta um ofício da câmara de Idanha-a-Nova de 5 de Setembro, que inscreva uma verba que permita a concessão de um subsídio mensal ao Centro de Assistência Social Infantil de Monsanto, que engloba o Posto de Socorros Médicos da sede do Partido, uma vez que a suspensão desse subsídio de 200\$00 mensais prejudicou muito o seu funcionamento, razão porque pede ao Presidente da câmara que o mal de agora seja remediado no futuro. E a câmara de Idanha-a-Nova, que tinha suprimido todos os subsídios à ordem da Inspeção Geral de Finanças por uma questão económica, decide abrir uma exceção e decide mandar inscrever no orçamento 2400\$00 como subsídio ao Posto de Socorros Médicos de Monsanto¹². Quebrava

assim um pouco o garrote imposto pelo poder central aqui representado por esta Inspeção Geral.

Poucas notícias existem nas atas da Câmara de Idanha-a-Nova sobre médicos depois desse dia. Só existe em 21 de Julho de 1949 a referência a um pedido de aumento de ordenado do operador da Santa Casa da Misericórdia no montante de 1500\$00, que pede que este lhe seja pago pela câmara antes da aprovação dos novos vencimentos, mas esta decide que não, discordando assim do aumento, mas, tendo-se pronunciado já favoravelmente perante a mesa do Hospital, só pode informar que o vai fazer por não ver forma legal de o fazer diretamente e que, consequentemente, não via viabilidade no deferimento do pedido¹³.

Cumulativamente, Namora no seu livro *A Noite e a Madrugada*, cuja ação se passa em Monsanto, publicado pela Editorial Inquérito, em Lisboa, logo em 1950, mostra na página 252 que o escreveu em Pavia entre Novembro de 1946 a Outubro de 1948, desvendando assim um pouco mais este segredo.

Em 12 de Outubro de 1961, João Esteves Perdigoto, tendo deixado vago o seu lugar em Monsanto, será substituído por Donato de Almeida Oliva Teles conforme *Diário do Governo*, 3ª série, n.º 244 de 18 de Outubro de 1961, p. 3715, que foi o único candidato admitido. Tomará posse a 30 de Outubro desse ano conforme informação dada ao Presidente da Câmara de Idanha-a-Nova e foi admitido por reunir condições de idoneidade política de acordo com a legislação em vigor. Vinha de Moimenta da Beira, freguesia da Rua, onde tinha nascido e estará em Monsanto até 22 de Julho de 1965, quando toma posse do lugar de médico municipal e subdelegado de saúde de Sernancelhe. Não tinha cumprido as leis militares por pertencer à Legião Portuguesa algo que lhe dava isenção delas¹⁴. Substitui aí José Manuel Pinto de Sousa que tinha sido médico municipal substituído desde 22 de Março de 1965 até 22 de Julho de 1965, sendo então louvado pelo serviço prestado¹⁵. Note-se que este último médico era também vereador da Câmara¹⁶.

Donato de Almeida Oliva Teles vai frequentar por indicação da Direção Geral de Saúde um curso de formação em Saúde Pública de 1 de Outubro a 18 de Dezembro de 1971. Como é o único médico municipal será substituído neste lapso de tempo pelo médico particular José Manuel Pinto de Sousa pelo tempo estritamente necessário, recebendo remuneração semelhante ao do médico municipal que substituiu¹⁷. Retomará as suas funções como médico municipal logo em 20 de Dezembro de 1971¹⁸. Pedirá em 2 de Setembro a exoneração deste cargo de médico municipal para ir ocupar o lugar de Delegado de Saúde de Valongo em 5 de Setembro de 1977¹⁹.

Também em 1961 fica vago o lugar de médico municipal do partido da Zebreira por o médico que exercia este cargo, dr. José Joaquim Crisóstomo ter falecido, abrindo-se concurso para o seu preenchimento no conforme *Diário do Governo*, 3ª série, n.º 157 de 6 de Julho de 1961, p. 2573. Havia ainda um médico nas termas de Monforti-

nho, José Gardete Martins que pede autorização à câmara para reconstruir uma casa para instalação dos Serviços anti-sezonáticos nesta instância termal e a câmara envia o requerimento em que a pede à Junta de Turismo de Monfortinho, a fim desta dar o seu parecer e que só face a este dará a sua opinião²⁰.

2 – O Mito de Fernando Namora ter sido médico do Partido de Monsanto

Intrigado por incoerências evidentes neste processo, prossegui a pesquisa com base em documentos de concurso ao lugar de médico do partido de Monsanto que só pôde ser posto a concurso em 23 de Maio de 1951 quando António Ramos Proença foi exonerado. Nessa altura tinha Namora 32 anos e estava a caminho do IPO de Lisboa. Não encontrei por isso qualquer dossier sobre a relação de Fernando Gonçalves Namora com a Câmara de Idanha-a-Nova, que me permitisse esclarecer a situação.

De facto, nunca foi médico municipal de Monsanto, originando a informação de que se dava mal com António Ramos Proença por este não deixar este lugar de médico municipal, que era por ele desejado e que ficou entregue interinamente a João Esteves Perdigoto em 1947.

Precisava assim de fazer o esclarecimento da situação numa ulterior pesquisa no Arquivo Municipal de Idanha-a-Nova ou no de Pavia, concelho de Mora.

De facto, no Arquivo Municipal de Idanha-a-Nova, encontrei no dossier do médico João Esteves Perdigoto, que sucedeu a António Ramos Proença vários documentos dispersos, onde constam requerimentos de Fernando Namora datados de 18 de Julho de 1951 em que desiste de provimento como médico de partido de Monsanto, mas estranhamente em 15 de Julho de 1951 já tinha enviado, acompanhados de papel timbrado do Instituto Português de Oncologia na Palhavã, diversos documentos atualizados para este concurso de médico municipal em Monsanto, pedindo que lhe sejam remetidos os anteriores. Fala agora de outro certificado também mais atualizado dos seus serviços como médico municipal pois era então médico municipal de Pavia, pertencendo, portanto, ao 2º grupo. Pediu antes em 7 de Julho de 1951 para ser admitido a concurso de médico municipal de Monsanto, juntando depois os documentos exigidos pela lei e outros que julga de interesse²¹.

3 - Fernando Namora em Pavia

Em 15 de Junho de 1946 a Câmara Municipal de Mora toma conhecimento de que o médico do partido de Pavia, Hermínio Cardoso Inácio pediu a sua exoneração com data de 9 de Junho de 1946 para poder tomar posse das funções de assistente da Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra, que lhe é concedida²². Coloca então a Câmara Municipal de Mora a concurso este lugar de médico de partido em Pavia²³.

Este concurso será publicitado no Diário do Governo de 13 e 14 de Agosto, respetivamente nº 187 e 188, concorrendo diversos médicos: Belmiro de Oliveira Abanaria, de Arraiolos; Malaquias da Costa Lobato Pimentão, de Évora-Monte; Fernando Gonçalves Namora, de Monsanto, Idanha-a-Nova, Amílcar Aristides Lopes Pereira Caseiro, de Freixo de Espada à Cinta, Eduardo Leal Loureiro, de Viseu e Manuel das Neves Baleiras, de Orvalhos, Oleiros.

A seguir a Câmara, tendo em conta os artigos 635, 637 e 638 do Código Administrativo, analisou os documentos, tendo verificado que no primeiro grupo não estava nenhum dos concorrentes e no 2º grupo estava Fernando Gonçalves Namora em primeiro lugar e Malaquias da Costa Lobato Pimentão em segundo lugar, ficando os outros no terceiro grupo. Como tinham precedência os do 2º grupo, ficou decidido de harmonia com as disposições legais nomear Fernando Gonçalves Namora para o lugar, ficando este sujeito às condições estabelecidas na ata de 25 de Março de 1927, salvo as alterações legais que tenham sido ou venham a ser estabelecidas²⁴.

Estava assim a salvo das condições impostas pelo Estado Novo que lhe impunha uma declaração de repúdio do Comunismo e de outras crenças como a maçonaria. Não se cumpria em Mora a regra imposta pelo artigo 2º do decreto-lei 25317 de 13 de Maio de 1935, que era aqui olvidado, não se causando assim qualquer obstáculo político habitualmente criado pela necessária informação política ao provimento como médico do Partido de Pavia de Fernando Gonçalves Namora.

Através de alguns equívocos, pois como não era médico de partido em Monsanto não podia por isso estar no 2º grupo, ganhava Fernando Namora segurança e estabilidade profissional pois tinha um lugar como médico de partido em Pavia. Era onde podia residir com a segunda mulher, Isaura Campos de Mendonça e as duas filhas.

Esta decisão vai ser contestada por Malaquias da Costa Lobato Pimentão²⁵ na Auditoria Administrativa de Lisboa pelo que a Câmara de Mora decide contestar este recurso por unanimidade, encarregando o vice-presidente²⁶ de o fazer, dando-lhe plenos poderes em nome da câmara²⁷. E nada mais se sabe sobre esta contestação nas atas da Câmara. E não há qualquer explicação. Mas, antes, em 1939 em Alcains o povo presta homenagem ao seu médico Malaquias da Costa Lobato Pimentão²⁸.

Houve assim uma clara proteção a Fernando Namora que podemos atribuir ao vice-presidente Alberto Pinheiro Falcão, pois era presidente da Câmara de Mora, José Garcia Nunes Mexia, avô paterno de António Mexia, ex-CEO da EDP, que foi deputado na Assembleia Nacional durante a ditadura, entre 1949 e 1961. O bisavô Joaquim, pai do anterior, foi ministro da Agricultura entre Abril e Julho de 1928, num governo em que Salazar era ministro das Finanças²⁹.

Tudo reentra na normalidade como vemos pelo facto de em 21 de Abril de 1947 a câmara, tendo em atenção o que lhe foi sugerido pelos facultativos concelhios ter al-

terado a tabela oficial das consultas para 10\$00, visitas 15\$00, visitas de noite 30\$00, visitas fora da sede, carroça 3\$00 por quilómetro, automóvel 1\$50, sendo despesas que são acrescidas do preço da visita³⁰.

Também em 4 de Maio de 1948 em relação ao médico ou melhor facultativo da sede do concelho, foi revista uma decisão e dando-lhe razão foi-lhe concedido o direito de um suplemento de vencimento e subsídio eventual que já lhe seria pago nesse mês, só lhe sendo pagos os dos meses anteriores quando fosse feito o orçamento suplementar³¹.

Note-se que estes problemas resultam do facto de o chefe de secretaria ter adoecido com uma doença mental, tal como se regista por diversas vezes nas atas da Câmara ao longo de muito tempo, tendo esta situação provocado problemas na administração municipal. A partir de 1949 tudo retorna ao normal sendo por isso muitos documentos transcritos nas atas, incluindo o envio ao Hospital Escolar de Coimbra para tratamento de alguns doentes pobres³², tal como era usual nesse tempo nos municípios portugueses, o que até então não era registado. De facto, só nos finais de 1948 há preocupação com a assistência atendendo-se ao pedido feito pela Comissão Municipal de Assistência³³.

Sem indicar quem, regista-se, em ata em 31 de Dezembro de 1949, que o médico municipal deste concelho retornou ao serviço em 22 de Dezembro após ter frequentado o 2º curso de aperfeiçoamento médico-sanitário e de ter frequentado com aproveitamento os serviços antirrábicos, informando ainda a câmara que pode criar um Dispensário antirrábico no concelho. Pergunta o médico ainda se perdeu com esta frequência o direito à licença graciosa e a câmara responde que como esta frequência é considerada uma comissão extraordinária de serviço público não perde quaisquer regalias³⁴. Também quando se fala do subdelegado de saúde na emissão de parecer para atribuição de licença de construção não se indica quem é³⁵. Acontece mesmo que se refira a uma habitação a construir em Pavia³⁶. Não há ainda aqui qualquer referência à colocação de «esgrafitos» de que nos fala Vergílio Correia em 1916 (p. 25).

Em 23 de Janeiro de 1950 é atualizada por unanimidade a tabela oficial das consultas para 20\$00, visitas de dia e até 2 quilómetros da sede 30\$00, visitas de noite e até dois quilómetros 50\$00, visitas de dia fora da área da vila e além de 2 quilómetros 30\$00, visitas de noite fora da área da vila e além de 2 quilómetros 50\$00, acrescidas 3\$00 por quilómetro para além dos dois quilómetros³⁷.

Fernando Namora pede em 21 de Agosto de 1950 15 dias de licença com a faculdade de ser gozada no estrangeiro e que iniciará em data que será oportunamente indicada pois na primeira data indicada para início não foi possível. O Presidente diz não ver inconveniente nesta nova proposta desde que as gozasse sem prejuízo para o serviço³⁸.

Fernando Namora viaja a partir de então, ganhando novos horizontes como vemos na sua bibliografia.

Sabemos ainda em 4 de Junho de 1951 que ao médico municipal de Cabeção, João António Rodrigues de Passos Júnior foram concedidos 6 dias de férias³⁹.

Localmente, fui informado em Agosto de 2020 que Fernando Namora enquanto viveu em Pavia contactava com regularidade com Virgílio Ferreira um escritor de quem era amigo, que dava então aulas no Liceu de Évora com quem tinha uma competição evidente em termos de sucesso de vendas. Confirma-o o facto de:

“O edifício central da Universidade de Évora, o magnífico Colégio do Espírito Santo, foi o antigo Liceu da cidade, onde Vergílio Ferreira foi professor de 1945 a 1959; e a personagem principal de *Aparição*, romance de 1959 onde se inicia uma fase da obra em que o pensador filosófico-especulativo de tipo existencial a afasta definitivamente do espaço neorrealista, é um professor do Liceu recém-chegado a Évora”.⁴⁰

Talvez por isso se acredita em:

“Luiz Pacheco publicou um panfleto onde acusava Fernando Namora de ter copiado frases de Vergílio Ferreira e a amizade entre os dois escritores que durava há quarenta anos acabou por ali. Disto dá notícia Vergílio Ferreira no seu *Conta-Corrente*: “*Que livro pode ser mais importante do que a amizade entre dois homens? O Namora publicou um livro novo. Não mo mandou. Pela primeira vez em muitos anos. Reflexos da malandrice que lhe pregou o Luiz Pacheco e de que agora me julga responsável...*”.⁴¹

Repare-se que desta acusação não escapou Eça de Queirós e dela quase o ilibou para a posteridade Maria Filomena Mónica (2009, p.93), quando informa que este em Dezembro de 1874 deixou o manuscrito d’ *O Crime do Padre Amaro* nas mãos de Batalha Reis, quando a obra de Zola, *La faute de l’abbé Mouret*, só saiu em 1875.

Note-se ainda que não existe registo nas Atas da Câmara de Mora das sessões que houve provavelmente de 21 de Agosto de 1950 até 1 de Fevereiro de 1951, embora se diga na folha 1, verso que é a continuação da página 100 do livro 1 (mod. 6)⁴², que não foi encontrado, parecendo ter este facto pouca importância nesta história.

Mas, isso nunca o saberemos. Infelizmente.

4 – Quem perde é a Idanha-a-Nova

Perdia em 1951 o concelho de Idanha-a-Nova dois dos seus mais fiéis observadores, que se mostraram capazes de entenderem com compaixão os seus problemas de miséria e de falta de discernimento dos próprios males de que sofriam os seus habitantes e de estes os retratarem pela escrita, tal como o conhecemos.

Ficava assim a Idanha-a-Nova entregue a médicos pouco recomendáveis como:



Fernando Namora em Coimbra com João José Cochofel e João Gaspar da Costa (anos 40).

“O Magalhães demorou-se alguns dias na cidade e não foi difícil perceber-lhe a quebra das suas faculdades intelectuais. Era mais um dos muitos clínicos de aldeia a quem o isolamento e o convívio com labregos boçalizavam. No seu caso, havia ainda o álcool. Os olhos turvos e certo torpor nas conversas bem o denunciava.” (11ª edição de 1990, p. 108).

Foi deste destino que Fernando Namora escapou ao ir trabalhar como médico para Lisboa.

Notas

1 - *JL - Jornal de Letras, Artes e Ideias*, Ano VIII, n.º 344, 6 a 13 de Fevereiro de 1989, p. 11, coluna 1.

2 - *JL - Jornal de Letras, Artes e Ideias*, Ano VIII, n.º 344, 6 a 13 de Fevereiro de 1989, p. 11, coluna 1.

3 - *Arquivo Municipal da Câmara Municipal da Idanha-a-Nova*, Ata da Reunião Ordinária da Comissão Municipal Administrativa do Concelho de Idanha-a-Nova de 7 de Novembro de 1946, Livro de Atas iniciado em 8-6-1945 e terminado em 30-12-1950, folha 52 frente.

4 - *Arquivo Municipal da Câmara Municipal da Idanha-a-Nova*, Processo individual na Câmara Municipal de Idanha-a-Nova.

5 - *Arquivo Municipal da Câmara Municipal da Idanha-a-Nova*, Ata da Reunião Ordinária da Comissão Municipal Administrativa do Concelho de Idanha-a-Nova de 19 de Dezembro de 1946, Livro de Atas iniciado em 8-6-1945 e terminado em 30-12-1950, folha 65 frente.

6 - *Arquivo Municipal da Câmara Municipal da Idanha-a-Nova*, Ata da Reunião Ordinária da Comissão Municipal Administrativa do Concelho de Idanha-a-Nova de 12 de Outubro de 1950, Livro de Atas iniciado em 8-6-1945 e terminado em 30-12-1950, folha 181 verso e folha 182 frente.

7 - *Arquivo Municipal da Câmara Municipal da Idanha-a-Nova*, Ata da Reunião Ordinária da Comissão Municipal Administrativa do Concelho de Idanha-a-Nova de 12 de Outubro de 1950, Livro de Atas iniciado em 8-6-1945 e terminado em 30-12-1950, folha 182 frente.

8 - *Arquivo Municipal da Câmara Municipal da Idanha-a-Nova*, Ata da Reunião Ordinária da Comissão Municipal Administrativa do Concelho de Idanha-a-Nova de 25 de Maio de 1951, Livro de Atas iniciado em 2-1-1951 e terminado em 19-5-1954, folha 16 verso e folha 17 frente.

9 - *Arquivo Municipal da Câmara Municipal da Idanha-a-Nova*, Ata da Reunião Ordinária da Comissão Municipal Administrativa do Concelho de Idanha-a-Nova de 18 de Julho de 1951, Livro de Atas iniciado em 2-1-1951 e terminado em 19-5-1954, folha 21 verso.

10 - *Arquivo Municipal da Câmara Municipal da Idanha-a-Nova*, Processo individual de João Esteves Perdigo na Câmara Municipal de Idanha-a-Nova.

- 11 - *Arquivo Municipal da Câmara Municipal da Idanha-a-Nova*, Processo individual de João Esteves Perdigoto na Câmara Municipal de Idanha-a-Nova.
- 12 - *Arquivo Municipal da Câmara Municipal da Idanha-a-Nova*, Ata da Reunião Ordinária da Comissão Municipal Administrativa do Concelho de Idanha-a-Nova de 13 de Novembro de 1947, Livro de Atas iniciado em 8-6-1945 e terminado em 30-12-1950, folha 93 verso e folha 94 frente.
- 13 - *Arquivo Municipal da Câmara Municipal da Idanha-a-Nova*, Ata da Reunião Ordinária da Comissão Municipal Administrativa do Concelho de Idanha-a-Nova de 21 de Julho de 1949, Livro de Atas iniciado em 8-6-1945 e terminado em 30-12-1950, folha 144 frente.+
- 14 - *Arquivo Municipal da Câmara Municipal da Idanha-a-Nova*, Processo individual de Donato de Almeida Oliva Teles na Câmara Municipal de Idanha-a-Nova.
- 15 - *Arquivo Municipal da Câmara Municipal de Sernancelhe*, Livro de Atas de 11 de Março de 1965 a 15 de Junho de 1967, 22 de Julho de 1965, folha 28.
- 16 - *Arquivo Municipal da Câmara Municipal de Sernancelhe*, Livro de Atas de 11 de Março de 1965 a 15 de Junho de 1967, 14 de Agosto de 1965, folha 33 frente.
- 17 - *Arquivo Municipal da Câmara Municipal de Sernancelhe*, Processo Individual do Dr. Donato de Almeida Oliva Teles.
- 18 - *Arquivo Municipal da Câmara Municipal de Sernancelhe*, Idem.
- 19 - *Arquivo Municipal da Câmara Municipal de Sernancelhe*, Idem.
- 20 - *Arquivo Municipal da Câmara Municipal da Idanha-a-Nova*, Ata da Reunião Ordinária da Comissão Municipal Administrativa do Concelho de Idanha-a-Nova de 10 de Março de 1947, Livro de Atas iniciado em 8-6-1945 e terminado em 30-12-1950, folha 77 verso.
- 21 - *Arquivo Municipal da Câmara Municipal da Idanha-a-Nova*, Processo individual de João Esteves Perdigoto na Câmara Municipal de Idanha-a-Nova.
- 22 - Conforme <https://www.uc.pt/en/academicos/provas/doutoramentos/conclusoes/medicina>, acesso em 8 de julho de 2020, doutorou-se em 4 de Abril de 1952 com a tese *Ganglion Stellatum. Estudo Histórico, Anatómico e Experimental*.
- 23 - *Arquivo Municipal da Câmara Municipal de Mora*, Ata da Reunião Ordinária da Comissão Municipal Administrativa do Concelho de Mora de 15 de Junho de 1946, Livro de Atas iniciado em 15-6-1940 e terminado em 6-5-1948, folha 151 verso.
- 24 - *Arquivo Municipal da Câmara Municipal de Mora*, Ata da Reunião Ordinária da Comissão Municipal Administrativa do Concelho de Mora de 17 de Setembro de 1946, Livro de Atas iniciado em 15-6-1940 e terminado em 6-5-1948, folha 158 verso e folha 159 frente..
- 25 - Estranhamente, há um Requerimento nºs 616/VII (3.a)-AC de 14 de Maio de 1998
Assunto: Pedido de consulta aos ficheiros da PVDE e da PIDE/DGS.
Apresentado por: Deputados António Saleiro e Paulo Arsénio (PS).
O Estado Novo marcou uma época em que a sociedade portuguesa se viu castrada do mais profundo direito de cidadania universal: a liberdade. Fazendo uso de métodos repressivos, como a censura e as polícias políticas, o Estado alicerçou-se na base do medo, da desconfiança entre as pessoas e no silenciamento dos indesejáveis.
Alguns dos cidadãos então perseguidos viram as suas vidas desfeitas e passaram, ou passam, por imensas dificuldades, de várias ordens, só pelo facto de terem em determinada altura da sua vida pensado diferente daqueles que exerciam o poder com base num sistema eleitoral completamente viciado. Nesta base, vimos requerer, ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, ao Ministério da Cultura as seguintes informações sobre o cidadão Malaquias da Costa Lobato Pimentão, médico, portador do bilhete de identidade nº 137805, emitido em 7 de Fevereiro de 1971, em Lisboa, contribuinte fiscal nº 133573680, residente na Avenida de D. Leonor Fernandes, 35, em Évora, e cujo processo completo já se encontra desde 22 de Janeiro de 1998 na posse do Ex.mo Sr. Diretor dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, não tendo obtido resposta até à presente data:
1.º Se existe ficha do cidadão citado nos arquivos da PVDE ou da PIDE/DGS;
2.º Caso exista, que seja passada certidão da mesma ou enviada cópia para que o cidadão possa aceder a uma pensão de oposicionista ao regime do Estado Novo.
- 26 - Em www.facebook.com/scmmora/photos/a.15587269793110/184364918415221/?type=1&theater, acesso em 9 de julho de 2020, conforme texto publicado, era o farmacêutico Alberto Pinheiro Falcão, sendo no dia 1 de Setembro de 1913, quando, pela mão do seu primeiro proprietário, o farmacêutico Senhor Alberto Pinheiro Falcão, abriu pela primeira vez as suas portas. Em 1962, após o falecimento do seu primeiro proprietário e diretor, a senhora D. Virgínia Fernandes Falcão passou a assumir a sua propriedade, na qualidade de viúva. De 1988 a 30 de Novembro de 2011, o Dr. Rui Fernandes Falcão, também farmacêutico, deu continuidade à obra iniciada por seu pai. No dia 1 de Dezembro de 2011, a Santa Casa da Misericórdia de Mora assumiu a propriedade da Farmácia.
- 27 - *Arquivo Municipal da Câmara Municipal de Mora*, Ata da Reunião Ordinária da Comissão Municipal Administrativa do Concelho de Mora de 25 de Novembro de 1946, Livro de Atas iniciado em 15-6-1940 e terminado em 6-5-1948, folha 164 verso e folha 165 frente.
- 28 - *Medicina Contemporânea*, ano LVII, 1 de Outubro de 1939, p. CCXXIV.
- 29 - Em <https://expresso.pt/economia/2016-06-20-Tres-decadas-de-bracado-com-o-poder>, acesso em 9 de julho de 2020
- 30 - *Arquivo Municipal da Câmara Municipal de Mora*, Ata da Reunião Ordinária da Comissão Municipal Administrativa do Concelho de Mora de 25 de Novembro de 1946, Livro de Atas iniciado em 15-6-1940 e terminado em 6-5-1948, folha 177 frente e verso.
- 31 - *Arquivo Municipal da Câmara Municipal de Mora*, Ata da Reunião Ordinária da Comissão Municipal Administrativa do Concelho de Mora de 24 de Maio de 1948, Livro de Atas iniciado em 6-5-1948 e terminado em 21-8-1950, folha 2 frente.
- 32 - *Arquivo Municipal da Câmara Municipal de Mora*, Ata da Reunião Ordinária da Comissão Municipal Administrativa do Concelho de Mora de 5 de Maio de 1950, Livro de Atas iniciado em 6-5-1948 e terminado em 21-8-1950, folha 103 verso.
- 33 - *Arquivo Municipal da Câmara Municipal de Mora*, Ata da Reunião Ordinária da Comissão Municipal Administrativa do Concelho de Mora de 17 de Abril de 1950, Livro de Atas iniciado em 6-5-1948 e terminado em 21-8-1950, folha 8 frente.
- 34 - *Arquivo Municipal da Câmara Municipal de Mora*, Ata da Reunião Ordinária da Comissão Municipal Administrativa do Concelho de Mora de 31 de Dezembro de 1949, Livro de Atas iniciado em 6-5-1948 e terminado em 21-8-1950, folha 70 frente e verso.
- 35 - *Arquivo Municipal da Câmara Municipal de Mora*, Ata da Reunião Ordinária da Comissão Municipal Administrativa do Concelho de Mora de 17 de Abril de 1950, Livro de Atas iniciado em 6-5-1948 e terminado em 21-8-1950, folha 101 frente e verso.
- 36 - *Arquivo Municipal da Câmara Municipal de Mora*, Ata da Reunião Ordinária da Comissão Municipal Administrativa do Concelho de Mora de 18 de Julho de 1951, Livro de Atas iniciado em 1-2-1951 e terminado em 17-6-1953, folha 40 frente e verso.
- 37 - *Arquivo Municipal da Câmara Municipal de Mora*, Ata da Reunião Ordinária da Comissão Municipal Administrativa do Concelho de Mora de 23 de Janeiro de 1950, Livro de Atas iniciado em 6-5-1948 e terminado em 21-8-1950, folha 76 verso.
- 38 - *Arquivo Municipal da Câmara Municipal de Mora*, Ata da Reunião Ordinária da Comissão Municipal Administrativa do Concelho de Mora de 21 de Agosto de 1950, Livro de Atas iniciado em 6-5-1948 e terminado em 21-8-1950, folha 198 frente e verso.
- 39 - *Arquivo Municipal da Câmara Municipal de Mora*, Ata da Reunião Ordinária da Comissão Municipal Administrativa do Concelho de Mora de 4 de Julho de 1951, Livro de Atas iniciado em 1-2-1951 e terminado em 17-6-1953, folha 37 verso.
- 40 - In <https://www.publico.pt/2016/03/29/culturaipilon/noticia/um-escriitor-de-condicao-tragica-1726515>, acesso em 7 de dezembro de 2020.
- 41 - In <https://ardaguarda.blogs.sapo.pt/fernando-namora-1919-2019-375996>, acesso em 7 de dezembro de 2020.
- 42 - *Arquivo Municipal da Câmara Municipal de Mora*, Ata da Reunião Ordinária da Comissão Municipal Administrativa do Concelho de Mora de 1 de Fevereiro de 1951, Livro de Atas iniciado em 1-2-1951 e terminado em 17-6-1953, folha 2 verso.

Bibliografia

- CASANOVA, Custódia - *Pavia, meu encanto: "Minha aldeia é todo o mundo"*, 2ª edição, Edições Colibri, Lisboa, 2017.
- CORREIA, Vergílio - *Etnografia Artística: Notas de Etnografia Portuguesa e Italiana*, Edição da «Renascença Portuguesa, Porto, 1916.
- MÓNICA, Maria Filomena - *Eça de Queirós, Posfácio de Sir Raymond Carr*, Quetzal Editores, Lisboa, 2009.
- NAMORA, Fernando - *A Noite e a Madrugada*, Editorial Inquérito, Lisboa, 1950.
- NAMORA, Fernando - *Retalhos da Vida de Um Médico*, Narrativas, Prefácio de GREGÓRIO MARAÑÓN, Livraria Bertrand, Amadora, 1957.
- NAMORA, Fernando - *O Homem disfarçado, romance*, Publicações Europa América, 10ª Edição, 1988 e 11ª de 1990.
- PROENÇA, António Ramos - *O Problema da Assistência Médica em Portugal: Situação Actual, Comentários ao Código Administrativo, Sugestões e Bases para a sua Resolução*, Tipografia Semedo, Castelo Branco, 1937.

*Professor. Investigador.

////////////////////////////////////
**FERNANDO NAMORA E A DEFESA DO PATRIMÓNIO
DE MONSANTO DA BEIRA: DA “ALDEIA MAIS PORTUGUESA
DE PORTUGAL” À “TERRA DE CAMPONESES”.**
NOTA DE APRESENTAÇÃO**

*Pedro Miguel Salvado**



Fernando Namora (Monsanto 1958)

Introdução

A história patrimonial e o processo de patrimonialização de Monsanto da Beira, comunidade raiana que, em 1938, ganhou o concurso promovido pelo Secretariado de Propaganda Nacional (SPN) de “Aldeia mais Portuguesa de Portugal” que, décadas mais tarde foi um dos sítios fundacionais da rede ‘Aldeias Históricas de Portugal’ caracteriza-se por uma multiplicidade de ritmos, de agentes, de modelos e de categorias, de mudanças e de continuidades, expressando um quadro relacional entre poderes centrais e poderes periféricos muito particular.¹

Imbuída de um “romantismo nacionalista” a consciencialização da necessidade da defesa das especificidades patrimoniais locais foi estimulada por um dos vultos mais relevantes da geografia cultural da Beira da primeira metade do século XX: o etnógrafo Jaime Lopes Dias (1890-1977).² Com efeito, a afirmação da excecionalidade cultural Monsanto e a simbolização da localidade nos contextos imagético-identitários do regionalismo beirão a ele são devidos. A apropriação estado-novista do primeiro projeto regionalista que tinha tido o seu início e afirmação

nacional aquando da realização, em 1929, do IV Congresso Beirão em Castelo Branco e a sua filiação dentro dos ideários, campos alegóricos e programáticos afirmados pelo SPN, culminaria com a atribuição, a essa aldeia próxima da temida e, ao mesmo tempo admirada, fronteira espanhola da distinção de “a mais portuguesa de Portugal”. Como referencia Pedro Félix, o concurso foi um dos utensílios para a institucionalização do regime que «ideológica e retoricamente vinham substituir a primeira república e, simbolicamente, se distanciava da Espanha em guerra, em particular da república espanhola».

Sirva de exemplo destas mediações e interpenetrações entre categorias patrimoniais e fundamentações ideológicas, o ofício endereçado pela Junta da Província da Beira Baixa à Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais a 18 de Dezembro de 1939. No contexto das comemorações do Duplo Centenário o seu coordenador provincial José Ribeiro Cardoso (uma das personalidades mais determinante na composição e imbricação dos desígnios salazaristas à composição neo-identitária da Beira Bai-

xa) incluía uma visita ao castelo de Monsanto «fulcro da resistência militar da Província na defesa da nossa independência». Salientava, também, que o reconhecimento de Monsanto como «aldeia mais portuguesa» lhe proporcionara «um extraordinário aumento de visitas turísticas», propondo à *Direcção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais* o restauro da igreja de S. Miguel com o argumento de que a sua localização dentro da muralha do castelo era um testemunho do agregado que nele vivera «horas de ansiedade e acendrado patriotismo». Considerava, ainda, que o restauro se enquadrava nos objetivos e dinâmicas do «renascimento artístico» que então norteavam as ações centralizadoras da gestão do património nacional «chamando à vida os monumentos que um passado cheio de grandeza nos legou».

Durante toda a década de quarenta a elite local apelará, de um modo incisivo, junto das instituições centrais a ansiada concretização das promessas de desenvolvimento e de melhoria das condições materiais da povoação ligadas ao concurso, tentando manter viva a chama ideológica que envolveu o título concedido a Monsanto. A proteção dos seus monumentos, principalmente o castelo e capelas medievais, envolvendo-os numa história bélica fantasiada, afirmando, por um lado, a imagem de Monsanto como baluarte da nacionalidade e exemplo vivo da inexpugnável resistência contra inimigos e invasores e, por outro, como uma lição do que devia materializar o Portugal rural, preenchia os discursos tecidos entre os pedidos da periferia e as vontades do Estado Novo. Em paralelo, assistia-se a uma conjugação entre as realidades patrimoniais em que se incluíram os monumentos da disseminada grandeza histórica, o Galo de Prata colocado no cimo Torre de Lucano (agente regulador dos quotidianos e de uma ordem predeterminada) ou a a *Festa do Castelo* ou de *Santa Cruz* classificada e folclorizada como a *Festa de Maio* sem qualquer epíteto como se tinha registado no «Relatório do Júri Provincial da Beira Baixa»³. Todo este conjunto atraía consumos turísticos afirmando a aldeia como um polo de uma nova cartografia de visitação identitária provincial.

O quadro relacional posterior entre os mediadores das exigências Monsanto fomentadores da continuação do reconhecimento e utilização ideológica do conjunto monumental da localidade e o corpo técnico da DGEMN estabelecerá uma redefinição com a introdução de uma nova hierarquia técnica e uma crescente responsabilização da aplicação, na localidade, de práticas corretas de salvaguarda⁴. Esta orientação diluiu as excessivas envolvências cenográficas e inventados tradicionalismos de exacerbadas significações nacionalistas apesar da saliente presença que, ao nível regional, o SNI (Secretariado Nacional de Informação, Cultura Popular e Turismo) e a respetiva «Política do Espírito» irá desenvolver todo um programa de 'reinvenção da tradição' na região até à década de cinquenta⁵.

Fernando Namora e a descoberta da Beira Baixa

«Quem vem de longe, das terras frescas do litoral, onde o verde salpica os olhos e se debruça nas estradas, e após a transição das ravinas do Zêzere, encontra uma paisagem que passo a passo se atormenta: a Beira Baixa. Aí, transposta que é a chameca com a sua cabeleira rala, nos cômodos a ferida aberta das ribeiras que descem ao Tejo por entre sobressaltos de xisto, ou ainda o dourado da campanha da Idanha, a querer-se alentejana sem o ser – aí, senhores, já a tristeza começa a espessar-se, a montanha crepita tendo por detrás relances de horizontes fundos, e as coisas se tornam graves. Ei-lo, um mundo de soledade, sobre que pesam crimes, mesmo se as frondes e as ramadas lhe escondem as dores do exílio.»

Foi deste modo intenso que, 32 anos após do primeiro contacto com estas longitudes do interior beirão, Fernando Namora fixou na *Nave de Pedra* este autêntico inventário de sentires que delimitam e se enraízam a uma paisagem que ficou sempre imbrincada como uma das suas principais oficinas e territórios criativos e emocionais. Em 1943, o jovem médico chega à Beira Baixa «província desconhecida entre gentes, modos, labores que representavam para mim uma dura e maravilhosa descoberta» como escreveu. Exercerá clínica em Tinalhas, freguesia do concelho de Castelo Branco, iniciando «um itinerário de geografia humana» vencendo mapas de carências e de destinos de pobreza, dominados por arcaísmos e imperantes jugos sociais. Aproxima-se da pequena elite intelectual da cidade provinciana e controladora que, por essa época, renascia do seu torpor histórico como nova capital regional da espartilhada Beira. Em Castelo Branco revela-se como pintor e organiza a primeira e única mostra⁶ individual pública das suas composições. Contudo, a pequena cidade era um palco afirmador das pungentes desigualdades que marcavam a sociedade da época. Em carta a João José Cochofel, datada de 12 de Outubro de 1945, Namora expressará: «Em Castelo Branco não há muita gente, em qualidade e quantidade, para trabalhar no momento actual. (...) Aqui é uma província excepcional, em que 90% das consciências estão dependentes da decisão de qualquer morgado local». E numa outra missiva, datada de 18 de Outubro desse mesmo ano, reafirmaria o seu olhar crítico sobre a clivagem social que lhe é dada a conhecer nestas terras da Beira Baixa: «Como te disse já, isto é uma província terrível, onde o senhor chupa os corpos e as consciências.»⁷

Entretanto, Fernando Namora casa em 1944 com Isaura de Campos Mendonça que acompanhará toda a vida os «mutismos e insulamentos do desterrado que eu era. (...) Este casamento levou-me a Monsanto», como registou na sua *Autobiografia*. Parte para Monsanto como médico municipal «aldeola tristonha, empoleirada em penhascos, misturando os meus dias com os dos campónios que me pagavam uma pobre avença para os aliviar de mazelas» iniciando uma identificação com este locus telúrico da paisagem raiana plena de contrastes. Monsanto, «onde

a fraga se torna pesadelo», será o cais da viagem futura. Com efeito, como enfatiza Seabra Pereira ao discorrer sobre a plurissignificação da presença da paisagem (como um território como um dia esclarecerá o autor) ora como «estado de alma, espaço económico, espaço de trabalho na competição produtiva ou aquisitiva com a natureza ou com outrem na obra do escritor assevera: «a paisagem de Monsanto inscreve-se, de maneira indelével, na geografia literária de Fernando Namora como «minha nave coalhada», remetida para lugar «remoto e em degredo», «onde a fraga se torna pesadelo», «aldeia ímpar, toda ela um monumento natural, ímpar na fama e nos títulos, mas nunca no proveito».⁸

A introdução em Monsanto da voz de Fernando Namora destabilizará todas as fictícias harmonias sociais gizadas pelo Estado Novo e pelos mediadores locais do regime que ocultavam a dolorosa realidade, em contínuos discursos imagéticos, amplamente propagandeados em órgãos de comunicação, e pela promoção de suportes literários, alguns de pendor regionalista, que difundiam a caracterização da aldeia devida a António Ferro como «fortaleza moral da nossa terra, síntese das virtudes da raça, nossa bandeira de pedra».⁹

Na história patrimonial Monsanto a presença de Fernando Namora destaca-se como um incontornável cidadão ativo da sua defesa, na interpretação das causas das cruas e duras factos sociais que fendiam e sobressaíam na paisagem. O escritor cumprirá uma outra via de ligação entre a verdade da periferia e a visibilidade das mesmas no centro, ao mesmo tempo que será um pioneiro regional na consciencialização da necessidade de uma salvaguarda totalizante, não apenas do monumento ou do conjunto monumental ou das expressões folclóricas, mas da paisagem enquanto horizonte de interrogação projetiva e de comunhão entre a terra, o tempo e o território do viver das gentes.

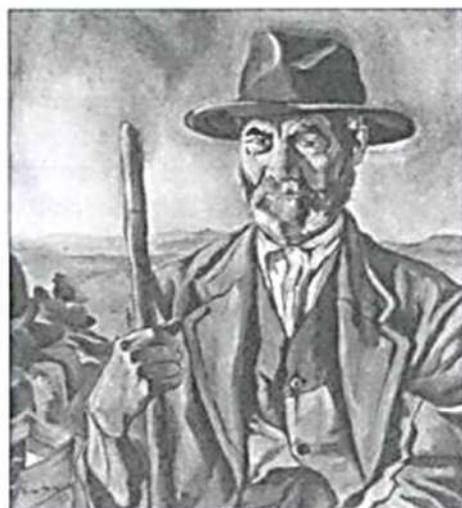
“Monsanto terra de camponeses” – A reportagem denúncia

O texto de Namora intitulado «Monsanto Terra de Camponeses», saído na revista *Vida Mundial Ilustrada*, semanário gráfico de atualidades, com a capa dominada pela figura da atriz Elga Libe, constituiu uma das primeiras análises críticas e descritivas do quotidiano Monsanto marcado por cenários de carestia e de extrema pauperização.

O título da peça, classificada de reportagem, ganha sem dúvida relevância pois, afirma um estrato da sociedade local até então encoberto pelas narrativas heroizantes da história e do idealizado “povo Monsanto” metamorfoseado numa mitificada imagem do mundo rural português ao gosto de Estado Novo. Não fala de “povo” mas sim de “camponeses” que identifica como o âmago do ser Monsanto evitando a metáfora exaltante das criadas pelos ventos estado-novistas que de uma maneira intensa entraram no granito de Monsanto.

Namora vai ser confrontado com a dureza de outro sistema rural dominado pelo latifúndio, com raízes nos processos de amortização do Estado Liberal que potencializou e esteve na base dos devorismos locais e da constituição de uma pequena burguesia conservadora com anseios aristocráticos.

O escritor descobre, no microcosmos da aldeia, a presença do estrato camponês e jornaleiro, estratos excluídos, submissos e dependentes alheados dos anseios da classe local dominante e utilizados como meros figurantes nas ritualidades turísticas. O quotidiano, a sazonalidade vital e as condições socioeconómicas provocaram uma situação de exploração, de fome e de pauperização estrutural.



Velho Monsanto - Pintura de F. Namora

Este campesinato fazia parte da comunidade vegetativa que sobrevivia através de contínuas estratégias de sobrevivência e metamorfose profissional fazendo frente ao determinismo imposto pelos senhores da terra. Namora não exaltar a figura do camponês esteta de acordo com a linha político ideológica do nacionalismo salazarista ruralista¹⁰. Engrandece sim esta microeconomia camponesa que estabelecia uma relação umbilical, na falta de terra, com a natureza e com o destino. Analisa a condição humana e os elementos psicossociais e simbólico-culturais que criam as diferenças ou as coesões e as solidariedades na comunidade. Aponta a sobriedade de costumes dos pobres criticando a ganância e ambição dos ricos. Em Monsanto eram as elites que glorificavam nostalgicamente o passado e a memória da terra era controlada como um recurso que dava estatuto e prestígio.

A festa, descrita por Namora, não era para o campesinato uma forma libertadora. Ela expressava uma ordem de estratificação e de desigualdade. Mais do que uma vertente ritual ou simbólica, a configuração, o processo e o contexto da festividade preenchiam uma determinação ideológica e folclórica resultante de um enquadramento institucional que refletia contextos onde o poder eclesástico e respetivas práticas católicas estavam ausentes. Atenção mereceu-lhe o modo como a festa era vivida percebendo que a mesma reproduzia uma rea-

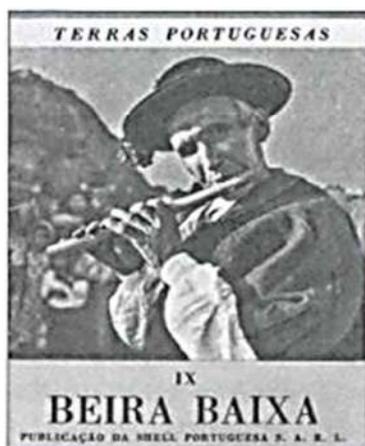
lidade construída que não remetia para um passado ritual distante, mas sim era o resultado e a repetição da grande performance criada em Monsanto que constituiu o culminar da apresentação da aldeia ao júri do concurso "Aldeia mais Portuguesa de Portugal".



Festa da Santa Cruz, Monsanto

A utilização da tradição festiva, revestindo-a de outras mensagens de sentido mais alargado, pouco dizia ao Monsanto. O novo ritual assumia-se como um espetáculo, como uma cenografia destinada a ser apreciada pelo visitante/turista. Namora revela outras temporalidades, não as idealizadas pelo concurso, mas as reais vivências e circunstâncias das classes populares, tema absorvente e legitimador da ação da geração neorrealista à qual pertencia. "Monsanto terra de camponeses" antecedeu a primeira série de *Retalhos da Vida de um Médico*, editado em 1949, unificando autênticos fragmentos ou *retalhos*, expressão que lhe seria tão cara, que haveriam de ser revisitados em vários momentos do seu itinerário criativo.

O artigo dado à estampa na *Vida Mundial Ilustrada*, de 1946, será incluído na obra *Beira Baixa. Antologia das Terras Portuguesas*, editada na década de sessenta e selecionada por Jaime Lopes Dias, escolha que não terá sido arbitrária.



Terras portuguesas, Beira-Baixa, Pub. da Shell Portuguesa, da autoria de Jaime Lopes Dias

A inclusão do texto crítico de Namora sobre a fabulação raiana reforçava uma atitude tida, anos antes, pelo etnógrafo beirão. Com efeito, Jaime Lopes Dias considerou sempre que a revelação Monsanto a Portugal se

tinha devido à ação desenvolvida pelo movimento regionalista por si liderado e não era o resultado do concurso estado-novista. Apontemos, também, que esta capacidade crítica de a partir da realidade de Monsanto pensar o local ligando-o ao País, antecipou todas as interrogações e pertinentes registos e leituras de Jaime Cortesão".

As imagens circulantes

Sete imagens e um retrato, do então jovem autor que acompanha uma nota curricular em caixa, ilustram o texto que ocupou as páginas centrais da revista. Três aproximam o leitor das ruas da aldeia revelando a dominância do barocal natural no modelado das casas de pedra solta e vãos caleados. A cromia aldeã era bicromática. O branco da cal definia as fronteiras entre o espaço doméstico e a rua dominada pelos tons cinza do granito. "A paisagem tem um tom desolado de afastamento trágico", "Aspeto primitivo das casas de Monsanto", "Os morros erguem-se de improviso perante a planície", "Homens de luto pesado", "O Monsanto nas danças", "Velha com mantilha" e "Nos intervalos de luta dura com a terra, o Monsanto distrai-se", foram as legendas associadas às fotografias.

Desconhecemos o momento real de apreensão deste conjunto imagético, mas pensamos estar perante uma reutilização de representações captadas anos antes associadas aos momentos e às datas de visita da aldeia por parte do júri do concurso "A aldeia mais Portuguesa de Portugal", em 1938. A imagem da "Velha com mantilha" como aponta a legenda, a fotografia do conjunto "Homens de luto pesado" (que cremos ser os grupo dos irmãos da Misericórdia que enquadraram o cortejo etnográfico promovido por ocasião da visita do júri do SPN a Monsanto) ou uma ampliação com a legenda "O Monsanto nas danças" que revela a imagem recortada da capela ou capacete de forma cônica enfeitada com flores artificiais e fitas usado na "Dança dos Homens", que tem lugar nas festividades de N. Sra. dos Altos Céus realizadas na povoação da Lousa, concelho de Castelo Branco.

Os ideólogos regionais do concurso para a construção da exuberante criação performativa realizada no Castelo de Monsanto apropriaram-se do ritual da Lousa de marcada originalidade pela destreza da dança e estranha sonoridade emitida pelas genébras, pelas bandurras e pelos pandeiros fundindo-o na totalidade da amálgama expressiva que estruturava o espetáculo.

As captações da *Dança dos Homens*, do *tocador da Dança dos Homens* ou do *Tocador de flauta* ilustram a narrativas de Monsanto e do Paúl do "Relatório do Júri Provincial da Beira Baixa" que viria a ser esditado já depois do resultado do Concurso ser conhecido em vários números da revista *Ocidente*. Aproveitando fotografias já editadas noutras ocasiões, como aconteceu, as legendas colocadas por Namora neste texto inverteram e forneceram outras leituras às imagens captadas anos antes na operação estético-cultural estado-novista.



Tocador da Dança dos Homens



Tocador da Flauta

Namora e a preocupação patrimonial Monsanto

A centralidade na problemática da conservação de equilíbrios entre a comunidade e a geologia será recuperada com particular ênfase em dois textos de *A Nave de Pedra*, obra saída em 1974, onde o próprio título confirma o seu geo-núcleo criativo enraizado em Monsanto. Tecem-se tramas e relações diferenciadas entre a revelação da excecionalidade cultural de Monsanto e uma acutilante denúncia dos agentes e das causas nocivas que desequilibravam toda a arquitetura antrópica respeitadora das dimensões e matérias naturais do meio. *A Nave de Pedra* filia-se, sem dúvida, e terá a sua origem literária na refundição da reportagem “Monsanto terra de camponeses” de 1946. Consideremos, por exemplo, o seu início e desenvolvimento da linhagem dos assuntos reflectidos, onde essa similitude narrativa se encontra bem patenteada:

«Quem vem de longe, das terras livres e verdes do litoral, e após a transição das ravinas do Zêzere, encontra a paisagem escura e solitária da Beira Baixa. Os campos e as hortas do camponês do norte ou da beira-mar, talhadas pelos muros e veredas floridas, pedaços de terra que o camponês cheira e possui logo que nasce, e que pela vida fora é sempre o pedaço de terra que se frutifica e que se mistura na própria carne, que se ama através da incerteza dos ventos e das chuvas que amaciarão a rigidez do solo, através de todo o esforço que fecundará a semente – esses campos húmidos acabam nesta província dura e isolada. Região tolhida de limites, com planícies e planaltos de terra lisa, que o verão escalda e o inverno cobre de um manto de códão, para cá das montanhas de neve da Gardunha e da Estrela e do friso fronteiriço das serranias de Espanha, choca desde logo o viajante desprevenido. Homens e paisagem lhe darão uma impressão desolada de afastamento, de virilidade trágica, de alguma coisa que ficou ao lado do mundo em marcha.»

Em “*A Nave de Pedra*”, Namora utiliza a segunda pessoa numa autointerrogação, interiorizando a reflexão e as dúvidas do eu e do tu que marcam conjunturas diferentes. A presença mnemónica do registo é reforçada pela indagação persistente – “Lembras-te?” – presente em unidades colocadas em itálico na impressão assinalando ritmos temporais distintos. Namora vai contrastar o momento da descoberta do sítio, da chegada e da surpresa, do encantamento, das primeiras imagens, da construção do arquivo dos testemunhos e dos sentimentos com as mudanças ocorridas no desenrolar do tempo deste seu novo berço. Foi uma aculturação lenta mas contínua. Ao monte sempre retomou preocupado com os atentados danosos que atingiam a idiosincrasia cultural Monsanto que resulta da epiderme da ocupação secular humana com o osso genético da geologia.

Em *Jornal Sem Data*, obra de 1988, apresenta novas configurações das incertezas que o acompanharam sempre na sua vinculação a Monsanto. Revisitaria a tragédia destrutiva dos horizontes pétreos da localidade ligando esta periferia nacional aos ritmos avassaladores anuladores da paisagem identitária portuguesa. Monsanto, então a já desvanecida aldeia “mais portuguesa”, envelhecida e cada vez mais esvaziada de gentes, voltava a ser um espelho, um mau exemplo dos comportamentos exercidos na preservação patrimonial. E, face à situação, Namora propõe a emergência, a partir de Monsanto, de uma pedagogia de âmbito nacional, que assumisse a consciência da perda, invertendo as desertificantes ações promovidas e englobadas em longínquas e diáfanas políticas patrimonializadoras, num exacerbado ânimo de vontade de mudança emuladora de um passado a favor de um presente associado a uma ideia de progresso que contesta. Identifica os responsáveis, os poderes, as leis não aplicadas, apontando as câmaras municipais como as principais instituições a quem se devem, em suma, essas práticas desqualificadoras e exterminadoras dos equilíbrios entre as comunidades e o seu ambiente, ligações que firmavam patrimónios aqui entendidos como heranças coletivas insubstituíveis.

Para António Pedro Pita *Jornal Sem Data*:

«constitui um guia rigoroso para uma reconsideração dos sentidos da obra de Fernando Namora. (...) Fernando Namora preocupou-se em sublinhar as várias peles que se foram fundindo na condição portuguesa: o medo, a culpa, a dissimulação. Não deveremos considerá-los na abstracção dos conceitos, mas sim como realidades historicamente construídas que contaminaram os percursos de subjectivação portugueses ao longo de décadas.»

Com efeito o escritor salientava: «se na minha obra se tenta inventariar o homem português nos mais variados contextos do “seu” território, no sentido geográfico e antropológico do termo, essa inventariação, a partir de certa altura, não se basta com as suas fronteiras e empreende uma busca do que nos é diferente, do que nos é estranho, ou mesmo do que nos é oposto e hostil, tentando depois estabelecer contrapontos reveladores».

Monsanto foi um autêntico laboratório, um infundo inventário das gentes e das suas circunstâncias.

Remate

Deve Monsanto a Fernando Namora um reforço do seu campo metafórico e comunicacional pela criação de uma nova imagética que penetrou de um modo imperecível na memória coletiva portuguesa. As suas preocupações preservacionistas face ao modelado geológico do monte anteciparam um propósito que esteve na origem da criação, na região, do *Geoparque Naturtejo*. Esta inclusão da nova categoria no campo patrimonial local provocou uma alteração nos itinerários de visita e nos respetivos suportes de interpretação. Para além dos monumentos, dos elementos de arquitetura vernacular e dos sítios emblemáticos da sua idealizada silhueta identitária como a *Torre de Lucano*, a *Pedra da Paciência* ou a *Casa de uma só telha* a base geológica matricial da terra assumiu-se como um modismo que atenuou as dominâncias históricas e etnográficas das leituras turistificadas do território.

Foi com efeito, a Fernando Namora que se fica a dever uma exemplar e contínua atitude denunciadora das sucessivas e irrecuperáveis alterações do modelado granítico, a rocha fundacional que ancestralmente ligou o monte onde viviam as gentes ao sagrado: Monte Santo.

Escreveu:

«O tempo corre – quem o não sabe? – e já ninguém o deseja pasmado, mas uma coisa é a sua marcha, que muito terá de sacrificar, e outra a gratuita corrupção do que no homem representa harmonia com o seu meio.»

E, em *Minas de San Francisco*, o seu primeiro romance desenvolvido nestes horizontes beirões assumiria que:

« (...) a terra é estabilidade, é a raiz que segura os sonhos a um chão firme (...). Um homem nasce e morre fazendo parte da terra.»

Em espaços hoje vazios de gentes, neste mosaico das ausências das ditas baixas densidades, «num tempo sozinho», estas são palavras que adquirem um estremecido e pungente sentido contemporâneo.

Fernando Namora: voz do património Antologia breve

“Extremamente Importante”

«Homem da terra e que ama a terra, as coisas que nos moldam e em que nos fundimos, muito antes de, por esse mundo além, se levantar o estandarte da ecologia, feito protesto e feito moda, já eu a sentia na carne. (...) Já eu a sentia e sobre ela escrevia. Lembro-me, entre mais desabafos assomados, dos escritos que publiquei, há um ror de anos, quando se iniciaram as ofensas ao que vim a chamar «o meu poiso de serenidades» - Monsanto. Monsanto é uma explosão de fragedos, as moradas nascem da pedra e a pedra nasce das casas, e tudo o

que for abate ou desfiguração dos barrocos é um crime ao que a Natureza lá pôs, para regalo e qualidade de vida dos homens, e que nenhum homem poderá reconstituir uma vez destruído ou desfigurado. Isto nada tem que ver com as condições sociais e o êxodo das gentes (ou terá, se pusermos os olhos no futuro), com a agonia da povoação, com tudo o que em Monsanto persiste apartado do mundo e do tempo e urge espertar e retificar.

Mesmo ao lado da Torre de Menagem, que a sabedoria do povo, durante séculos, deixou, solitária e altiva, na sua penha de fragas, construiu-se uma aberrante moradia «citadina», a que nem faltaram as pombinhas de cerâmica no telhado, e que, «físicamente», se apoderou da soberba e folgada perspectiva, onde a Torre era o pedestal harmonizado com os acidentes naturais. Isto sob as bênçãos da Senhora Câmara. Isto apesar de a área em questão, incluindo os rochedos e os templos medievos, pertencer preventivamente à alçada (benévola?, distraída?, desautorizada?) dos «monumentos nacionais». Bem se erigiu este Quixote contra o desaforo – de balde. A morada lá está. Sacrílega. E os penhascos em redor foram sendo, conjuntamente ou seguidamente, espatifados, furados, domesticados, para edificação de... garagens. Mesmo se os homens apagassem a injúria da moradia catita, não poderiam restituir à paisagem o seu amputado perfil.

Monsanto, repito, explosão de fragedos, deixa de ser Monsanto se a explosão for serenada ou camuflada. (...)

Agora o caminho para o Castelo. A aldeia, ofegante da ladeira, queda-se a meia vertente. Dali para cima, talharam-se carreiros e degraus na cordilheira de alcantis, mas sem os lesar de morte, sem os deformar. Obra dos antigos, que tinham a ecologia no instinto. Quem se agrada de trepar ao Castelo e admirar o que de lá se abrange, pois que se encha o peito e se atreva ao desafio de ir pelo seu pé. Se não puder, paciência. Tem um burrico às ordens. Mas que se pense em satisfazer as molezas do turista motorizado e, para isso, se queira abrir uma serpenteada estrada até às muralhas, é de bradar aos céus. Porque não há artifícios técnicos que evitem novo massacre dos penedos. A estrada terá de lacerar rochas e mais rochas, terá inevitavelmente de assolar muita coisa que resultou de milhões de anos de abalos e sedimentações.

O massacre, aliás, começou há muito, quer fracturando e desfazendo a pedra em benefício nem sei de quê, às vezes um hortejo sem quaisquer condições de produtividade, enquanto a planura feudal se desperdiça, quer para dar largueza a um veículo particular (até as esquinas da primorosa igreja da Misericórdia foram lascadas nesse intuito!), quer pelo puro e selvagem capricho de destruir.»

Jornal Sem Data

«Tem-se falado muito de identidade nacional. Justificadamente. Um país é um país – vai-se enformando como um todo orgânico, vai adquirindo uma fisiologia, um modo de ser idêntico a tantos outros mas igual a nenhum. Essa singularidade é ele próprio. Se a não tiver, não existe como nação; se a adulterar, facilmente se desagregará; se a destruir, pouco mais lhe resta de coerência e permanência como entidade coletiva. (...)

Em certo período, o Departamento do Bem-Estar Rural enviou uma equipa para Monsanto, a fim de recuperar o que fora degradado. Com um modesto ou mo-

destíssimo dispêndio para os interessados, muitas moradias viram-se melhoradas e ressarcidas de aparência, ao mesmo tempo que o interior passou a ter em conta a higiene e o conforto. Essa equipa técnica atuou conciliando os desejos dos moradores com o que cumpria respeitar em Monsanto e não parece que qualquer das partes tenha sentido a outra privilegiada.

Ora, anos volvidos, que acontece? Boa parte dessas casas reconstruídas com dinheiro do Estado têm sido alteradas, dispensando a orientação da equipa (aliás em vias de extinção), e, como resultado, o que se vê, entre mais atropelos, são terraços de tijolo ou cimento empoeirados em residências onde são uma grotesca disparidade, ou ainda «ampliações», sempre em cimento, cuja exuberância chega a ocultar varandins, escadarias ou sobrados da mais pura cepa arraiana. (...)

Em muitos casos, parece que os moradores pedem licença para obras que depois nada terão que ver com os planos apresentados ou, quando muito, não requerem licença nenhuma. Do anterior presidente da Câmara da Idanha, a quem alertei para estes maus fados Monsanto, ouvi amargas excusas de Pilatos. E outro que fosse as repetiria: é que a diligência tem de vir do cima – e contemplando todos os inumeráveis Monsanto, embora haja que começar por um deles e da forma mais exemplar. O resto virá naturalmente. Até por contágio, até por emulação.»

A Nave de Pedra

«Vai para dezenas de anos, houve quem descobrisse Monsanto, dando-lhe, num galo de prata, o troféu de aldeia mais portuguesa (na brutalidade? no casticismo? na miséria resignada?) e, por via disso, assento no mapa. Daí o alvoroço dos forasteiros, cidadãos de várias falas, mais até da estranha, que chegam de lenço na testa para se abismarem com o lugar selvagem, com o primarismo no viver e no morar: casebres de uma só telha – a rocha – quelhas de uma só sombra, apontando todas a escalada até ao rude Castelo, que exige bom suor até lhe alcançarem os umbrais, onde há uma inscrição do século XII, ao que parece assinalando a reconstrução da iniciativa de Gualdim Pais, mestre dos Templários. O escudo, foi-se: uma águia com garras e asas abertas e uma esfera armilar. Agarrem o ladrão que o levou e mais os outros que pilharam, dentro e fora das muralhas, o que lhes deu na gana.

Os arribadiços chegam, à cata de braveza e folclore (e bom Deus que os encontram, ao menos nos adufes das vitrinas, feitos de pele curtida com preparos especiais), mas logo se despedem, visto que não há jornada assim que não peça estalagem onde uma pessoa se retemper da canseira, e comes e bebes que registem o sair-se de casa para ver e admirar mas também para o regalo de rancho melhorado.

Um pesadelo de pedras, por mais excêntrico, não basta para reter o pasmo do turista. (...)

Até por vezes a complicam ou, pelo menos, a desfeiam, como é este caso de Monsanto se abonar de vivendas que estariam certas em Alvalade, com os zeladores do Património Artístico a assinar de cruz, se esventrar em garagens no bojo das penedras, desbastando o que o homem não mais poderá refazer, ou se mascarrar de tintas carnavalescas, ou, enfim, se pôr num duvidoso catitismo quanto a algumas melhorias que nem sequer se desculpam pelo bem-estar das populações. (...)

Pode deduzir-se que o 3 de Maio em Monsanto, assim festejado, é uma legenda de pertinácia e astúcia que o Monsanto faz perdurar talvez porque sinta que ela lhe retrata a maneira de ser, moldada em circunstâncias adversas. Pertinácia, resistência. (...)

É um «tempo sozinho» - como Monsanto sugere, na sua língua sábia, referindo-se ao êxodo dos lugarejos, onde só restou algum velho muito velho para cuidar do vivo. Quem se negue a esse esforço de desespero não é homem que valha as calças que veste ou mulher que mereça o parir.

Quando a ceifa e a debulha terminarem, o campestre apreciará as medas que se juntam em montanhas de rescaldo ou de fartura (...) e tirando o chapéu, reverente ante a fecundidade da terra repetirá um estribilho que tem tanto de sarcasmo como de raiva: «Os ricos fazem morcelas do suor da nossa testa.»

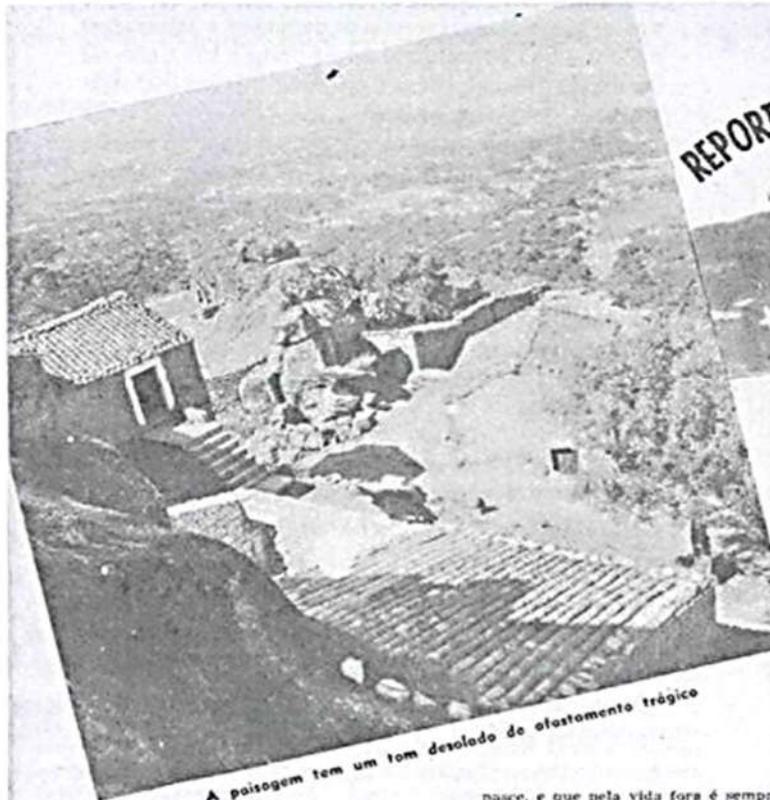
Lembras-te. Escreveste isto ontem. Talvez já não o escrevesse hoje. Quem mudou: tu ou Monsanto?

Notas

- 1 - Sobre o Concurso: Brito, Joaquim Pais de (1982) "O Estado Novo e a aldeia mais portuguesa de Portugal". Em A. Costa Pinto et al (orgs.) O Fascismo em Portugal: Actas do colóquio realizado na Faculdade de Letras de Lisboa em Março de 1980. Lisboa: A Regra do Jogo, 511-532; Félix, Pedro (2003) "O Concurso «A Aldeia Mais Portuguesa de Portugal»". Em S. Castelo Branco & J. Freitas Branco (orgs.) Vozes do Povo. A Folclorização em Portugal. Oeiras: Celta Editora, 207-232 e Alves, Vera Marques (1997) "Os etnógrafos locais e o Secretariado de Propaganda Nacional. Um estudo de caso". *Etnográfica*, 1 (2), 237-257.
- 2 - SALVADO, Pedro (2009) "Jaime Lopes Dias e a Utopia Regional - O Centro e as Margens". Em *Penamacor. 800 Anos de História*, Câmara Municipal de Penamacor, 219-229.
- 3 - ANTUNES, Pires (1938) "Relatório do Júri Provincial da Beira Baixa. Aldeia de Monsanto", *Ocidente*, Revista Portuguesa, III (8), 231-309.
- 4 - Sobre as mudanças da gestão e actuações da DEGMN Neto, Maria João (2011) "Restaurar os monumentos da Nação entre 1932 e 1964". Em *100 Anos de Património: Memória e Identidade. Portugal 1910-2010*, Lisboa.
- 5 - Sobre a atuação do SPN-SNI Secretariado da Propaganda Nacional (SPN), depois renomeado Secretariado Nacional da Informação, Cultura Popular e Turismo (SNI) Marques, Vera (2013), *Arte Popular e Nação no Estado Novo: A política folclorista do Secretariado da Propaganda Nacional*, Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- 6 - Sobre Fernando Namora pintor vid.: Pessoa, Miguel; Leone, Palmira; Rodrigo Lino (2019), "Caminhos de Vida, Caminhos e Pintura" Em *Fernando Namora Itinerário de uma Vida, Geografia de uma obra*, Condeixa Câmara Municipal, 70-73.
- 7 - Cartas transcritas no ensaio de Marques da Silva Paulo (2015) "Fernando Namora e a Pide: anatomia de um processo" in Archer de Carvalho, Paulo (coord.), *Pois ainda não te resta ainda o mundo? Conferências de Fernando Namora*, Casa Museu Fernando Namora, Câmara Municipal de Condeixa-a-Nova, 91-92.
- 8 - Sobre os primeiros territórios beirões: Seabra, José Carlos Pereira (2006), *Para conhecer... Fernando Namora*, Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, Coimbra; Jacinto Rui, (1998) "O itinerário de Fernando Namora e a geografia da sua obra". Em *Fernando Namora Nome para uma Vida*, Câmara Municipal de Castelo Branco, 19-37.
- 9 - FERRO, António (1950). "A aldeia mais portuguesa". Em *Prémios literários: 1934-1947* Lisboa, Edições SNI., 83-96.
- 10 - PITA, António Pedro (2019) "Fernando Namora. Nas urgências do seu tempo". Em "e não sei se o mundo nasceu" *Fernando Namora 100 anos*, Museu do Neo-realismo.
- 11 - CORTESÃO, Jaime (1959), "Monsanto". Em *O Primeiro de Janeiro*, 28 Junho, Porto.

** Este texto fixa parte da comunicação "Namora em Monsanto: A memória epigrafada" apresentada, em 2018, em conjunto com Joaquim Baptista, nas XXXI Jornadas de Estudo da Medicina na Beira Interior da Pré-História ao Século XXI.

* Instituto de Investigaciones Antropológicas de Castilla y León - Universidade de Salamanca.



A paisagem tem um tom desolado do afastamento trágico

QUEM vem de longe, das terras livres e verdes do litoral, e após a transição das ravinas do Zézere, encontra a paisagem escura e solitária da Beira Baixa. Os campos e as hortas dos camponeses do norte ou da beira-mar, talhadas pelos muros e verdadeiras floridas, pedaços de terra que o camponês cheira e possui logo que

nasce, e que pela vida fora é sempre o pedaço de terra que se frutifica e que se mistura na própria carne, que se ama através da incerteza dos ventos e das chuvas que amaciarão a rigidez do solo, através de todo o esforço que fecundará a semente — esses campos húmidos acabam nesta província dura e isolada. Região talhada de limites, com planícies e planaltos de terra lisa, que o verão escalda e o inverno cobre de um manto de códoia, para cá das montanhas de neve da Gardunha e da Estrela e do frio fronteiriço das serranias de Espanha, cheia desde logo o viajante desprevenido. Húmens e paisa-

REPORTAGEM DE FERNANDO NAMORA



VELHA COM MANTILHA

gem lhe darão uma impressão desolada de afastamento, de viridade trágica, de alguma coisa que ficou ao lado do mundo em marcha. Reconhece cedo, por isso mesmo, que o beirão é um agastado, um ressentido perante o seu semelhante e perante a sua própria vida. Se, no norte, os camponeses que frutifica a terra, apenas lhe coube uma pobre parcela do solo mimoso, na Beira Baixa o camponês é quase sempre um alugado. No norte há esse pedaço de terra onde se nasce e se morre, que fixa esperanças e ilusões, que multiplica os casais e as hortas, que tira do solo todo o sumo que este possa dar. Na Beira Baixa o camponês vive em face de maiorais que dispõem da terra: sente, como poucos, a tragédia dos dias incertos, o desemprego dos meses chuvosos de inverno, a contingência das simpatias do patrão. Por isso, numa luta resignada, tenaz e astuta, além de camponês, um pouco que o sabor da luta e do acaso lhe permite: tecelão, mineiro, fugido a polícias e a fiscos nos campos onde o estanho aparece à flor do solo, protagonista dos azares, aventuras e dramas das minas de volfrâmio, contrabandista, exposto às batidas movimentadas dos guardas e carabinieri pernitolados nas estevas altas da serra, corticeiro, *rotinho* do Alentejo, emigrante das cidades e das Áfricas.

O morgado leva o ano a juntar moios e escudos, castelosamente, avaliando o lucro que outro dono da terra possa ter, num desquite de interesses e rivalidades feudais, que não permite encontros humanos; o morgado beirão, sem uma vida de relação sábia, perante a paisagem isolada e uniforme, aguarda os meses de fuga em que esbanjará nos prazeres fáceis das capitais parte dos lucros dessa terra que apenas conhece e acarinha através dos números. E, no entanto, o beirão é cativante e hospitaleiro: abre ruidosamente a porta a amigos e desconhecidos, desconhece quem ele protege e acarinha até ao dia em que lhe reconhece alguma superioridade, talvez para que essas relações, embora sem solidez nem amizade, lhe quebrem os dias rasos e iguais.

MONSANTO

Monsanto é um morro erigido de penhascos: as beiras, extensas, duma cor árida e uniforme, vêm de longe morrer junto dos barrocais. É um morro bárbaro, medonho e orgulhoso como as águas que roçam pelos pincairos. Ergue-se de improviso perante a planície, e a terra solta mede-se aos palmos: pedra, granito negro, veredas incríveis assentes em rocha zigzagueando até às portas do castelo.

O camponês da planície estende os olhos pela terra lisa e poeirenta, pela paisagem que o amolece, que faz a sua vida um sabor accidental, de brilho incerto e infeliz. O camponês Monsanto nasceu a vencer caminhos a preparar penhascos, a descobrir um mundo convulsionado para construir sua casa. Todo o ano, das alturas, a fúria do vento de Espanha tempestade sua face, todo o ano jericos e horrores sobem e descem os barrocais, res-



HOMENS

de baixas onde germina o pão arde pelo seu esforço, mas que não lhe pertence, amontou terra e extrusou dois pedregos e fez de dois palmos húmus de empréstimo o seu quintal. Teve que vencer a paisagem, esmagar os lobos e as raposas dos escondidos, fugir dos lacraus embuscados nas pedras, arrancar dos barrocais um verde — agora disputado pelos morros que alegam direitos antigos — onde as cabras possam encontrar comida, tem o azule de mel da dúzia de oliveiras, nem os húlidos, nem o solidário do proprietário mais abastado que chama a sua casa a mulher e filhos dos jornaleiros e retribui nos serviços com alqueires de vinho nem as relações confidadas no vizinho que sofre a sua desgraça: acontece nas aldeias garridas do norte; é, apesar disso, perto da terra alheia, à sua vida berloca tenazmente contra o solo duro e a miséria. O camponês da planície fica subjugado perante o seu dono, cultiva a manhã, a aventura, o desdém da vida, espera o acaso: a miséria atíngiu aquele limiar que não permite previdência e revolta monstros, explicado pela grandeza da paisagem, rodela as lapas que vence os caminhos que esgotam o fôlego, não se entrega.

No concurso da aldeia mais guesa, Monsanto ganhou o ouro prateado — daí a atracção turística deste penhasco cheio de grandezas e dições. O forasteiro abisma-se perante a paisagem grandiosa, a estranhosa



Nos intervalos de luta dura com a terra, o Monsanto distrai-se.

- 1 Aspecto primitivo dos campos de Monsanto
- 2 Os morros erguem-se de improviso perante a planície

SANTO

TERRA DE CAMPONESES

FERNANDO NAMORA

Fernando Namora, surgido dessa geração inquieta que se afirmou, em Coimbra, com o «Novo Cancioneiro». Muito jovem publicou dois livros de poemas «Relevo» e «Mar de Sargacosa», onde já se adivinhava o caminho novo que a poesia iria tomar. Camponês preso à terra, o seu primeiro livro sério é um livro de poemas que intitula «Terra», onde o drama do homem do campo é dado numa das mensagens líricas mais curiosas do nosso tempo. Sentindo que a prosa era o melhor meio de expressão para a realização daquilo a que se propunha, escreve os seus romances e novelas: «As Sete Partidas do Mundo», «Fogo na noite escura» e o recente livro «Casa da Malta».



Médico e pintor, Monsanto chama — tem-lhe servido de tema para as mais curiosas manifestações artísticas. A presente reportagem — «Monsanto, terra de camponeses» — com que honra as páginas de «Vida Mundial Ilustrada» é a afirmação de todas as qualidades reveladas.

castelo, das torres, das ruas, das casas de igrejas, perante o primitivo e dos homens — que conservam alguma coisa que parece imutável. Monsanto é já hoje indiferente à agitação turística, espécie de aceno à vida impossível. Acompanha-o nos festejos que andam ligados às lendas, dá cor e movimento às reconstituições do passado, porque tem orgulho na sua terra, nos seus rituais, e não se sente ludibriado em tudo o

ram a última vitela com o trigo que restava; chegam-se às muralhas, chamam o comandante moiro e oferecem-lhe, como sinal de grandeza e fortuna, a vitela engordada, que, ao desfazer-se de encontro às fragas, exhibe as entranhas com o trigo farto. Os moiros, destuidos, levantam o cerco. É este símbolo de resistência e astúcia que o povo de Monsanto não esquece: todos os anos, em festejos que ludem o trabalho duro e a fome, o Monsanto lança das muralhas sobre os rochedos um pote branco cheio de flores.

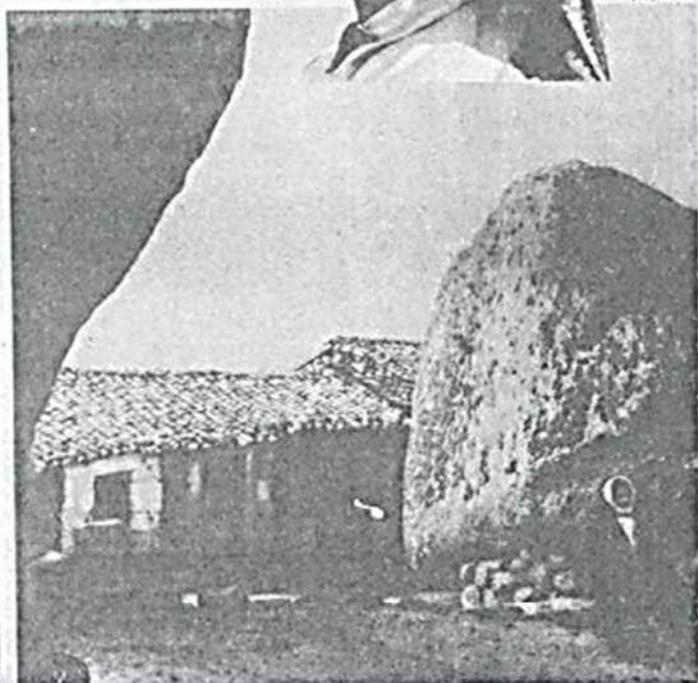
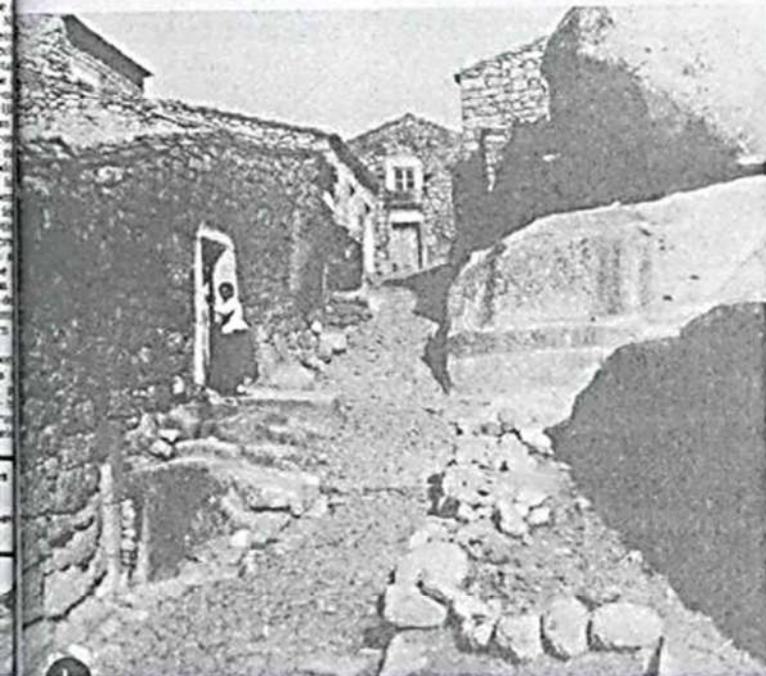
O Monsanto é, antes de mais, camponês: arrendatário de terras (sua máxima aspiração), pastor, quinteiro, ganhão, menageiro, é sempre um alugado. Apesar disso, é ele que sente, mais que o dono, a incerteza do rumo das nuvens, o despotar das hastes verdes. Seco de carnes, duro, supersticioso e desconfiado perante o estranho, é na conquista do pão (base do seu alimento), que ele põe todo o seu esforço. A maioria dos meses do ano são fálhos em jorna; o matorral prefere o lucro fácil e mais certo dos rebanhos, da cortiça, do azeite, do que as contingências das culturas aturadas de todo o ano: por isso, o trabalho de braço não equivale à extensão da terra. O camponês, embora corra todos os riscos, a esperança de salário, e tente a aventura do contrabando ou do minério, guarda as suas esperanças para as ceifas. Então, sob um sol tórrido, desgastado de maleitas e de febres estivais, nas searas sem o rumor de uma fúria, de noite e de dia, dormindo e comendo entre as espigas maduras, cercado da família (nessa tempo tão sózinhos) — como ele diz, referindo-se aos casais abandonados), esgota todas as energias

que ainda conserva. É a época dos quintos, o camponês tem como recompensa um quinto da semente que foi lançada à terra. Não é homem que se farta a esse esforço último. Por isso só quem não logra merenda para essas semanas de vida no campo, fica em casa sob a ameaça da fome durante o inverno. Base da sua alimentação pelo ano fora, em refeições sucessivas de «pão e feças», na designação pitoresca dos camponeses-mineiros do volfrâmio, isso tem que bastar para a sua sobrevivência e para os limites tradicionais das suas esperanças, nesta terra herdada por meia dúzia. Consideram-se felizes os que arrendam pastos e searas. Arrendamentos que às vezes passam de avós a netos, onde se constrói uma casa e se afelixa e melhora o que vem de trás, para maior riqueza dos que virão, apesar do chão ser de empréstimo. A cupidiz dos feitores destruirá por vezes essa tradição; e entregues ao seu avaro destino, receando enfrentar os donos longínquos, que por vezes têm um sabor de senhores feudais lendários, o camponês, embora resignado e lutador, sacudido a testa, não deixará de dizer, na sua linguagem por vezes tão colorida: — Os ricos fazem moedas do suor que cai daqui!

O Monsanto nas doações

DO PESADO

esperou dessa atracção dos povos pesados. Um dos festejos tradicionais, que define a rudeza e a heróicidade do povo, é a evocação do 3 de Maio. Nos muitos anos, a moirama atirava o cerco longo esgotara os monumentos mas não o apego à terra dos Monsanto. Então, os Monsanto, atingido o limite da resistência, alimenta-



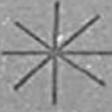


**MONSANTO
TERRA
DE
CAMPONESES**

UMA REPORTAGEM DE
FERNANDO NAMORA

[VER REPORTAGEM NAS PÁGS. 12 E 13]

UMA NOVA ARTISTA
DO CINEMA
PORTUGUES



HELGA LINE
QUE SE ESTREIA
NO CINEMA
INTERPRETANDO
UM DOS PRIN-
CIPAIS PAPEIS
DO FILME
"A MANTILHA
DE BEATRIZ"

**VIDA
MUNDIAL
ILUSTRADA**

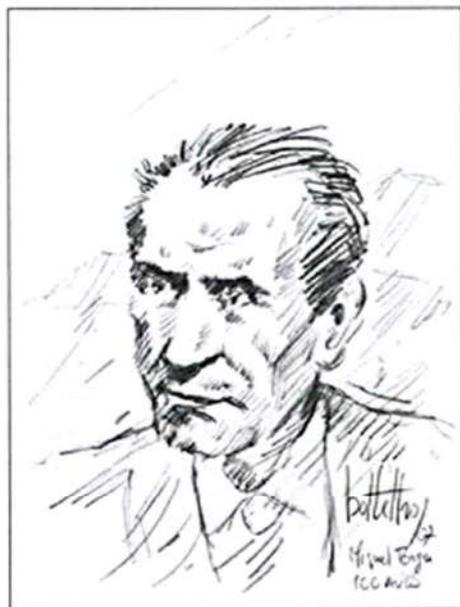
SEMANÁRIO GRÁFICO DE ACTUALIDADES

ANO VI—N.º 268
11 DE JULHO DE 1946
PREÇO AVULSO 2500

MIGUEL TORGA E ARGANIL

HOMENAGEM

*Carlos Maia Teixeira**



Miguel Torga, 100 anos – Bottelho

Pediram-me palavras que sei não ter, mesmo que diga tudo o que sei, que faça tudo que possa, que creia em tudo o que ouvi, ou que acredite em tudo o que li e estudei.

Diz-se e bem que quem diz tudo o que sabe, quem faz tudo o que pode, quem crê em tudo o que ouve, quem gasta tudo que tem, muitas vezes gasta o que não pode, julga o que não vê e faz o que não deve e nesse erro não quero incorrer.

Basta-me assumir que "quem faz o que pode faz o que deve"

Por ordem cronológica, de modo a não espalhar o que juntei, a primeira referência que deposito são as palavras do poeta no Cine Teatro de Arganil "Alves Coelho" inaugurado a 9 de Maio de 1954: "Erguido por teimosia de cabeçudos beirões da mesma maneira e com o mesmo espírito com que antigamente se construíram catedrais: cada um trazendo a sua pedra", (excerto de uma carta enviada ao actor João Villaret, convidando-o para a inauguração).

O que diria hoje Miguel Torga vendo o Teatro fechado há anos.

Logo ali, no Largo Neves e Sousa mais conhecido por Fonte de Amandos, no monumento ao Embaixador Dr. Alberto de Veiga Simões pode ler-se: "Um dos filhos mais ilustres de Arganil que os esbirros de um déspota perseguiram até à morte".

Palavras retiradas de um discurso feito em 23 de Abril de 1976, num comício do Partido Socialista, realizado em Arganil.

Olhando para lá da Mata da Misericórdia impõe-se a presença do Centro de Saúde de Arganil e do Hospital Condessa das Canas onde o poeta trabalhou anos a fio em prol dos mais pobres e onde, por sua vontade expressa, se encontra o seu consultório e espólio médico de Coimbra, em doação à Santa Casa da Misericórdia de Arganil.

Foi seu testamenteiro o Doutor Fernando Valle e é no seu monumento que se pode ler desde 29 de Julho de 1989: "Nenhuma prepotência o vergou e desviou do recto caminho cívico da tolerância, da justiça e da liberdade". (Excerto da comunicação proferida na cerimónia do 90º aniversário do Doutor Fernando Valle).

Já em Côja tinha afirmado a 9 de Dezembro de 1973: "É escusado. Não posso ter outro partido se não o da Liberdade".

Palavras que decoram as razões do nome da Biblioteca Municipal Miguel Torga em Arganil. Também aos olhos de todos se pode ler em Côja, na margem esquerda do Alva, no monumento ao Doutor Alberto da Maia e Cruz do Valle inaugurado a 14 de Junho de 1956: "Era um homem bom como já não há. Viveu e morreu discretamente, com medo de acordar os interesses da vida e as pompas da

morte. E quem o conheceu só poderia desejar que a limpidez do Alva ficasse a reflectir-lhe a memória pela eternidade fora”.

É, talvez já, esta profunda amizade e estima pela família de Fernando Valle que ressalta do “Diário II” quando a 27 de Setembro de 1942 como que anunciando a partida de Vila Nova, em Miranda do Corvo para Arganil (ligação igualmente significativa com o Doutor Martins de Carvalho):

“É bonito este Alva. Manso, claro, calado, sem a tragédia do Douro nem a grandeza do Tejo, é bem o Rio da Beira que define a Beira. O Mondego envenenou-se em Coimbra dum lirismo de borla e capelo, que o desnacionalizou; o Zêzere deu-lhe uma retórica de sermão do encontro, que lhe tira o sentido; o Ceira, com a façanha do Cabril esgotou-se. De maneira que ficou a representar, a Beira das ovelhas, dos pinhais e duma tenacidade sem palavras este veio de água pura, que desce da Estrela, toca um milheiro ou dois de rodas, lava os avós, os filhos e os netos da mesma família e acaba pudicamente quando tem a sua missão cumprida”.

É nestes “Diários” que a região de Arganil é levada ao colo a mais de oitenta países em dezasseis línguas.

Arganil, Barril do Alva, Cepos, Pombeiro da Beira, Teixeira, Côja, Salgueiral, Vila Cova e Piodão.

É aqui que a 7 de Abril de 1991, no Piodão, se despede do concelho de Arganil e de Portugal. Foi aqui também, que a 12 de Agosto de 2007 foi celebrado e mandado gravar as suas palavras em monumento da Editorial Moura Pinto: “Com o protesto do corpo doente pelos safanões tormentosos da longa caminhada, vim aqui despedir-me do Portugal primevo.

Já o fiz das outras imagens da sua configuração adulta. Faltava-me esta do ovo embrionário.”

A 16 de Julho de 1946 (Diário X) Miguel Torga escreve em Arganil: “Medicina, literatura e política, por ordem decrescente. A obrigação, a devoção e a maceração”.

E escuto o que quero ouvir:

A força, a beleza e a sabedoria em três representações de profunda amizade e estima que avanço por ordem cronológica:

1. Às irmãs de S. José, como se fosse aprendiz:

“Hospital de Arganil, 1 de Dezembro de 1966

Acabei de operar, estou a fumar um cigarro e a pensar nas freiras que circulam à minha volta. Bondosas,

prestáveis, pacientes, injectam, fazem curativos, despejam, limpam.

Mas sente-se que embora presentes e funcionais, pairam acima da realidade. Que actuam fora do jogo da vida. Parece, até, que nos olham com certa dose de comisseração por tanta teima que pomos nos actos temporais. Que força interior escuda estas mulheres? Que voz imperativa as chamou, que largam tudo para a ouvir, desfazendo laços afectivos, calcando instintos, desprezando bens e honrarias? De onde lhes vem a paz que trazem estampadas no rosto, e que nenhum vendaval perturba? Sei o que me responderiam se as interrogasse. Mas não quero ouvir palavras que na boca delas soariam a evidência e nos meus ouvidos ressoariam a mistério. Deus, fé, vocação... com três substantivos destes no processo, de que ilações cavilosas não seria capaz o demónio chicanero que mora dentro de mim! Presunção, simpleza... só isso! E o pior é que o problema ficava na mesma. Era cobrir apenas com outros substantivos, mais pedantes ainda, a minha perplexidade. Santas irmãs!

Mal imaginam, tão brancas de corpo e alma, o bem e o mal que me fazem.

O bem de serem como são, e o mal de não poder entendê-las”.

Lembro que Miguel Torga – Adolfo Correia Rocha – começou a exercer a sua especialidade de otorrinolaringologista com consultas no Pavilhão do Hospital partilhando o seu consultório com o Dr. Quirino Sampaio. A 21 de Novembro de 1948 no citado pavilhão, a convite do Dr. Fernando Valle e dando desse facto conta “A Comarca de Arganil” de 16 de Novembro de 1948:

“Dr. Adolfo Rocha-a partir do próximo domingo, começa a dar consultas no Hospital desta vila, o Dr. Adolfo Rocha, especializado em ouvidos, nariz e garganta, com consultório no Largo da Portagem nº45-1º, em Coimbra, onde o seu nome figura ao lado dos mais distintos clínicos da especialidade.

Com as consultas mensais que o Dr. Adolfo Rocha passa a dar nesta vila, às 9 da manhã, fica o nosso hospital com os seus serviços de assistência mais aumentados, muito beneficiando pessoas que dele necessitam de os utilizar e o público em geral.”

Para que haja memória refiro que aquando da publicação do seu terceiro livro “A Rampa” a inveja e o desdém de alguns médicos de Coimbra respondiam à pergunta: Então e o Miguel Torga?

– Como médico não conheço mas parece que escreve umas coisas...



E a alguns escritores em busca de fama à mesma pergunta respondiam:

Parece que é muito bom médico mas neste último livro esqueceu-se do T...

Para que haja igualmente memória, lembro que o Dr. Fernando Valle demitido das suas funções de Subdelegado de Saúde do Concelho de Arganil a 6 de junho de 1949 e de Médico Municipal a 7 de Junho de 1949 por despacho do Conselho de Ministros de 1 de Junho de 1949 onde reza: "Os funcionários ou empregados, civis ou militares, que tenham revelado ou revelem espírito de oposição aos princípios fundamentais da Constituição Política, ou não deem garantia de cooperar na realização dos fins superiores do Estado, serão aposentados ou reformados, se a isso tiverem direito, ou demitidos em caso contrário".

Miguel Torga esteve preso no Aljube onde escreveu "Ariane" e que nos surge logo no "Diário I".

"Lisboa, Cadeia do Aljube, 1 de Janeiro de 1940

Ariane

Ariane é um navio.

Tem mastros, velas e bandeira à proa,
E chegou num dia branco, frio,
A este rio Tejo de Lisboa.

Carregado de sonho, fundeou
Dentro da claridade destas grades...
Cisne de todos, que se foi, voltou
Só para os olhos de quem tem saudades...

Foram duas fragatas ver quem era
Um tal milagre assim: era um navio
Que se balança ali à minha espera
Entre as gaivotas que se dão no rio.

Mas eu é que não pude ainda por meus passos
Sair desta prisão em corpo inteiro,
E levantar âncora, e cair nos braços
De Ariane, o veleiro."

Também, por uma vez, Fernando Valle foi preso.
Contou-me com a sua alegria e profunda modéstia que nem todos os presos eram iguais, pois tinha ido para o Al-

jube com as mãos livres enquanto o Dr. Lousã Henriques ia algemado por ser do Partido Comunista...

E que nas noites mais frias, como era o mais velho, havia sempre alguém que o cobria com a sua samarra.

Mas nem em Arganil teve sossego.

Notícia o "Jornal de Arganil", a 11 de Novembro de 1971:

"Em reunião da mesa gerente da Santa Casa da Misericórdia de Arganil, realizada na última terça-feira, depois de ponderadas várias circunstâncias, foram designados para exercerem as funções de Director Clínico e de Director Clínico Adjunto do Hospital Condessa das Canas, respectivamente os Srs. Dr. Manuel Barreto de Almeida Leite e o Dr. Virgílio dos Reis Nunes, distintos médicos nesta vila.

Esta resolução foi tomada por o Sr. Dr. Fernando Valle, que há mais de quarenta anos exercia dedicada e proficientemente as funções de Director Clínico daquele estabelecimento de assistência ter atingido o limite de idade.

A mesa gerente tendo em consideração os altos serviços prestados ao hospital, por tão ilustre e distinto clínico exarou em acta desta reunião o seguinte:

– Durante mais de quarenta anos foi Director Clínico do Hospital Condessa das Canas, desta Santa Casa, o ilustre clínico Dr. Fernando Valle, que ao cargo e à sua função deu todo o seu esforço e saber, elevando o hospital à posição digna que ocupa e que, se já era tradição, muitíssimo melhor foi.

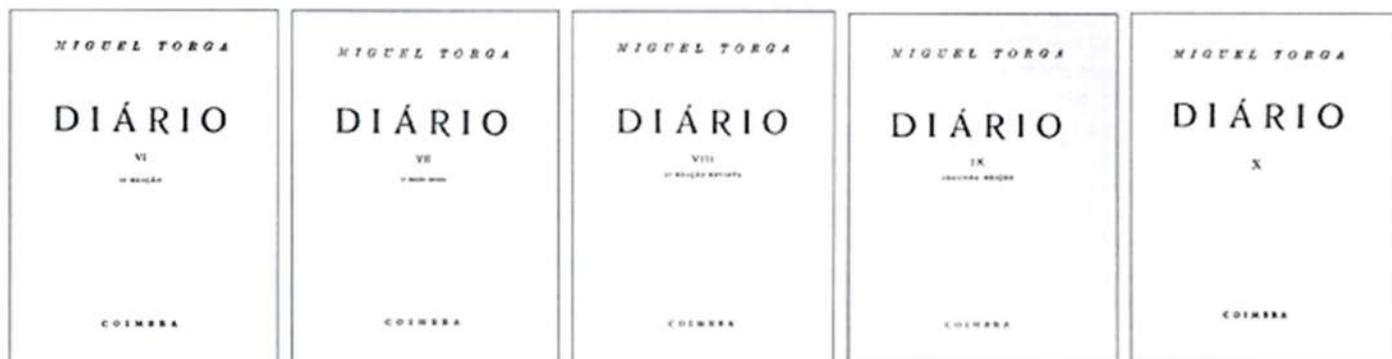
O Dr. Fernando Valle, deu ao hospital e aos seus doentes, todo o seu saber, todo o seu zelo, todo o seu carinho, toda a sua devoção, ele deu-lhe também uma assiduidade diária e uma constante assistência, digna dos maiores valores.

O doente foi e é sempre a sua preocupação e a ele pôs, regateio, a sua inteligência, o seu carinho, a sua amizade e o seu saber e cuidado, até ao limite das necessidades e das suas possibilidades.

Mais de quarenta anos no exercício da sua função e da sua profissão, respeitado e desejado por todos, a todos deixando saudades e de todos tendo saudades. Mas a lei obriga ao afastamento da função pública, ao atingir os setenta anos, o limite de idade.

O Sr. Dr. Fernando Valle foi por ele atingido, deixou a função pública, mas continua a ser o médico competente, amigo, carinhoso, de todos e para todos os que ocorram aos seus serviços."

Ao saber desta resolução o Povo de Arganil (onde Rita Novais, Irene Loureiro e, até tocando o sino a rebate, as irmãs Corina e Susana Ferreira se evidenciaram) espon-



taneamente, reuniu-se e exigiu o regresso de Côja para onde fora viver, do Dr. Fernando Valle nas funções de que tinha sido afastado. O Povo de Arganil teve a percepção de que se estava em presença de um afastamento ilegal, com base ilegal, considerando que as funções exercidas não eram oficiais pois dependiam de uma entidade particular como era e é o caso da Santa Casa da Misericórdia de Arganil.

Recordo que o Sr. Francisco Castanheira de Carvalho, director do "Jornal de Arganil" mandou oferecer, graciosamente, uma casa sua para o Dr. Fernando Valle abrir o seu consultório.

Saúdo a presente mesa da Santa Casa da Misericórdia de Arganil que foi a grande obreira do Hospital de Cuidados Continuados "Dr. Fernando Valle" inaugurado e ao serviço da população de Arganil na antiga residência do Dr. Fernando Valle.

Saúdo-a também por ter suportado parte das despesas do monumento a Fernando Valle sendo igualmente de relevar os quatrocentos contos entregues pela comissão instituída para o efeito.

Lamento que, apesar de tanta teima o citado monumento se encontre desvirtuado das suas pedras (oferta da Santa Casa) e que o seu busto de bronze (oferta do Povo de Arganil) se encontre tão pobremente instalado não respeitando o monumento original.

Mas o que é estimulante nesta introdução é perceber melhor o contexto dos escritos de Miguel Torga na "Criação do Mundo" quando ao sexto dia nos apresenta o Dr. Vilela, nem mais nem menos que o nosso Dr. Fernando Valle e onde irei descodificar as personagens aos mais distraídos:

"Ora a natureza pedia-me naturalidade. Foi portanto, de bom grado que aceitei a sugestão do Dr. Vilela (Fernando Valle), Director Clínico da Misericórdia local para ir uma vez por semana dar consulta e operar a Travanca (Arganil).

Embora a maior parte dos serviços prestados fosse gratuita, sempre aparecia um caso ou outro remunerado.

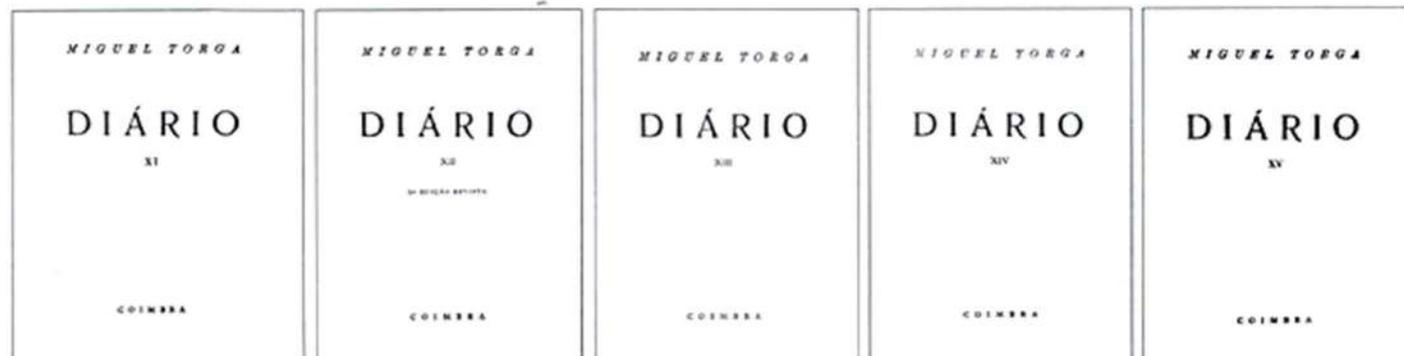
Jeanne (Dr^a Andréa, esposa de Miguel Torga) acompanhava-me. Treinara-se e ajudava-me nas operações. Era uma viagem incómoda, escaldante no Verão e regada no Inverno, mas que me proporcionava a satisfação dessa apetência congénita de uma autenticidade frontal em que nenhuma parte de mim se sentisse rejeitada ou rejeitasse fosse o que fosse. O povo tinha isso: junto

dele tudo sabia ao gosto da verdade. A ignorância era ignorância, a presunção presunção, a covardia covardia. As pessoas purificavam-se na sinceridade com que assumiam a condição. Numa dessas deslocações tive ocasião de verificar o que já sabia há muito, mas que só agora presenciava: a que extremos chegava o ódio do ditador. Não perdoava aos opositores nem mesmo depois de mortos. Falecera o Dr. Vieira Sampaio (Embaixador Dr. Alberto da Veiga Simões, levado em ombros durante a Primeira Republica pelo povo de Arganil, quando na sua intenção de ligar o caminho de ferro até esta vila) historiador (com especial ênfase no estudo do Regente D. Pedro, primeiro duque de Coimbra) e antigo diplomata (os vistos que concedeu em Berlim salvaram muitos judeus do holocausto nazi), seu sobranceiro adversário (exilado em Paris e proibido de regressar a Portugal quando a sua mãe faleceu no Hospital Condessa das Canas). Exonerado do lugar de Embaixador e perseguido sem piedade, finara-se pouco menos que na miséria. Natural da vila (Arganil) manifestara sempre o desejo de ser nela sepultado. E a viúva respeitou-lhe a vontade. Mas quando o féretro chegou de Lisboa (vindo de Paris) trazia uma tal comitiva policial que ninguém da terra foi capaz de vencer o medo e vir homenagear o patrício com a sua presença.

À hora do enterro, apenas se adivinhavam vultos pusilânimes, comprometidos e de má consciência, a espreitar por detrás das vidraças voltadas para a rua deserta, onde o cortejo, vazio, parecia ainda mais fúnebre. Além dos esbirros, à paisana, que não arredaram pé do caixão enquanto o não viram debaixo dos torrões, só o Dr. Vilela e eu acompanhávamos o defunto à última morada.

O Dr. Vilela era a figura mais respeitada na região. Herdeiro de um nome honrado por várias gerações de médicos e magistrados, como que encarnava toda uma tradição de natural dignidade.

Conterâneo e companheiro do Gonçalo (Dr. Alberto Martins de Carvalho, patrono da Biblioteca de Côja e já referenciado no terceiro dia da "Criação do Mundo" e professor do Liceu) juntamente com André (Prof. Dr. Paulo Quintela) professor na Universidade, derivava dessa circunstância o nosso conhecimento. Creio que a princípio embirrava comigo, talvez porque não entendesse os meus versos de então. Com o decorrer do tempo, porém, tudo mudou. Agora lia com agrado o que eu publicava, colaborávamos profissionalmente, franqueava-me a casa e ia-se firmando entre nós uma sólida amizade. Democrata combativo, fora por isso demitido de Subdelegado de Saúde. Mas a repressão não passou daí. Rendida à sua humanidade, a multidão de que tratava desinteressadamente em todo o concelho, numa manifestação espontânea, forçara o governo a mantê-lo à frente do hospital. E nele continuava a dar dia e noite, aos outros o melhor de si. No intervalo das actividades clínicas, perdíamos em longas conversas subversivas, que se alargavam



a partir do dia em que me levou à presença dum antigo ministro da República (Dr. Alberto da Moura Pinto), há pouco regressado do exílio (Brasil), desterrado na sua Quinta do Vidoeiro (Quinta dos Vales-Aros de Côja) onde se extinguiu a recordar os tempos passados, a maquirar a queda do ditador e a curtir uma bronquite crónica. Fino conversador, página viva de uma época de idealismo generoso, o velho político ilustrava a rara nobreza jacobina de mentalidades a que o despotismo da espada militar cortara as asas sem lhe ferir as raízes.

Rebento vivaz desse romantismo cívico, o Dr. Vilela, pela disponibilidade combativa e pelo respeito que lhe testemunhava, como que servia de esteio ao ânimo daquela vida cansada. E o exemplo dos dois quixotes de um sonho anacrónico de liberdade, igualdade e fraternidade, perdidos no fundo da província, fazia-me bem ao espírito. Era um Portugal teimoso, insubmisso, cabeçudo, que não se rendia à força de nenhuma evidência, mesmo quando ela se chamava o degredo ou a exoneração. E toda a semana aspirava por aquela quinta-feira (dia da feira semanal) que, sendo uma jornada árdua de trabalho, resultava afinal, num apaziguamento periódico da minha crispação permanente”.

Moura Pinto combateu em Espanha pela República, na Segunda Guerra Mundial em França e na resistência à Ditadura Militar no Brasil. A sua filha Maria Luísa acompanhou sempre o seu pai e com ele viveu o exílio.

2. Guilherme Filipe de quem foi companheiro:

“Fajão, 10 de junho de 1971:

Funeral dum amigo pintor, que foi o mais convivente dos homens e o mais camarada dos artistas, e desceu à sepultura na fria e apagada solidão de um ignorado. Com lágrimas de saudade e palavras de justiça, ainda tentei tornar menos soturnas as pazadas de terra que lhe batiam maciças no caixão. Mas chovia, e a lama gorda e pesada do cemitério acabou por vencer a tenacidade do meu pranto e da minha fidelidade.

Soterrou-o tão violenta e completamente que não consigo arredar agora do espírito a imagem terrífica dum enterro absoluto”.

Sendo estas as palavras redondas que nos “Diários” ficaram para a eternidade, o “Jornal de Arganil” de 17 de Junho de 1971 transcreve todo o elogio fúnebre feito por Miguel Torga junto à sepultura de Guilherme Filipe:

“Não consentiu a morte que dissesse adeus aos teus amigos.

Ao verificar no livro da vida que eram tantos e tão fiéis, roída de inveja, apunhalou-te o coração à falsa fé, sem dar tempo a desobrigas sentimentais.

Quando receberam notícias de que estavas doente, já navegavas na barca de Caronte. Mas foi melhor assim. Ouvir palavras de renúncia e despedida eterna da boca de quem só sabia falar de esperança e permanência, ver coberto por uma cortina de trevas, olhos que sugeriam a perenidade da luz, testemu-

nar a inércia de um corpo que era o próprio dinamismo encarnado, seria superior às nossas forças. Real e ético como sempre te conhecemos, ficarias de repente com uma apenas, a temporal, a perecível, a menos verdadeira. E ninguém resistiria a semelhante desencanto. Ao passo que meramente adivinhado dentro de um caixão, metade amortilhado e metade predestinado, o melhor e o pior de ti fundiram-se numa unidade perfeita.

Através da vidraça de lágrimas e de saudade, a imaginação pode contemplar finalmente realizado o milagre dessa harmonia de contradições.

É contemplar o prodígio precisamente no sítio onde era cabido e desejado: neste Feijão que tanto amaste. Ao lado do imortal juiz das sentenças sibilinas

– Vi o que não vi
Morra que não morra
Deem um nó na corda
Que não corra...

E do Pascoal que, do alto da torre de cortiços, pedia que lhe chegassem o do fundo, é que fica perpetuamente preservada na sua digna moldura a tua humanidade de sonhador de impossíveis, de arquiteto de jardins universitários, de construtor de falanstérios utópicos, de artista que pintou a manta de todas as maneiras e cores. E é nesta paz de espírito dessa certeza que te deixamos aqui, enterrado a sete palmos e ressuscitado na lenda. Igual a ti mesmo para todo o sempre: transitório e fabuloso.”

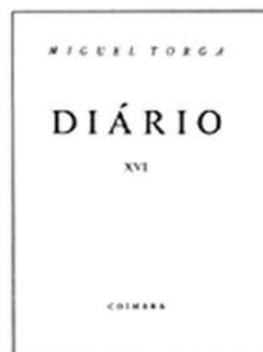


Dr. Fernando Valle

3. Com Fernando Valle, o Mestre entre os Mestres

“Arganil, 29 de Julho de 1989

Plauto diz nas Bacantes que aquele que os deuses estimam morre cedo. Mas parece que não. Que, pelo contrário, lhe concedem uma longa vida. Que o deixam durar muito para que atinja a plenitude dos seus dons. A nossa memória está cheia dos nomes desses bem-aventurados que puderam cumprir-se inteiramente nas artes, nas ciências, nas letras ou na simples maneira de existir. É o caso do Dr. Fernando Valle, Matusalém sem idade, teve tempo para ser no mundo a imagem paradigmática do jovem irreverente, do bom chefe de família, do amigo leal, do médico devotado, do político isento, do governante capaz, do cidadão exemplar. Quem, como eu, se preza de o conhecer de longa data e de ter estado a seu lado nos bons e nos maus momentos, sabe com que dignidade atravessou os anos difíceis do nosso



decurso colectivo contemporâneo, incompreendido por alguns, estremeado por muitos, respeitado por todos. É que foi sempre igual a si próprio em cada acto que praticou, sem cuidar das consequências dos mais arriscados, dramáticas em várias horas. Perseguido, preso, julgado, demitido da função pública, nenhuma prepotência o vergou ou desviou do recto caminho cívico da tolerância, da justiça e da liberdade. Beirão acabado no temperamento pertinaz e no apego arreigado ao berço nativo, a sua Côja bem amada, escarolado de espírito como ela de semblante, cordial e idealista, o Dr. Fernando Valle é uma encarnação moderna do português de antanho que em cada terra era um símbolo. Humanidade rica e singular, infelizmente das poucas de que, na hora actual, nos podemos orgulhar e, confiadamente, afiançar à admiração das gerações vindouras. É esse o condão dos destinos privilegiados. Serem donos no presente de virtudes também gratas ao futuro, não há sociedade estruturada sem marcas de referência. Vemo-los em todas as nações, devotadamente erguidas, à escala do mérito a perpetuar, nos caminhos da sua história. É que, explícita ou implicitamente, os que procedem hoje, legitimam o comportamento no dos que procederam ontem.

Em bronze duradouro, Arganil terá desta data em diante mais um desses miliários tutelares a indicar à posteridade o Norte e o Sul da verdade e do bem. Simultaneamente, a testemunhar-lhe a quitação de uma dívida que nós, os de agora, tínhamos em aberto. Dívida da nossa consciência moral que, uma vez paga, ao mesmo tempo nos desobriga e nobilita. O Dr. Fernando Valle não é por nós honrado nesta pública homenagem que lhe prestamos. Ele é que nos dá a honra de lhe prestarmos."

Este foi o último discurso público a que assisti de Miguel Torga em Arganil, aquando da homenagem nacional ao Dr. Fernando Valle e atribuição da medalha de ouro do Município de Arganil ao homenageado, e que teve lugar no Salão Nobre da Câmara Municipal de Arganil.

Recordo igualmente o notável jomal elaborado pelo António César Ventura e o almoço que tarde e más horas foi servido no pavilhão da Santa Casa da Misericórdia de Arganil, num dia de calor infernal.

Para trás ficara a inauguração do monumento a Fernando Valle, no Centro de Saúde de Arganil, e como ele era bonito todo em granito e bronze.

E até o Sr. Presidente da República, Dr. Mário Soares, fez uma pequena sesta em casa do José Vilhena...

importa pois sermos destas memórias:

– Memória no sentido físico: "Como o gosto que é um tacto íntimo".

– Memória no sentido moral: "Como o olfacto que é o gosto desfeito, entendido na sua essência e na sua definição".

– Memória no sentido espiritual: "Como o ouvir, que é o contacto da nossa memória com outras memórias e o entendimento disso".

– E memória em sentido divino: "onde se atinge a plenitude da memória, já sem tacto nem contacto, mas na luz que simboliza a vida".

É neste absoluto respeito que termino percorrendo todos os livros de poesia que Miguel Torga publicou em

vida, apresentando o Poeta nos seus próprios versos, nas suas definições, na sua identidade.

Tudo ficará por dizer e é uma felicidade ser assim porque a última palavra será sempre de Miguel Torga:

"A gente pouco sabe e pouco pode.
Conhece apenas duas regras de higiene
(Que o corpo se recusa a observar),
Três de moral
(que o intestino se recusa a praticar)
E uma ou duas de civilidade.
E digo mais:
Que vale a pena, afinal, haver história,
Haver arquitectura e haver, respeito
Por quantos souberam ser antes de nós
Bichos e poetas do seu casulo.
E por isto:
Porque até hoje só esta terra me deu a justa medida
E a justa prova da séria e humana pegada
Que deixaram no seu caminho os nossos pais.
Para que me surja vivo e sagrado aos olhos
O que os meus antepassados fizeram.
É preciso que a lição recebida
Seja ao mesmo tempo testemunho e destino.
Destino que é a lei que rege o poeta e ninguém sabe,
Que arcanjo o vela também não.
Porque um poeta não cabe na sina que se lê na sua mão.
Um poeta deve morrer mais vivo do que nasceu,
mais pecador do que viveu
E deixar à posteridade um grito de revolta
Porque muito grande e muito belo é um homem
Quando se despe e se mostra todo.
Sinto o medo do avesso.
Que bruta sinceridade.
Mas não te posso mentir
Vivendo em altitude que ninguém tolera.

Esta foi a terra morta da primeira sepultura.
Aqui não sou feliz, mas lá também não.
Mas ninguém se iluda!
Ninguém pense que vou desanimar
Sou um fermentar de forças e cansaço.
Versos de ferro onde me rasgo inteiro.
Assim sou povo, povo continuo e povo quero morrer.
Hino aos Deuses não.
Os homens é que merecem que se lhes cante a virtude.
Homens de toda a terra sem fronteira,
De todos os feitios e maneiras
Que se calcem de sonho e de poesia.
À quente romaria do futuro
Não vão homens obesos e cansados
Vão rapazes alegres, moças bonitas, trovadores
E também os eternos desgraçados
Revoltados e sonhadores.
Mas a grande aventura não é rasgar os pés
E chegar morto ao fim
É nunca por nenhuma razão
Descrer do chão duro e ruim.
O último triunfo é interdito aos heróis
Que o não são.
Lembra-te do meu grito
Não passarão!
E o peregrino vem.
Reza devotadamente.
Põe no altar o que tem
E regressa mais feliz e mais contente...

Assim faço também.
 Faço o que posso e posso combater.
 Um verso que resiste é um bom soldado.
 Digo que não ao medo que me apavora
 E juro ao coração que virá cedo
 A calma que demora.
 Resta-nos a força que empurra
 Os cegos contra a claridade.
 Aparelhei o barco de ilusão
 E reforcei a fé de marinheiro.
 Era longe o meu sonho
 E traiçoeiro o mar...
 Mas corto as ondas sem desanimar.
 Em qualquer aventura o que importa é partir
 Não é chegar!"

"Os Diários"

É como diarista que Miguel Torga é único e universal. Eles fazem a História de Portugal na última metade do século vinte pelo que seleccionar e apresentar aqui o mais representativo de Arganil não é tarefa fácil pelo que as escolhas se devem somente a um sentir quase mágoa que partilho com Miguel Torga.

E cito:

1. "Piódão, 1 de Dezembro de 1962 –
 Ia a passar coberto de suor, dei as boas tardes a uma vaga forma feminina sentada da sua furna de troglodita, e recebo, juntamente com o troco de salvação, este juro imprevisto:
 – O senhor vai alagado! Quer beber uma pinga? Ele é arreganhado, mas para um remedeio...
 – Bem-haja...
 – Prove, ao menos. Nós achamo-lo bom, porque não temos outro...
 Azedo como rabo-de-gato, realmente, mas dado com a infinita doçura deste santo povo português, a quem nenhum desterro, nenhuma incultura, nenhuma pobreza conseguem avinagrar o coração
2. "Piódão, 23 de Outubro de 1966 –
 Dei com ele agachado entre as urzeiras, no meio de um temporal desfeito. Caçava clandestinamente, e quando me viu aperrou-se.
 – Homem, levante-se que eu não sou fiscal!
 Fitou-me com dois olhos de azeviche, desconfiados e perfurantes. Por fim, sorriu e enxugou o rosto anguloso, prestigiado pelas bâtegas regeladas.
 – Alagados, atravessamos a serra juntos, ele a justificar o seu acto furtivo e eu a pensar que todos somos furtivos neste país.
3. "Arganil, 1 de Novembro de 1970 –
 O povo é que sabe! Nas grandes horas de maceração da alma, alimenta substancialmente o corpo.
 É dia de finados, e toda esta região tresanda a crêsantemos e a carne assada. Depois da campa dos mortos florida de saudade, uma boa panelada de torresmos no bandulho.
 Ao lado do homem espírito, que se desprende do

mundo a recordar e a chorar fantasmas, o bicho ancestral e sensato, a preservar na terra as raízes da espécie".

4. "Coimbra, 8 de junho de 1992 –
 Desfiz-me do consultório. Mil circunstâncias adversas conjugaram-se encarniçadamente nesse sentido. E adeus meu velho reduto onde durante tantos anos lutei como homem, médico e poeta. Ofereci o material cirúrgico ao Hospital da Misericórdia onde durante anos operei, e o mobiliário à Junta de Freguesia de S. Martinho".
5. "Coimbra, 9 de Dezembro de 1993 –
 E chega ao fim, com este volume, um livro que comeci a escrever um pouco estouvadamente há sessenta anos, e acabo agora com mais assento. Como é sabido, ninguém conhece o dia de amanhã e pelo que me diz respeito, fui um mártir dessa incerteza. E iniciei o presente tomo quase seguro de que o não terminaria. O resultado está à vista: Um estendal de dúvidas e gemidos. Mesmo assim talvez valha a pena que junte aos outros, como seu natural remate. Mais do que páginas de meditação, são gritos de alma irreprimíveis dum mortal que torceu mas não quebrou, que, sem poder, pôde até à exaustão. E se despede dos seus semelhantes sem azedume e sem ressentimentos, na paz de ter procurado vê-los e compreendê-los na exacta medida. E que confia no juízo da posteridade, que certamente lhe vai revelar os muitos defeitos e ter em conta as poucas mas sofridas virtudes. De alguma coisa me hão-de valer as cicatrizes de defensor incansável do amor, da verdade e da liberdade, a tríade bendita que justifica a passagem de qualquer homem por este mundo".
6. "Coimbra, 10 de Dezembro de 1993 –
 "Requiem por mim"
 Aproxima-se o fim.
 E tenho pena de acabar assim,
 Em vez de natureza consumada,
 Ruína humana.
 Inválido do corpo
 E tolhido da alma.
 Morto em todos os órgãos e sentidos.
 Longo foi o caminho e desmedidos
 Os sonhos que nele tive.
 Mas ninguém vive
 Contra as leis do destino.
 E o destino não quis
 Que eu me cumprisse como porfie, e
 E caísse de pé, num desafio.
 Rio feliz a ir de encontro ao mar
 Desaguar.
 E, em largo oceano, eternizar
 O seu esplendor torrencial de rio".

(Último poema de Miguel Torga no XVI e último Diário)

Tributo a Miguel Torga

Os Poetas

À queima roupa, sem aviso
Inquieta e urgente
A pergunta acordou
Os sonhos por ter
Pai, o que são os poetas?
De improviso
Como quem sente
A resposta demorou
A distância entre possuir e ser:

Filha, vem a meus braços
E de olhos abertos
Olha o quarto na sombra
E este escuro que assombra
A cama e as bonecas
A quem dás beijos e abraços
E destinos incertos!
Por maior que seja o desejo
Não temos ensejo
De ver as bonecas

Mas sabemos que estão
No escuro escondidas
E parecem perdidas
Do alcance da mão.
Mas tu sabes que não!

Este é o nosso conhecimento
A suposição de saber
Aonde estão as pessoas e as coisas
Este é o nosso pensamento:
A memória de saber
Como são as pessoas e as coisas.

– Vem à janela e olha
A chuva que cai e molha
O lado de lá da vidraça...
A luz é escassa e baça.
A montanha parece pequenina
Quase nítida na neblina...

E olha a Lua
Redonda, brilhante e nua
Se comparada com a sombra
Que do quarto me assombra
E troça de nós com desdém.
Esta Lua alta e forte
Manda em marés e na sorte
Por isso mais longe também
Da montanha pequenina
Quase nítida na neblina
Que do lado de cá da vidraça
Detinha sem entender.

Porque a luz é escassa e baça
É necessário aprender:
Nem tudo o que brilha é chama

Por isso as bonecas e a cama
Que não conseguimos ver
Estão como a Lua na sombra
E como o medo que assombra
Os olhos por conhecer.

Este é o nosso conhecimento:
O que se aprende
Sem ser preciso explicar.
Este é o nosso pensamento:
O que se compreende
E é necessário estudar.

– E olha as estrelas
Tão longe ao fundo
A encher o mundo
E como consegues vê-las
Supremas a cintilar...
Apesar da distância
E da noite que assombra
O quarto na sombra
E as bonecas de infância
São superiores a brilhar
Do lado de lá da vidraça
Onde a chuva cai e molha
Quem da janela olha
A montanha pequenina
Quase nítida da neblina...

E olha a lua
Redonda, brilhante e nua
No meu olhar de desgraça
E na luz escassa e baça
Dos olhos por conhecer:
E os braços abertos
E os destinos incertos
Do meu entender.

As estrelas, minha filha
São os poetas!
E aquela que tanto brilha
Sempre virada para Norte
Nada lhe pesa tanto
Nem conhece maior sorte
Olha por nós, por encanto
Até à hora da morte!

Este não é o nosso conhecimento
Não se aprende, nem se sabe
De tão grande em nós não cabe
Nem sequer em pensamento.

Para os poetas um só verso
É a Humanidade e todo o Universo.

*Carlos Maia Teixeira
Médico - Centro de Saude de Arganil

ILUSTRAÇÕES NO LIVRO ANTIGO DE CIRURGIA

Cristina Moisés*

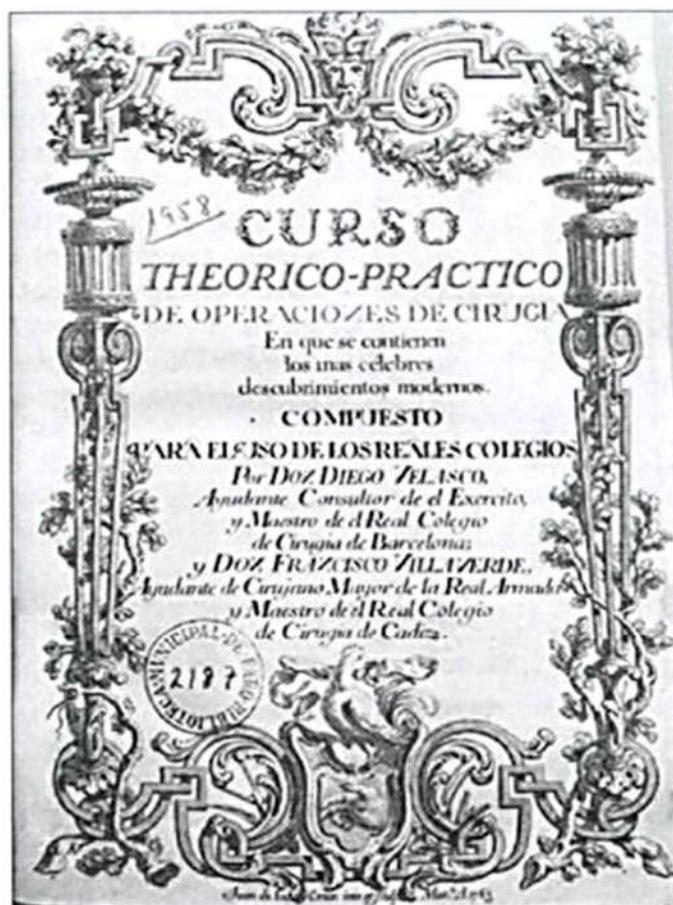


Figura 1

Introdução

Define-se como "livro antigo" aquele que foi produzido desde o início da imprensa até ao fim do século XVIII. O que hoje designamos por Medicina em sentido lato, encontrava-se nesse período cronológico subdividida em Física e Cirurgia; os livros impressos que compõem este nosso pequeno trabalho serão igualmente distintos – livro médico e livro cirúrgico – nos quais existem algumas diferenças significativas que ultrapassam o conteúdo, para se prolongar na forma.

Um livro é composto por diversas partes, sendo geralmente a mais importante o texto; mas muitos livros, para acompanharem o discurso textual, servem-se de figuras, esquemas ou quadros sintetizando a matéria exposta ao longo do texto. Dedicámos este trabalho ao capítulo que se serve da arte pictórica para ajudar na composição de uma obra, neste caso versando sobre medicina, dedicando-nos a descrever muito sinteticamente as imagens dos livros de cirurgia. Apresentaremos algumas imagens

representativas, ao longo deste estudo, de como a imagem serviu os objectivos dos autores de livros técnicos do foro da ciência médica cirúrgica.

Existem diversos tipos de ilustração para um livro; o autor serve-se da imagem para expressar um complemento da sua obra, tendo em vista fins diversos de utilização:

– A imagem pode apresentar-se ao serviço da estética, quando se introduzem tarjas decorativas, letras capitulares decoradas ou gravuras cujo tema não se encontra relacionado com o assunto tratado. Ao longo do texto, tenta-se embelezar o livro com ilustrações de cariz decorativo; mas as portadas são o espaço de excelência para este fim (Fig. 1), destinado sobretudo a atrair o leitor para o conteúdo que lhe segue.

– Podemos também encontrar a ilustração como estando ao serviço do comércio, como as marcas de

impressor (Fig. 2), que têm o objectivo de publicitar o seu trabalho; deste modo, atrai-se o leitor para a busca de outras obras saídas do mesmo prelo e cria-se prestígio social no meio envolvente ou mesmo para lá das fronteiras do país emissor.



Figura 2

– Inserido ainda no sentido publicitário, encontram-se ilustrações que se apresentam ao serviço do prestígio – retratos de pessoas, de locais ou símbolos heráldicos – que promovem indivíduos ou localidades; no caso de livros de medicina, a quase totalidade destas figuras representam o autor da obra (Fig. 3).



Figura 3

– Por fim, a ilustração, sobretudo no livro técnico, apresenta-se ao serviço do conhecimento, utilizando imagens científicas como auxiliar na compreensão do texto (Fig. 4);

o objectivo primordial destes casos é o ensino, constituído a ilustração um auxílio deveras importante para o que actualmente designamos por didáctica.

Interessa ao autor que quem o lê compreenda o mais fácil e correctamente possível a explicação apresentada no texto.

Nas obras que temos tido o privilégio de estudar, poderemos afirmar que, se a ilustração rareia em trabalhos do foro médico, ela se encontra com frequência em livros do foro da cirurgia, desde os primeiros tempos da utilização da imprensa de caracteres móveis. Entendemos como livro cirúrgico todo aquele que se relaciona com a prática dos cirurgiões da época, compostos por matérias na actualidade consideradas do

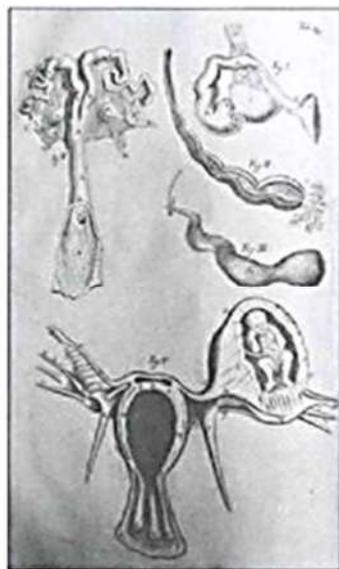


Figura 4

âmbito de diversas especialidades: anatomia, cirurgia geral, cirurgia torácica, obstetrícia, ginecologia (na sua componente cirúrgica), otorrinolaringologia, oftalmologia, dermatologia, venereologia e algumas doenças na área da infecciolgia (peste) ou da medicina interna (escorbuto).

Materiais e Métodos

Escolheram-se para este estudo alguns dos exemplares de livro cirúrgico – tal como definimos acima – que se encontram em diversas bibliotecas portuguesas, publicados por variados autores; procedemos à respectiva análise por ordem cronológica, entre os séculos XV e XVIII. Tendo em vista a catalogação das obras e ao estudo satélite da iconografia nelas contida, recolheram-se dados bibliográficos, informações biográficas dos autores e fotografias de todas as ilustrações incluídas na impressão de cada um dos livros.

A metodologia seguida corresponde à utilizada para um outro trabalho de maior dimensão, tentando identificar todos os exemplares de livro antigo versando sobre arte médica existentes em Portugal. Com esse objectivo, têm vindo a ser contactadas as bibliotecas por diversos meios, desde uma mensagem inicial enviada por correio electrónico à visita pessoal, completando com pesquisa bibliográfica em catálogos electrónicos e bibliografia já publicada; alguns contactos no arquipélago dos Açores, dada a sua dispersão geográfica, foram realizados por meio telefónico.

Após a colheita de dados referentes a qualquer livro de medicina existente nas bibliotecas, foi efectuada uma visita pessoal para consulta, catalogação e fotografia de todos os exemplares que se referem a actividade cirúrgica, no período cronológico em estudo. Desse conjunto

de obras já estudadas, retiraram-se os volumes que compõem o presente trabalho.

Resultados

No século XV, encontram-se obras caracteristicamente escritas em letra gótica, com capitulares ilustradas e imagens técnicas muito simples. É disso exemplo o incunábulo do cirurgião do século XIV Guy de Chauliac chamado *Guido en Romance*, impresso em Sevilha, no ano de 1493, pertença da Biblioteca Nacional de Portugal; os desenhos aí encontrados correspondem a representações gráficas de instrumentos cirúrgicos (Fig. 5): cautérios, ganchos, lancetas, facas, etc. As imagens são ainda raras, sendo que caracteristicamente o livro foi impresso com os espaços a elas destinado em branco e posteriormente acrescentadas as figuras; deparamo-nos, assim, com exemplares em que foi esquecida a segunda impressão, observando-se um hiato no texto, no local que estaria destinado à imagem.



Figura 5

Num outro livro, já do século XVI, produzido em Veneza, em 1513, escrito por Lanfrancus Mediolanensis e designado por *Parua cyrurgia*, que podemos encontrar na Biblioteca Municipal de Elvas,² também se encontram imagens de vários instrumentos cirúrgicos semelhantes ao caso anterior, mas já se podem observar ilustrações elucidando sobre diferentes apresentações de fracturas do crânio, sobre o modo de fazer incisões para flebotomia e abordagem no couro cabeludo para executar craniotomias. Progride-se, assim, do instrumento para a patologia e para a técnica cirúrgica (Fig. 6).



Figura 6

Encontra-se, ainda do mesmo século, um outro exemplar, o *Chirurgie de Giovanni da Vigo*, publicado em Lyon, em 1538 e pertencente à Biblioteca Municipal de Viseu,³ no qual se representam instrumentos cirúrgicos, o modo de realizar uma incisão para flebotomia, uma técnica de sutura (Fig. 7) e um alambique para separar a prata do ouro.

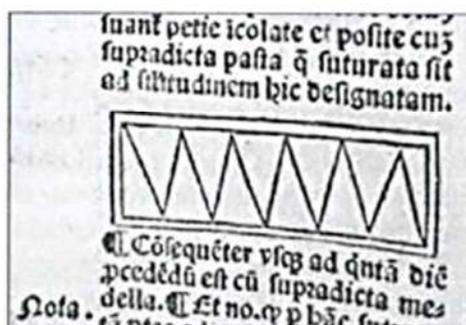


Figura 7

No que diz respeito ao século XVII, é mais rara a presença de ilustrações nos livros de matéria cirúrgica consultados até à presente data, encontrando-se estas com mais frequência nas obras de anatomia. Como exemplo, tomamos um exemplar de anatomia profusamente ilustrado com figuras, tanto de anatomia humana (Fig. 8) como de anatomia comparada de diferentes animais; trata-se de uma compilação de trabalhos de diversos autores, à qual os editores, Daniel Le Clerc e Jean-Jacques Manget, deram o nome de *Bibliotheca anatomica* e fizeram publicar em Genève, no ano de 1699; podemos encontrá-lo na Biblioteca Municipal de Gouveia.⁴ Os desenhos apresentam-se mais evoluídos, utilizando técnicas de sombreado e perspectiva.



Figura 8

O século XVIII apresenta-se com um verdadeiro "salto tecnológico" na arte de ilustrar, podendo encontrar-se um número elevado de obras onde apreciar a introdução de gravuras; estas encontram-se por vezes impressas nas próprias páginas do texto como nas épocas anteriores, mas são apresentadas primordialmente em páginas isoladas, posteriormente inseridas no exemplar pelo encadernador; muitas destas gravuras, dada a sua grande dimensão - que dificultaria a sua introdução no livro - são geradas como desdobráveis, tanto intercaladas com as páginas de texto como aglomeradas em conjunto no final da obra. Caracteristicamente cada folha ilustrada é composta geralmente por várias imagens de um mesmo tema, incluindo os instrumentos utilizados numa determinada técnica cirúrgica, encontrando-se ainda algumas em que se desenha apenas um conjunto de instrumentos.

Como exemplo, podemos considerar o livro *Institutions de Chirurgie* pertencente à Biblioteca Municipal de Beja, tradução francesa do livro escrito pelo médico e cirurgião alemão Laurent Heister, publicada em Avignon, em 1770, onde se encontram 38 belíssimas ilustrações deste tipo (Fig. 9) ao longo dos 4 volumes da obra. Muitos dos desenhos encontrados estão assinados pelo gravador (Fig. 10); estas figuras eram comercializadas em separado, de impressor para impressor e de país para país, assunto que se encontra actualmente muito pouco estudado.

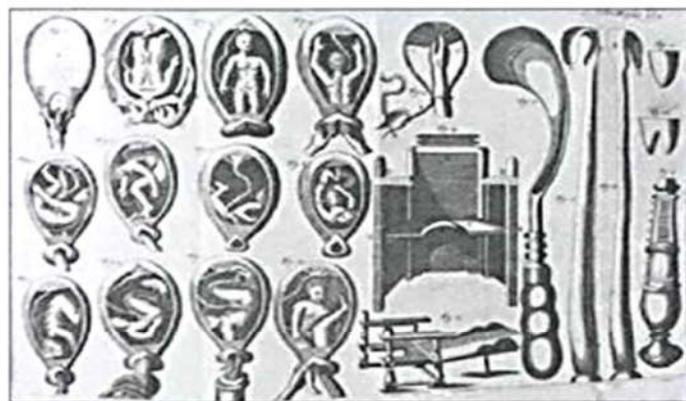


Figura 9

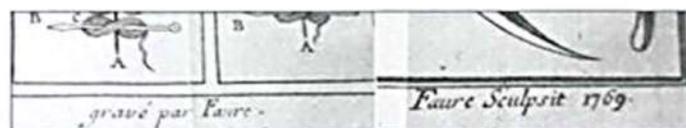


Figura 10

Caso semelhante (Fig. 11) é o *Cours complet de Chirurgie* de Benjamim Bell, também na sua tradução para francês, pertencente à Biblioteca Municipal de Castelo Branco e publicada em Paris, no ano de 1796.

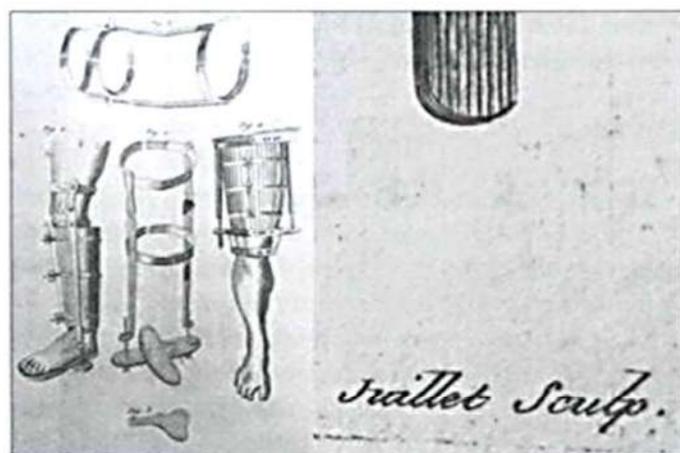


Figura 11

Conclusões

Na generalidade, o livro médico não possui ilustrações, ao invés do livro cirúrgico no qual elas são frequentes.

No pequeno conjunto de livros incluído neste trabalho poderemos confirmar que as artes gráficas da ilustração foram evoluindo, desde os simples desenhos esquemáticos encontrados em livros saídos dos primeiros prelos até à iconografia complexa, utilizando técnicas avançadas, do séc. XVIII; as gravuras, inicialmente isoladas no meio do texto, passam progressivamente a ocupar páginas próprias e maiores dimensões, apresentando-se por fim como desdobráveis; nas duas últimas centúrias - sobretudo no último século estudado - deparamos frequentemente com exemplares assinados por artistas, geralmente escultores e gravadores.

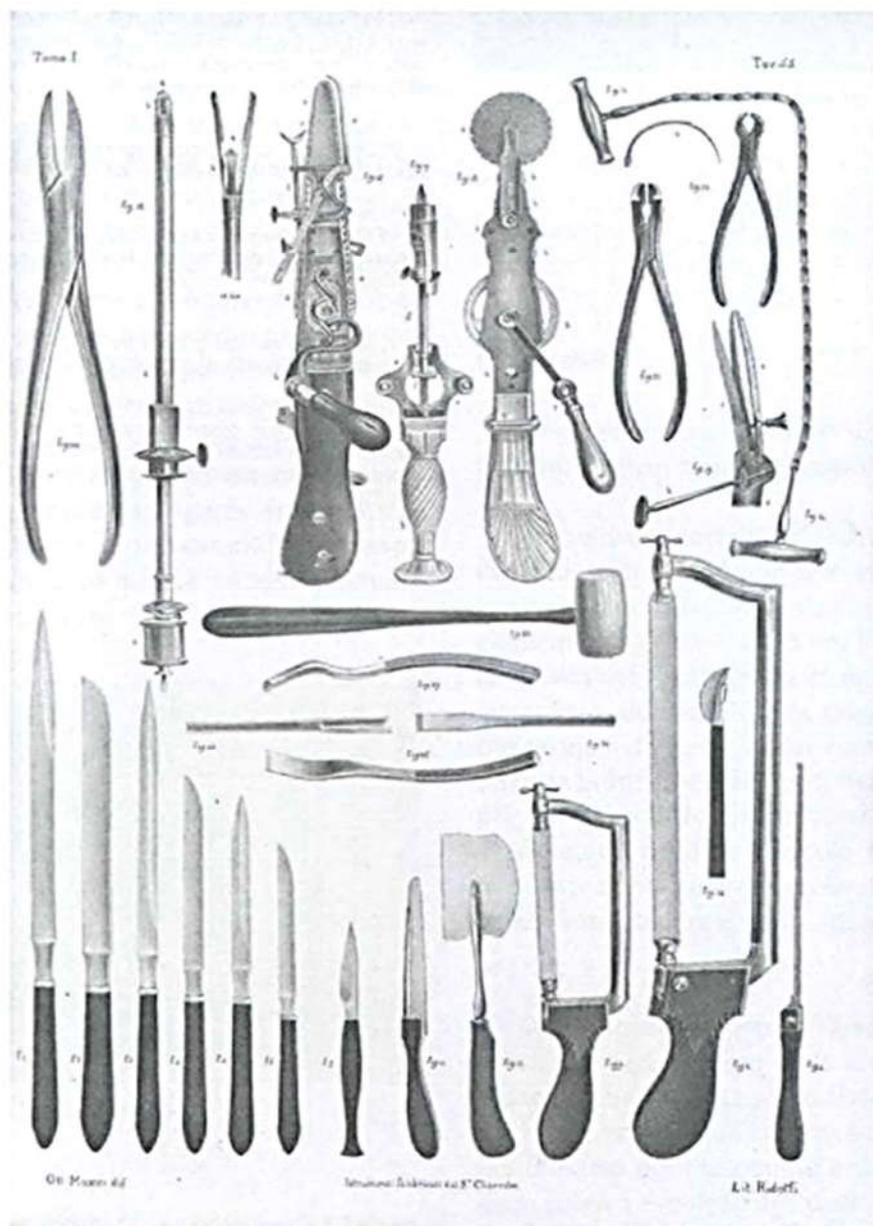
Muito pouco se tem estudado a ilustração no livro médico antigo, assunto onde a carência de bibliografia é a regra; muito ainda se poderá investir no estudo destas imagens e na sua correlação com o texto; há ainda um universo por explorar na pesquisa, baseada na imagem, sobre a evolução dos instrumentos cirúrgicos e das técnicas operatórias ao longo do tempo. Estamos ainda a desbravar terreno inculto.

Notas

- 1 - Guy de Chauliac. *Guido en Romance*. Seujlla [= Sevilla], Menardo Ungut, 1493
- 2 - Lanfranci Mediolano. *Parua cyrurgia*. Venetijs [= Venezia]: Gregoriuz de Gregorijs, 1513
- 3 - Ioannes de Vigo. [*Chirurgie Magistri Joannis de Vigo*]. Lugduni [= Lyon]: Franciisci de Siuncta, 1538
- 4 - Daniel Clericus; J. Jacob. Mangetus. *Bibliotheca anatomica, tomus primus*. Genevae [= Genève]: Iohan. Anthon. Chouët & Davidis Ritter, 1699
- 5 - Laurent Heister. *Institutions de Chirurgie*. Avignon: J. J. Niel, 1770
- 6 - Benjamim Bell. *Cours complet de Chirurgie*. Paris: Théophile Barrois, 1796

Bibliografia

- BELL, Benjamim. *Cours complet de Chirurgie*. Paris: Théophile Barrois, 1796 [Biblioteca Municipal de Castelo Branco - R.E. 1936]
- CHAULIAC, Guy de. *Guido en Romance*. Seujlla, Menardo Ungut, 1493 [Biblioteca Nacional de Portugal - INC 177]
- DIONIS, Pierre; LA FAYE, Georges de. *Cours d'opérations de chirurgie démontrées au Jardin Royal*. Paris: Veuve d'Houré, 1777 [Biblioteca Municipal de Redondo - 5144]
- HEISTER, Laurent. *Institutions de Chirurgie*. Avignon: J. J. Niel, 1770 [Biblioteca Municipal de Beja - Nº 157]
- LE CLERC, Daniel; MANGET, Jean-Jacques. *Bibliotheca anatomica tomus primus*. Genevae: Iohan. Anthon. Chouët & Davidis Ritter, 1699 [Biblioteca Municipal de Gouveia - FC 215]
- MEDIOLANO, Lanfranci. *Parua cyrurgia*. Venetijs: Gregoriuz de Gregorijs, 1513 [Biblioteca Municipal de Elvas - F.G.8749]
- VELASCO, Diego; VILLAVARDE, Francisco. *Curso Theorico-Practico de Operationes de Cirurgia*. Madrid: Joachin Ibarra, 1763 [Biblioteca Municipal de Faro - 01958]
- VIGO, Ioannes de. [*Chirurgie Magistri Joannis de Vigo*]. Lugduni: Franciisci de Siuncta, 1538 [Biblioteca Municipal de Viseu - 26-1-64]
- WILLIS, Thomas. *Pharmaceutice rationalis sive diatribae, de medicamentorum operationibus in Humano Corpore, pars secunda*. Genevae: apud Samuelem de Tourmes, 1694 [Biblioteca Municipal de Estremoz - R: 9303]



Instrumentos cirúrgicos utilizados por volta de 1841.

<https://segredosdomundo.r7.com/veja-como-eram-feitas-as-cirurgias-sem-anestesia-no-passado>

CIRURGIA e UTOPIA

História de futuro? *

Maria José Leal**

A prática da Cirurgia remonta aos primórdios do aparecimento do homem, dentro das limitações e contingências do tempo histórico das sociedades, na procura de solucionar os malefícios resultantes de acidentes ou outros.

A Cirurgia como a etimologia grega indica, é um trabalho (*υργία*) executado com as mãos (*χειρο*) que progressivamente se foi munindo de instrumentos facilitadores que aprimoram os objetivos das intervenções. Clássico é citar na pré-história entre outras, o tratamento de feridas, a prática da trepanação, etc.

Com o desenvolvimento das civilizações na Idade Antiga – Mesopotâmia, Antigo Egito, China Antiga – desenvolveram-se técnicas que foram evoluindo em diferenciação até ao tempo atual, espaldadas no conhecimento aportado por outras ciências e pelo desenvolvimento tecnológico da instrumentação.

Mas como em toda a atividade humana, por melhores que sejam os resultados obtidos, sempre paira o espectro da insatisfação tanto no que concerne ao produto final como aos meios utilizados.

Para a Cirurgia, a Utopia, *ύ* (não) + *τόπος* (lugar), ou a Eutopia, *ε ύ* (bom) + *τόπος* (lugar), reclama estatuto como lugar de ideação, é o sinal inequívoco da limitação da prática ... *o sonho do além revela a infelicidade que se experimenta aqui...* (Karl Marx).

A Utopia é tema de reflexão e investigação de estudiosos que não param de adicionar publicações sobre o tema, assim em Março de 2017, encontram-se nos catálogos das bibliotecas, para a palavra-chave utopia os seguintes registos:

419 - Biblioteca Nacional; 641 - PORBASE
152 - Biblioteca Universitária João Paulo II;
Em Setembro de 2021 para a mesma entrada:
482 - Biblioteca Nacional; 757 - PORBASE
206 - Biblioteca Universitária João Paulo II

Thomas Morus (1478-1535) é o autor mais referenciado sobre o tema Utopia, graças à sua obra com o título original em latim: *Libellus vere aureus, nec minus salutaris quam festivus, de optimo rei publicae statu deque nova insula Utopia*. "Um pequeno livro verdadeiramente dourado, não menos benéfico que entreteador, do melhor estado de uma república e da nova ilha Utopia"

Na primeira parte, Morus faz severas críticas à sociedade inglesa e europeia, na segunda parte faz uma descrição detalhada de como é a vida em NUSQUAMA a ilha de nenhures. Esta é a primeira designação da obra referida na carta de 3 de Setembro de 1516 dirigida a Erasmus que acompanha o texto, ulteriormente virá a ser designada por Utopia/Outopia, não lugar, ou Eutopia, lugar da felicidade.

Os acontecimentos contemporâneos à data da Renascença, que aportaram ao conhecimento uma progressão geométrica, o relato do descobrimento de novos territórios e o trajeto da vida de Thomas Morus nascido em Londres, são ingredientes não displicentes que decerto marcaram lugar na elaboração da Utopia.

Em 1499 conhece Erasmus, mantém relacionamento de tal forma amistoso, que em Dezembro de 1516, é Erasmus refutando as dúvidas do autor, quem toma a iniciativa de publicar em Lovaina, a 1ª edição pelo editor Thierry Martens.

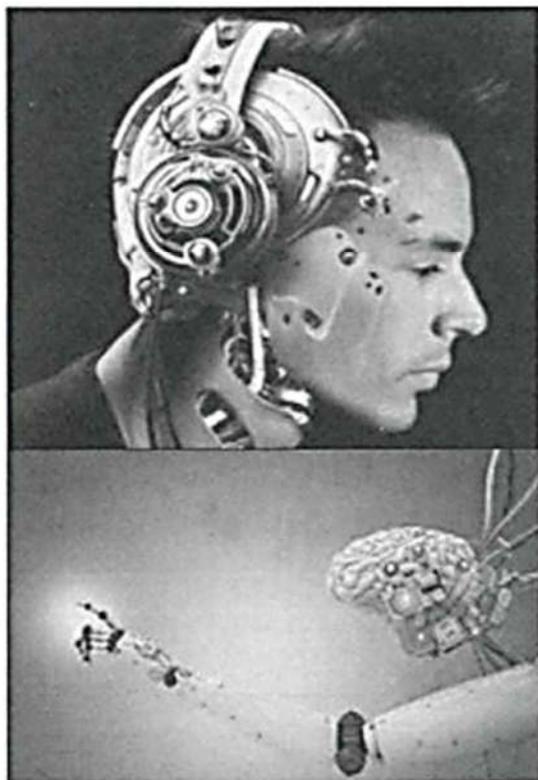


Fig.1 - Ciborg



Fig. 2 - Anatomia/Fisiologia

Em 1500 Pedro Álvares Cabral tinha chegado ao Brasil, Américo Vespucci navega para o novo mundo em 1501 e 1504; logo em Agosto de 1502 divulga a notícia sobre o achamento em Carta que dirige a Lorenzo de Medici dando conta das suas viagens. O texto é publicado em latim em 1507 com o título *Quatuor Americi Vespucci Navigationes*, teve de imediato uma profusa difusão conhecidas que são 7 edições.

Em 1507 o Rei D. Manuel envia carta ao papa Júlio II, dando notícia da chegada dos portugueses a Ceilão.

De Maio a Outubro de 1515 Thomas Morus desempenha funções ao serviço do Rei de Inglaterra em viagem diplomática à Flandres representando a Guilda dos Mercadores na Embaixada de Bruges e Antuérpia e aí inicia a redação de UTOPIA. É neste período que o contacto com os portugueses ocorre, incluída a conhecida fama da sua marinhagem, não é, portanto, de estranhar que Rafael Hitlodeu o viajante *português loquaz, rapaz de talento, vir eximius*, seja figura de referência. É com ele que desenvolverá diálogos sobre a forma de governo europeu e a oposta, a realizar num Estado ou lugar ideal, a ilha da Utopia, uma outra forma de governo caracterizada pela perfeita harmonia e felicidade entre as pessoas, com a descrição de uma sociedade utópica principalmente na cidade de Amaurota, sua capital.

Rafael, não é provavelmente um nome escolhido ao acaso, trata-se de um dos sete arcanjos considerado o portador da Cura de Deus, e também reconhecido como o chefe dos anjos da guarda, padroeiro dos viajantes – Livro de Tobias 5, 4;...12,12-15:

“Eu sou Rafael, um dos sete santos anjos que assistem e têm acesso à majestade do Senhor...”



Fig. 3 - Canais de Energia

Portugal com as suas Feitorias tinha posição marcante neste território³ desde 1267 há referência da presença de portugueses na feira de Lille, mas os casamentos entre a casa real portuguesa e os senhores da Flandres remontam aos primórdios da nacionalidade: Teresa, filha de Afonso Henriques, casa no Porto em 1184 com Filipe da Alsácia, senhor da Flandres; Fernando, filho de D. Sancho I, casa em Paris em 1211 com Jeanne, filha de Baudoin de Constantinopla herdeiro da Flandres.

Em 1293 o rei D. Dinis instituiu uma bolsa de comércio para a região, em 1411 o Duque da Borgonha João-sem-medo concede privilégios aos portugueses, em 1430 Filipe III, Duque de Borgonha e conde da Flandres casa com Isabel de Portugal filha de D. João I.

Entretanto as navegações dos portugueses e a ocupação de territórios marcam posição, em 1415 acontece a conquista de Ceuta e em 1434, continuando o percurso na costa africana, Gil Eanes dobrou o mítico Cabo Bojador demonstrando que afinal ali não era o fim do mundo.

Voltando à Flandres, em 1438 os privilégios são ampliados e em 1445 é aberta a Casa da Feitoria de Bruges.

Em 1452 o Imperador Frederico III, do Sacro Império Romano-Germânico casa com Leonor de Avis, Infanta de Portugal filha de D. Duarte. Em 1488 Maximiliano I dá privilégios especiais a todos os estrangeiros que se fixassem em Antuérpia e abandonassem a cidade de Bruges, tendo em 1499 a Feitoria real portuguesa mudado para Antuérpia, a comunidade portuguesa foi agraciada com o estatuto de nação mais favorecida, obtendo mais privilégios em 1510.

Em 1523 Damião de Góis ocupa o lugar de feitor.

Em 1525 Carlos V casa com a Infanta Isabel de Portu-

gal, filha de D. Manuel I, em 1526 inicia-se a chegada de Marranos refugiados, referindo-se a provável chegada de João Rodrigues de Castelo Branco em 1534.

Caindo na desgraça do rei Henrique VIII pela persistência das suas convicções antagónicas ao monarca, Thomas Morus é condenado à morte e degolado em 6 de Julho 1535.

Em 1549 termina o ciclo de Portugal na Flandres, por carta régia é ordenado o Encerramento da Feitoria.

Infundáveis na história humana foram as ideias concebidas como solução da infelicidade universalmente sentida e vivida em todos os lugares, entre elas algumas são dignas de nota:

Platão – *República*; Santo Agostinho – *De civitate Dei*; Francis Bacon – *Nova Atlantis*; Luís de Camões – *A Ilha dos Amores*; Pe. António Vieira, Fernando Pessoa, Agostinho da Silva – *V Império*; Júlio Verne – *20.000 Léguas Submarinas*; e ainda, *A pedra filosofal*; *O elixir da longa vida*; *As Ilhas Afortunadas*; *A Ilha de Avalon*; *A Viagem de S. Brandão*; *Conto de Amaro*; etc.

A par destas, também vão aparecendo ideias inversas: Distopias⁴, (latim dis-, afastamento, separação, dispersão, negação, contrário), entre elas: Judá Loew ben Betzalel – *Golem*; Villiers De L'Isle-Adam – *A Eva Futura*; Aldous Huxley – *Admirável Mundo Novo*⁵; Francis Fukuyama – *Nosso Futuro Pós-Humano*⁶;

Utopias e Distopias, produções humanas com face e reverso, aplicações ubíquas e multidisciplinares a que a Cirurgia não é alheia. As técnicas foram-se diferenciando e para colmatar territórios da patologia para as quais não era encontrada resposta terapêutica adequada, a Cirurgia fez incursões quicá demasiado agressivas, que a seu tempo foram salvadoras ou paliativas, como aconteceu com a tuberculose antes da descoberta e administração generalizada dos tuberculostáticos. Provavelmente o mesmo irá acontecer com outras patologias, nomeadamente determinados tumores malignos para os quais se espera no futuro novos e eficazes tratamentos medicamentosos. O que em determinado tempo é considerado como a medida adequada virá pelas circunstâncias decorridas, tornar-se absolutamente *distópico*.

Enquanto no seu leque de ação a Cirurgia vai abandonando territórios, vai-se propondo para outros, em que a tecnologia desempenha um papel major, o *trabalho* com as mãos cada vez dispõe de mais intermediários instrumentais situados entre as mesmas e os pacientes. Com a intermediação de tecnologia robótica o cirurgião atua a distância manipulando através de um comando o que normalmente permite uma melhor acuidade dos gestos e tridimensionalmente uma magnificação dos movimentos que observa no painel de controlo.

Na construção de Utopias/Distopias cirúrgicas, a substituição de órgãos por componentes artificiais tenderá a criar indivíduos Híbridos entre o ser humano e a máquina, os Ciborgues; hoje a rotineira aplicação de endopróteses ou exopróteses em vários sistemas é uma pálida imagem desses seres que a produção literária e audiovisual são probos a difundir⁷.

O extremo deste método supõe dissecar electronicamente os corpos em pixels, para eventual correção ou substituição de unidades micrónicas. O Pixel é o menor elemento num dispositivo ao qual é possível atribuir-se uma cor. É o menor ponto que forma uma imagem digital, sendo que o conjunto de pixels forma a imagem inteira. Quanto mais pixels utilizados para representar uma imagem, mais estes se aproximam do objeto original.

A longa evolução dos conhecimentos de Anatomia e de Fisiologia foram fulcrais para o progresso dos métodos cirúrgicos, mas bastas vezes tornam-se imobilizadores, porque dogmáticos e antagónicos por princípio, desconhecem outros processos da economia vital dos organismos.



Fig. 4 - Organizadores e Indutores

Esta posição estática conflitua com saberes ancestrais da medicina tradicional chinesa, ou com a medicina védica do Indústão – o mais antigo sistema de saúde de que se tem notícia; esse dogmatismo lida mal com o conceito de Meridiano, um dos nomes pelos quais são conhecidos os Canais de Energia – *Jing Luò*, utilizados nos métodos terapêuticos chineses; ou com a energia dos Chakra centros de energia que servem para absorver a energia vital, distribuí-la no indivíduo e libertá-la para o exterior. Recentemente o desenvolvimento das neurociências e as suas aplicações práticas tem vindo a colmatar os hiatos conceituais entre as culturas mecanicistas e energéticas.

Topográfica ou energeticamente, estão por identificar os Organizadores e os Indutores, promotores do complexo processo do desenvolvimento fetal, ou menos prosaicamente, responsáveis pelo sistema de ramificação de cada espécie vegetal. Em cada ser, da partícula viral ao elaborado *homo sapiens*, são eles os construtores, mantenedores e dissipadores do ciclo vital, um retomar científico do conceito das Parcas romanas ou das Moiras gregas que velavam e decidiam pelo ciclo da vida de todas as criaturas e até dos deuses.

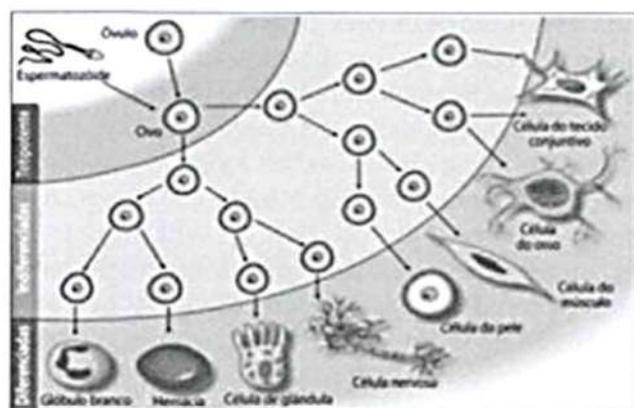


Fig. 5 - Fases do desenvolvimento embrionário humano

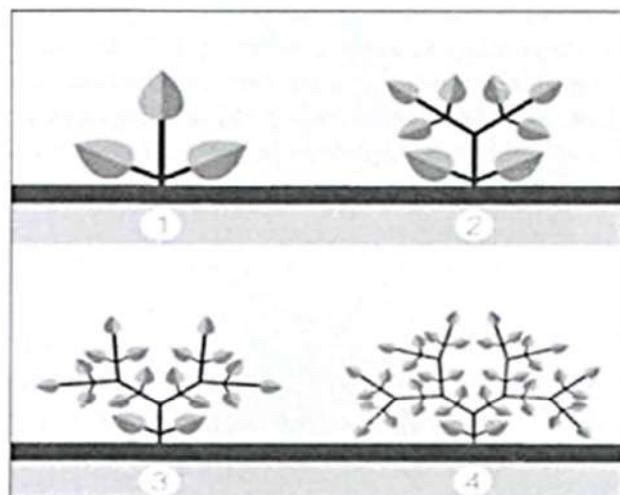


Fig. 6- Bandeira de ramificação dichotomous das plantas

Discernindo sobre factos e causas, presentes estão as achegas dos que refletiram e deixaram vias facilitadoras do conhecimento.

No século XVII, Blaise Pascal (1623-1662) enunciou o princípio da complexidade e da retroação, aplicável a todas as vertentes do conhecimento, nomeadamente à arte e à técnica da Cirurgia que nos ocupa:

“Todas as coisas estavam ligadas insensivelmente umas às outras... todas eram causadas e causadoras. Impossível conhecer as partes se não conhecer o todo, como conhecer o todo se não conhecer particularmente as partes.”

O Princípio da Incerteza (1927) proposto por Werner Heisenberg (1901 – 1976) revolucionou os conceitos da física clássica pondo restrições e questionando os seus conceitos de precisão:

“De acordo com o princípio da incerteza, não é possível que se meça, simultaneamente, as medidas de posição e quantidade de movimento, pois, quando se conhece uma delas, perde-se a informação sobre a outra. Além das grandezas de quantidade de movimento e posição, o princípio também se aplica às grandezas de energia e tempo.”

Diletando sobre Cirurgia e Utopia sem enveredar por Distopias, o diálogo estabelece-se com um outro ou o mesmo Rafael (“Deus cura” do hebraico⁸ *Rephael*, nome composto por *Repha*, “curou”, e el, “Deus”; *Rophe* é a tradução de médico em hebraico), Rafael é o interlocutor tão adequado na Flandres para discernir acerca da Ilha sem parte alguma – *Nusquama* – ou melhor, em parte incerta, como em Portugal sobre a Ilha sem parte alguma – Cirurgia – ou melhor, em parte incerta. Mas o interlocutor tem ainda outras características, o sobrenome Hitlodeu, um neologismo da autoria de Thomas Morus (do grego *hythos* “bagatela” e *daios* “perito”), apelida-o de *médico mensageiro de Deus da estirpe dos loucos-sábios*⁹.

Assim, Rafael falando português num registo de louco-sábio é o relator do que acontece na Ilha da *Cirurgia sem parte alguma*.

– O exercício da Cirurgia implica um conhecimento completo de todas as funções orgânicas e energéticas dissecadas ao Pixel, de todas as causas e causadoras, do percurso e dos meandros dos Organizadores e dos Indutores, tendo em conta o Princípio da Incerteza.

– O Cirurgião está despojado de todas as falácias do próprio Ego, as mãos não precisam de instrumentação, o objetivo a corrigir é configurado, construído por ideação representativa cerebral, as ações partem do conhecimento e da vontade pelas vias energéticas dirigidas a quem delas carece.

E Rafael remata:

– Não, não se trata duma réplica da descrição de milagres, mas sim um novo e diferente estadio, alcançável ou não, rechaçando os caminhos das Distopias, a *Cirurgia sem parte alguma* pressupõe conhecimento científico e global à minudência: *Impossível conhecer as partes se não conhecer o todo, como conhecer o todo se não conhecer particularmente as partes*.

Resta a dúvida sobre a veracidade do relato do Hitlodeu parafraseando Platão:

“A minha República (Cirurgia) existe apenas na nossa mente uma vez que não se situa em parte alguma da terra, pelo menos como eu a imagino.”

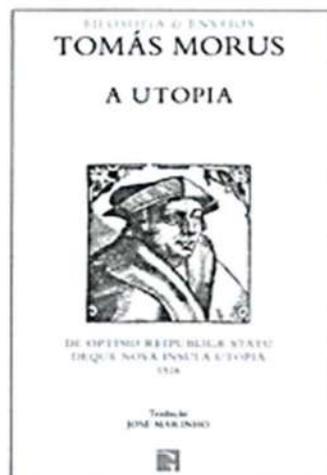
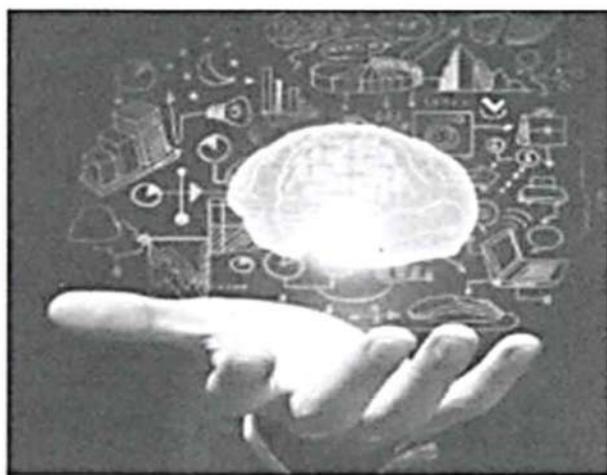


Fig. 7- Tomás Morus, *A Utopia*, tradução José Marinho



Fig. 8- Cirurgia...



...e Utopia

Não quedando no imobilismo da dúvida, a opção é enveredar pela via conciliatória, como com pertinência o fazem as neurociências e as Utopias Realistas colmatando hiatos de tempo, de modo, e de conceitos:

Sem utopia, sem representação voluntarista do futuro, o presente reduz-se ao que é imediato, a sociedade à selva das rivalidades e a História humana à prevalência da mercadoria e do mercado. Mas sem realismo, a utopia dissolve-se no sonho, crisa-se no dogmatismo ou exalta-se numa vaga religião.

Edgar Morin (Edgar Nahoum)¹⁰

Notas

1 - Tomas Morus, *A Utopia*; tradução José Marinho; Lisboa; Guimarães Editores; 1952.
- Pina Martins, J.V.; *Estudo introdutório à UTOPIA Moriana*; Edição fac-similada Basileia, Ioannes Frobes 1518 Edição crítica, tradução e notas de comentário Aires Augusto Nascimento; Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2016.

2 - Dezembro 1516 Erasmus procede à publicação da 1ª edição, Thierry Martens em Lovaina; 1517 - 2ª edição Gilles Gourmont em Paris; 1518 - 3ª edição em Basileia, 4ª edição reunindo os Epigramas em Basileia; 1524 - Tradução para alemão em Basileia; 1548 - Tradução para italiano em Veneza; 1550 - Tradução para francês; 1551 - Tradução para inglês; 1937 - Tradução para português (Luís Andrade- Rio de Janeiro); 1947- id (Berta Mendes - Lisboa).

2016 - A propósito dos 500 anos da publicação da UTOPIA, realizou-se em Lisboa, 24, 25 e 26 de Novembro na Universidade Católica Portuguesa o Congresso Internacional Thomas Moro e o Sonho de um mundo melhor.

2017 - Idem - Congresso Internacional de Filosofia e Literatura: Entre Portugal e Macau - Lusofonia, Utopia Criadora? - Macau 27-30 de Março; Porto 9-10 Maio; Lisboa 11 Maio.

1998 - Exposição Internacional de Lisboa com o tema "Os oceanos: um património para o futuro", no Pavilhão da Utopia, (agora designado por sucessivos e diferentes apodos) decorreu o espetáculo "Oceanos e Utopias".

3 - Goris, JA; *Etude sur les colonies marchandes méridionales Portugais, Espagnols, Italiens à Anvers de 1488 à 1567*; Louvain, Librairie Universitaire, 1925.

- Freire, Anselmo Braamcamp (1849-1921); *Noticias da feitoria de Flandres: precedidas dos Brandões poetas do Cancioneiro*; Lisboa, Arquivo Histórico Português, 1920.

4 - Exposição Utopia/Distopia 22 de Março a 21 de Agosto 2017 - MAAT - Museu de Arte, Arquitetura e Tecnologia, Av. Brasília, 1300-598 Lisboa <https://www.maat.pt/pt/exposicoes/utopiadistopia>

5 - Huxley, Aldous; *Admirável Mundo Novo*; Lisboa, Livros do Brasil, 1971.

6 - Francis Fukuyama; *O Fim da História e o Último Homem*; Lisboa, Gradiva, 2020.

7 - Martins, H.; *Experimentum humanum: Civilização Tecnológica e condição Humana*; Lisboa, Relógio d'Água, 2011.
- Pepperell, R.; *The Post-Human Condition*; Intellect Ltd, U.K.; 2009.

8 - Allan G, M D Coughle; *Rophe: A Study of Medicine in the Bible*; Publisher Christian Faith Publishing, 2016.

9 - Moser F. M.; *Tomas More e os caminhos da perfeição humana*; Lisboa, Vega, 1984.

- Vieira M.F.; *Os Jogos de Significados e o Significado dos Jogos em Utopia de Thomas More*; in *Linguas e Literatura*; *Rev. Fac. Letras Porto XIII* 1996, 51-64
<https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/2726.pdf>

10 - Morin E; al; *Para uma utopia realista em torno de Edgar Morin*; Encontros de Châteauevallonn; Lisboa; Instituto Piaget, 1998.

* Nos 500 anos da publicação da UTOPIA de Thomas Morus Comunicação apresentada nas XXIX Jornadas de estudo MEDICINA DA BEIRA INTERIOR - DA PRÉ-HISTÓRIA AO SÉCULO XXI - Castelo Branco 10-11 Novembro 2017, e no XI Congresso da UMEAL - União Médicos Escritores e Artistas Lusófonos - Macau 1- 4 Novembro 2017.

**Médica investigadora



Estudo do escultor Machado para a estátua da Díaspóra, no V Centenário do nascimento de Amato Lusitano, inaugurada em Castelo Branco em 20-03-2012

SAÚDE E ASSISTÊNCIA NA VILA DE TORRE DE MONCORVO (SÉC. XVI - XIX): OS ESTABELECIMENTOS HOSPITALARES

Carlos d'Abreu* & Rui Leal Leonardo**

1 - Intróito

As influências da Cristandade na medicina medieval levou a que a Europa perdesse praticamente o contacto com grande parte da herança greco-romana nesse domínio, porquanto o cuidado com a alma considerava-se mais importante do que o cuidado com o corpo, menosprezando-se o tratamento médico e até mesmo a higiene física, mortificando-se a carne como sinal de santidade, sendo a doença encarada como uma imposição sobrenatural e, como tal, a cura deveria ser realizada por métodos religiosos, daí cada enfermidade ter um santo patrono a quem se dirigiam preces.

Paralelamente a civilização islâmica investiu no estudo da medicina, passando os seus médicos a vê-la como a ciência cuja função consistia na *preservação da saúde e, no caso de esta se perder, a assistência para recuperá-la. Consideravam-se praticantes da arte dupla de curar e preservar a saúde*¹.

E através dos árabes veio a Europa não só a reencontrar-se com os clássicos Galeno e Hipócrates, mas a beneficiar das teorias dos seus médicos Jesu Haly, Arrazi, Avicena e Averroes que criaram as bases para as instituições e a ciência da medicina moderna².

É com D. João II que em Portugal se reorganiza a assistência médica e hospitalar, promovendo-se a criação de hospitais a partir da fusão de pequenas unidades deste tipo, começando-se por Lisboa, com o grande Hospital Real de Todos-os-Santos inaugurado em 1504³. Mas o carácter privado das instituições de beneficência (onde se incluíam os hospitais), criadas pelo espírito da caridade, haveria de persistir até ao século XIX⁴.

E a partir do primeiro quartel dessa centúria a *matéria médica alargou o seu campo, motivado pelos avanços da química que tornou possível a extração, a partir das plantas, de substâncias ativas dotadas de propriedades terapêuticas*⁵, o que terá forçosamente colaborado na mudança de atitude que desde então se vem operando relativamente ao doente e subsequentemente ao próprio conceito de hospital enquanto instituição localizada num edifício onde a assistência médica é ministrada, não perdendo de vista que etimologicamente "hospital" significa "casa para hóspedes" ou albergue e, no caso em apreço, casa onde os pobres recebiam (algum) agasalho.

2 - O Hospital Real do Espírito Santo: transformação de um hospital-albergue particular ou concelhio num hospital régio

O Hospital Real do Divino Espírito Santo, terá funcionado desde o reinado de D. Manuel I e até 1904, na Rua do Cano [atual Rua do Visconde de Vila Maior], altura em que terá sido desactivado e integrado no Hospital D. Amélia criado no ano anterior⁶.

A criação deste hospital-albergaria terá ocorrido em data ainda não determinada. Por carta de D. Manuel de 15 de janeiro de 1501, data em que passa para a esfera régia sob a administração de um tabelião e escudeiro nato de Torre de Moncorvo, este teria sido fundado *per algũas pessoas a hora de seus fallecimento, ao qual espirital e albergaria leixaram allgũas herdades pella remda das quaes lhe aviam de dizer duas missas e mais aviam em elle de ter pera os ditos povres III camas ou IIII com aogoa fogo e sal pera eles*, sendo este administrado pelo concelho⁷.

Porém, a primeira referência conhecida a um hospital-albergue na vila de Torre de Moncorvo, remonta a 26 de janeiro de 1470, no reinado de D. Afonso V, quando Gomes Borges, escrivão da Chancelaria de D. João I, D. Duarte e D. Afonso V⁸, redige o documento que institui o Morgado de Mendel, onde dispõe que *daram a Deus em cada hũ anno ao espirital de dita villa da torre de mencorvo huma cuberta de sete varas de burel nova feita. Item daram mais ... em casa hũ anno por dia de pascoa a quaees qr pobres que a esse tempo estiverem no dyto espirital dez arráteis ...e carne de vaca e sete arráteis de carneiro e meo almide de boo vinho e huu alqueire de pam cozido repartido per todollos os ditos pobres poucos ou muntos quantos quer que esse tempo estiverem todo o dito pão vinho e carne em tal guisa que tanto aja huu como o outro*⁹.

A fábrica do Hospital Real foi sendo mantida pelos rendimentos da capela do Padroado Real, provenientes de legados vários, contando-se como bens de raiz, algumas propriedades agrícolas no vale da Vilariça, como por exemplo uma canameira no Aladoal e courelas na Veiga Redonda em 1592, fazendas estas que mantinha em 1708.

Segundo o *Livro das Igrejas e Capelas do Padroado dos Reis de Portugal*, coligido em 1574, devido à necessidade sentida por D. Sebastião na obtenção de fundos para a empresa marroquina, fundos que escasseavam nos cofres reais e como tal levaram o rei a deitar mão de

outros rendimentos que a Coroa possuía e que andavam malbaratados, procedeu-se para o efeito ao inventário das igrejas e capelas das quais era padroeiro, isto é, onde tinha o direito de nomear os respectivos párocos e beneficiados, se bem que por vezes esse direito de apresentação fosse doado a alguns senhores¹⁰.

Através desse levantamento ficamos a conhecer alguns dos seus administradores, ao longo dos reinados de D. Manuel I e D. João III, comprovados igualmente nos documentos das chancelarias régias:

– *Joham Affonso taballião e nosso escudeiro morador em a villa de mencoruo [...] a administração d'hum espirital d'albergaria na dita uilla, o qual os juizes e officiais possuem, sem título, sem declaração de bens (15.01.1501)*¹¹;

– *Gonçalo Fernandes a administração d'hum hospital situado na vila da Torre de Moncoruo, em sua uida, com os encargos declarados, por vaga de Sebastião Álvares, homiziado (25.10.1511)*¹²;

– *Francisco Pires a administração da capella de sancto espirito na uilla da Torre de moncoruo, sem declaração de instituidor, nem de bens, em sua uida;*

– *Francisco Roiz a administração do hospital da Villa de Moncoruo, q se chama do spiritu s.¹⁰ em sua vida, E não declara bens*¹³.

Apesar de nesta relação nem sempre se denominar o hospital em causa, não haverá razões para desconfiar que o padroado real possuísse mais do que um estabelecimento deste género (ou de uma capela num estabelecimento deste tipo), na Vila, tratando-se por isso, do mesmo.



Fig. 1 – O antigo Hospital Real

Refira-se ainda que a documentação (esta e outra), quando transmite informações relativas aos administradores, nem sempre é clara, pois por vezes informa que o

são da capela (adstrita ao hospital) – esta a mais das vezes – e outras do hospital, estando nós em crer que uma e outro são para o caso a mesma coisa, como o título do rol elaborado em 1574 ajudará a esclarecer, assumindo no entanto o estabelecimento religioso, que vivia à sombra do estabelecimento hospitalar, a prerrogativa na identificação do conjunto.

Aqui estará a prova da mentalidade de então aflorada no Início, ou seja, a predominância do espiritual sobre o corpóreo; não diremos sobre o material, sendo certo que ao religioso também soava o metal, como indicam as quatro missas semanais, certas, a 3\$500 réis cada e outras eventuais a 50 réis, como estipula o regimento.

Rondava o valor destas rendas, anualmente arrematadas pelo administrador da capela (que ficava com a quarta parte), cerca de 1706, 120\$000 réis, detendo o cargo por esta altura Marcos da Fonseca, Cavaleiro da Ordem de S. Bento de Aviz, morador em Vilarozos (Vilarouco?), S. João da Pesqueira¹⁴.

Sabemos que anteriormente administrou este hospital (e capela) João de Mena Falcão, pelos anos de 1629, detendo só no vale da Vilariça, vinte e sete propriedades.¹⁵ Em 15 de março de 1654 a sua administração foi atribuída a Marcos da Fonseca, filho de Francisco Gois Alves¹⁶; e em outubro de 1714 a D. Agostinha Josefa Mariana da Silveira,¹⁷ residente na Corte¹⁸.

Por 1726 foi o edifício do hospital alvo de avultadas obras, documentadas pelo menos ao nível da fachada, mormente da capela, assim como no interior desta. A nova linguagem arquitetónica preservou no exterior alguns elementos decorativos *manuelinos*, como a pedra de armas ladeada pela esfera armilar e a cruz de Cristo. E no dintel registou-se que DENTRO ESTAM ESCRITAS AS OBRIGAÇOIS DESTE / HOSPITAL. 1726.

No interior, para além do belo retábulo em talha dourada, as referidas *Obrigações* numa enorme epígrafe incrustada na parede do lado esquerdo:

CAPELA DO ESPIRITO SANTO COM HOSPITAL
P.^A PASAGEIROS POBRES. DOS SEVS RENDIMTO.^S
REZERVVO S. MGD.^E A 4.^A PT.^E P.^A DAR AO ADMI
NISTRADOR. TEM HVM CAPELAM COM 14000
P.^A DIZER 4 MISSAS CADA SOMANA. HOSPITA
LEIRO COM 2000 HVM ALMVDE DE AZEITE
P.^A A LAMPEDA E 2 CARROS DE LENHA. TERA
TRES CAMAS LIMPAS DE COLCHOIS E TRES
DE ENXERGOINS E DOZE MANTAS. E O QVE
SOBEIA SE MANDA DIZER DE MISSAS DE 50
REIS CONSTA DO L.^O DAS AVALIASOINS DOS
NOVOS DIREITOS FL. 15. E PROVIZAM FL. 6. TEM
4 LIVROS COM O DO TOMBO E DO INVENTR.^O
O MORGADO DE MENDEL DOS BORGES DARA
CADA ANNO HVMA CVBERTA DE BVREL NO
VO DE 6. VARAS HVM JANTAR AOS POBR
ES. ESTA NO L.^O DOS REGISTOS FL. 6o. TOMA
O PROVIDOR CONTAS TODOS OS ANNOS
SENDO PDO.^R O DO.^R LVIS ROIZ SARAIVA. 1726

Uma descendente deste morgadio de Mendel na epígrafe referenciada, Arcângela Maria Borges de Castro, residente em Lisboa, solicita, em 04 de junho de 1764, ao Desembargo do Paço, o *levantamento de um sequestro que o provedor lhe fez aos frutos do seu morgado, em virtude dos mesmos bens se acharem pensionados com sincoenta e tres missas, hum jantar aos pobres, huma manta ao Hospital desta V^a tudo em cada hum ano alem da obrigação de concervar na Igr^a de St^a Maria desta V^a dous calices, huma Crus (...); e que a razão desta falta fora o estarem os bens do mesmo munto deteriorados...*¹⁹.

A sua administração era por vezes exercida pelo próprio Provedor da Comarca²⁰ ou o Juiz de Fora, importando as rendas em 1758, em 139\$000 réis²¹ descendo este valor em 1796, para 66\$600²².

Em 1749 o registo indica-nos que a contemplada com tal mercê régia fora Brites Severina da Silveira²³ que rececionou a respetiva carta de administradora em 25 de fevereiro de 1750²⁴ e lhe foi por alvará renovada, a seu pedido, em 12 de outubro de 1758, *por se lhe ter queimado aquando do terramoto*, indicando este informe que viveria em Lisboa²⁵; refira-se que a posse destas rendas era vitalícia, recebendo-a esta última pessoa durante pelo menos cerca de cinquenta anos²⁶.

Se tomarmos o valor médio da renda anual no século XVIII através das referências supra e a ele subtrairmos os pagamentos ao administrador, ao capelão e ao hospitaleiro (a este menos mal porque seria o único que verdadeiramente trabalhava), concluímos que restava para o quotidiano da instituição apenas 60,26% das rendas. Demasiado? Talvez, mas a verdade é que estava previsto que houvesse sobejos, após a aquisição do almude de azeite (que nem sequer era para a alimentação), dos dois carros de lenha, da manutenção das três camas de colchões e outras tantas de enxergões e as doze mantas. Mas como a teoria capitalista ainda não existia, os lucros eram distribuídos ao clérigo.



Fig. 2 – As "obrigações" do Hospital Real

Somente à luz da conjuntura social da época poderemos compreender como é que rendimentos (sempre par-

cos) que proviam à subsistência deste tipo de instituições e a mais das vezes (senão todas) provenientes de legados particulares, eram passíveis de com eles a Coroa distribuir tão pingues benefícios a quem muitas vezes não tinha qualquer ligação à terra e consequentemente a quem a terra nada devia.

Temos notícia de uma exposição apresentada a el-rei pelos moradores de Torre de Moncorvo, em 16 de fevereiro de 1803, sobre as *desordens praticadas na distribuição dos rendimentos do Hospital*²⁷ situação eventualmente gerada pelas mesmas razões que já haviam levado o tesoureiro da capela do Hospital, em 23 de maio de 1776, a pedir autorização ao Desembargo, para poder tomar, medir e demarcar todas as fazendas que constituíam o rendimento da referida capela, pois muitas *se achão subnegadas, e os limites de outras confundidos*²⁸.

O Hospital Real do Divino Espírito Santo continuou a funcionar com administração própria até 1904, data em que foi encerrado e os seus bens integrados no recém-constituído Hospital Rainha D. Amélia.

3 - Outros hospitais-albergues no concelho de Torre de Moncorvo

Apesar de com D. João II a assistência hospitalar numa perspectiva de Estado tender a substituir ou a tomar o primeiro lugar em relação aos particulares²⁹, existia em 1758 na vila de Torre de Moncorvo, além do Hospital Real, um hospital *particular para recolher passageiros pobres que administra Luís Camello de Castro, e he obrigação do seu morgado*³⁰, notícia esta confirmada pelo *Tombo do morgado de Santo Antonio que instituiu Affonso Domingues de Madureyra e Felippa Vaz primeiros instituidores deste morgado de que hoje e administrador Luiz Camello de Castro Fidalgo da Casa de S. M. Anno de 1757. Torre de Moncorvo*³¹.

Contém este tomo uma cópia do testamento de 1491, cuja disposição cria o referido *Esprital novo* que seria provido de *quatro camas de boa roupa. Cinco cabeças para cada cama, e quatro lençóis, e huã Aradaia com huã cuberta de burel e hum par de mantas que sam asim oito mantas, e quatro cubertas, e quatro almodraques, e vinte cabeças, e dezaseis lençóis, e para estas quatro camas sejam feitos quatro leitos de madeira que se possam mudar duma parte para a outra, e os lençóis e cobertas sejam de sete varas (...)* e isto mesmo se recebe os pobres com bom gasalho iso de lhes dar agoa, sal e fogo e que se quesem (...) que o dito menistrador tera carrego de mandar dizer huã miça no dito Esprital no altar delle pellas almas delles em cada sexta feira de cada huã semana (...) e acertando-se de morrer algum perigrino no dito Esprital que o dito menistrador lhe dea lençol em que o envolvam e que lhe fara diser tres miças por sua alma pagas a quinze reis a miça porque he cousa de misericordia, e serviço de Deos³².

Em 6 de março de 1505 Afonso Domingues, já viúvo da primeira mulher e casado em segundas núpcias com

Beatriz Dis, redige novo testamento, em que confirma as disposições da criação de um hospital nas suas casas³³, ordenando que o seu filho António *lhe fique com amenidades do dito Espital para sempre para elle e seus filhos, [20v] e dessendentes em direita linha*.³⁴

Este hospital ou albergaria do Morgado de Santo António, localizava-se junto ao solar do administrador do morgado, conforme se refere no tombo:

*Huãs Cazas telhadas, e sobradadas com sua Cappella de Santo Antonio, e Cazas terreiras que servem de Albergaria (...) Principia a Sua mediçam pella banda do Poente no Cunhal de cima da dita Capella de Santo Antonio pegado a Caza de Albergaria.*³⁵

Não se sabe quando este hospital-albergaria deixou de funcionar. Porém, ainda no século XX, era costume hospedarem-se neste solar várias pessoas, nomeadamente estudantes do Colégio Campos Monteiro, oriundos de outros concelhos da região transmontana, mantendo-se assim, se bem que com alterações, uma prática ancestral.

Curiosamente, também na Açoreira, existiu um outro hospital, a que alguns chamam de capela, referido nas memórias paroquias de 1758, como legado que administrava à data José Gonçalves Salgado, *que recolhe os pobres que vem ao lugar, em hum palheiro; a renda que tem, sam humas terrinhas, e tres, ou coatro oliveiras, que deixou para este legado, ha muitos annos, hum, lavrador devoto*³⁶. Este mesmo hospital é já referido no Tombo da Ribeira da Vilarça de 1629, sendo administrado por Domingos Francisco, possuindo neste vale uma courela à Casa do Gago.³⁷ Não é despidendo pensar que o funcionamento deste hospital-albergue estivesse inserido nas rotas de Santiago de Compostela, particularmente dos peregrinos oriundos das terras de Riba Cõa.

Notas ao texto

- 1 - David W. Tschanz, "The Arab Roots of European Medicine", in *Aramco World*, vol. 48, n.º 3, Houston, Aramco Services Company, 1997, p. 24. ["As raízes árabes da medicina europeia", texto amavelmente traduzido por Isabel M. F. Matos].
- 2 - *Idem*, p. 20.
- 3 - F. A. Gonçalves Ferreira, *História da Saúde e dos Serviços de Saúde em Portugal*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1990, p. 117.
- 4 - M. Lurdes Akola Meira do Carmo Neto, "Assistência Pública", in *Dicionário de História de Portugal*, dir. de Joel Serrão, vol. I, Porto, Livraria Figueirinhas, 1992, p. 234.
- 5 - João Rui Pita, *Farmácia, medicina e saúde pública em Portugal (1772-1836)*, Coimbra, Minerva Editora, 1996, p. 15.
- 6 - Regulamento, *Hospital D. Amélia de Moncorvo*, Porto, Papelaria e Typografia Azevedo, 1906.
- 7 - ANTT, Chancelaria de D. Manuel I, liv. 17, fl. 7v e ss.
- 8 - António Eduardo Teixeira de Carvalho, *A chancelaria régia e os seus oficiais em 1468*, Porto, Ed. Autor, 2002, pp. 181-184.
- 9 - ANTT, Leitura Nova, liv. 31, f. 1v-8v.
- 10 - Cf. Joaquim Veríssimo Serrão, *Livro das Igrejas e Capelas do Padroado dos Reis de Portugal - 1574*, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian / Centro Cultural Português, Fontes Documentais Portuguesas (III), 1971.
- 11 - ANTT, Chancelaria de D. Manuel I, liv. 17, fl. 7v; ANTT, Leitura Nova, livro 1, fl. 131v (img. 300 a 302). Publicado por José Marques, "A assistência no Norte de Portugal nos finais da Idade Média", *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. História*, 2ª série, vol. 6, Porto, 1989, pp. 50-51.
- 12 - ANTT, Leitura Nova, livro 5, fl. 19; ANTT, Chancelaria de D. Manuel I, liv. 41, fl. 56v.
- 13 - *Idem* [nota 13], pp. 122-123/127/133.

- 14 - P. António Carvalho da Costa, *Corografia Portuguesa e descripçam topografica do Reyno de Portugal*, t. I, 2.ª ed., Braga, 1868, p. 371 (1.ª ed., 3 vol.s, Lisboa, 1706, 1708 e 1712 respectivamente).
- 15 - AMTM, CMTM, C/D - Tombo da Ribeira da Vilarça, 1629. Este tombo foi resumido por Rui Leal Leonardo - *O Baixo Vale da Vilarça entre o Antigo Regime e o Liberalismo. Território, propriedade e culturas*, FLUP, Porto, 2013 [Policopiado].
- 16 - ANTT, Registo Geral de Mercês, Mercês da Torre do Tombo, liv. 24, f. 131-132.
- 17 - ANTT, Registo Geral de Mercês, Mercês de D. João V, liv. 2, f. 298 e 298v.
- 18 - João Bernardo Galvão-Telles - *O Palácio do Fiúza: memória de uma residência nobre em Alcântara, no termo de Lisboa*, Lisboa, 2014.
- 19 - Hironidino da Paixão Fernandes, *Bibliografia do Distrito de Bragança. Série Documentos. Desembargo do Paço. Repartição do Minho e Trás-os-Montes*, maços 1-428 (Arquivo Nacional da Torre do Tombo), Bragança, Instituto Superior Politécnico de Bragança/ Câmara Municipal de Bragança/Arquivo Distrital de Bragança, 1993, p. 60. Vigário Manuel Garcia Ferreira, "Açoreira", in *Dicionário Geográfico, Arquivos Nacionais/Torre do Tombo [D GARQ]*, vol. 1, n.º 25, 11.03.1758, pp. 217-218. ADB 1592 - Arquivo Distrital de Braga, *Tombo das propriedades dos beneficiados desta igreja da villa da Torre*, Gaveta das Cartas, doc. 4, 06.06.1592, pp. 267v-270 [traslado do séc. XVIII], e, ainda, ADB 1708 - Arquivo Distrital de Braga, *Tombo das propriedades da igreja de Santa Maria de Moncorvo*, Registo Geral, Livro 65, 27.06.1708, pp. 2-6v.
- 20 - António Veloso de Carvalho, *Memoria das noticias que El Rey N. S.ºr. ordena se deam a academia Real da Estoria Portuguesa, da Camera desta V.ª da Torre de Moncorvo, e lugares de seu termo*, Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro [BNP], Cod. 222, 11.06.1721, pp. 127-148.
- 21 - Reitor Manuel António de Vasconcelos, *op. cit.*, p. 663.
- 22 - José Maria Amado Mendes, *Trás-os-Montes nos fins do Século XVIII segundo um manuscrito de 1796*, Coimbra, Centro de História da Sociedade e Cultura da Universidade de Coimbra/Instituto Nacional de Investigação Científica, textos de história-2, 1981, p. 233.
- 23 - *Idem*, p. 233.
- 24 - Cf. Francisco Manuel Alves, *Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança*, vol. XI, Bragança, reedições "fac-similadas" do Museu do Abade de Baçal, 1975 a 1990, p. 424.
- 25 - Hironidino da Paixão Fernandes, *Bibliografia do Distrito de Bragança. Série Documentos. Desembargo do Paço. Repartição do Minho e Trás-os-Montes*, maços 1-428 (ANTT), Bragança, Instituto Superior Politécnico de Bragança/ Câmara Municipal de Bragança/Arquivo Distrital de Bragança, 1993, p. 39.
- 26 - José Maria Amado Mendes, *op. cit.*, p. 233.
- 27 - Hironidino da Paixão Fernandes, *Bibliografia do Distrito de Bragança. Série Documentos. Ministério do Reino* (Arquivo Nacional da Torre do Tombo), Bragança, Instituto Superior Politécnico de Bragança/Câmara Municipal de Bragança/Arquivo Distrital de Bragança, 1993, p. 63.
- 28 - Hironidino da Paixão Fernandes, *Bibliografia do Distrito de Bragança. Série Documentos. Desembargo do Paço. Repartição do Minho e Trás-os-Montes*, maços 1-428 (Arquivo Nacional da Torre do Tombo), Bragança, Instituto Superior Politécnico de Bragança/ Câmara Municipal de Bragança/Arquivo Distrital de Bragança, 1993, p. 149.
- 29 - M. Lurdes Akola Meira do Carmo Neto, *op. cit.*, p. 235.
- 30 - Reitor Manuel António de Vasconcelos, "Torre de Moncorvo", in *Dicionário Geográfico, Arquivos Nacionais/Torre do Tombo [D GARQ]*, vol. 37, n.º 75, 13.03.1758, p. 663.
- 31 - Francisco Manuel Alves, "Moncorvo: Subsídios para a sua história...", sep. *Ilustração Transmontana*, Porto, 1908 a 1910, pp. 48-49 (houve necessidade em repaginar este trabalho em virtude de algumas gralhas de impressão nesse sentido).
- 32 - *Ibidem*.
- 33 - Arquivo Particular do Solar de Santo António de Torre de Moncorvo - Tombo de Morgado de S[anto] Antonio que Instituiu Affonso Domingues de Madureyra e Felippa Vas, Primeiros Instituidores deste Morgado, de que hoje há administrador Luis Camelo de Castro, Fidalgo da Caza de S[ua] Mag[estade]. Ano de 1757. Torre de Moncorvo.
- 34 - Arquivo Particular do Solar de Santo António de Torre de Moncorvo - Tombo de Morgado de S[anto] Antonio que Instituiu Affonso Domingues de Madureyra e Felippa Vas, Primeiros Instituidores deste Morgado, de que hoje há administrador Luis Camelo de Castro, Fidalgo da Caza de S[ua] Mag[estade]. Ano de 1757. Torre de Moncorvo, fs. 20-20v.
- 35 - *Idem, ibidem*.
- 36 - Vigário Manuel Garcia Ferreira, "Açoreira", in *Dicionário Geográfico, ANTT [D GARQ]*, vol. 1, n.º 25, 11.03.1758, pp. 217-218.
- 37 - Tombo da Ribeira da Vilarça de 1629, f. 19v. Transcrito em LEONARDO, Rui Emanuel Leal - *O Baixo Vale da Vilarça entre o Antigo Regime e o Liberalismo. Território, propriedade e culturas*, FLUP, Porto, 2013 [Policopiado].

*Doctor en Geografía (USAL) abreu@usal.es

**Mestre em Arqueologia (UP) ruieleonardo13@gmail.com
(Naturais do concelho de Torre de Moncorvo)

“ETNOMEDICINAS/ETNOZOOLOGIAS PASTORIS”

ALGUMAS RECOLHAS NO CONCELHO DE IDANHA-A-NOVA.

*Eddy Chambino**

(...) ao lado da medicina erudita,
medicina do homem-médico,
a medicina popular ocupa sempre um lugar respeitável.¹



1 – Pastor junto do rebanho. Pastoreio extensivo. Cegonhas (Rosmaninhal). 2006

1 - Pastor junto do rebanho. Pastoreio extensivo. Cegonhas (Rosmaninhal). 2006

Ao jeito de uma breve síntese do já quase extinto sistema pastoril do concelho de Idanha-a-Nova², em particular no sector mais meridional (SE) deste vasto território, inscrevendo-se por múltiplas e variadas coordenadas históricas num registo de notória e singular ancestralidade. Sobre as suas possíveis e remotas origens, basta direccionar a atenção para os inúmeros vestígios arqueológicos³ (antas, abrigos, currais, antigas rotas transumantes, etc.) disseminados por toda a extensão do concelho, para se perceber a evidência desse ancestral vínculo com os primeiros indícios de presença humana no território. Numa escala geográfica mais alargada, sabe-se que na península ibérica os vestígios mais antigos de cultura pastoril datam de até 4500 a. C. em escavações localizadas no litoral mediterrânico.⁴

Historicamente, o território foi assim submetido a inúmeras influências exteriores, enquadrado nestas, destacam-se dois grandes momentos que se posicionam na base do desenvolvimento pastoril desta região beirã, a romanização e o período da ocupação muçulmana. Vasco Teixeira documenta da seguinte forma estes importantes vínculos históricos,

A romanização trouxe e consolidou, no território e nas economias locais da península, um modelo de organização e de racionalidade produtiva que já visava a produção de excedentes para o mercado, organizado através das vias de comunicação fluviais e da rede viária construída. A par da mineração, a actividade agrícola (produtos e técnicas, como a rega), a criação de gado miúdo e exploração dos seus “produtos secundários, especialmente o leite e a lã, além de curtumes e outros, foram adaptadas aos contrastes ambientais entre o Norte e o Sul do território nacional. A própria origem do famoso ovino merino ibérico parece estar associada à presença romana (...) a ocupação muçulmana mantém a mineração, a par da cultura cerealífera (trigo e cevada), do incremento da horticultura, e de árvores de fruto e, por via da cultura nómada e agro-pastoril dos povos berberes é-lhe ainda atribuído o desenvolvimento da pastorícia”⁵

Decifra-se assim uma histórica e remota associação da prática da pastorícia com a agricultura, nomeadamente a relação entre o pastoreio extensivo de percurso tradicional e o cultivo de cereais de sequeiro. A esta profunda simbiose entre os cereais e a criação de gado está associada a exploração extensiva de pastos, que no fundo era o que caracterizava o modo de vida pastoril. Pois compor-

tava movimentos de rebanhos e, por sua vez, de pastores e seus familiares. A partir desta vivência arcaica pautada pelos intensos ritmos e movimentos dos rebanhos, o pastor, com o seu estilo de vida protetor dos ecossistemas, forjou uma das artes mais ancestrais, a arte de ser pastor⁶.

Etnociências. Aproximações ao tema

O amplo campo de investigação das etnociências ocupa um profuso lugar no seio da antropologia, contribuindo de forma significativa para a renovação de inúmeros problemas que se posicionam recorrentemente entre fronteiras disciplinares: medicina, música, botânica, linguística, tecnologia, semiótica, etc. Todavia, convém que façamos esta reflexão disciplinar partindo da definição daquilo que normalmente se entende por etnociência,

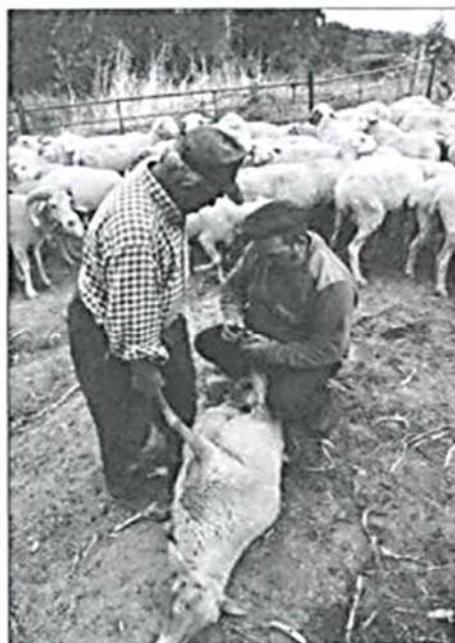
Ramo da etnologia que se dedica a comparar os conhecimentos positivos das sociedades exóticas com os que a ciência ocidental formalizou no quadro das disciplinas constituídas. Assim, comparam-se as classificações primitivas das plantas com as taxonomias da nossa botânica ou da nossa zoologia (etnobotânica e etnozootologia), o diagnóstico de certas doenças tal como é estabelecido por um curandeiro indígena como o quadro semiológico da medicina ocidental moderna, etc. Foi no domínio das classificações que a etnociência realizou os estudos mais interessantes e mais inovadores, porque o fascínio intelectual exercido pela confrontação de diversas divisões em categorias, fascínio que o pensamento europeu conheceu bem na Idade Média, facilitou o repúdio do etnocentrismo inerente à nossa ciência constituída.⁷

No fundo, trata-se de um significativo conjunto de procedimentos "indígenas" que ajudam a pensar, ordenar e classificar o mundo material e social.

Alguns tópicos que ampliam as reflexões

- antropologia social da saúde e da doença;
- cosmologias religiosas, previsão e controle de infortúnios e destinos;
- a malevolência e benevolência;
- mundo místico (benevolências ou não);
- entendimentos locais e explicações do mundo natural e sobrenatural;
- categorizações, sofrimentos, experiências;
- cosmologias, como interpretar a acção humana e a constituição humana, seus males e sua cura, limitações que determinam nossas próprias possibilidades;

Etnomedicinas/Etnozoologias pastoris



2 – Pequenas cirurgias para tratar a "peeira" (Monsanto).
2007

Marcel Mauss, no seu basilar "Manual de Etnografia" providencia-nos um conjunto de orientações significativas em torno da metodologia do estudo da "criação de animais", a etnozootologia de cada espécie compreenderá o estudo do habitat dessa espécie, da sua origem (...) e da selecção (...) como se alimentam os animais (...) como se guardam (...) a criação (...) a utilização do animal (...) a arte do veterinário (...) decoração e deformação dos animais (...) ideologia (...) direito e economia."⁸

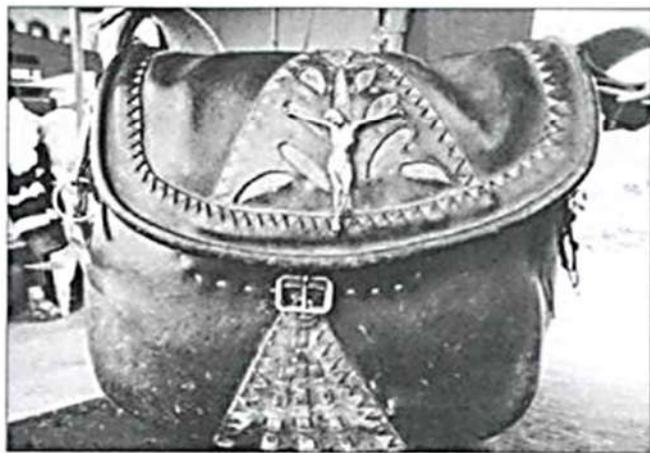
Deste rol de propostas interessa-nos sobretudo neste trabalho a ênfase orientada para o estudo do pastor, das suas relações com os animais, nomeadamente nos apoios veterinários durante a criação, gravidez e partos, assim como as noções patológicas do surgimento de doenças nos animais, suas terapêuticas, supostas pequenas cirurgias e o conhecimento da anatomia dos animais.



3 – Partos, acompanhamento de nascimento de borregos, Rosmaninhal. 2007

Aqui se desvelam momentos absolutamente cruciais reveladores destas relações entre o homem e o animal e que, tanto pelos elos culturais como afetivos, documentam com profundidade essa rica e milenar cultura pastoril. São saberes empíricos rotineiros do quotidiano pastoril que se vão consolidando e transmitindo entre pastores⁹. Daí ser recorrente encontrarmos uma enorme variedade destas receitas veterinárias e que pelas suas especificidades locais, pelas suas diferenças e semelhanças, remetem-nos para cada um dos territórios pastoris onde o pastor com frequência acode a estes conhecimentos junto do seu meio natural.

Aliás, assumem-se mesmo por estas suas qualidades locais, representativas de um riquíssimo conjunto de repertórios identitários, com singulares potencialidades expressivas e até mesmo poéticas. Ou seja, estamos portanto nos domínios de uma multiplicidade de valorizações patrimoniais possíveis e talvez mesmo de salvaguarda urgente, face ao apagar continuado destas práticas e saberes. Aqui cruza-se este imenso conjunto de saberes de ordem profilática e curativa com os supostos usos da palavra.



3 – Crucifixo em bandoleiro. Para esconjuro dos males (Zebreira). 2007

Refiro-me à coexistência de uma miríade de crenças e superstições¹⁰ em torno dos animais, onde as dimensões simbólicas do “bendito” e do “maldito” se equacionam em conformidade dos conceitos de saúde e doença, tal como Maria Cátedra refere em relação ao universo pastoril asturiano, “En el universo mental de los vaqueiros los conceptos de salud y enfermedad aparecen frecuentemente asociados a uma dicotomia simbólica: lo bendito y lo maldito”.¹¹ Muitas destas dimensões surgem em fusão com lugares sagrados, imagens, plantas que se usam nos dias santos, usos profiláticos contra diversos males, animais com categorias “malditas”, etc. Ainda assim, o transporte na sua bandoleira de alguns produtos veterinários de primeira necessidade torna-se quase imperativo, face aos prováveis imprevistos durante as longas jornadas de pastoreio. Quanto aos usos de ervas medicinais locais as aplicações são variadas: tisanas, infusões, macerações, fumigações e cataplasmas.

Recolhas realizadas no âmbito do projeto “Rotas da transumância”

[saberes fitoterapêuticos – maceração, cataplasma de folhas de pessegueiro para curar feridas]

Aprendi isto com os antigos, se uma ovelha tem um golpe na carne, agora no verão toma vareja num ai! Então a gente quando anda na pastagem e não tem creolina, se passar aqui ou além onde haja uma rama de pessegueiro, colhe-se três ou quatro folhas da rama, moem-se com a ponta da navalha em cima de uma pedra e bota-se-lhe aquilo para dentro, onde estiverem os bichos, morrem todos. Olhe que eu não ensino isto a ninguém!

Ti Zé Camilo, 69 anos, pastor transumante, Fernão Joanes (Guarda)

“Quando alguma ovelha comia embude a gente pegava num *catcharro* com água e terra mexida e fazíamos uma espécie de *lapatcho* e metíamos-lhe pela goela abaixo, corta logo aquilo. Dantes quando o gado tinha muitas boqueras a gente curava-as com água e mel”

João Chambino, 75 anos, pastor reformado, Rosmaninhal

[Superstições mágico-religiosas; saúde e doença - a inveja; uso de talismãs, amuletos, crucifixos, objectos que esconjuram os males do pastor e do rebanho]

“Antigamente deixávamos uma ovelha preta por causa dos bruxedos e dos acedentes. Era costume ter uma ovelha toda preta, o mal fixava só naquela e já não fazia mal ao resto do rebanho. Qualquer rebanho tinha uma ovelha preta, isto porque passa um tipo e faz mal ao gado sem querer, tem muita força a corrente da nossa vista, nós temos diferença. Nós temos muita corrente na vista ao dizermos: olha além aquele lindo rebanho! É o chamado mal de inveja!

António Martins “Cacarne”, Idanha-a-Nova †

“Quando tínhamos algum mal-olhado mandávamos rezar às mulheres, o gado também tinha mau-olhado. Eu tinha umas cabras e era um irmão, meu mais novo, que ia com elas para o lameiro. Quando eu as quis ordenhar, as cabras não comiam nada, estavam sempre a olhar para os lados, estavam *olhadas*. Dizem que são as bruxas que deitam mau olhar, depois tiveram que ir lá umas mulheres a rezar umas coisas. A gente quando tinha uma cabra toda preta não a assinava, é por causa das trovoadas, a gente segue os antigos. Uma cabra preta por assinar protege o rebanho do mau olhado e de outros males e a ovelha também. Chamamos-lhe a “*ovelha sarveca*”...

José Lourenço, 92 anos, pastor transumante, Manteigas †

“A gente para ver se uma pessoa ou até um animal está doente, reza-se e deita-se umas pingas de azeite na água, se tem acedente espalha o azeite e reza-se para o azeite se juntar”

Clementina Magro, reformada, Soalheiras (Rosmaninhal)

Notas ao texto

- 1 - MAUSS, 1993, 248.
- 2 - Nomeadamente o sistema de pastoreio extensivo de ovinos e caprinos.
- 3 - Ligados à cultura megalítica.
- 4 - FERNANDEZ OTAL, 2004, 32.
- 5 - TEIXEIRA, 2004, 7.
- 6 - Hoje com enormes e complexas dificuldades de transmissão geracional.
- 7 - PANOFF; PERRIN, 1973, 68.
- 8 - MAUSS, 1993, 74-75.
- 9 - Aqui haveria muito que referir sobre as significativas aprendizagens pastoris, remeto para outros trabalhos de singular interesse: CHAMBINO (2008); DIAS (1965); DIAS (1991); MARCELO (2002); RIBEIRO (1995); VASCONCELOS (1967);
- 10 - Onde coincide um imenso repertório de fórmulas rituais e orações.
- 11 - CÁTEDRA, 1986, 70.
- 12 - Município de Idanha-a-Nova/Centro Cultural Raiano (2002-2008).

Bibliografia

- DIAS, Jorge (1965) - *Aspectos da vida pastoril em Portugal. Revista de Etnografia. Museu de Etnografia e História*, Vol. IV, Tomo 2, Abril.
- DIAS, Jaime Lopes (1991) - *Etnografia da Beira*. Vol. I-X, Ed. fac-símile, Idanha-a-Nova: Câmara Municipal.
- CÁTEDRA, María Tomás (1986) - Bendito y Maldito. Categorías de clasificación en el universo vaqueiro. In *Los Cuadernos de Asturias*, 70-83.
- CHAMBINO, Eddy (2008) - *Pastores, guardiães de uma paisagem*. Idanha-a-Nova: Câmara Municipal de Idanha-a-Nova.
- FERNÁNDEZ OTAL, José Antonio (2004) - La trashumancia en Aragón: una síntesis histórica. In CASTÁN ESTEBAN, José Luis; SERRANO LACARRA, Carlos (Coord.) - *La trashumancia en la España mediterránea. Historia, Antropología, Médio Natural, Desarrollo Rural*. Zaragoza: CEDDAR, 23-106.
- MARCELO, M. Lopes (2002) - A nossa terra e a nossa gente. O ciclo da pecuária. Liga dos Amigos das Aranhas.
- MAUSS, Marcel (1993) - *Manual de Etnografia*. Lisboa: Publicações D. Quixote.
- PANOFF, Michel; PERRIN, Michel (1973) - *Dicionário de Etnologia*. Lisboa: Edições 70.
- RIBEIRO, Orlando (1995) - Opúsculos Geográficos. *Estudos Regionais*. Vol. IV e VI. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- TEIXEIRA, Vasco A. Valadares (2004) - *Pastorícias, Trato de homens e de animais (Pastores e memórias - Actividade Pastoril no Concelho do Fundão)*, Fundão.
- VASCONCELOS, J. Leite (1967) - *Etnografia Portuguesa*. Vol. V. Lisboa: Imprensa Nacional.

* Antropólogo. Centro Cultural Raiano.
Município de Idanha-a-Nova
eddychamb@hotmail.com

AMBIENTE, SAÚDE E ÉTICA

*Maria de Lurdes Cardoso**



Figura1 – Peste bubónica (Porto, 1899); manifestação negacionista (*História, JN*, 25, abril 2020).

«...De qualquer forma que a peste surja, é preciso que os ares se infeccionem, para que uma causa comum da peste seja o ar que inspiramos...

Sucede que as exalações retidas pelo andar do tempo apodrecem por si ou atraem contágio de outra parte, pelo que se tornam directamente perniciosas e nocivas aos mortais...

Os mortais aspirando-as, até sem darem por isso, são por elas atacados e tanto pior quanto mais fracos estiverem e os corpos tiverem abundância de matéria excrementícia.

Foi isto que aconteceu aos atenienses naquela peste que TUCÍDIDES narra e GALENO não raramente recorda. Se o organismo tiver contraído o contágio, desde a África (Etiópia), ou os seus micróbios (semina) por uma continuidade de ar atmosférico, as substâncias alimentares (forças) das pessoas de Atenas, em virtude da qualidade depravada dos alimentos (talvez por falta de géneros alimentícios), de tal maneira ficaram sujeitos do estado pútrido que quase todos os atacados de pestilência morreram...

Ora, como dissemos na origem das doenças tem parte importante a constituição orgânica daquele que for enfermo...

Isto, pois, se adapta inteiramente tanto ao que foi dito por HIPÓCRATES como ao que nos deixou escrito o próprio GALENO e por nós já citado...

Eu, porém, darei talvez como indício o grande frio da Trácia que vigora nos meses de Inverno. Sabe-se que na Primavera e no Outono os ouvidos(?) com a suavidade do tempo repelem (?) a peste; mas num Inverno rigoroso ou num Verão áspero são atacados e vencidos...»

Amato Lusitano, "Da causa da peste que atacou Scopio", XXVII cura da *Sétima Centuria*, 1561.

Amato Lusitano refere que, tal como Hipócrates (460 a. C.-373 a. C.) e Galeno (130-200), as doenças têm causas naturais e descreve o contágio pelo ar, provocado por emanações mortíferas transportadas pelo vento.

Apenas, em 1673, são observados os primeiros microrganismos ao microscópio, inventado por Leeuwenhoek (1632-1712).

Em 1861, Louis Pasteur (1822-1895) demonstra que os germes causam decomposição e que os microrganismos são responsáveis por muitas doenças infecciosas. Em 1882, Robert Koch (1843-1910) anuncia a descoberta do bacilo da tuberculose e que a doença é causada por um microrganismo particular; e, em 1883, descobre o bacilo da cólera.

Só, em 1928, Alexandre Fleming (1881-1955) descobre a penicilina, o primeiro antibiótico a revolucionar a cura das doenças infetocontagiosas.

No Relatório de 1847, publicado pelo médico Rudolf Virchow (1821-1902), são descritas as medidas preventivas capazes de controlar a epidemia do tifo, devida às más condições de trabalho nas minas da Alta Silésia (atual Polónia). Virchow demonstra a associação entre a incidência da doença e as questões sociais, como os baixos salários e a miséria generalizada dos mineiros, assinalando, assim, uma viragem em Saúde Pública.

Também o médico Ricardo Jorge (1858-1939) comprova que as más condições de vida, de trabalho e de alojamento dos doentes galegos, residentes na zona ribeirinha do Porto, estão relacionadas com a epidemia de peste bubónica, ocorrida em 1899. Contudo, o seu plano de contingência (até então inexistente) é motivo de manifestação popular pelos negacionistas que não aceitam as medidas sanitárias propostas, levando à sua transferência para Lisboa, onde contribui para a criação da Direção Geral de Saúde e Beneficência Pública, e funda o Instituto Central de Higiene, em 1899, que passa a ter o seu nome a partir de 1929: Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge (INSA).

As epidemias sempre causaram muitas vítimas mortais entre os próprios médicos no acto clínico, como por exemplo Amato Lusitano (1511-1568) e Câmara Pestana (1863-1899), o primeiro diretor do Instituto Bacteriológico de Lisboa, criado em 1892, e que tem o seu nome.

Por seu turno, a história da humanidade é acompanhada da história das pandemias. No entanto, transportamos connosco um número incalculável de bactérias, de vírus e de outros microrganismos que, felizmente, na sua grande maioria é indispensável para o normal funcionamento do nosso corpo. Diz-se que há um segundo genoma humano que é o dos micróbios que nos habitam.

Em 2014, John Cryan, professor no College Cork (Irlanda), participou numa reunião na Califórnia (EUA) sobre a doença de Alzheimer, defendendo que os micróbios que vivem dentro do corpo humano saudável podem influenciar o cérebro e o comportamento.

De facto, o neurologista António Damásio, no seu livro *A estranha ordem das coisas: A vida, os sentimentos e as culturas humanas* (2017), refere o papel negligenciado do intestino:

«O sistema nervoso entérico não é periférico, mas sim central...

Existe uma troca contínua entre o sistema nervoso entérico e o sistema nervoso central. Ultimamente, o sistema nervoso entérico tem vindo a ser referido como 'segundo cérebro', uma honrosa classificação que se deve à grande dimensão e autonomia do sistema...

Por exemplo, as perturbações digestivas tendem a estar correlacionadas com patologias de humor, e, curiosamente, o sistema nervoso entérico produz 95% da serotonina do nosso corpo...

Mas talvez que o facto mais curioso e mais merecedor de comentário seja a relação estreita entre o mundo bacteriano e os intestinos. A maioria das bactérias vive connosco numa alegre simbiose...

O número de bactérias atinge o seu auge nos intestinos, onde chegam aos milhares de milhões de organismos, mais organismos individuais do que células humanas individuais num único organismo. A forma como influenciam directa ou indirectamente o mundo dos sentimentos é um tópico importante para a ciência do século XXI.»

Sem esquecer o papel do intestino na nossa imunidade, que, além dos factores genéticos, depende dos nossos hábitos e do ambiente, como já vimos citados em Amato Lusitano, a propósito da peste em *Scopium*: o ar que inspiramos, as substâncias alimentares, a constituição orgânica daquele que for enfermo e o clima da Trácia.

Porém, nem sempre o nosso sistema imunitário é eficaz, pelo que temos que contar com a ajuda de fármacos e de vacinas para combater determinados microrganismos.

Com efeito, nos anos 80, a epidemia da SIDA (Síndrome da Imuno – Deficiência Adquirida) causada pelo VIH (Vírus da Imunodeficiência Humana) que, como o nome indica, leva a um declínio gradual da resistência imunológica do hospedeiro. A doença surge nos EUA entre a comunidade homossexual, daí ter começado por chamar-se *Gay Related Immune Deficiency* (GRID) e ter tido repercussões negativas do ponto de vista sociocultural e ético, devido às formas de contágio por contacto sexual, também entre heterossexuais não protegidos, por seringas contaminadas de toxicodependentes e por transfusão de sangue infectado.

Nos anos 90, o apoio financeiro é determinante na investigação e no tratamento com o uso de antirretrovirais, o que torna a SIDA uma doença crónica.

A médica Laura Ayres (1922-1992) está na génese da Comissão Nacional de Luta Contra a SIDA e na criação do Laboratório de Referência da SIDA do INSA, uma das primeiras instituições portuguesas a desenvolver o diagnóstico laboratorial da infeção VIH/SIDA.

A investigadora Odete Ferreira (1925-2018) faz parte da equipa que identifica pela primeira vez o *VIH tipo 2* e preside à Comissão Nacional de Luta Contra a SIDA (1992-2000).

Contudo, a SIDA já causou 35 milhões de vítimas e ainda hoje continua a busca por uma vacina.

A primeira vacina, a da varíola, foi desenvolvida em 1796 pelo médico Edward Jenner (1749-1823). A varíola, causada pelos vírus *Varíola majoris* e *Varíola minor*, é muito antiga e surge em vários surtos, com mais de 500 milhões de mortos.

Desconhece-se a origem da varíola, mas crê-se que a doença já afetava os egípcios há mais de três mil anos. Em 1519-20, a chegada dos espanhóis ao México desencadeia a guerra civil e o caos, à medida que a varíola também se propaga, levando à morte dos ameríndios sem defesas imunológicas para a doença e à extinção da civilização asteca.

No século XX, a varíola continua a matar, calculando-se que tenham morrido 300 milhões de pessoas. A varíola só é declarada erradicada pela OMS em 1980.

Amato Lusitano, na Cura mencionada anteriormente, refere que o historiador da Grécia Antiga, Tucídides (460 a. C-400 a. C), não esquece a peste que atacou os atenienses.

Na Europa, em 1347-51, a Grande Peste ou Peste Negra causa milhões de mortes. E Giovanni Boccaccio (1313-1375) descreve a peste em Florença, na sua obra *Decameron* (1349-1352), que matou três quartos da população da cidade.

A obra *Romeu e Julieta* (1591-95), de Shakespeare (1564-1616), desenrola-se no contexto de um surto de peste em Verona, que interrompe a comunicação com Mântua, onde está Romeu, impedindo Frei João de entregar a carta de Julieta, cujo desfecho trágico é conhecido.

Pieter Brueghel, o velho (1525-1569), no seu quadro *O Triunfo da morte* (1562) representa a epidemia da peste, que afeta a todos por igual, ricos e pobres, jovens e velhos.

Também é comum apresentar um equipamento do médico Charles de l'Ome (1619), uma espécie de máscara antiga, usada, no século XVII, de uma figura com um grande chapéu, rosto tapado e um longo bico semelhante ao das aves peraltas, cheio de substâncias balsâmicas para purificar o ar inspirado. No entanto, de pouca eficácia, pois muitos médicos acabam por morrer contagiados.



Figura 2 – Equipamento dos médicos da peste (Wellcome Collection, Londres).

Amato Lusitano, na Cura XXVII, sobre os cuidados a ter com a peste, dirige-se a Apolónio assim: *para não nos retirarmos com as mãos por lavar*. Todavia, apenas no século XIX, o médico Joseph Lister (1827-1912), na sequência dos trabalhos de Pasteur, desenvolve técnicas de antisepsia nas cirurgias, como o uso do vapor de ácido carbólico, mas também o lavar as mãos com profundidade.

Tal como há cem anos, na atual pandemia, a Direção Geral de Saúde recomenda: uso de máscara, desinfecção das mãos e distanciamento físico.

Recentemente, num túmulo de há cinco mil anos, na Suécia, foi descoberto pelo biólogo Nicolas Rascovan que uma mulher de 20 anos tinha morrido de peste pneumónica, desencadeada por uma estirpe da bactéria *Yersinia pestis*, identificada em 1894 pelo médico Alexandre Yersin (1863-1943), do Instituto Pasteur.

Para atingir os seres humanos, a bactéria da peste necessita de um veículo intermediário, que poderá ser a pulga do rato, a *Xenopsylla cheopis*, identificada como agente transmissor por Paul Simond (1858-1947), em 1898 (Rasteiro, 2000).

O médico J. A. David de Morais apresentou nas Jornadas de Medicina da Beira Interior, *Os grandes surtos epidémicos em Portugal Continental na primeira metade do século XX: enfoque histórico e epidemiológico* (Cadernos de Cultura, nº 24, novembro 2010, pp 114-123).

Há cem anos, na minha família, a pandemia da gripe pneumónica, que provocou a morte em todo o mundo de mais de 40 milhões de pessoas e em Portugal de mais de 60 mil portugueses, causou a morte do meu avô materno, em outubro de 1918, tinha a minha mãe nascido há três dias. Ela falava-me também da pandemia da gripe asiática, ocorrida em 1957.



Figura 3 – Gripe pneumónica, algumas regras sanitárias (Historia y Vida, 626, ano LII).

Lembro-me da epidemia de cólera, em 1973, quando estagiava no liceu Passos Manuel, atacar nos bairros pobres de Lisboa devido à falta de saneamento básico e ao excesso de população. De novo as condições sociais e económicas estão envolvidas, apesar da demonstração da transmissão hídrica da cólera datar de 1854, pelo higienista John Snow (1813-1858), que pôs fim à epidemia de cólera no Soho de Londres, quando mostra que apenas contraem a doença os que bebem da água da bomba infectada da Broad Street.

Em Portugal, os serviços de saneamento e higiene permaneceram bastante deficientes até 1993. E, em 2007, a Estação de Tratamento de Águas Residuais de Alcântara, em Lisboa, ainda não estava operacional, tendo sido remodelada em 2011.

O impacto dos factores ambientais na Saúde, como vimos em Amato Lusitano, continua a ser abordado no século XX pela bióloga Rachel Carson (1907-1964), no seu livro *Silent Spring* (1962), em que alerta para as doenças causadas pelos pesticidas, como o DDT, e para alguns compostos químicos específicos encontrados na nossa alimentação. E, em 1970, é criada a Agência Americana para a Proteção do Meio Ambiente (EPA), que gere um banco de dados sobre as substâncias tóxicas e os seus efeitos sobre plantas e animais, incluindo os seres humanos.

De igual modo, as consequências das alterações climáticas na saúde continuam a matar e a provocar doenças como o zika ou a dengue, resultantes da multiplicação do mosquito *Anopheles* proveniente de África, que devido ao aquecimento global invade o Funchal,

em 2011, quando o clima temperado da Madeira passa a sub-tropical.

Com efeito, os alertas ecológicos apelam para a necessidade de preservar a biodiversidade e de respeitar os habitats de todos os seres vivos. A destruição massiva e muito mais rápida da biodiversidade no Antropoceno (a primeira extinção em massa por ação humana) que, segundo o biólogo Edward O. Wilson, deve ser chamado Eremoceno – a era da solidão.

Também o papa Francisco na Encíclica *Laudato sí* (2015) exorta para uma ecologia integral, que louva o *Cântico das criaturas* (1224), de São Francisco de Assis (1181-1226): *Louvado sejas, meu Senhor, pela nossa irmã, a mãe-terra, que nos sustenta e governa e produz variados frutos com flores coloridas e verduras.*

Em 2018, aparecem vozes da nova geração em defesa do clima, como a jovem ativista Greta Thunberg, de 16 anos, que inicia uma greve frente ao Parlamento Sueco, que se estende por vários países. E, em 2020, Greta recebe o prémio Fundação Calouste Gulbenkian para a Humanidade, no valor de um milhão de euros, cujo dinheiro será doado a outras organizações de defesa das alterações climáticas.

O Secretário Geral das Nações Unidas, António Guterres, aparece na capa da revista Time (2019) com água pelos joelhos, na costa de Tuvalu (Polinésia), em sinal de alerta para uma terra condenada à submersão.

Em Portugal, os efeitos do aquecimento global são conhecidos através das vagas de calor e de grandes incêndios, com perdas de bens patrimoniais e de vidas humanas.

Uma breve referência ao livro *A Terra Inabitável: Como vai ser a vida pós-aquecimento global* (2019), um grito de alerta do premiado jornalista David Wallace-Wells, mas parece que os políticos *ignoram* os cientistas.

No que respeita aos coronavírus (CoV), já em 2002, na China, teve início um surto da SARS – Síndrome Respiratória Aguda Severa – causada pelo vírus SARS-CoV-1, que originou 800 mortos; em 2005, a gripe das aves; em 2009-11, a gripe A ou gripe suína, com um número de mortes de meio milhão; em 2012, a MERS – Síndrome Respiratória do Médio Oriente – com um número de mortes semelhante ao SARS; e, em dezembro de 2019, em Wuhan (China) tem início a atual pandemia da Corona Vírus Disease (COVID-19), provocada pelo novo coronavírus SARS-CoV-2, que se transmite de maneira interhumana muito mais eficaz e mais rápida do que os anteriores coronavírus.

A sequência do genoma do SARS-CoV-2 é logo anunciada a 10 de janeiro de 2020 e, desde então, existem mais de cem projetos para uma vacina contra a doença COVID-19, em que se utilizam as tecnologias mais clássicas até às mais recentes de Inteligência Artificial (IA).

A resposta da ciência, através de grupos multidisciplinares e de cooperação internacional, sem as pressões políticas e os potenciais conflitos de interesse, deve ser o tema do debate ético sobre o valor da vida, que nos remete para o famoso *Juramento de Hipócrates*, ainda hoje um código de conduta jurado por alunos de escolas médicas. Assim, no tratado do corpo hipocrático sobre as epidemias, lê-se: *no que se refere às doenças devemos ter como prática ajudar ou pelo menos não causar danos*.

Amato Lusitano redigiu o seu *Juramento médico*, em 1559, defendendo o dever de não abandonar o doente e de o acompanhar, como consta do artigo *Amato Lusitano: o médico vai até ao fim*, do médico Lourenço Marques – director da Unidade de Tratamento da Dor do Hospital Distrital do Fundão (1992-2003), director do Serviço de Medicina Paliativa do Centro Hospitalar Cova da Beira (2003-2010) e vice-presidente da Associação Portuguesa de Cuidados Paliativos (APCP) (2006-2011) – que, tal como a médica Cicely Saunders (1918-2005), defende que o médico deve continuar ativo e usar a medicina de acordo com as necessidades (Cadernos de Cultura, nº 25, novembro 2011).

De facto, em 1967, na cidade de Londres, é fundado o *St. Christopher's Hospice*, um lugar sem os métodos agressivos para a manutenção da vida, de acordo com o conceito de Cicely Saunders, pois como declara um dos doentes em fase terminal: *o que realmente importa é que a vida se viva profundamente, intensamente com todo o sentido, enquanto dure*.

Com efeito, o objetivo dos Cuidados Paliativos não é ajudar a morrer, mas ajudar sim a viver até ao fim, aceitando a morte como uma etapa natural da vida e, por isso, deve ser vivida com dignidade.

Para o médico William Osler (1849-1919), na prática da medicina, que é uma arte baseada na ciência: *é mais importante conhecer o doente que tem a doença do que conhecer a doença que o doente tem*. E, para a socióloga Renée Fox (1928-2020), a bioética deve ainda estar ligada a valores e crenças, ao sentido metafísico, sofrimento e finitude (Lobo Antunes, 2010).

A terminar, uma história atribuída à antropóloga Margaret Mead (1901-1978) sobre qual considerava ser o primeiro sinal de civilização:

– identificação de um fémur quebrado e cicatrizado, pois um fémur humano quebrado e restabelecido significa que uma pessoa não foi deixada para trás, sozinha; que alguém a acompanhou na sua fragilidade, dedicou-se a ela, oferecendo-lhe o cuidado necessário e garantindo a sua segurança, até que recuperou.

(José Tolentino Mendonça, Comissão das Comemorações do Dia 10 de junho de 2020).

E o discurso do cardeal-poeta continua:

A raiz da civilização é a comunidade. Foi na comunidade que a nossa história começou. Quando do eu fomos capazes de passar ao nós e lhe demos uma determinada configuração histórica, espiritual e ética.

Em jeito de conclusão, e já em agosto de 2021, com muita felicidade, pelo facto da Vacinação Covid-19 ser uma realidade desde dezembro 2020, quando a vacina produzida mais rapidamente, a do sarampo, levou quatro anos, relembro Aristóteles (384 a. C.-322 a. C.) e o seu livro *Ética a Nicómaco*, que trata a felicidade como projeto essencial do ser humano:

Nós podemos escolher tudo como um meio para um fim, excepto a felicidade. Ela própria é o fim...A felicidade é num sentido mais elevado, a vida contemplativa.

Apresenta-se o poema Felicidade, do professor José Manuel Batista, a quem estou muito grata, e que já colaborou em 2018 (Cadernos de Cultura, nº 33, novembro 2019, p.144). Leia-se:

Felicidade

Do caos silencioso dos signos
Nascerá a palavra luminosa,
Um verso atravessará a noite
Incendiando-a de fulgor.

No festim da madrugada
Escrevê-la-ei sobre o teu corpo,
Sossegar-se-á o mar
E as ondas dançarão nas tuas mãos.

Na tua boca há-de haver flores
Colhidas na palavra prometida,
Para enfeitares de cores a fonte
Onde beberemos a alegria.

Guardarás para mim as açucenas
Com que encherás
De júbilo o poema
Dos dias do futuro
Que nos restam.

Bibliografia

AMATO LUSITANO (João Rodrigues de Castelo Branco). *Centúrias de Curas Mediciniais*, vol. II. Ed. CELOM (Centro Editor Livreiro da Ordem dos Médicos), dezembro de 2010.

CORDEIRO, Mário. *Príncipes da Medicina*. Ed. Saída de Emergência, abril de 2016.

DAMÁSIO, António. *A Estranha Ordem das Coisas: A vida, os sentimentos e as culturas humanas*. Ed. Temas & Debates e Círculo de Leitores, novembro de 2017.

FRADA, João. *A Gripe Pneumônica em Portugal Continental – 1918*. Ed. Sete Caminhos, setembro de 2005.

LOBO ANTUNES, João. *Inquietação Interminável: Ensaio sobre ética das ciências da vida*. Ed. Gradiva, abril de 2010.

NOGUEIRA PINTO, Jaime. *Contágios, 2500 anos de peste*. Ed. D. Quixote, agosto de 2020.

PORTER, Roy. *Medicina: A história da cura*. Ed. Livros & Livros, fevereiro de 2002.

RASTEIRO, Alfredo. *Medicina Judaica Lusitana, século XVI*. Ed. Quarteto, novembro de 2000.

SNOWDEN, Frank. *Epidemias e Sociedade: Da peste negra ao presente*. Ed. 70, outubro de 2020.



*Professora jubilada
do Instituto Politécnico de Castelo Branco.
Investigadora de temas de saúde social.

LACTÁRIO DISPENSÁRIO NOSSA SENHORA DA COVILHÃ – 40 ANOS AO SERVIÇO DA MÃE E DA CRIANÇA

Carlos Madaleno *



Nas últimas décadas do século XIX, a saúde do recém-nascido e os cuidados pós-natal ou neonatologia ganham uma nova atenção. Em 1892, o professor Pierre Budin cria em França, as “gotas de leite” correspondentes aos nossos lactários¹. No ano seguinte o Dr. António de Lencastre cria a primeira consulta para as crianças no Dispensário de Alcântara e, em 1900, o Dr. Alfredo da Costa propõe a criação de consultas para recém-nascidos².

Rodrigo Aboim da Ascensão instituiu, em 1903, o primeiro Lactário em Portugal, mas só em 1925 são fundados os Lactários Municipais de Lisboa³. Logo no ano seguinte, o Padre Joaquim Augusto Álvares de Almeida, conhecido, enquanto escritor, por Nuno de Montemor, empenha-se na criação de um lactário como forma de homenagear o amigo Dr. António Augusto Proença que exercia medicina na cidade da Guarda⁴. Resultado do ativismo cívico da população dessa cidade da Beira Alta, passados dois anos, em maio de 1928, é inaugurado o Lactário Dr. Proença.

Este último facto terá impulsionado as elites da Covilhã, cidade vizinha que ambicionava uma certa hegemonia na região e já, há algum tempo, reclamava este serviço.

A ideia de dotar a cidade da Covilhã de um lactário vai ganhando forma. O assunto é discutido na imprensa local, dedicam-lhe vastas linhas os jornais “Correspondência da Covilhã”, “O Raio”, mas sobretudo o “Notícias da Covilhã”. Neste último, pelo Lactário pugnaram Ilda Catalão Espiga que assinava artigos de opinião sob o pseudónimo de Daly, o capitão Godinho e Almeida Eusébio

presidente da Comissão Administrativa Municipal e então diretor deste periódico⁵. Não é possível apurar hoje quem defendeu primeiro esta ideia, embora o editorial do “Notícias da Covilhã”, publicado em 13 de junho de 1930, pareça indicar que tenha sido o médico Gomes de Oliveira. Este médico havia publicado um outro artigo, uma semana antes, onde reclamava a paternidade da ideia de um lactário, obrigando Almeida Eusébio a justificar-se da seguinte forma: *como fui eu quem neste jornal levantei há tempos a questão do Lactário, que é, certamente o sonho a que o Sr. Dr. Oliveira Gomes se refere, quero dizer a Sua Exa que nunca aqui se procurou fazer esquecer ou apagar o seu nome como iniciador da benemérita campanha em prol da sua construção. Procurou-se apenas continuá-la. Ora oiça Sua Exa. No número 504 do “Notícias da Covilhã”, de 26 de Maio de 1929, dirigi uma carta aberta a Daly, pedindo que lançasse os seus olhos para tão grande necessidade (...) Como vê apenas pretendi que o sonho do sr. Dr. Oliveira, que muito me havia interessado passasse à realidade.*

Almeida Eusébio tinha consciência de que este projeto só ganharia forma, se acarinhado pela sensibilidade feminina das que integravam a elite da sociedade covilhã-nense. São demonstrativas as suas palavras no já aludido artigo de 1929, onde de resto nada diz sobre o papel de Gomes Oliveira. Escreveu ele que *basta o simples enunciado de que na Covilhã há tantas mães pobrezinhas de leite e de recursos para que se abrace este sonho.* Referindo que quem deve constituir a comissão fundadora do lactá-

rio são as Senhoras da Covilhã e a estas deve ficar definitivamente entregue a sua administração, à semelhança do que se passava com a creche do Menino Jesus. Anunciava ainda, na mesma ocasião, a abertura desde já da inscrição das Senhoras que queiram fazer parte da Comissão fundadora do Lactário. Menos de dois meses depois era publicitada a já constituída comissão, dela faziam parte as esposas dos principais industriais e de-
detentores de cargos públicos da cidade.

-
- Maria Adelaide Cruz Ranito Catalão
 - Maria Ilda Catalão Espiga (Dali)
 - Maria Helena Cruz Tavares
 - Ana Tavares Alves Monteiro Marques
 - Raquel Pereira da Cruz e Silva
 - Maria de Lourdes Tavares Gomes de Oliveira
 - Maria Lucinda Guimarães Costa e Cruz
 - Maria Arminda Baltazar Neves Amaro
 - Amélia Cruz Vaz leitão
 - Maria do Nascimento Rato Melo e Castro
 - Maria Alexandrina Nave Catalão
 - Ana Cruz Ranito de Almeida Eusébio

Comissão para a criação do Lactário. Covilhã

- Fonte "Notícias da Covilhã" de 7 de julho de 1929

A partir desta data multiplicaram-se os eventos socio-culturais com vista à angariação de fundos. Espetáculos musicais, saraus, desafios de futebol, jantares são alguns dos exemplos. A imprensa vai igualmente publicando nome de quem contribui para a causa. A administração do Concelho avança com um apoio de 500\$00, igual quantia é cedida pela Comissão de janeiras. Pelas festas de Santiago de 1929, é cunhada uma medalha "pró Lactário" cuja venda reverteria para esta obra.⁶

Lactário - Subscreveram os Senhores

José Farias Bichinho	50\$00
Dr. Cruz e Silva	50\$00
Vacuum Oil Company	200\$00
D. Guilhermina Melo e Castro	100\$00
Santos Marques & C. ²	100\$00
D. Rita do Sacramento Alçada	50\$00
Catarino & C. ²	500\$00
D. M. ² Encarnação Bernardes Catalão	50\$00
Alfredo Martins d'Almeida	40\$00
Companhia Schel	Um bidon de gasolina



Subscritores de apoio ao lactário.

Fonte "Notícias da Covilhã" de 2 de Agosto de 1929

Não obstante o forte entusiasmo em torno desta causa, o projeto parece esmorecer, o que leva algumas vozes a fazerem-se ouvir nos jornais locais onde sobressai de Heitor de Jesus⁷. A esta letargia não deverá ter sido indiferente a ausência, na Covilhã, de Almeida Eusébio que, entretanto, deixa a Câmara Municipal para ocupar o cargo de Ministro da Justiça e dos Cultos, em 1930. Finalmente, em 3 de maio de 1931, é inaugurado o Lactário através duma cerimónia da entronização do Sagrado Coração de Jesus, presidida por Monsenhor Pereira Seco e onde se fizeram representar o presidente da Câmara, João Nave Catalão, o administrador do Concelho, Tenente João Amaro e o médico responsável pelos serviços clínicos do Lactário, José Ranito Baltazar para além das senhoras que constituíam a direção presidida por Maria Adelaide Cruz Ranito Catalão. Da direção faziam ainda parte, Maria Ilda Catalão, secretária, e Maria Arminda Neves Amaro, tesoureira.

A casa escolhida para albergar a instituição, com caracter provisório, foi arrendada na rua do Senhor da Paciência e desde logo se procuraram novas instalações com melhores condições, ganhando forma a intenção duma transferência para o edifício da Igreja de S. Bartolomeu, após as necessárias adaptações⁸. No dia seguinte, a 4 de maio, foi feita a primeira distribuição de leite, em garrafas esterilizadas, e nas quantidades prescritas pelo médico da instituição, após exame inicial a todas as crianças.⁹

Apesar do trabalho se manter assegurado pelas mulheres que compunham a Comissão e demais voluntárias, só um ano depois, a 7 de março de 1932 são publicados os primeiros estatutos. Nestes surgem-nos referidas as diferentes valências do lactário que consagravam a consulta de crianças até aos 3 anos e das respetivas aleitantes. O fornecimento de leite era assegurado às crianças até aos 3 anos e aos velhos que não possam fazer outra alimentação. Estava ainda prevista a colaboração com instituições estatais de proteção a menores¹⁰.

É neste período que, por ação direta de Almeida Eusébio, a Federação Nacional de Proteção à Infância atribui um apoio de 150.000\$00 ao Lactário para compra do palacete de Francisco Morais Barata, então construído¹¹. O Lactário passa a dispor das ambicionadas instalações,

mas em troca vê-se obrigado a alterar os estatutos, acrescentando às funções de Lactário Dispensário a obrigatoriedade do internamento de crianças do sexo feminino abandonadas e em risco moral, o que nunca se viria a concretizar como mais adiante veremos¹².

As inaugurações das novas instalações ocorrem a 15 de abril de 1932, passando esta instituição a designar-se de Lactário Dispensário de Nossa Senhora da Covilhã. Para assinalar a data realizou-se a oferta de um enxoval a todas as crianças que usufruíam dos serviços. Por proposta do diretor clínico, José Ranito Baltazar era ainda criado, anexo ao lactário, o "Instituto de Puericultura Almeida Eusébio"¹³.

Com a guerra civil, em Espanha (1936-1939) fugindo às condições adversas cinco freiras vieram instalar-se no Lactário. Este aumento de mão de obra seria uma mais valia para o funcionamento que até ali se processava em modo estritamente voluntário.¹⁴

Em 1945, no âmbito da vacinação contra o tifo, mais de 2000 crianças foram ali vacinadas. É também neste ano que a lei n.º 35154, de 31 de Dez, de 1945, introduz alterações nas "Campanhas de Socorro de Inverno aos pobres" permitindo que os fundos conseguidos revertam na criação de várias modalidades de assistência materno-infantil. Estas campanhas de angariação de fundos para apoio dos mais necessitados foram instituídas em 1935, e na Covilhã eram desenvolvidas pela Santa Casa da Misericórdia local. No referido ano de 1945, o provedor da Misericórdia da Covilhã, Alexandre de Quental Calheiros Veloso consegue na campanha de Socorro do Inverno 640.000\$00 que faz transitar para o Lactário de Nossa Senhora da Covilhã, considerando que seria mais benéfico investir numa obra já criada e que prestava serviços de qualidade à comunidade do que duplicar serviços¹⁵. Desta forma o Lactário Dispensário de Nossa Senhora da Covilhã dará lugar à Obra de Assistência Materno Infantil da Covilhã. Procedeu-se à elaboração de novos estatutos que mantêm no essencial os antigos objetivos, sendo apenas excluído o internamento a raparigas abandonadas, por este nunca se ter concretizado devido às dificuldades que acarretava. Para que a memória da obra feita não se perdesse foram atribuídos os nomes de Almeida Eusébio aos serviços de puericultura e o de Maria Adelaide Ranito Catalão ao lactário.¹⁶

Incluía ainda os estatutos um artigo que estipulava que no caso de dissolução ou extinção o prédio e bens revertiam para a Santa Casa da Misericórdia da Covilhã.¹⁷

Esta renovação de estatutos encontrou, porém, obstáculos na Federação Nacional de Instituições de Proteção à Infância que obrigou a Santa Casa da Misericórdia da Covilhã a um resgate de 30.000\$00 pela retirada da cláusula que obrigava ao internamento de raparigas menores em risco. Só após o pagamento do referido resgate, o edifício reverteu para a Santa Casa da Misericórdia da Covilhã¹⁸.

No ano seguinte, em 1946, procede-se ao ordena-

mento do espaço envolvente do edifício e realizam-se novas obras para albergar as valências de assistência pré-natal, puericultura e pediatria. A instituição recebe ainda equipamento no valor de 10.000\$00.

No ano de 1948, o subsecretário da Assistência, Trigo de Negreiros leva a efeito uma nova reestruturação conferindo à obra de Assistência Materno Infantil da Covilhã o estatuto de Instituto Maternal – subdelegação da Covilhã. Nestes institutos, presentes nas cidades de Setúbal e Évora, apara além das consultas diárias e da distribuição de farinhas e leites, frescos e secos, havia ainda infantários. Na Covilhã as instalações destinadas a esta última função permitiam a presença de 35 crianças, num horário entre as 7h30m e as 18h¹⁹.

Estes serviços, deveras apreciados pela comunidade local, não só se mantiveram durante a década seguinte, como vão receber melhorias em 1957, por intermédio do então subsecretário de Estado da Assistência Social, o covilhanense, José Guilherme de Melo e Castro. O Instituto Maternal – Subdelegação da Covilhã recebe então um aparelho de radioscopia e uma nova sala para a creche a que é dado o nome de Maria Ilda Catalão Espiga, a Daly que tanto lutara para a criação desta obra²⁰.

É já a partir de 1970 que se começam a verificar acontecimentos que anunciavam o fim deste importante serviço de apoio materno-infantil, como a transferência das crianças para uma nova creche da Santa Casa da Misericórdia, subsidiada pelo poder central.

A 31 de janeiro de 1970, Maria Ilda Catalão Espiga voltava de novo aos jornais para questionar – *Soube-o hoje pelo jornal! O Lactário, a que eu dei toda a minha juventude, todo o ardor da minha pena (...) vai deixar de exercer a função para que foi fundado em 1932: proteger a mãe e a criança (...). Será, que a protecção à mãe e à criança actualmente está ultrapassada por maternidades, clínicas e infantários em todo o distrito para poder ser transmutada uma obra que se formou unicamente para benefício da mulher?*²¹

A 22 de julho de 1970, o Subdelegado do Instituto Maternal da Covilhã escreve ao Provedor da Misericórdia da Covilhã, João Bernardo Giria, reclamando obras de manutenção do edifício. A 26 de setembro, desse ano, é dada resposta, informando que a Mesa da Misericórdia da Covilhã não autoriza as obras que o Instituto pretendia levar a efeito²².

Em 1 de Abril de 1971, o Ministério da Saúde e Assistência informa a Santa Casa da Misericórdia da Covilhã que no edifício onde funciona a Subdelegação do Instituto Maternal da Covilhã será instalado o Centro de Saúde Concelhio e *porque as actividades de protecção materno infantil constituem uma valência básica dos Centros de saúde, este instituto nada tem a objectar*²³. Colocava-se, desta forma, fim a uma instituição que durante 40 anos estivera ao serviço da mãe e da criança sem que se perspetivassem novos apoios tão específicos e tão direcionados para este fim.

Notas

- 1 - Luiz de Pina, *Defesa da Criança*, p.5 a 15
- 2 - Virginia Baptista, *A Assistência materno-infantil em Portugal* p.46
- 3 - "Lactários Municipais de Lisboa" in <http://arquivomunicipal.cmlisboa.pt/pesquisa> em 06-05-2017
- 4 - Lactário Dr. Proença in <http://lactarioproenca.pt/index.php>, pesquisa em 06-05-2017
- 5 - *Notícias da Covilhã*, 12 Fev, 1928; 5 maio de 1929; 26 de maio de 1929; 2 junho de 1929; 18 de junho de 1929; 7 de julho e 1919, 2 de fevereiro de 1930, 17 de Maio de 1931. *Correspondência da Covilhã*, 10 julho de 1930. O Capitão Godinho utilizava o pseudónimo A.A.N.
- 6 - Jose Pereira Folgado, *Medalhas do Concelho da Covilhã* p. 361 e 372.
- 7 - "Cruzada do Bem – O Lactário", in *Notícias da Covilhã* 2 de fevereiro, 1930. Não sabemos se Heitor de Jesus é nome real ou pseudónimo, escreveu vários artigos incentivando à construção do lactário.
- 8 - A.M.C, Fundo Jose D'Almeida Eusébio (em organização)
- 9 - Inauguração do Lactário, in *Notícias da Covilhã*, 17 de maio de 1931
- 10 - A.S.C.M.C. – Centro de Diagnóstico, certidão extraída da Acta de instalação do Lactário – Dispensário do Livro de Actas fls 1v a 4
- 11 - A.S.C.M.C – centro de Diagnóstico, escritura da venda e quitação.
- 12 - A.S.C.M.C – centro de Diagnóstico, certidão de 12 de novembro de 1945, extraída do livro de actas do Lactário Dispensário Nossa Senhora da Covilhã.
- 13 - *Idem*
- 14 - Humberto Correia Mourão. "Apontamentos para a História do Lactário" in *boletim dos Amigos da Covilhã*, n.º4, 1995.
- 15 - A.S.C.M.C., Centro de Diagnóstico cópia da acta da Comissão do Lactário Dispensário N. Sr.ª da Covilhã, de 7 de outubro de 1945
- 16 - *Idem*
- 17 - A.S.C.M.C., Centro de Diagnóstico cópia da acta da Comissão do Lactário Dispensário N. Sr.ª da Covilhã, de 7 de outubro de 1945
- 18 - A.S.C.M.C., Centro de Diagnóstico, correspondência vária relativa aos anos 1945 e 1946
- 19 - Jose Ranito Baltasar, "Instituto Maternal, Subdelegação da Covilhã" in *boletim da Casa da Covilhã*, número especial julho de 1949.
- 20 - *Notícias da Covilhã*, 26 de outubro de 1957.
- 21 - *Notícias da Covilhã*, 31 de janeiro, 1970.
- 22 - A.S.C.M.C Centro de Diagnóstico, correspondência vária do ano de 1970.
- 23 - A.S.C.M.C. Centro de Diagnóstico, correspondência vária do ano de 1971

Bibliografia

- BATISTA, Virginia. *A Assistência materno-Infantil em Portugal – Protecção e Direitos das Mulheres Trabalhadoras*, 1880- 1943, Lisboa, Imprensa das Ciências Sociais, 2016.
- FOLGADO, José Pereira, *Medalhas do concelho da Covilhã*, Vol I, Covilhã, 1991
- PINA, Luiz de, *Defesa da Criança*. Porto Tip. Sociedade de Papelaria, 1939.

Referencias arquivísticas Bibliográficas

- Arquivo Municipal da Covilhã
- * Urbanismo – projetos e requerimentos
- Arquivo da Santa Casa da Misericórdia da Covilhã
- * Documentação relativa ao Centro de Diagnóstico

Periódicos

- Boletim dos Amigos da Covilhã, números 4 e 5, Covilhã, 1995.
- Notícias da Covilhã, números de 1 de janeiro de 1928 a 25 de janeiro de 1972

Fontes eletrónicas

- Arquivo Municipal da Lisboa, <http://arquivomunicipalcm-lisboa.pt>
- Lactário Dr. Proença, <https://www.lactarioproenca.pt>

*Director do Museu de Arte Sacra da Covilhã

O PAPEL DAS MISERICÓRDIAS NOS TERRITÓRIOS DE BAIXA DENSIDADE: UMA REFLEXÃO

* *Miguel Nascimento*



Fig. 1 – Nossa Senhora da Misericórdia- Igreja da Conceição Velha (Lisboa)

Introdução

Vivemos tempos difíceis e de enorme complexidade. A crise pandémica que atravessamos veio acentuar as debilidades económicas e sociais de uma sociedade alicerçada em extremos e desigualdades. A metamorfose do tempo e a velocidade dos dias que correm convocam-nos para uma reflexão profunda para, em rede e comunidade, fazemos o melhor que pudermos para dignificarmos a humanidade que nos dá luz para o caminho. Em tempos de dificuldades somos colocados à prova, na nossa individualidade e também a nível colectivo. A cada etapa do caminho da humanidade há obstáculos que precisam de ser superados para que ela própria possa evoluir e continuar a sua viagem em direcção ao futuro. Durante a crise financeira que se abateu sobre as economias ocidentais entre 2011 e 2015 as Misericórdias e outras instituições da economia social, constituíram-se como uma autêntica “almofada” que amorteceu os seus efeitos, evitando que uma crise social de maiores proporções. A actuação

das Misericórdias foi determinante nesse período como o foi ao longo de mais de cinco séculos de experiência a cuidar de quem precisa. Agora, confrontados com nova crise, de natureza pandémica mas de contornos ainda mais intensos a nível global e com efeitos devastadores na economia, estamos perante um desafio de dimensões gigantescas que exigirá, mais do que nunca, o melhor de todos nós para ser superado. Mais uma vez as Misericórdias estão e estarão na linha da frente a participar neste combate colectivo em defesa da saúde de todos e dos valores fundacionais da humanidade. Para além dos efeitos devastadores que esta crise pandémica e económica está a provocar a nível global evidenciam-se os sinais de ruptura que os efeitos desta crise estão a provocar em territórios mais fragilizados e envelhecidos como os de baixa densidade onde situa a nossa Beira Interior, a nossa “Beiranidade”. É precisamente num contexto de enormes dificuldades estruturais, com du-

pla penalização em relação às geografias marginais da interioridade, que as Misericórdias e as instituições da economia social terão de novo um papel determinante a diversos níveis no sentido de cumprirem a sua missão com mais de cinco séculos que agora é renovada face às exigências de um tempo novo e absolutamente complexo. Através deste breve reflexão procurarei fazer uma viagem pelos “castelos de resistência social e económica” que são as Misericórdias, quais fortalezas de um território de baixa densidade e de uma região da Beira Interior que existe, embora tardando demasiado em afirmar-se como tal. Como pano de fundo estará em evidência o papel da economia social na coesão social e territorial.

1 – Coesão social e territorial a partir das misericórdias

Na conferência inaugural do Congresso “A Misericórdia do Fundão: 500 Anos de Solidariedade” que teve lugar em Março de 2017, o professor e investigador António Santos Pereira, sublinhou, de forma muito significativa, a condição humana e o seu impulso para o início do trabalho comunitário, plataforma fundacional das Misericórdias, que resultou sempre no que o político francês Malraux (Citado por António Santos Pereira) referiu ser a tomada de consciência “de uma solidão última que só a fraternidade mitiga.” Na abertura dos trabalhos de um Congresso que fez caminho a partir da junção de vontades da Santa Casa da Misericórdia do Fundão e da Universidade da Beira Interior, o então director do Museu de Lanifícios da UBI disse o seguinte:

“A condição humana tem movido e deve mover primordialmente quem reflecte e faz filosofia, quem aprofunda a leitura dos textos sagrados e faz teologia, quem constrói narrativas romanescas ou sobe à esfera da poesia e da arte, quem investiga e faz ciência e particularmente deve centrar a discussão no espaço público, reger a actividade política e absorver-nos na totalidade quando fazemos História, mestra da cidadania, mais ainda se o nosso igual sofre por circunstâncias negativas que devemos denunciar para tornar positivas. Há, pois, tanto uma dimensão dialéctica e teórica fundamental, como outra prática de representação e mobilização para a acção, necessárias nesta matéria que tem como referência essencial a pessoa humana no seu compromisso individual e colectivo.”

Iniciando e seguindo este caminho com mais de cinco séculos de existência as Misericórdias continuam a cumprir a sua missão revelando a sua extraordinária utilidade nas comunidades que servem, nomeadamente em diversas vertentes no quadro das designadas políticas sociais. Ao longo dos tempos as Misericórdias foram, naturalmente, acumulando experiência no contexto da renovação do seu compromisso social, sempre reforçado no trabalho junto dos mais necessitados.

Para além da missão bem definida desde os seus tempos fundacionais, as Misericórdias assumem uma forte presença no território, constituindo diferença maior nas geografias marginais da interioridade com o seu significativo contributo para a coesão social e desenvolvimento económico, sendo hoje reconhecidas como “instituições incontornáveis da nossa sociedade. Na sua origem estiveram variadas causas, destacando-se a organização da assistência aos mais necessitados que, à época, vinha conhecendo realidades díspares e muitas vezes ineficazes. Era, pois, importante dar corpo a este serviço de auxílio e apoio aos mais necessitados e nada melhor do que acolher o modelo já experimentado com sucesso nas congêneres italianas. As misericórdias nascem em Portugal também com o propósito de um serviço desinteressado e abrangente aos diversos problemas sociais e humanitários da sociedade.”²

A missão destas instituições pode traduzir-se como um abraço da comunidade às necessidades de cada contexto e de cada tempo. Comungando dos mesmos princípios e valores - as catorze obras de misericórdia - são os cidadãos que no verdadeiro exercício da sua cidadania se entregam a causas humanistas através da construção de redes de apoio a quem mais necessita. Na verdade, são “instituições que emergem da sociedade com a força do serviço e a responsabilidade do compromisso. Em cada comunidade são as pessoas que se organizam para prestar serviços às pessoas. Aqui reside o grande segredo e a verdadeira essência destas instituições. Assumem-se também como um agente intermediário entre quem dá e quem recebe. Este aspeto constitui-se como um dos factores de grande afirmação das Misericórdias. Numa sociedade estigmatizada, havia que proteger os mais vulneráveis livrando-os de relações de dependência e muitas vezes de exploração desumana.”³

O trabalho das Misericórdias acontece em contexto de proximidade onde os seus dirigentes⁴ “conhecem as pessoas pelo nome e sabem das suas necessidades concretas. Eu costumo dizer que a solidariedade exige olhos nos olhos. A proximidade é fundamental. Cada problema é diferente e as soluções são diferentes.”

A este propósito as conclusões do XIII Congresso Nacional das Misericórdias (que tiveram lugar em 2019) referem expressamente que as “políticas sociais exigem, cada vez mais, a proximidade aos problemas. As Santas Casas, porque estão espalhadas por todo o território afirmam a disponibilidade para assumirem, nesta época de modernidade tecnológica e de economia digital, o papel de verdadeiros agentes de Inovação social”⁵ (...) ao mesmo tempo que se assumem como “um importante fator de coesão regional e social, porque têm criado emprego digno e estável e, no interior do país, não só tem contribuído para a fixação de população, mas também têm sido o centro gerador de animação económica, social e cultural.” Neste sentido, a “coesão social depende de coesão territorial e para inverter o

cenário desequilibrado que hoje predomina no país, com um interior fortemente desertificado, é necessário estimular os agentes no território e tomar «medidas radicais».⁶

Há, como se pode depreender destas conclusões, pontos de convergência a estimular e arestas a limar, para que o tempo novo possa, a partir das Misericórdias, ganhar espaços de coesão social e territorial.

2 – A questão do envelhecimento demográfico e as respostas sociais

O envelhecimento demográfico é um dos problemas mais difíceis que a sociedade actual enfrenta. Sabemos que até 2070 a população com mais de 80 anos vai crescer 165%. Daqui “decorre que se irão acentuar as doenças de evolução prolongada, com elevado grau incapacitante, o que vai obrigar a que se encontrem respostas inovadoras, novos modelos de captação de fundos, de afectação de recursos, de organização e gestão da prestação de cuidados.”⁷

O Presidente da União das Misericórdias, Manuel de Lemos, refere a este propósito que “os nossos lares parecem, cada vez mais, unidades de cuidados continuados, da mesma forma que todos os dias se esbate, cada vez mais e mais depressa, a fronteira entre a Segurança Social e a Saúde.”⁸ Por isso, no quadro desta metamorfose demográfica e da necessidade de, em comunidade, se encontrarem respostas sociais adequadas, Manuel de Lemos tem a “convicção de que é, em sede de apoio domiciliário, que o futuro da prestação de cuidados aos idosos há-de ser centrada, nomeadamente, visto o que as novas tecnologias estão já a poder proporcionar aos cidadãos, naturalmente, sem prejuízo das respostas tradicionais, que não hão-de ser dispensáveis nos anos mais próximos. Pelo contrário, olhando para o envelhecimento como um processo, verificamos um período cada vez maior de fragilidade e de extrema dependência e é óbvio que vamos continuar a necessitar de respostas de qualidade que implicam a institucionalização dos utentes. E, por isso, o esforço que estamos a fazer no sentido da qualificação das respostas relativas ao envelhecimento com investimentos em equipamentos e inovação.”⁹

Num contexto de grandes mudanças a diversos níveis percebe-se que na área das políticas sociais o desafio demográfico é um dos mais relevantes. Neste contexto as Misericórdias terão, mais uma vez, que reinventar funcionalidades e respostas às necessidades seguindo a evolução da curva demográfica. Neste sentido, “as políticas sociais, o desenvolvimento da rede de equipamentos sociais e a inovação nos instrumentos de apoio social estão na primeira linha da adaptação às alterações demográficas e no combate a algumas das consequências mais duras em matéria de bem-estar, qualidade de vida e coesão social e territorial.”¹⁰

3 – Os territórios de baixa densidade, a Beira Interior e a “Beiranidade”

O significado da expressão “territórios de baixa densidade”, em particular em países do sul da Europa, “diz respeito à persistência de problemas estruturais em algumas regiões, relativos não só à dimensão demográfica, mas também à existência de elevados índices de desqualificação e a um tecido empresarial com fraca capacidade empreendedora e de inovação, no quadro de uma diversidade e de um dinamismo institucionais incipientes (Covas, 2007). Em Portugal, a *classificação de territórios de baixa densidade* foi decidida pelo governo português (Comissão Interministerial de Coordenação, 2015) para aplicação de medidas de diferenciação positiva dos territórios no âmbito do programa Portugal 2020 e são territórios que na actualidade apresentam desafios críticos face ao tecido económico e ao despovoamento ocorrido, com especial intensidade, a partir de meados do século passado.”¹¹

Por outro lado, a Beira Interior nunca chegou a ser uma região efectiva, pelo menos com capacidade de desenhar e seguir o seu percurso em direcção ao futuro. Mas há um caminho que foi iniciado e interrompido. Os processos de agregação regional nunca foram perfeitos e quase sempre cavaram desconfianças e separatismos num território que nunca foi verdadeiramente unido para ser efectivamente forte. Mas o caminho faz-se caminhando. E nunca devemos juntar nada à força e sem legitimidade. Tal como as águas que correm das montanhas também nós devemos deixar correr este nosso espírito beirão que é resistente e resiliente. Todos queremos ganhar o futuro para o nosso território, estejam as estacas da nossa tenda espetada mais a norte ou mais a sul da Beira Interior. No fundo, todos sabemos que juntos temos mais oportunidades para “agarrar” o futuro. E esse futuro pode ganhar-se ou perder-se a cada instante. As perspectivas são sempre negras. As projecções demográficas são terríveis. A realidade vai, infelizmente, confirmando a tendência. O nosso território tem vindo a perder população e não dá sinais de abrandamento da marcha e da morte lenta. Apesar de tudo cá estamos. Resistimos e lutamos para que o Interior não se transforme num deserto e a nossa Beira não morra. Podemos perguntar se perante este cenário uma palavra, a “Beiranidade”, pode resolver os problemas demográficos, económicos e outros associados à questão da desertificação da nossa Beira (?). Não, não pode! Mas, pode ajudar a reforçar a nossa identidade e agregar forças que andam quase sempre dispersas. Se nós quisermos a “Beiranidade” juntará o que anda disperso e será razão de força para que a nossa história ancestral continue a ter futuro. E esse é sempre um bom caminho. E esta palavra limpa não pode servir para estimular bairrismos exacerbados ou regionalismos e nacionalismos extremados. Sempre fui contra isso. Mas sou a favor de uma identidade regional que ganhe cada vez mais escala e força, que

se identifique cada vez mais com os *cidadãos-guerreiros* que vivem neste chão que não querem ver morrer. A “Beiranidade” fará o seu caminho. De resto, sempre fez, mas agora tem um nome que colocaremos numa bandeira que, por sua vez, será o baluarte da defesa do nosso território.

Este território, esta geografia da “Beiranidade” reclama soluções e futuro. Reclama uma nova visão, mais eficaz, que introduza um novo pragmatismo onde tem abundado o voluntarismo. Neste quadro, “o território não é uma simples realidade geográfica – um suporte físico de vida. Pelo contrário, os territórios são meios de vida, patamares de organização colectiva, contextos de acção e de iniciativa – são recursos em que as pessoas se reconhecem e que, por isso, utilizam. Os territórios são também a base precisa para que se exerçam solidariedades e se mobilizem capacidades. Eles formam-se pela proximidade e consolidam-se pelas relações de que são parte. Um território integrado em relações importantes, insularizado, remetido para a sua natureza básica de espaço geográfico não é, verdadeiramente, um território – é apenas um espaço confinado”.¹²

E para que o território possa ganhar etapas ao futuro e recuperar o tempo perdido é necessário que esta geografia seja também um espaço mobilizador, onde se exerçam solidariedades na planificação estratégica (e sobretudo na acção) e onde, sobretudo, se exerça a cidadania. E esse movimento deve fazer, como diz o economista Augusto Mateus, tudo o que estiver ao seu alcance para não tornar “a sociedade dependente do Estado, porque não há desenvolvimento económico e social sustentável se a maioria dos rendimentos depender da despesa pública.”¹³

4 – As Misericórdias da Beira Interior

Em conformidade com os dados¹⁴ disponibilizados pela UMP¹⁵ existem 387 Misericórdias actualmente activas em Portugal que “apoiam diariamente cerca de 165 mil pessoas e, para o efeito, contam com mais de 45 mil colaboradores directos. O apoio prestado à comunidade assenta, essencialmente, em duas áreas: apoio social e cuidados de saúde. Para o efeito, as Santas Casas dispõem de uma vasta rede de equipamentos que asseguram respostas adequadas às comunidades onde estão inseridas.”¹⁶

Estas “Casas” de misericórdia dispersas pelo nosso país são dirigidas por mais de dez mil voluntários que a par dos seus colaboradores e do trabalho conjunto que realizam, constituem a maior riqueza deste movimento solidário. Através da “interpretação renovada das obras de Misericórdia, e a sua tradução em atos concretos, garante um serviço constante de grande proximidade e assegura a coesão social e humanização das comunidades.



Fig. 2 – Mapa das Misericórdias em Portugal | Fonte: UMP

Neste quadro e no contexto da região da Beira Interior identificam-se, segundo a mesma fonte, 47 misericórdias (26 no Distrito de Castelo Branco e 21 no Distrito da Guarda) representando 12,14% do total nacional. Apenas cinco Misericórdias da Beira Interior não têm (ou não apresentam), indicadores sobre a sua actividade assistencial, nomeadamente ao nível do número de colaboradores directos e número de pessoas apoiadas por dia.

MISERICÓRDIAS DO DISTRITO DE CASTELO BRANCO			
MISERICÓRDIAS		a)	b)
1	Misericórdia da Sertã	421	121
2	Misericórdia da Soalheira Formosa	117	41
3	Misericórdia da Sobreira Formosa	92	20
4	Misericórdia de Alcafozes	27	8
5	Misericórdia de Alpedrinha	152	58
6	Misericórdia de Álvaro	82	12
7	Misericórdia de Belmonte	365	105
8	Misericórdia de Castelo Branco	912	490
9	Misericórdia da Covilhã	697	169
10	Misericórdia de Idanha-a-Nova	258	89
11	Misericórdia de Medelim	0	0
12	Misericórdia de Monsanto	83	24
13	Misericórdia de Oleiros	173	40
14	Misericórdia de Pedrógão Pequeno	0	0
15	Misericórdia de Penamacor	121	20
16	Misericórdia de Proneça-a-Nova	321	111
17	Misericórdia de Proença-a-Velha	0	0
18	Misericórdia de S. Vicente da Beira	103	33
19	Misericórdia de Salvaterra do Extremo	23	4
20	Misericórdia de Sarzedas	84	28
21	Misericórdia de Segura	12	3
22	Misericórdia de Vila de Rei	316	230
23	Misericórdia de Vila Velha de Ródão	491	99
24	Misericórdia do Fundão	1018	297
25	Misericórdia do Ladoeiro	0	0
26	Misericórdia do Rosamaninhal	76	20
TOTAL		5944	2022

a) nº de pessoas apoiadas por dia; b) nº de colaboradores directos

Fig. 3 – Quadro das Misericórdias do Distrito de Castelo Branco | Fonte: UMP

Para além desta circunstância as 42 Misericórdias activas no apoio social na região da Beira Interior registam 3.234 colaboradores (2.022 no distrito de Castelo Branco e 1212 no distrito da Guarda) directos que prestam auxílio diário a 9.730 pessoas (5.944 no distrito de Castelo Branco e 3.786 no distrito da Guarda).

MISERICÓRDIAS DO DISTRITO DA GUARDA			
MISERICÓRDIAS		a)	b)
1	Misericórdia da Guarda	471	172
2	Misericórdia de Aguiar da Beira	208	82
3	Misericórdia de Alfaiates	58	22
4	Misericórdia de Almeida	133	64
5	Misericórdia de Alverca da Beira	28	6
6	Misericórdia de Bismula	47	14
7	Misericórdia de Celorico da Beira	90	34
8	Misericórdia de Figueira de Castelo Rodrigo	59	25
9	Misericórdia de Fornos de Algodres	43	37
10	Misericórdia de Gouveia	107	31
11	Misericórdia de Linhares da Beira	0	0
12	Misericórdia de Manteigas	150	66
13	Misericórdia da Mêda	254	96
14	Misericórdia de Melo	0	0
15	Misericórdia de Pinhel	258	99
16	Misericórdia de Seia	485	134
17	Misericórdia de Trancoso	535	153
18	Misericórdia de Vila Nova de Foz Côa	234	66
19	Misericórdia de Vilar Maior	24	4
20	Misericórdia do Sabugal	311	64
21	Misericórdia do Soito	291	43
TOTAL		3786	1212
a) nº de pessoas apoiadas por dia; b) nº de colaboradores directos			

Fig. 4 – Quadro das Misericórdias do Distrito da Guarda | Fonte: UMP

Estamos perante números muito expressivos para o território que espelham, por um lado, a importância das Misericórdias no quadro das respostas sociais às necessidades evidenciadas por uma população muito envelhecida e, por outro, a sua relevância no contexto da economia social, nomeadamente através da criação e manutenção de postos de trabalho e estímulo ao desenvolvimento económico.

MISERICÓRDIAS DA BEIRA INTERIOR			
DISTRITOS		a)	b)
Castelo Branco		5944	2022
Guarda		3786	1212
TOTAL		9730	3234
a) nº de pessoas apoiadas por dia; b) nº de colaboradores directos			

Fig. 5 – Quadro-Resumo das Misericórdias da Beira Interior

5 – A importância da Economia Social

O contexto geral de dificuldades económicas, agravado pelo aumento do desemprego, da pobreza e da exclusão social, precisa, como sempre, de respostas sociais de proximidade que sejam rápidas, discretas, eficientes e eficazes. Por outro lado, a velocidade acelerada e a competição desenfreada dos tempos que vivemos exige, cada vez mais, que os cidadãos abracem causas sociais e se enquadrem em instituições que realizam um trabalho de intervenção directa na preservação da dignidade humana. As crises, que ciclicamente vivemos, transportam uma enorme carga de infelicidade, desespero, desânimo e desilusão. Por isso e no meio de todos os problemas que tiveram e têm origem no sector financeiro, devem surgir sinais de esperança alicerçados nos valores de sempre das causas humanistas e do exercício da cidadania como caminho de realização plena de todos os que entendem que viver em comunidade é conjugar, com acções reais e efectivas, os verbos dar, ajudar, apoiar e disponibilizar. Não podemos assistir ao que se passa à frente dos nossos olhos sem que o nosso coração se toque. Não podemos ficar indiferentes ao que nos rodeia. Precisamos uns dos outros e nas horas de grande aperto devemos ser ainda mais solidários. Neste sentido, entende-se que a actuação das Misericórdias, das Mutualidades, das IPSS, Cooperativas, ONG's e de outras organizações que têm desenvolvido a economia social é fundamental para se atenuarem os efeitos deste tempo de desestruturação social, de marginalização, pobreza e exclusão social crescentes. Neste quadro, a economia social desempenha hoje um papel de grande importância na nossa sociedade. É um caminho solidário e um verdadeiro exercício de cidadania no seu sentido mais profundo na medida em que na sua génese estão os alicerces da comunidade que se envolve e trabalha com o objectivo de melhorar as condições de vida dos que estão mais vulneráveis. Mas, para ajudar quem precisa é necessário que mulheres e homens assumam a verdadeira natureza da cidadania participando em processos solidários de construção de uma comunidade mais coesa, mais solidária e mais humana. São estas mulheres e estes homens que assumem o compromisso assente nos valores das Obras de Misericórdia que desde o séc. XV têm criado verdadeiros projectos de economia social. Na actualidade, as Misericórdias, a par de outras organizações, promovem a economia social com grande fidelidade aos seus valores de origem e, ao mesmo tempo, têm apostado na criatividade e na inovação como instrumentos de interpretação do desafio constante que é servir e ajudar quem precisa. Por outro lado, a economia social é reconhecida pelo seu interesse social, mas tem sido, infelizmente, desvalorizada quanto ao seu peso económico.

Porém, a Conta Satélite da Economia Social publicada pelo INE indica que, em 2016, este sector representava 3,0% do VAB da economia, tendo aumentado 14,6%,

em termos nominais, face a 2013. Este crescimento foi superior ao observado no conjunto da economia (8,3%), no mesmo período. A Economia Social representou 5,3% das remunerações e do emprego total e 6,1% do emprego remunerado da economia nacional. Face a 2013, as remunerações e o emprego total da Economia Social aumentaram, respectivamente, 8,8% e 8,5%, evidenciando maior dinamismo que o total da economia (7,3% e 5,8%, respectivamente). Por grupos de entidades da Economia Social, as Associações com fins altruísticos evidenciavam-se em número de entidades (92,9%), VAB (60,1%), Remunerações (61,9%) e Emprego remunerado (64,6%).

Em 2016, o grupo da Economia Social – Misericórdias, enquadrou um total de 387 unidades, mantendo-se praticamente inalterado face a 2013 (- 0,5%). Quase 80% das Misericórdias desenvolviam a sua actividade na área da saúde (C), enquanto 17,6% actuavam na área dos serviços sociais (D). Por outro lado, as actividades de apoio social com alojamento, onde se incluem, nomeadamente, os lares de terceira idade e unidades de cuidados continuados, passaram a estar incluídos nas actividades da saúde, o que deve ter particular impacto neste grupo (...). Relativamente a 2013, o VAB das Misericórdias aumentou 10,2% e as remunerações aumentaram 16,3%, em linha com o aumento do emprego remunerado.”¹⁷

No contexto que estes valores e indicadores evidenciam reside a “comprovada e crescente importância destas organizações no nosso país (entre outros, a nível de educação, saúde, assistência social, cultura, investigação, ambiente e recreativas) deveria provocar uma profunda reflexão. Pois para além de desempenharem funções sociais importantes para os seus destinatários, provocam na demais sociedade elevados efeitos positivos, que raramente são reconhecidos e valorizados como tal.”¹⁸

Nem sempre o trabalho realizado pelas Misericórdias e outras instituições da designada economia social são verdadeiramente reconhecidos pelos poderes instituídos ou pela própria comunidade que servem. Há muito caminho a trilhar nesta matéria, nomeadamente no que diz respeito à desconstrução de mitos que derrubem barreiras ideológicas e outros bloqueios que não permitem as necessárias convergências num tempo e espaço de urgência face aos desafios sociais e económicos que temos pela frente.

Num país democrático, “o terceiro sector tem uma importância relevante, pois nem tudo pode ser público ou privado, tendo que haver uma correlação equitativa entre as diversas áreas, para se conseguir equilibrar as desigualdades das comunidades mais desfavorecidas. Este caminho tem vindo a ser seguido há décadas, tendo em vista corrigir assimetrias e enquadrar aqueles que mais precisam, dentro de um espírito polivalente para desenvolver actividades na área social (...) Ainda recentemente, no período 2011-2015, tiveram uma missão muito importante, principalmente as Misericórdias e as IPSS, quando o país atravessou uma crise grave e complexa.

Se não tivessem sido estas instituições, com o apoio aos mais necessitados, o grau de pobreza ter-se-ia acentuado com uma intensidade gravosa para uma sociedade já de si fragilizada.”

Com base nestas evidências que finalmente começam a ser contabilizadas para servirem de base a análises mais profundas e rigorosas verifica-se que cada centímetro investido na economia social (e em particular no trabalho desenvolvido pelas Misericórdias) tem um efeito multiplicador. As Misericórdias, na maioria dos casos, fazem muito com pouco investimento público, mas a missão de proximidade e de atenção aos problemas das pessoas não tem preço na medida em que não podemos contabilizar os afectos e as respostas prontas às necessidades de quem precisa.

Conclusão

As Misericórdias são pilares estruturantes da nossa sociedade. A cada crise social e económica que a sociedade enfrenta estas estruturas ancestrais mantêm-se firmes e inabaláveis na valorização da vida e da condição humana. O tempo passa e o seu compromisso com as obras de misericórdia renova-se e actualiza-se tendo como referência a luz fundacional. Apesar das dificuldades de contexto e as outras, as cíclicas, as Misericórdias assumem-se como almofada social que ampara os que mais necessitam, sobretudo em tempos complexos como os que atravessamos e em particular quando, noutras geografias de grande responsabilidade institucional, se esgotaram as respostas para a dimensão dos problemas que surgem em sequência vertiginosa, nomeadamente em contextos de grande desestruturação social. As Misericórdias, com a sua experiência de mais de cinco séculos a cuidar de quem precisa são referenciais de estabilidade e segurança em todo o tempo, nas alturas de bonança e sobretudo nos dias maior desespero e aflição. O segredo da sua força talvez encontre a sua base de sustentabilidade na proximidade às pessoas e na valorização da comunidade local. É partir desse encontro intemporal que se desenharam sempre as soluções para os problemas num caminho conjunto, repleto de provas para superar. A matriz fundacional, a valorização da vida e da condição humana, continuam no alto como bandeiras hasteadas ao vento. O futuro é, nestes tempos pandémicos, uma incógnita e fonte de enorme preocupação individual e colectiva. Por isso, precisamos de algumas certezas, mesmo que sejam poucas, para continuarmos a caminhar em direcção aos novos amanhã com a esperança renovada. E no quadro das poucas certezas que podemos contar encontraremos sempre o enorme abraço solidário que as Misericórdias desenharão, sem hesitar, em nome da vida e da mitigação de todas as dificuldades.

Notas

- 1 - PEREIRA, A.S. "Em nome da vida, a Misericórdia do Fundão: abertura e contexto; UBIMUSEUM – Revista Online do Museu de Lanifícios da Universidade da Beira Interior; nº 5; 2018-2019; "A Misericórdia do Fundão: 500 Anos de Solidariedade"; p.13
- 2 - <https://www.jornaldenegocios.pt/opiniao/colunistas/economia-social/detalhe/misericordias---identidade-e-missao>
- 3 - <https://www.jornaldenegocios.pt/opiniao/colunistas/economia-social/detalhe/misericordias---identidade-e-missao>
- 4 - Jornal "Solidariedade"; CNIS – Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade; Março 2018; p.13
- 5 - Conclusões do XIII Congresso Nacional das Misericórdias; <https://www.ump.pt>
- 6 - *Jornal Voz das Misericórdias*, https://cdn.ump.pt/files/files/Jornal%20pdf/JVMo2_19.pdf
- 7 - Idem; p. 7; Fevereiro 2019.
- 8 - Idem; p. 7; Fevereiro 2019.
- 9 - Idem; p. 6; Fevereiro 2019.
- 10 - Idem; p. 9; Fevereiro 2019.
- 11 - VAZ, Domingos; NOFRE, Jordi; p.9; 2019.
- 12 - REIS, José; 1997
- 13 - *EXPRESSO*, Jornal; 2017
- 14 - <https://www.ump.pt>
- 15 - UMP – União das Misericórdias Portuguesas
- 16 - <https://www.jornaldenegocios.pt/opiniao/colunistas/economia-social/detalhe/misericordias---identidade-e-missao/> (<https://www.publico.pt/2019/04/01/economia/opiniao/impacto-sociedade-economia-social-1867459>)
<https://www.diariodominho.pt/2019/01/04/a-mais-valia-das-instituicoes-de-economia-social-num-estado-democratico/>
- 17 - INE – Instituto Nacional de Estatística - Conta Satélite da Economia Social – 2016; p. 15
- 18 - Idem; p. 15
- 19 - <https://www.diariodominho.pt/2019/01/04/a-mais-valia-das-instituicoes-de-economia-social-num-estado-democratico/>

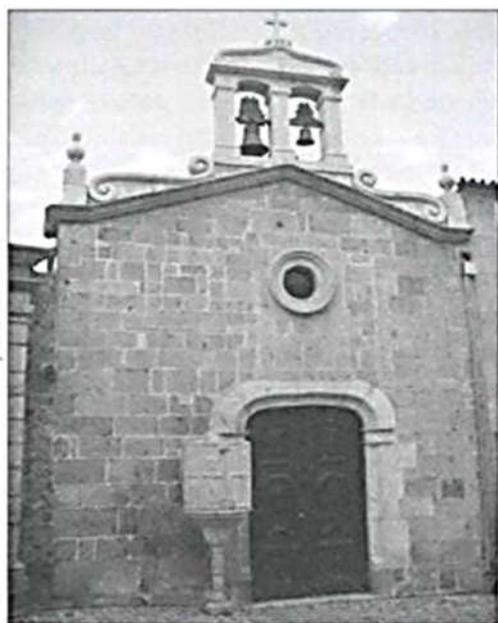
Bibliografia e fontes

- EBVROBRIGA; Revista do Museu Arqueológico Municipal José Monteiro; nº 9; 2018
- Jornal da Misericórdia (SCMF);
- SOLIDARIEDADE, Jornal; CNIS – Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade; Março, 2018;
- UBIMUSEUM – Revista Online do Museu de Lanifícios da Universidade da Beira Interior; nº 5; 2018-2019; "A Misericórdia do Fundão: 500 Anos de Solidariedade".
- VAZ, Domingos; NOFRE, Jordi; "Inovação Urbana em Territórios Periféricos: um balanço crítico da região da Beira Interior"; Finisterra, LIV (111); 2019, pp. 5-19; Centro de Estudos Geográficos;
- <https://www.ump.pt>
- <https://www.jornaldenegocios.pt/opiniao/colunistas/economia-social/detalhe/as-misericordias-vem-do-passado-e-projetam-o-futuro>
- https://cdn.ump.pt/files/files/Jornal%20pdf/JVMo2_19.pdf
- <https://www.jornaldenegocios.pt/opiniao/colunistas/economia-social/detalhe/misericordias---identidade-e-missao>
- http://www.ubimuseum.ubi.pt/no3/_edit/ubimuseum03-print-folder/ubimuseum.03.pinheiro-elisa.pdf
- <https://www.publico.pt/2019/04/01/economia/opiniao/impacto-sociedade-economia-social-1867459>
- <https://www.jornaldenegocios.pt/opiniao/colunistas/economia-social/detalhe/conta-satelite-da-economia-social-2016-e-inquerito-aotrabalho-voluntario-2018>
- www.ine.pt
- <https://www.diariodominho.pt/2019/01/04/a-mais-valia-das-instituicoes-de-economia-social-num-estado-democratico/>
- <http://www.uc.pt/feuc/ceces/est>
- <http://www.solidariedade.pt/site/detalhe/14028#>
- <http://www.solidariedade.pt/site/detalhe/13202>
- https://www.fenacerci.pt/web/publicacoes/outras/Estudo_ES.pdf
- <https://www.ump.pt/Home/uniao/noticias-ump/conclusoes-do-XIII-congresso-nacional-das-misericordias/>

*Vice-provedor da Santa Casa da Misericórdia do Fundão



Igreja da Misericórdia da Covilhã



Igreja da Misericórdia do Fundão

ESTÓRIAS DE UM ARQUIVO JUDICIAL
O BARBEIRO QUE FAZ FILHO EM MULHER ALHEIA (...)
E NOS MOMENTOS LIVRES ARRANCA UNS DENTES
PARA LIVRAR OS MANCEBOS DA TROPA!

*José Avelino Gonçalves**

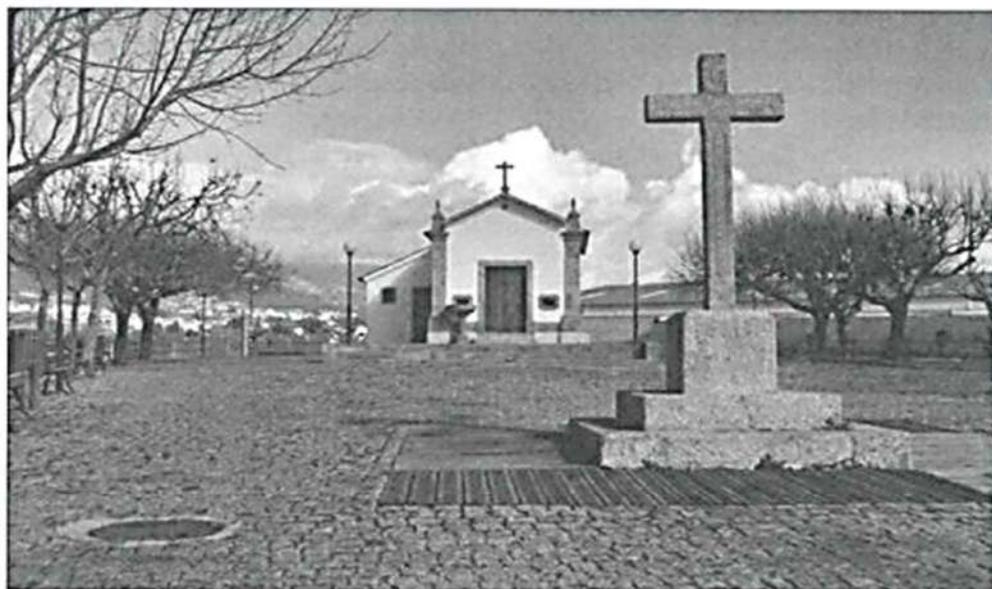


Fig. 1 – Alcaria - Fundão

Cerrava-se a noite no lugar de Alcaria, o vento uiva, agreste, vestido de neve, empurrada pelas encostas da majestosa Estrela. Um vulto cola-se às paredes dos casebres, a camisola de flanela e o grosso capote protegem-no da natureza abrutalhada! Com barbearia montada junto à Igreja Paroquial, com porta para o adro, fechara mais cedo. António José Ferraz dedicava-se ao mester de cortar barbas e aparar bigodes. Nascido na vila do Fundão, era filho de gente muito pobre, trabalhadores braçais na Quinta do Ortigal, ao serviço de Aires Pais de Lima Castelo Branco. Cedo aprendeu a arte com o velho barbeiro João das Cruzes de Alcaria, que andava sempre com os machinhos carregados. Todos lhe conheciam o fraco pelo chá de parreira! O jovem Ferraz estudou as primeiras letras com rara esperteza. Aos onze anos era já um prodígio no aparo das suíças, muito elogiado pelos agricultores abastados.

Era, também, um apaixonado pelo corpo humano! Pedira ao seu bom amigo Daniel António da Silva, cirurgião médico na Covilhã, o livro a “Cirurgia Clássica Lusitana, Anatomica, Pharmaceutica, Médica”, de António Gomes Lourenço. As trezentas e dezanove páginas, que abordam aspectos do corpo humano e suas partes, o tratamento de feridas, contusões e tumores, e esclarece sobre os cuidados a aplicar para conservação dos corpos,

nos “sufrágios dilatados”, são lidas de chofre! Numa visita que faz à cidade do Porto, por volta de mil oitocentos e sessenta e um, compra na Livraria do Cruz Coutinho, aos Caldeireiros, uma livraria pequena, escura e poeirenta, o “Manual de Saude ou Medicina e Pharmacea Domesticas escrito por François Raspail”, e ainda, o exemplar já muito avelhado, da “Arte de se curar a si mesmo nas Doenças Venereas”, pelo Conde de Liancourt!

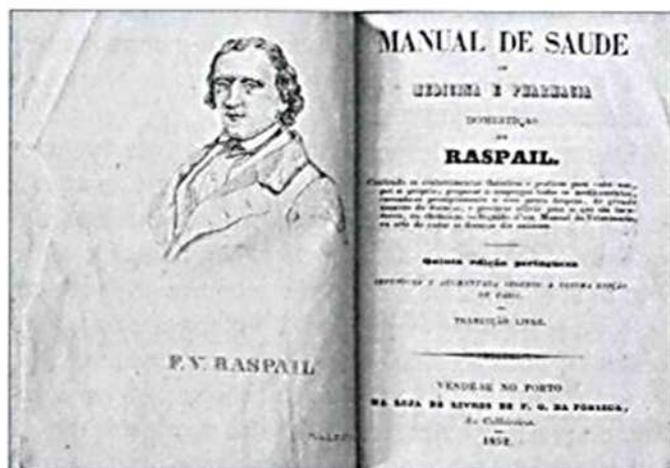


Fig. 2 – Manual de saúde, François Raspail

Nas já célebres tertúlias no número vinte e oito da Rua Direita, na casa do cirurgião médico Francisco Manuel Pais, desanca-se nos burlões da medicina:

“Tu barbeiro e sagrador não te armes, nunca, em cirurgião!”

Era voz corrente que uma praga de curandeiros e charlatões deambulavam nos lugares e quintas da Cova da Beira. Por vezes arvoravam-se o direito de exercer a cirurgia, mas contra a lei. O barbeiro, nascido no Fundão e com casa aberta em Alcaria, não se fica, opina sobre os médicos. A cura vai errada, culpa do médico, que não tem experiência, perde-se nas medicinas dos alfarrábios. Enganou-se na perninha, culpa do médico porque não atinou com a queixa. Ao contrário dele, que fala a língua do doente, quase sempre analfabeto, e chama os bois pelo nome, S. Ex.^a o médico perde-se em palavreado que o doente não percebe. O cirurgião Francisco Pais não gosta do remoque. Fica fora da mãe e tenta fazer-lhe a poda com um bengalão! No dia seguinte já estavam todos de boa avença, como se nada tivesse acontecido!

A Justiça bem se esforçava, perseguia os barbeiros e curandeiros que exerciam as artes médicas. Quase sempre sem resultados! Faltavam médicos, o dinheiro sumia-se no alimento. O barbeiro, o curandeiro e o endireita estava mais à mão! O povo só por inveja ou inimizade se queixava. Umhas moedas, a ameaça de umas pancadas ou a convivência das autoridades locais, torciam as palavras das testemunhas!

O Mestre Barbeiro do Peso naquela noite andava à cata! Fora sempre robusto, de hábitos viris. Tinha os dentes admiráveis de seu pai, os seus ombros fortes. Era muito estimado no lugar e arredores, levava-as ao colinho! Sentia-se feliz, mesmo de barriga cheia! Já pensava nas formas generosas da Angélica Pereira, no aconchego do quatinho, ao fundo da rua que segue para o Dominguiso, com vista para o Zêzere. Encontravam-se quando a noite descia ao lugar. Ela uma solteira de truz, irmã da sua legítima, que fora abandonada com três criancinhas de colo no lugar do Peso! O barbeiro só lá aparecia quando lhe secava a pipa, trazida da casa do sogro, um abastado agricultor que, debaixo das barbas do regedor, se dedicava ao contrabando de tecidos espanhóis! Quando lhe perguntavam pela ausência resmungava e entre dentes, dizia: - Que andava sempre numa fona, sempre com a barbearia cheia de fregueses!

Em um dos dias de Junho último, ainda a manhã vinha em casa de Deus, seriam cerca das cinco horas, injuriava-se muito! A vizinhança acorda, dão conta da marosca, um escândalo! A Clara Maria, que até aí não dera pelo burro nem pela albarda, do seu balcão e benzendo-se muito, descompunha o barbeiro, que se escapava para a rua. Desatou a boca ao saco e berrou aos quatro ventos! Que era um velhaco e que naquela casa tudo andava em pecado mortal! Agora viviam todos debaixo do mesmo teto. O barbeiro, a legítima, a amásia sua cunhada e o pai desta. Uma orgia!

A noite fora longa e suada. Pelas duas horas da madrugada à parteira Emília da Silva Brandão, matrona de uma experiência de quarenta anos, é citada. A trovoadas relampeja para os lados da Gardunha, a noite está tenebrosa e quente, ameaça chuva. A Angélica dizia desatinos, transpirava muito. O candeeiro, pendurado na velha trave de castanho, era perturbado pela ventania que assoviava nas telhas nuas, que deitam sobre o catre imundo das águas-furtadas. A velha parteira arregaça as mangas do vestido descomposto, pigarreia grosso. Aconchega a bacia de água, coloca a toalha branca no ombro, afasta o pai da criança com maus modos. O barbeiro com os olhos raiados de sangue, mal dormidos, aflito, com a fala agarada ao bucho, balbuciava tímidos pedidos de desculpas. Senta-se, na negrura do recanto do forro da casa!

A Angélica dá à luz uma criança do sexo feminino, enfezadinha, muito adoentada! Entregam-na à Joaquina Mateus, uma viúva de trinta e poucos anos, do lugar dos Vales. Com a criancinha segue o enxoval: três cueiros, três envoltas de baetilha sendo uma delas nova, duas roupinhas, um xale roxo e duas toucas. A Angélica, muito chorosa, recusa os cueirinhos, já usados, para a sua menina, que lhe poderiam trazer doença ou uma sorte infeliz. A tecedeira prega uma sarabanda à rapariga! A criancinha é enviada pelo Regedor da Paróquia para a Roda dos Expostos na Covilhã.



Figura1 –Peste bubónica (Porto, 1899); manifestação negacionista (História, JN, 25, abril 2020).

Por se não achar a mãe capaz de a criar, pela doença que lhe sobreveio, logo na ocasião do parto e falta de forças. Com ela segue um escrito, recomendando que se pusesse o nome de Maria da Nazaré. O senhor vereador, António Baptista Alves Leitão, servindo de Presidente da Câmara, manda que a assentem e matriculem no livro dos Expostos. Cabe-lhe o número mil oitocentos e quinze! Antes de entregar a “alminha”, a menina é solenemente baptizada, na Paroquial Igreja de Santa Maria Maior, pelo reverendo coadjutor Manuel Ignacio Dias.

Todo o lugar do Peso sabe! Foi o barbeiro que lhe pôs o filho na barriga. Que lhe andava a dar purgantes e a sangrava para a abortar! A Maria Jorge, parente do acusado em grau remoto, não tem dúvidas. Sabe por ser público e notório, que o querelado dera remédios à cunhada dele para ela abortar. Esta já não era virgem! Sua mãe, na Primavera de mil oitocentos e sessenta e um, requestara seu marido, que por acaso é cabo de polícia, para lhe tomar

conta da barriga. E tomou! A menina é exposta na Roda da Covilhã. O José Alves Bispo prende o barbeiro e a amante que, diz-se, tinha abortado à força! O cabo da polícia entrega-os à Justiça da Covilhã.

A cadeia negrejava no velho edifício filipino, um antro de piolhos, percevejos e muita promiscuidade. O jovem jornal *Commercio da Covilhan* desanca nos poderes públicos:



Figura 3 – Covilhã velho edifício filipino

“Os presos que estão nas nossas cadeias às quaes com justa rasão damos o nome de cemiterio dos vivos, passam uma expiação, um supllicio bárbaro, em que as torturas como que se contam pelas horas de captiveiro. O atrazo de Portugal a respeito de prizoões é de 137 anos!”

Acontece que o tifo grassava na vila de Alvoco da Serra, sendo tão contagioso que entrando nos umbrais de uma porta, difficil será escapar uma pessoa de família. Já passou a Loriga e à Teixeira. Aproxima-se perigosamente do lado de cá da serra! O Mestre Barbeiro do Peso, que tinha a mania que era cirurgião, teme pela saúde. Mas, a procissão ainda vai no adro! O carcereiro Novais notifica-o de mais uma patifaria. A Justiça investiga o arrancamento de dentes a mancebos, para se livrarem do serviço militar!

Cova da Beira, 18.9.2021

*Juiz Desembargador

OS TEMAS E AS CONFERÊNCIAS INAUGURAIS DAS JORNADAS DE ESTUDO “MEDICINA NA BEIRA INTERIOR – DA PRÉ-HISTÓRIA AO SÉCULO XXI (1989-2020)”

As 32 edições das Jornadas de Estudo “Medicina na Beira Interior - da Pré-história ao Sec. XXI”, realizadas em Castelo Branco (com duas exceções, em Idanha-a-Nova), entre 1989 e 2020, tiveram sempre Amato Lusitano como tema central dos trabalhos, em que foram apresentadas mais de meio milhar de comunicações. A medicina na Beira Interior também esteve sempre presente. Desenvolveram-se ainda outras temáticas, que aqui se recordam, ano a ano, sendo indicado simultaneamente o título e o respetivo orador de cada uma das conferências inaugurais. Os cadernos incluem os trabalhos apresentados nas Jornadas do ano anterior.



I (1989)



II (1989 - 1990)

1989

Tema:

Amato Lusitano;

e a Medicina na Beira Interior – da Pré-história ao Séc. XX.

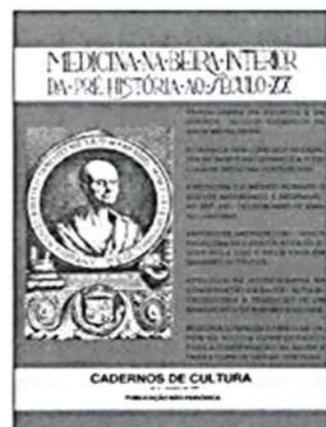
Conferência:

“Médicos e escritores da Beira Interior”,

pelos Professores Armando Moreno.



III (1991)



IV (1991)

1990

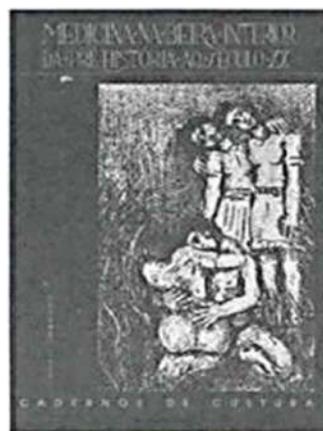
Tema:

A doença e a morte na Beira Interior.

Conferência:

“Pluridimensionalidade da morte – do fantasma à realidade”,

pelos Doutores Josias Gyl.



V (1992)

1991

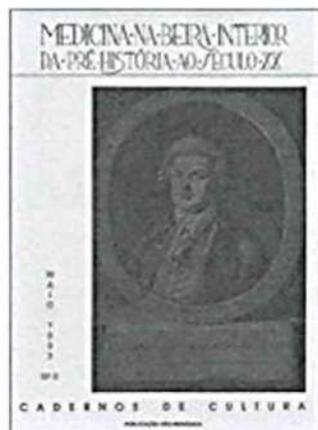
Tema:

O amor e a morte na Beira Interior.

Conferência:

“A personalidade de Amato Lusitano”,

pelos Professores Caria Mendes.



VI (1993)



VII (1993)

1992

Tema:

A vida e a dor na Beira Interior.

Conferência:

“Memória de Amato”, pelo Professor Alfredo Rasteiro.



VII (1994)

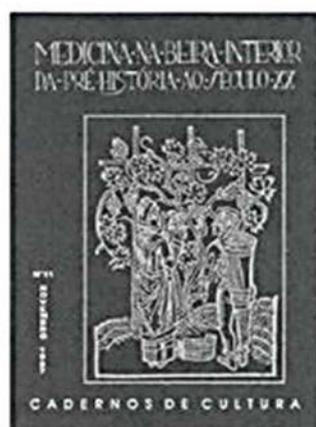
1993

Tema:

O corpo - dor e esplendor.

Conferência:

“Aspectos da obra e da personalidade de Amato Lusitano”, pelo Doutor Firmino Crespo.



XI (1997)

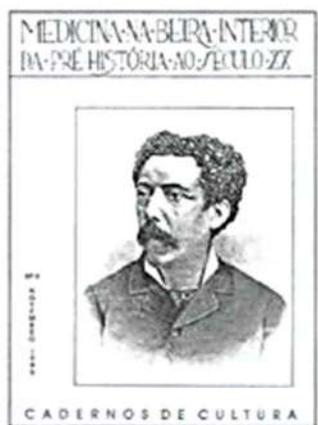
1996

Tema:

A alimentação na Beira Interior; e as relações culturais entre Salamanca e a Beira Interior.

Conferência:

“Os cuidados com o corpo na sociedade renascentista”, pelo Professor Luis Grangel.



IX (1995)

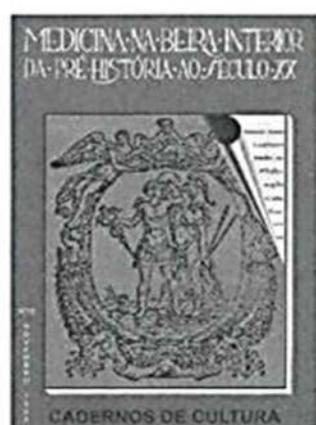
1994

Tema:

As idades do Homem.

Conferência:

“Amor e morte nos registos paroquiais albacastrenses”, pelo Engenheiro Manuel da Silva Castelo Branco.



XII (1998)

1997

Tema:

Amato Lusitano, a Beira Interior e as Índias; e as relações culturais entre Salamanca e a Beira Interior.

Conferência: “Maximilano Lemos (1860-1923) y Luis Comenge (1854-1916): su influencia en la historiografía médica peninsular”, pelo Professor Antonio Carrera.



X (1996)

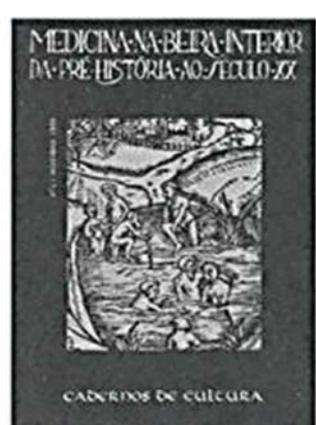
1995

Tema:

A mulher na Beira Interior e as suas relações com a Medicina.

Conferência:

“O Retorno do Feminino”, por Flávia de Monsaraz.



XIII (1999)

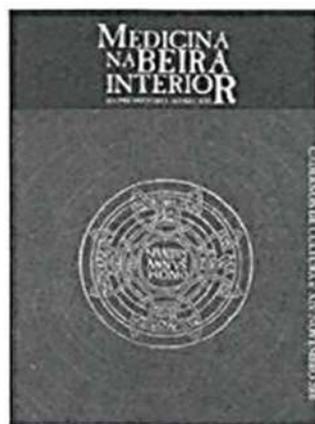
1998

Tema:

A água na obra de Amato Lusitano; e as relações culturais entre Salamanca e a Beira Interior.

Conferência:

“Las aplicaciones terapéuticas del agua en Europa en el siglo XVI”, pelo Professor Carreras Panchón.



XIV (2000)

1999

Tema: *Os quatro elementos na obra de Amato Lusitano; e as relações culturais entre Salamanca e a Beira Interior.*
Conferência: "Os estatutos de limpeza de sangue na Universidade de Salamanca no século XVI e os escolares médicos portugueses", pela Professora Mercedes Sánchez-Grangel Santander



XVIII (2004)

2003

Tema: *As disciplinas na obra de Amato Lusitano.*
Conferência: "Dr. João Mourato Grave um farmacêutico intelectual em Castelo Branco no início do Séc. XX", pela Doutora Maria Adelaide Neto Salvado



XV (2001)

2000

Tema: *A cultura clássica na obra de Amato Lusitano e nas obras de autores médicos naturais da Beira Interior.*
Conferência: "A hidrologia espanhola e portuguesa – paralelismos e divergências", pelo Professor Antonio Rodrigues Sanchez



XIX (2005)

2004

Tema: *Certezas, saberes, técnicas, crenças e imaginários sobre a defesa do corpo em Amato Lusitano e na Medicina da Beira Interior.*
Conferência: "As ideias de Arte, Urbanismo, Espaço Público e Saúde Pública em Ribeiro Sanches", pelo Professor Antonio Delgado.



XVI (2002)

2001

Tema: *Amato Lusitano, médico sem fronteiras.*
Homenagem ao Professor Luis Sanchez Grangel, com as seguintes conferências: "História da medicina em Espanha: A Obra do Professor Luís Grangel", pelo Professor Juan Riera Palmeiro; "Luís Grangel – exemplo de historiador da medicina", pelo Professor João Rui Pita.



XX (2006)

2005

Tema: *Os quatro sentidos na obra de Amato Lusitano e na história da Medicina da Beira Interior.*
Conferência: "O drama de Brás Luís de Abreu – o médico e as malhas da inquisição", pela Professora Antonieta



XVII (2003)

2002

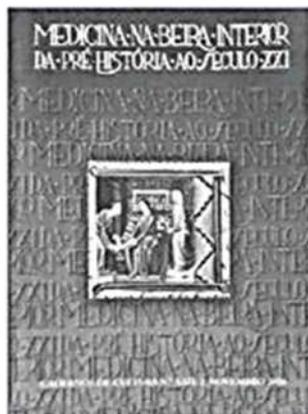
Tema: *A religião na obra de Amato Lusitano e a influência da religião na medicina da Beira Interior.*
Conferência: "Evolução do Homem e a Arte da Cura", pelo Professor Luís Nuno Ferraz de Oliveira



XXI (2007)

2006

Tema: *A cultura religiosa na obra de Amato e na história da medicina na Beira Interior.*
Conferência: "A mulher e a medicina mágica religiosa no Antigo Egipto", pela Doutora Maria do Sameiro Barroso.



XII (2008)

2007

Tema:

A criança na obra de Amato e na história da medicina na Beira Interior.

Conferência:

“A Criança - aproximações várias sob o ponto de vista histórico”, pelo Doutor João Maria Nabais.



XXIII (2009)

2008

Tema: *Contactos e inter-relações significativas na obra de Amato e na história da medicina na Beira Interior.*

Conferência: “As tribulações de Mestre João Rodrigues de Castelo Branco (Amato Lusitano) à chegada a Antuérpia, em 1534, em representação do mercador Henrique Pires, seu tio materno”, pelo Professor António Manuel Lopes Andrade.



XXIV (2010)

2009

Tema:

Amato Lusitano e a literatura; e a literatura médica da Beira Interior e da Raia.

Conferência:

“Breve viagem pela Beira Baixa de Fernando Namora”, pelo Doutor Rui Jacinto.



XXV (2011)

2010

Tema:

O coração e o espírito na obra de Amato Lusitano e na literatura médica da Beira Interior.

Conferência:

“Repensar Portugal: a ‘doença’ como metáfora de ‘crise’. Alguns aspectos”, pelo Professor António Pedro Pita.



XXVI (2012)

2011 Tema: *V Centenário do nascimento de Amato Lusitano.*

Sessão inaugural: Homenagem aos estudiosos da obra de Amato Lusitano: Professor Maximiano Lemos, Professor Ricardo Jorge, Doutor José Lopes Dias, Doutor Firmino Crespo, Professor José Caria Mendes, Professor Joaquim Veríssimo Serrão e Professor Alfredo Rasteiro. **Intervieram:** Fernando Dias de Carvalho, Joaquim Candeias da Silva, Maria do Sameiro Barroso, Pedro Salvado, António Silveira, Victor Machado Borges e António Lourenço Marques.



XXVII (2013)

2012

Tema:

A medicina do passado ao futuro: o exemplo de Amato Lusitano

Conferência:

“Letras de um percurso”, pelo Professor José Alves Dias.



XXVIII (2014)

2013

Tema:

O perpétuo testemunho de Amato Lusitano.

Conferência:

“Os padecimentos que nos fizeram humanos”, pelo Professor Luís Raposo.



XXIX (2015)

2014

Tema:

Amato Lusitano e o saber do seu tempo: convergências e divergências; releituras e sínteses.

Conferência:

"Amatus Lusitanus e os Amados Lusitanos", pelo Doutor Joaquim Figueiredo Lima.



XXXIII (2019)

2018

Tema:

Amato Lusitano, património universal. "A vila de Castelo Branco ao tempo do nascimento de João Rodrigues – 'Amato Lusitano'", pela Doutora Maria da Graça Vicente.



XXX (2016)

2015

Tema:

Amato Lusitano e a Medicina na Beira Interior – Certezas e interrogações.

Apresentação do livro de J. A. David de Moraes, "Amato Lusitano: reinterpretação historiográfica da sua biografia", pela Doutora Maria Adelaide Salvado.



XXXIV (2020)

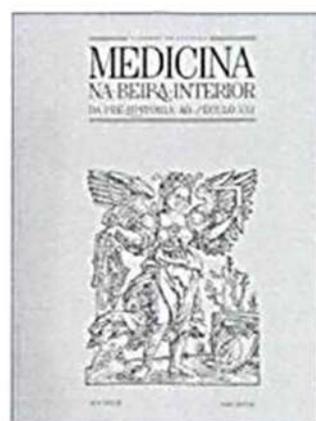
2019

Tema:

O centenário de Fernando Namora.

Conferência:

"Um médico comprometido: Fernando Namora, literatura e sociedade", pelo Doutor Rui Jacinto

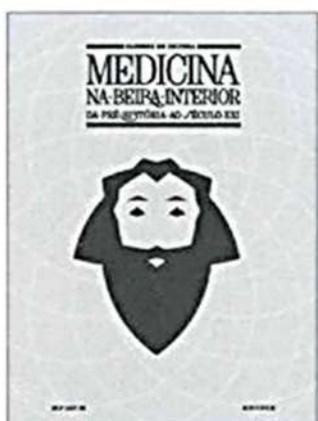


XXXI (2017)

2016

Tema:

Amato Lusitano: manter a chama viva – história e interpretação. As espécies vegetais e a sua utilização na Medicina Romana – Doutora Maria Filomena Barata



XXXV (2021)

2020

Tema:

Amato Lusitano e os olhares da medicina face à "medonha fera".

Conferência:

As Jornadas de Amato Lusitano e Salamanca, pelo Professor Angel Espina.

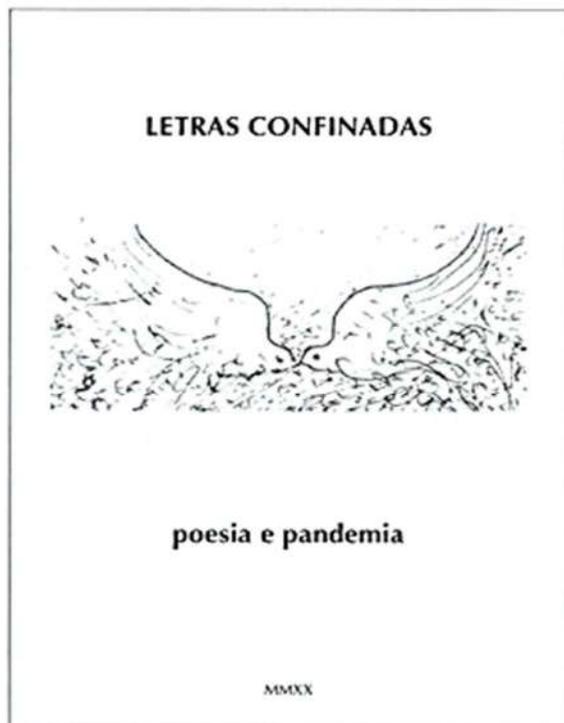


XXXII (2018)

2017

Tema: No horizonte de Amato Lusitano e a cultura humanística na medicina na Beira Interior.

Conferência: "Acudamos a tudo enquanto é tempo – José Leite de Vasconcelos (1855-1941) em busca do Homem Português", pela Professora Ana Cristina Martins.



Este caderno com poemas de: Aires A. Dinis, Alfredo Pérez Alencar, António Lourenço Marques, António Salvado, António Teixeira e Castro, Carlos d'Abreu, A. David Morais, José Santolaya Silva, Luís Maçarico, Eddy Chambino, José Amador Martín, Manuel Costa Alves, Maria de Lurdes Gouveia Barata, Maria do Sameiro Barroso, Miguel Rego, Ribeio Farinha, Rodrigo Dias, Stefanie di Leo, Vera Marques, Tomás Acosta Píriz, foi editado no dia 6 de novembro, dia de São Leonardo de Noblac, padroeiro dos prisioneiros e das parturientes, em pleno estado de contingência da crise pandémica do ano de 2020. Foi apresentado on-line por ocasião da edição das XXXII^a Jornadas de História da Medicina na Beira Interior da pré-história ao século XXI.

Este caderno cumpre a tradição em associar ao sempre tão diversificado programa de trabalhos das "Jornadas de História da Medicina na Beira Interior" um momento focalizado na poesia enquanto âncora e mapa criativo libertador e afirmador de todas as faces da Esperança, coluna vital da Medicina. Este caderno, fraternal partilha e autêntica farmacopeia tecida de palavras significantes, é a semente de um projeto em formação. Os poemas encetam uma antologia a ser editada na próxima edição das Jornadas, em 2021, numa data em que Castelo Branco cumpre 250 anos como entidade urbana, revelando e fixando para o futuro a poética deste tempo, do aqui e do agora, das suas vivências, dores e perdas, dolos e medos, escalas e interrogações. Apresentam-se textos da lavra de colaboradores da nossa reunião de saberes que cultivam o género e que acederam ao convite em se juntar a esta fusão de sentires.



"Palavras confinadas" ajuda a definir as pungentes orlas visíveis e invisíveis desta temporalidade pandémica tão nefasta, desconcertante e desafiante que nos tolhe o quotidiano. São registos das incertezas, confirmação de digressões, labirintos, diálogos interiores e paisagens perscrutadas que destapam conjunturas de silêncios.

Faz tempo alguém disse que a terrível situação que vivemos reforçou o insubstituível papel da poesia como um revigorante território de resistência à crise. Daniel Escandell-Montiel, professor de literatura nos claustros de Salamanca, observou mesmo que a pandemia provocou o surgir de novos lugares, quebrou e criou fronteiras, revitalizando as metáforas: "hoy es el momento en que los poetas usan la espada para castigar al enemigo, y con esperanza y optimismo, dan ristre a la pluma para escribir cómo la poesía es la mejor medicina, el mejor jarabe para mejorar cuerpo y alma".

Na procura de uma dignificação consciente das solidões e das perdas de liberdade o mais importante é a poesia que tem como propósito banir as incertezas, os confinamentos, as solidões, combatendo todos os medos.

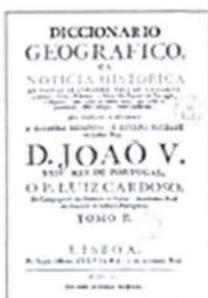
Que a Poesia envolva a temida palavra, de amada esperança.

Pedro Miguel Salvado

Santa Luzia

CASTELEJO. FUNDÃO

Centro de interpretação A memória da cura



No Dicionário Geográfico, o Padre Luz Cardozo refere: «(...) Tem esta Paróquia as Ermidas de S. Bartholomeu, do Espírito Santo, de S. Onofre, e S. Luzia, com huma numerosa Irmandade. Tem duas feiras, huma em dezasseis de Setembro, outra em treze de Dezembro, no sítio da Ermida de S. Luzia durão só dous dias, e não são francas.»

O Portugal Antigo e Moderno de A. Barbosa de Pinho Leal salienta que: «(...) Feira de 16 de Setembro e 13 de Dezembro (castelejo e diminutivo de Castello).»



Início dos trabalhos de melhoramento do recinto levados a cabo por uma comissão presidida pelo Dr. Pedro de Campos.

Construção do Chafariz no recinto do Santuário.

1928

Lê-se no Livro de Actas da Irmandade: «A data eram estes os haveres pertencentes à Irmandade: Um paio, duas cruces e respectivas varas, uma bandeira, sessenta e uma opas, quatorze lustres, quatro lanternas, uma cruz dourada, treze tochas, vinte e três colatarios, três castiçais de chumbo, dez castiçais dourados, três jarras para flores, doze ramos para andores, um arquivo, três caixas para esmolas, um cordão de ouro, uma medalha, um coração, uma cruz, um anel, um par de bolões de ouro, uma chapa de fotografia, de Santa Luzia e uma de Santa Eufémia, um olho de ouro e três de prata.»



Edificação da Capela de São Bento do Santuário

1930 > 32

Construção do Coreto no recinto do Santuário

1758

Nas Memórias Paroquiais o Frade António Carrilho de Matos aponta: «14. Responde-se que somente em os quinze e dezasseis dias do mês de Setembro de cada anno acode pente à romagem de [R.1346] Sancta Luzia, nos quais se faz feira. (...) 19. Responde-se que só tem huma feira, que se faz junto à ermida de Sancta Luzia que dura nos dois dias, quinze e dezasseis [sic] do mês de Setembro, e há captiva.»



José Germano da Cunha, nos Apontamentos para a História do Fundão escreve: «O Castellejo, em 15 de Setembro, há a romaria de Santa Luzia, e no dia imediato a festa da Senhora da Póvoa. É a romaria talvez mais concorrida do concelho, e onde de ordinário osromeiros acabam por distribuir grossa pancadaria.»



1909

O Compromisso da Irmandade de Santa Luzia do Castellejo e aprovado a 7 de Novembro, e confirmado a 13 de Dezembro pelo Governo Civil de Castello Branco.



1933

Lê-se no Livro de Actas da Irmandade: «(...) possuindo a irmandade alguns objectos de ouro, oferecidos pelos devotos e tornando-se necessário vender aqueles objectos para com o produto da venda se proceder à reparação nas capelas. Que o produto desta venda fosse integralmente aplicado na reparação dos pavimento das capelas de Nossa Senhora da Póvoa e S. Eufémia, bem como na reparação da capela de S. Eufémia.»

1936



Dr. Jaime Lopes Dias recolhe a primeira pauta do Cantar de Santa Luzia

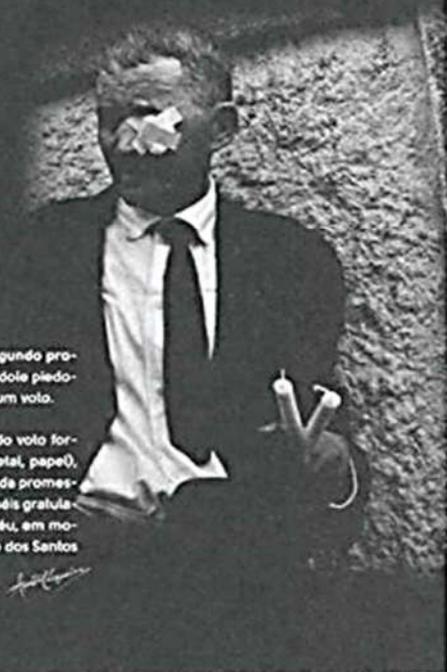


1853 EX-VOTO a Santa Luzia

A palavra "ex-voto" tem origem Latim ex voto que significa "segundo promessa". Define-se como sendo um objecto, quase sempre de índole piedosa, que se oferece a Deus ou aos santos, em cumprimento de um voto.

Testemunho material revelador do pagamento da promessa do voto formulado. Feitos em materiais muito diversos (madeira, lola, metal, papel), como formais, revelam pela imagem o acontecimento gerador da promessa. A legenda clarifica e satisfação desse mesmo voto. Estes painéis gratuitos concretizam o espírito humano crença que se eleva ao céu, em momentos críticos da vida, a Cristo e à Virgem Maria, à Intercessão dos Santos e Santas, reconhecendo respostas miraculosas e auxílio.

De décadas e décadas de devoção apenas sobrou um exemplar da voragem do tempo e do descuido dos homens.



No Jornal do Fundão, Celestino A. Gomes refere:
«...Por determinação eclesiástica, se não realizaram festas de carácter profano. (...)»

1946

O Sport Lisboa e Castellejo organiza Festival Desportivo, tratava-se de um Jogo de Futebol o resultado: Solteiros - 2 Casados -2
«(...) O Castellejo por esta ocasião é como o mar: até uma certa altura, maré cheia; daí em diante maré vazia (...)»

1938

Presença no Santuário de carros de bois alegóricos. Início da "toiclorização" da festa.



Aumento da área do recinto por aquisição de terrenos

1957

1958



Demolição do Chafariz existente e construção de um novo com 5 bicas.

1949

1953

Extinção do cancionero tradicional. Os cânticos são substituídos por outros dedicados a Nossa Senhora de Fatima.

1954

Intenção de construção de um monumento votivo.

1955

Alargamento da estrada e construção da Capela a Nossa Senhora das Dores, projecto da autoria do arquitecto Salis Vana.

Proposta de um concurso de ranchos e carros alegóricos

1956

Realização de obras de melhoramento e restauração nas capelas de Santa Luzia e de Nossa Senhora da Póvoa.

Banção da Capela de Nossa Senhora das Dores.

1959

Realiza-se o aumento do parque de estacionamento e alargamento da estrada

Comissão aprova a construção um monumento a Santa Luzia na rampa que dá acesso ao parque



Amália Rodrigues visita o Santuário.

Roião Preto exalta a especificidade cultural da Romaria de Santa Luzia denunciando as alterações que sofria o seu fundo tradicional.

Pedro Miguel Salgado MUSEU ARQUEOLÓGICO JOSÉ MONTEIRO FUNDAÇÃO

Hugo Landeiro Domingues HUGO LANDEIRO D. DESIGN THINKING / ESART

André Mota Veiga MUSEU ARQUEOLÓGICO JOSÉ MONTEIRO FUNDAÇÃO

Pedro Mendonça MUSEU ARQUEOLÓGICO JOSÉ MONTEIRO FUNDAÇÃO





Castelo Branco

| uma cidade para o século XXI |



QUALIDADE DE VIDA

Património, cultura e lazer | Boas acessibilidades | Mercado de emprego dinâmico

| www.cm-castelobranco.pt